

Elcione Luciana da Silva

PAISAGEM CULTURAL, TURISMO E GESTÃO DA PAISAGEM: estudo dos distritos
de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras - Serro/Minas Gerais.

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2015

Elcione Luciana da Silva

Paisagem cultural, turismo e gestão da paisagem: estudo dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras - Serro/Minas Gerais

Dissertação de mestrado apresentado à banca Examinadora para obtenção de título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de pesquisa: Gestão do patrimônio no ambiente construído

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota
Coorientadora: Dra. Flávia Montenegro-Menezes

FICHA CATALOGRÁFICA

S586p

Silva, Elcione Luciana da.

Paisagem cultural, turismo e gestão da paisagem [manuscrito] : estudo dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras / Elcione Luciana da Silva. - 2015.

314 f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.

Coorientadora: Flávia Montenegro-Menezes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Interpretação do patrimônio natural e cultural. 2. Paisagem Cultural - Proteção. 3. Gestão ambiental. 4. Turismo. 5. Milho Verde (MG). 6. São Gonçalo do Rio das Pedras. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Montenegro-Menezes, Flávia. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título.

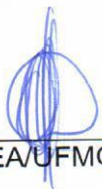
CDD 719.32

Elcione Luciana da Silva

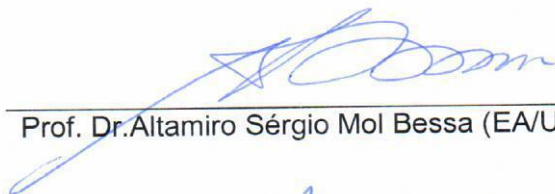
" PAISAGEM CULTURAL, TURISMO E GESTÃO DA PAISAGEM: estudo dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras - Serro/Minas Gerais ".

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Alfio Conti (EA/UFMG)



Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa (EA/UFMG)



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (EAUFMG-orientador)

Belo Horizonte, 15 de maio de 2015

“Parece que a natureza escolheu para a região originária dessas pedras preciosas, os mais esplêndidos campos, e os guarneceu com as mais lindas flores. Tudo que havíamos visto de mais belo e soberbo em paisagens, parecia incomparavelmente inferior diante do encanto que se oferecia aos nossos olhos admirados. Todo o Distrito Diamantino parece uma chácara artisticamente disposta, a cuja alternativa de românticos cenários alpestres, de montes e vales, se aliam mimosas paisagens de feição idílica.” (SPIX e MARTIUS, 1826).

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai pelos ensinamentos de responsabilidade, bom caráter e ética; minha mãe, que sempre está pedindo proteção divina e torcendo por mim.

À toda minha família pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À esta universidade pelo acolhimento e incentivo para a produção desta pesquisa.

Ao meu orientador, Leonardo Barci Castriota e minha coorientadora, Flávia Montenegro-Menezes por terem acreditado na pesquisa, pelas suas correções e incentivos.

À minha “orientadora” eterna e principalmente amiga, Ana Flávia Figueiredo, por ser especial na minha trajetória.

Aos professores Altamiro Bessa e Alfio Conti pelos conselhos e apoio durante o mestrado e à pesquisa.

À Mazinha pelos conselhos e apoio na revisão textual. Sem você seria mais difícil.

Aos amigos de mestrado que compartilharam comigo esses momentos de aprendizado, de tristeza, de incertezas, de alegria, de encontros regados a muita empatia, consolo e bons vinhos.

Aos meus amigos de Belo Horizonte, Diamantina, Serro, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras e às pessoas especiais que encontrei durante a pesquisa que compreenderam as minhas ausências nas mais diversas situações e momentos importantes e que hoje torcem pela minha felicidade.

Aos companheiros, Rogério e Fernanda, que acompanharam toda esta trajetória e que proporcionaram vários momentos de descontração.

À todos os entrevistados e instituições que disponibilizaram um pouco do tempo para poder contribuir com os propósitos desta pesquisa.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta trajetória. Muito Obrigada!

RESUMO

A ampliação do conceito de patrimônio cultural vem criando uma reflexão maior sobre a identificação dos bens relevantes para a humanidade e exigindo novas políticas voltadas para sua preservação. A proteção do patrimônio que antes se limitava a bens culturais tangíveis e intangíveis, vem incluindo outros elementos essenciais para a proteção do patrimônio cultural alinhado a outras políticas setoriais, buscando também a conservação integrada das cidades (patrimônio ambiental urbano). Desta forma, não só o patrimônio edificado torna-se objeto de conservação, mas também o seu entorno, considerando-se, portanto, as relações entre o homem e natureza. Com a evolução do estudo das relações estabelecidas entre a paisagem e o homem, surge num novo conceito de paisagem enquanto fruto do agenciamento do homem, na noção de paisagem cultural. Dentro deste contexto, as discussões em relação à preservação da paisagem passaram a ser repensadas como forma de se readequar a uma nova realidade e às exigências deste novo conceito, principalmente em relação à preservação dos sítios listados como patrimônio da humanidade. A inclusão da categoria de paisagem cultural pela UNESCO em 1992 fez emergir novas possibilidades para o estudo da relação do homem com o seu meio ambiente. Esta pesquisa busca abordar a evolução da noção da paisagem cultural e as dificuldades da gestão e proteção destas paisagens, tendo como objetos de estudo os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, distrito de Serro/MG. Ambas as localidades possuem a atividade turística como alternativa econômica e apresentam características que as credenciam como paisagens culturais. Estes distritos surgiram em decorrência de exploração de pedras preciosas pela Coroa Portuguesa durante o período colonial e conseguiram preservar até os dias atuais, elementos significativos das primeiras vilas setecentistas surgidas no auge da mineração. Ambas sofreram poucas mudanças em relação ao seu conjunto arquitetônico e ao meio ambiente, caracterizando-se como lugares de memória e tornando-se importantes exemplos de relação do homem e o meio natural. Com novas discussões envolvendo a relação entre a paisagem e a cultura, surgem novos desafios para a gestão e proteção da paisagem cultural, sendo necessário que as políticas de preservação incluam em suas discussões a proteção da paisagem, considerando todos os aspectos nela envolvidos (homem, natureza, patrimônio material e imaterial). Entretanto, esses distritos enfrentam nos últimos anos novos processos de ocupação, inclusive com a vinda de novos moradores motivados pela beleza paisagística e recursos naturais existentes na região, bem como pelo aumento do fluxo turístico, fatores estes que podem interferir de diversas maneiras na paisagem cultural ou contribuir para a sua reconstrução.

Palavras-chave: Paisagem Cultural. Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Turismo. Gestão do Patrimônio Cultural e Natural.

ABSTRACT

The evolution of the concept of cultural heritage has created a further reflection on the identification of properties relevant for humanity and requiring new policies for their preservation. The protection of heritage that before was limited to tangible and intangible cultural assets, has come to include other elements essential for the protection of cultural heritage in line with other sector policies, also seeking integrated conservation of cities (urban and environmental heritage). Thus, not only the built heritage becomes an object of conservation, but also its surroundings, relations between human and nature being thus taken into consideration. With the evolution of the study of the relationships between the landscape and humans, a new concept of landscape as a result of human action arises, in the notion of cultural landscape. Within this context the discussions regarding the preservation of the landscape began to be rethought in order to readjust to a new reality and the demands of this new concept, especially regarding the preservation of the sites listed as World Heritage Sites. The inclusion of the category of Cultural Landscape by UNESCO in 1992 brought about new possibilities for the study of man's relationship with his environment. This research aims to address the evolution of the cultural landscape concept and the difficulties of management and protection of these cultural landscapes, taking as objects of study the Milho Verde communities and São Gonçalo do Rio das Pedras, in the district of Serro / MG. Both locations hold tourism as an economic alternative and have characteristics that classify these communities as Cultural Landscapes. These communities have emerged as a result of the mining of precious stones by the Portuguese Crown during the colonial period and managed to preserve significant elements of the first seventeenth century villages that emerged at the height of the mining activity. Both communities underwent few changes in relation to their architectural ensemble and the environment, being characterized as places of memory and becoming important examples of man's relationship with the natural environment. With further discussions involving the relationship between landscape and culture, new challenges for the management and protection of the Cultural Landscape arise, requiring preservation policies to include in the discussions the protection of the landscape, considering all the aspects involved in it (man, nature, tangible and intangible heritage). These communities, however, have been facing in recent years different processes of occupation, with the arrival of new residents motivated by the scenic beauty and natural resources in the region, as well as the increase of tourist flow, factors that can interfere in various ways in the cultural landscape or contribute for its reconstruction.

Keywords: Cultural Landscape. Milho Verde and São Gonçalo do Rio das Pedras. Tourism. Management of Cultural and Natural Heritage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL	22
1.1.Paisagem cultural: conceito	22
1.2.A institucionalização da Paisagem Cultural.....	26
1.3 A Chancela da Paisagem Cultural	35
2 A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL: MILHO VERDE E SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS	43
2.1 A Paisagem Cultural de Milho Verde	55
2.2 A Paisagem Cultural de São Gonçalo do Rio das Pedras	96
2.3 Diferentes Paisagens: Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras.	128
2.3.1 Organização local	136
3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E PERFIL DO TURISTA	141
3.1 Turismo de Base Comunitária	141
3.2 Contextualização do turismo local: Sistema Municipal de Turismo e Programas para o turismo na região	143
3.3 Turismo em Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras.....	157
4 GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL	189
4.1 Proteção do patrimônio cultural e natural: forças verticais e horizontais	191
4.2 Desafios da gestão da Paisagem Cultural.....	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	234
APÊNDICES	245
Mapa do núcleo urbano de São Gonçalo com pontos referenciados	246
Apêndice A – Registro fotográfico de São Gonçalo do Rio das Pedras.....	247
Mapa do núcleo urbano de Milho Verde com pontos referenciados.....	262
Apêndice B – Registro fotográfico de Milho Verde.....	263
Apêndice C– Registro fotográfico dos arredores de Milho Verde e São Gonçalo	272
Apêndice D – Pesquisa aplicada com turistas de Milho Verde e São Gonçalo	282
ANEXOS	284
Anexo I – Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009 – Chancela da Paisagem	284
Anexo II – TAC - Inquérito Civil MPMG-0671.12.000112-6.....	288
Anexo III – TAC Inquérito Civil MPMG-0671.12.000113-4.....	294
Anexo IV – Providências solicitadas pela promotora de Serro em 2012 após denúncia da comunidade de São Gonçalo.....	300
Anexo V – Abaixo assinado das comunidades de Milho Verde e São Gonçalo solicitando auditoria nas obras de asfalto para a região.....	302
Anexo VI – Processo de licenciamento ambiental para as obras de asfaltamento do trecho entre Diamantina a Serro.....	304
Anexo VII – Plano Diretor do município de Serro.....	305
Anexo VIII – Decreto Nº 4.772/2014 de 11 de fevereiro. Delimita Zona de Preservação de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras.	330

LISTA DE ABREVIACÕES

APA - Área de Proteção Ambiental
CET - Conselho Estadual de Turismo
CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CODEMA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
COMTUR - Conselho Municipal de Turismo
COMPAC/Serro - Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural de Serro
CONEP - Conselho Estadual de Patrimônio Cultural
COPAM - Conselho de Política Ambiental
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Expansão Rural
EMBRATUR - Empresa Brasileira do Turismo
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FECITUR - Federação dos Circuitos Turísticos Mineiros.
FIEMG - Federação das Indústrias de Minas Gerais
FUNIVALE – Fundação Pró Universitária do Vale do Jequitinhonha
GAT - Grupo de Apoio Técnico
GTZ - Agência Governamental Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDENE/MG - Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IER - Instituto Estrada Real
IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MONAT – Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio
MICT - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
MTur – Ministério do Turismo
OEA – *Organização dos Estados Americanos*
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PMDI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRODETUR - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.
PROMINAS - Companhia Mineira de Promoções
SECTUMA – A Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Serro.
SEDVAN - Secretaria de Estado Extraordinária
SETUR/MG - Secretaria de Estado de Turismo (SETUR/MG)
SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC - Turismo de base comunitária
TURMINAS - Empresa Mineira de Turismo
UC – Unidade de Conservação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPGHR - Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Lednice Valtice, Czech Republic, Exemplo Paisagem claramente definida	32
Figura 02: Rotas do Incenso – Israel – Giora Dan - Exemplo de Paisagens relíquias...	33
Figura 03: Terraços de Arroz nas Cordilheiras Filipinas – Organicamente evoluída	33
Figura 04: Tongariro, Parque Nac. da Nova Zelandia, Paisagem Cultural Associativa	34
Figura 05: Pico do Itambé	39
Figura 06: Mapa de localização do município de Serro no Estado de Minas.....	43
Figura 07 – Mapa de localização da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha.	44
Figura 08 - Localização dos distritos na Bacia do Rio Jequitinhonha	44
Figura 09 – Ponte sobre o rio Jequitinhonha na estrada entre São Gonçalo e Vau.....	46
Figura 10: Topografia região	47
Figura 11: Serra do Espinhaço	48
Figura 12: Serra do Raio em São Gonçalo	48
Figura 13: Pico do Itambé	49
Figura 14. Interior da APA das Aguas Vertentes	50
Foto 15: Monumento Natural da Várzea do Lajeado e Serra do Raio	51
Figura 16: Foto aérea do distrito de São Gonçalo	51
Figura 17: Detalhe da paisagem da região de Milho Verde	57
Figura 18: Localização do antigo quartel de fiscalização implantado em Milho Verde.	60
Figura 19: Igreja de Nossa Senhora do Rosário	61
Figura 20: Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres	61
Figura 21: Mapa de localização dos reinos de Congo, Matamba, Ndongo e Benguela	62
Figura 22: Ngola Ana Nzinga Mbande,– Rainha reinos do Ndongo e de Matamba.....	63
Figura 23: Antônio Veríssimo (Crispin) – Ex-vissungueiro (falecido)	64
Figura 24: Capa do CD Caçador de Mim, 1984 com a Igreja do Rosário ao fundo	70

Figura 25: Localização do distrito de Milho Verde	71
Figura 26: Ivo Silvério (chefe do grupo de Catopês)	75
Figura 27: Grupo de Congado de Milho Verde (Catopês)	75
Figura 28: Folia de Reis em Milho Verde	75
Figura 29: Caboclos da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Serro	78
Figura 30: Marujada da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Serro	78
Figura 31: Catopês e Caixa de Assovio da Festa de Nossa Senhora do Rosário/Serro...	79
Figura 32: Igreja do Rosário em Milho Verde e paisagem	80
Figura 33: Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres	83
Figura 34: Moinho de Milho Verde	92
Figura 35: Vista panorâmica de São Gonçalo do Rio das Pedras	97
Figura 36: Ponte sobre o Rio Jequitinhonha, próximo a São Gonçalo.	102
Figura 37: Ademil e Devanil demonstração de técnicas de garimpo	104
Figura 38: Localização do Golfo da Guiné, Angola e Congo.....	105
Figura 39: Antigo Rancho de Tropas de São Gonçalo do Rio das Pedras	107
Figura 40: Dona Elídia, moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras	108
Figura 41: Últimas tropas chegando em São Gonçalo	108
Figura 42: São Gonçalo do Rio das Pedras MG no ano 1980	110
Figura 43: Cenas do filme “O padre e a moça” gravado no distrito.....	111
Figura 44: Moinho d’agua	113
Foto 45: Processo de moagem do milho.....	113
Foto 46: Processo de moagem do milho	114
Foto 47: Moinho no topo da Cachoeira do Comércio	114
Foto 48: Moinho inativo perto da Cachoeira do Comércio	114
Figura 49: Fabricação de doces (Goiabada)	115
Figura 50: Produção de uva	115

Figura 51: Produção de vinhos	117
Figura 52: Igreja Matriz de São Gonçalo	117
Figura 53: Igreja do Rosário	117
Figura 54: Igreja do Rosário e Largo	118
Figura 55: Igreja Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras	120
Figura 56: Pinturas rupestre nas trilhas da Estrada Real em direção a São Gonçalo	124
Figura 57: Pessoas da comunidade ainda utilizam o caminho real	125
Figura 58: Trilha Capivari a São Gonçalo - Serra do Raio	125
Figura 59: Dona Helena (São Gonçalo) e Dona Geralda (Milho Verde)	126
Figura 60: Primeira fase da formação das cidades coloniais mineiras (1700-1720).....	130
Figura 61: Segunda fase da formação das cidades coloniais mineiras (1700-1720).....	130
Figura 62: Terceira fase da formação das cidades coloniais mineiras (1750-1780).....	131
Figura 63: Última fase da formação das cidades coloniais mineiras (1800 - ?).....	131
Figura 64: Formação dos núcleos urbanos de Milho Verde e São Gonçalo	132
Figura 65- Municípios que compõem o Circuito dos Diamantes	150
Figura 66: Localização das comunidades no mapa da Estrada Real	151
Figura 67: Cenas do filmes “O padre e a Moça”	164
Figura 68: Cenas do filmes “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”	164
Figura 69: Ciclo de vida de uma destinação turística	168
Figura 70: Quadriciclo alugado	170
Figura 71: Surgimento de imobiliárias	170
Figura 72: Forro da Capela-mor da Igreja Matriz de São Gonçalo	197
Figura 73: Nestor de Araújo	198
Foto 74: Morador construindo muro de adobe	198
Figura 75: Entrada de Milho Verde com Serra do Espinhaço ao fundo	202

Figura 76: Interior da APA das Aguas Vertentes	203
Figura 77: Mapa das unidades de conservação – Região Milho Verde e São Gonçalo.	205

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Principal reclamação do turista	154
Gráfico 02: Principais problemas a serem resolvidos em Milho Verde e São Gonçalo	155
Gráfico 03 – Principais características de São Gonçalo.....	160
Gráfico 04 – Principais características de Milho Verde	161
Gráfico 05 – Procedência dos entrevistados	174
Gráfico 06 – Gênero	174
Gráfico 07 - Faixa etária.....	175
Gráfico 08 – Escolaridade	175
Gráfico 09 – Renda salarial	176
Gráfico 10 – Principal destino?	176
Gráfico 11 – Vai visitar alguma outra cidade?	177
Gráfico 12 – Quantas vezes visitou?	177
Gráfico 13 – Com quem viaja?	178
Gráfico 14 – Qual transporte utilizado?	178
Gráfico 15 – Onde se hospedará?	179
Gráfico 16 – Quantos dias permanecerá?	179
Gráfico 17 – Quanto pretende gastar por dia?	180
Gráfico 18 – Atendimento geral do comércio	180
Gráfico 19 – Sinalização	181
Gráfico 20 – Aparência da cidade	181

Gráfico 21 – Acesso à cidade	182
Gráfico 22 – Meios de hospedagem	182
Gráfico 23 – Alimentação	183
Gráfico 24 – Lojas de artesanato	183
Gráfico 25 – Informações turísticas	184
Gráfico 26 – Segurança	184
Gráfico 27 – Acolhida e receptividade.	185
Gráfico 28 – Limpeza	185
Gráfico 29 – Conservação dos monumentos	186
Gráfico 30 – Conservação do meio natural	186
Gráfico 31 – Vida noturna	187
Gráfico 32 – Iluminação Pública	187
Gráfico 33 – Saneamento básico	188
Gráfico 34: Visitação no Monumento Natural por cachoeira	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Total Geral: Bens tombados por categoria	37
Tabela 02: Habitantes da Capitania de Minas Gerais, por Comarca 1776.	74
Tabela 03 - Principais razões históricas geradoras das diferenças entre as paisagens de Milho Verde e São Gonçalo.	135
Tabela 04 - Principais diferenças da paisagem	136
Tabela 05 - Avaliação dos conflitos gerados pelo turismo em Milho Verde	166
Tabela 06 – Sobre as principais causas de conflitos em Milho Verde	166
Tabela 07 - Avaliação dos conflitos gerados pelo turismo em São Gonçalo	166
Tabela 08– Sobre as principais causas de conflitos em São Gonçalo	167
Tabela 09– Estágios da relação entre desenvolvimento do turismo e transformações na comunidade	167
Tabela 10 - Empreendimentos turísticos em Milho Verde	169
Tabela 11 - Empreendimentos turísticos em São Gonçalo	170
Tabela 12: Percepção do turista em relação ao distrito de Milho Verde	172
Tabela 13: Percepção do turista em relação ao distrito de São Gonçalo	173
Tabela 14: Monumentos tombados no distrito de Milho Verde	195
Tabela 15: Monumentos tombados no distrito de São Gonçalo	196
Tabela 16: Principais impactos relacionados à intervenção urbana estudada	223

INTRODUÇÃO

Quem conhece os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, localizados no município de Serro em Minas Gerais, tem a sensação de ter voltado no tempo, na época da fundação das primeiras vilas setecentistas, onde afloraram o ouro e diamante que alimentaram a ganância de muitos durante o período colonial. As mudanças ocorridas nestas regiões ao longo dos anos não foram capazes de apagar os vestígios deste período, que foi marcado pela corrida do ouro e do diamante; pela utilização de negros africanos escravizados nas lavras; pela violação da dignidade do ser humano; pela subserviência forçada; pela ganância por pedras preciosas; pelas muitas experiências vivenciadas por meio do intercâmbio cultural inevitável entre portugueses, africanos e índios; pelas longas e cansativas caminhadas empreendidas mata adentro sobre lombos de burros, único meio de transporte daquela época.

Os moradores atuais parecem ser testemunhas deste período; ouviram histórias de antigos moradores e as reproduzem tão minuciosamente que faz o ouvinte desligar-se do presente e transferir-se para aquela época. Ouvem-se os sininhos das mulas descendo em frente à casa de Dona Elídia, de 94 anos, indo em direção ao Rancho de Tropas, que ainda continua de pé e que pode ser visto da janela de sua casa. *“Lembrança daquele monte de burros. Me vem o barulho dos sininhos mostrando que estava chegando as tropas. Eu estava nova”*. Seus moradores parecem ainda testemunhas das relações estabelecidas entre exploradores de diamantes e escravos, e do sofrimento destes últimos nas lavras e no trabalho do dia a dia, como nos relatos feitos por Dona Geralda, moradora de Milho Verde. *“Os antigo contava (sic) as histórias daqui como é que era, o tempo de escravidão, tempo de sofrimento, [...] Eles trabalhavam muito, apanhavam, trabalhavam no serviço escravo, isso eles contavam muito.”*

Seus moradores contam também sobre o período de decadência do ouro, o final do século XIX, quando grande parte das famílias teve que conviver com poucos recursos de sobrevivência e permanecia meses longe de suas casas para trazer alimentos para toda a família e para a comunidade num sistema de troca de alimentos. *“Meu pai era do trecho da tropa, não só Diamantina, ele fazia Zona da Mata até Diamantina; ou se fosse preciso, ele conseguia ir até Corinto. [...] Ele gastava mês pra fazer, ele vivia na estrada. Ele não era só tropeiro, ele era comerciante.”* *“Trocavam alimentos com outras pessoas, traziam feijão, trocavam com outros alimentos aqui. Às vezes aqui não tinha o feijão, tinha era banana, [...]*

E ai eles trocavam suas mercadorias aqui com certas pessoas da comunidade”. (relato de moradores de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Este período ficou marcado também pela contribuição de outros grupos para formação cultural de São Gonçalo do Rio das Pedras e de Milho Verde. O intercâmbio entre culturas proporcionado pelas levas de gente com diversas ambições e motivos nesta região, entre eles portugueses, africanos escravizados e índios, permitiu a formação de um povo e de culturas singulares.

O resultado deste intercâmbio é notável no modo de falar. Em Milho Verde, por exemplo, a presença de negros descendentes de africanos escravizados na região deixou características expressas no modo de falar. A língua *banto* é ainda praticada na comunidade, apesar de ser considerada em extinção no estado de Minas Gerais. A contribuição da cultura africana e portuguesa é claramente percebida na existência de quilombos espalhados pela região e pela culinária dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo. Exemplo disso é o uso dos *munhos* (influência portuguesa) para se fazer o fubá, alimento essencial da cozinha local desde o período da escravidão, que dava vigor e energia nos trabalhos de mineração e que hoje serve para a produção de bolos, insuados, pamonha, curau de milho, broas e outras receitas.

Quanto à arquitetura em estilo colonial presente nos distritos, observam-se diversas influências da Europa, principalmente, com a vinda dos portugueses, agregada às técnicas de construção dos escravos. Em Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras existem monumentos religiosos, hoje legalmente protegidos, e casarões, que utilizaram técnicas tradicionais como adobe e taipa.

Outro aspecto importante dos distritos, influenciado tanto por portugueses quanto africanos, foi a religiosidade. As comunidades tem forte tradição religiosa, em sua grande maioria católica e muito devota. *“Que aqui também tinha o trabalho escravo. Quando foram libertados, em prol criaram esta Irmandade, em louvor a Nossa Senhora do Rosário. E junto com esta equipe eles trabalham e dizem que construíram esta igreja”* (relato de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras). *“Quando a gente está ai em aflição, dificuldades, passando por problemas difíceis, o santo que a gente grita: Ai meu São Gonçalo, socorre! O Socorro vem na hora. Isso é pra quem acredita e tem fé né?”* (relato de moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras).

A contribuição de Portugal para a agricultura também foi importante nos distritos, que aprenderam com padres portugueses as técnicas de plantio das uvas para a produção de vinho, que é um produto tradicional de São Gonçalo do Rio das Pedras, mas que há alguns anos atrás também era produzido em Milho Verde, segundo relatos de moradores locais.

A mineração também marcou os distritos de Milho Verde e São Gonçalo, que detinham e ainda detêm conhecimento sobre as técnicas de mineração e técnicas tradicionais como a produção de ferramentas de ferro. *“Inclusive meu avô, era ferreiro também. Aprendeu mexendo dentro da mineração com aquelas pessoas mais velhas, os descendentes da família dele, pais dele, tios dele ou coisa assim. Já tinha aquela técnica que veio dos escravos.”* (relato de morador de São Gonçalo do Rio das Pedras).

Enfim, percebem-se nestas localidades aspectos materiais e imateriais marcantes influenciados por diferentes culturas: a europeia, a africana, a indígena, que tiveram que se conviver, permitindo assim o assentamento de uma civilização singular num curto espaço de tempo. Essas características peculiares de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras as credenciam como paisagem cultural, enquanto exemplos da relação do homem com seu meio ambiente. Servem ao objetivo desta pesquisa, que é evidenciar algumas características e implicações acerca de como a categoria de paisagem cultural pode ser aplicada e quais elementos devem ser considerados na identificação e preservação do patrimônio cultural, bem como os desafios da sua gestão, considerando que tais vilarejos durante mais de dois séculos viveram isolados e conseguiram manter diversas características do período colonial. O turismo também terá destaque nesta pesquisa. Ambos possuem o turismo como alternativa econômica, entretanto, devido ao seu caráter essencialmente territorial, tal atividade poderá trazer alterações nesta paisagem ou contribuir para a sua reconstrução.

A metodologia consistiu na revisão bibliográfica principalmente de assuntos referentes à paisagem cultural, patrimônio, turismo, ordenamento territorial; realização de entrevistas com moradores locais, poder público e órgãos de preservação natural e cultural da esfera municipal e estadual; realização de pesquisa de demanda turística em Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras; registros fotográficos que demonstram a singularidade da paisagem estudada, além de observações realizadas pela autora em visitas de campo entre os anos de 2013 a 2014 nos distritos estudados.

Para atingir seu propósito, esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “Evolução da noção de paisagem cultural e sua trajetória no Brasil” serão abordadas as transformações conceituais e evolução da noção da paisagem cultural; a sua correlação com as políticas de preservação do patrimônio em âmbito mundial e a sua trajetória no Brasil, partindo de uma discussão teórica para entender melhor como se dá a interface entre natureza e cultura. Serão utilizadas discussões realizadas por Rafael Winter Ribeiro e outros diversos autores acerca da paisagem cultural.

No segundo capítulo “Construção da paisagem cultural: Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras” serão evidenciadas as características culturais e ambientais que credenciam estes vilarejos como paisagens culturais, utilizando-se materiais historiográficos e etnográficos que auxiliaram nos estudos sobre a contribuição de diferentes grupos para a formação cultural dos distritos, além de levantamento dos relatos dos viajantes que descreveram os aspectos ambientais, culturais e peculiaridades de cada localidade no século XIX, como Auguste Saint-Hilaire, Spix e Martius e John Mawe. Serão apresentadas entrevistas realizadas com moradores locais entre os anos de 2013 a 2015, que por meio da memória oral contribuíram para a compreensão de aspectos culturais materiais, imateriais e simbólicos presentes na região, reforçando as características que compõem a paisagem local. Foi utilizada também como referência no estudo da paisagem de Milho Verde, a pesquisa de dissertação de mestrado sobre os *munhos* de Rudá Andrade (2013), *Vissungo com angu: histórias e memórias da produção e consumo de fubá no Alto do Jequitinhonha*, que apresenta informações relevantes sobre o distrito de Milho Verde e sobre a prática do vissungo na região.

Sobre as diferenças entre as paisagens de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, coube a referência à tese de doutorado intitulada *A Construção das Paisagens Turísticas: nos descaminhos da Estrada Real*, pesquisa de Altamiro Bessa (2011), que além de fornecer informações relevantes sobre o aspecto da paisagem das dois vilarejos, faz um estudo sobre os diferentes tipos de turismo que ocorrem em ambos e como cada um deles se organizou para a atividade, tema que será abordado também no segundo capítulo.

As entrevistas presentes nessa pesquisa são derivadas de diversas fontes, produzidas por organizações comunitárias em ações locais, como o Instituto Milho Verde e, citadas na pesquisa de Rudá Andrade (2013), bem como entrevistas realizadas pela própria autora em outras ocasiões, como no seu trabalho de conclusão de curso em Turismo (2012), que reuniu

informações acerca das transformações das paisagens pelo turismo; além pesquisas realizadas com empresários das comunidades no ano de 2009 sobre as principais dificuldades enfrentadas pela região em relação ao turismo, a percepção em relação à iminência do asfaltamento do trecho da Estrada Real e suas preocupações sobre a participação da comunidade. Também foram realizadas observações sistematizadas por meio de visitas em campo, participações em reuniões, festivais, eventos religiosos, com o intuito de promover a participação mais intensa da pesquisadora nas vivências das comunidades e acontecimentos importantes durante tal estudo para melhor compreendê-los.

No terceiro capítulo será abordado o turismo na região e discutida a relação da atividade com a preservação e intervenção nestas paisagens. Como o turismo acontece? Quais os programas e ações para o desenvolvimento do turismo? Como as comunidades se organizam para o desenvolvimento turístico local e qual público frequenta estas comunidades? Serão apresentados dados da pesquisa de demanda turística, realizada entre os meses de novembro de 2014 e janeiro de 2015 nos dois distritos que revela o perfil dos visitantes locais, confirmando e/ou refutando os argumentos, segundo os quais, existem diferenças na organização comunitária dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, e que devido a esses motivos, estes recebem um público diferenciado, com poder aquisitivo e comportamentos distintos, apesar da pequena distância existente entre eles.

No quarto capítulo, serão retomadas as discussões em relação à paisagem cultural, desta vez, no entanto, sob a perspectiva dos moradores, do poder público e dos órgãos de preservação (ambiental e cultural). Como se organizam para a proteção da paisagem cultural, considerando que tanto os aspectos naturais e culturais são importantes nas discussões para a proteção integrada? Será discutida ainda a relação das comunidades com o meio ambiente, a sua participação na proteção da paisagem cultural e os conflitos ambientais existentes na região, com embasamento nas entrevistas realizadas nos distritos com seus moradores e com representantes dos órgãos de proteção. Por fim, serão evidenciados neste capítulo os contextos históricos e socioeconômicos em que atualmente vivem as comunidades (turismo, especulação imobiliária, expansão urbana, crimes ambientais), e que podem se apresentar como desafios à gestão da paisagem local.

CAPITULO I: EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE PAISAGEM CULTURAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

Este primeiro capítulo abordará o conceito e evolução da noção da paisagem cultural em nível mundial e a sua trajetória no Brasil, utilizando discussões realizadas por Rafael Winter Ribeiro e outros autores acerca da paisagem cultural. Partindo-se de uma discussão teórica para compreender melhor como se dá a interface entre natureza e o homem. Tal abordagem também é necessária para apontarmos os principais instrumentos instituídos em âmbito nacional e mundial que garantem e legitima a proteção da paisagem cultural, estudando ainda a sua correlação com políticas setoriais que podem interferir ou interagir com a mesma.

1.1 Paisagem cultural: conceito

Segundo Ribeiro (2007), a vinculação entre paisagem e patrimônio cultural não é recente, mas vem ganhando especial destaque nas últimas décadas em determinadas áreas através da noção de paisagem cultural. A paisagem cultural pode ser considerada o fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço, ou seja, o homem como ser capaz de participar da construção da paisagem. De acordo com as “Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”, paisagens culturais representam as “obras combinadas da natureza e do homem”.

Para Ribeiro (2007), a paisagem pode ser interpretada de diversas maneiras, mas podemos notar que o homem é um elemento essencial na leitura da paisagem:

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas. (RIBEIRO, 2007, pág. 09)

Lenoble (1990) em seu livro “*História da ideia da natureza*” destaca o papel da natureza e sua relação com o homem ao longo dos séculos. Na Antiguidade, a natureza dominava o homem e este a aceitava e não pensava em transformá-la e nem dominá-la. A ideia que se tinha na Antiguidade era que a natureza era uma imensa coisa viva e inteligente. Mais tarde, com os filósofos Platão e Aristóteles, o homem percebe que há uma associação da natureza com a ordem, ou seja, que é regida por leis. Para os filósofos da Grécia Antiga, o homem

ocupava na natureza o primeiro lugar. Os gregos diziam que a natureza não era criada, mas sim eterna. Já com a influência do Cristianismo, a ideia que se tinha da natureza era que esta era criada por Deus e dependia de um ser divino para existir e que somente Deus é eterno e que a natureza ocupava no mundo o mesmo lugar que os homens.

Com o passar dos anos, os estudos da relação da natureza e o homem se intensificaram e hoje temos a ideia de que a paisagem é resultado do agenciamento do homem sobre a natureza. O termo “paisagem” é abordado por diferentes disciplinas, algumas com mais tradição que outras, como a Geografia, a Arquitetura, a Ecologia e a Arqueologia. Porém, segundo Ribeiro (2007) a Geografia é uma das disciplinas que ao longo de sua história mais tem se dedicado a refletir sobre a paisagem como um conceito¹. Como aponta Marwin Mikesell, a identificação, descrição e interpretação de paisagens têm sido um dos maiores empreendimentos da geografia ao longo de sua história. (MIKESELL, 1972, pág. 09 *apud* RIBEIRO, 2007).

Segundo Ribeiro (2007), a definição da paisagem como conceito da geografia se deu ao final do século XIX e início do século XX na Alemanha, com Otto Schlüter (1872-1959) e Siegfried Passarge (1866-1958), sendo introduzida nos Estados Unidos por Carl Ortwin Sauer (1889-1975) (ENGLISH e MAYFIELD, 1972 *apud* RIBEIRO, 2007). Já o termo *Kulturgeographie* [geografia cultural] introduzido inicialmente por Ernst Kapp foi usado por Otto Schlüter, criando a morfologia da paisagem cultural. “*Kulturlandschaft* foi um termo criado por Schlüter para designar a paisagem transformada pelo trabalho do homem. Ou *paisagem cultural*, em oposição a *Naturlandschaft* [paisagem natural], da qual a ação do homem estaria ausente” (SCHICK, 1982 *apud* RIBEIRO 2007).

Schlüter e Passarge contribuíram na investigação de como os “elementos que compõem a paisagem se agrupavam, possibilitando uma hierarquia de paisagens, e também nos mecanismos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural.” (CORREA, 1995:4 *apud* RIBEIRO, 2007). Assim, os aspectos culturais passaram a ser estudados cientificamente

¹ O autor escreveu uma nota relatando que quando abordada dentro da discussão teórica da geografia, a paisagem é como um conceito científico, posto que tradicionalmente foi objeto de densa discussão a seu respeito, tendo sido considerada como um conceito estruturante da disciplina dentro de algumas tradições da geografia. Devemos entender conceito como uma representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade, sendo necessário à discussão científica. Fora da discussão acadêmica, a paisagem pode ser tratada como uma noção ou categoria, esta última entendida como um conjunto de elementos que possuem características comuns, mas que não possui a precisão teórica e descritiva de um conceito.

e mais tarde com Carl Sauer a “geografia cultural ganha *status* de um subcampo independente dentro da disciplina geográfica, no qual o conceito de paisagem tinha seu lugar de destaque.” (RIBEIRO, 2007, pág. 18). Para Sauer, *Landscape* seria o equivalente ao alemão *Landschaft*, que poderia ser definida como uma área construída por uma associação distinta de formas; tanto naturais como culturais (SAUER, 1996: 301 *apud* RIBEIRO, 2007, pág. 19).

É interessante percebermos que, influenciado pela geografia alemã, Sauer vai tomar de autores como Schlüter e Passarge os conceitos de paisagem natural e paisagem cultural, sendo a primeira aquela paisagem ainda sem as transformações do homem, enquanto a segunda vai ser a paisagem transformada pelo trabalho do homem” (RIBEIRO, 2007, pág.19). A cultura torna-se a responsável pelas transformações do homem na natureza.

A natureza sempre foi representada de diversas formas em diferentes sociedades. Cada civilização a enxerga de uma maneira, e atribui diferentes valores a ela, conforme sua crença, tradição, etnia, experiência e relações com o meio ambiente, que se modificam ao longo do tempo. A relação do homem com a paisagem está associada também à ideia da paisagem enquanto memória. A paisagem pode nos contar por meio de lembranças ou memórias como ela se formou e quais atores participaram do seu processo de construção. Assim, como por exemplo, no estudo de caso dessa dissertação, serão abordadas duas localidades que surgiram da exploração de pedras preciosas durante o século XVIII, período marcado pela utilização de mão de obra escrava e que deixou marcas com as quais as comunidades ainda se identificam. Portanto, mesmo que seus moradores atuais não estivessem presentes em determinado período, estes reconhecem a importância da herança da cultura africana e portuguesa e de suas raízes para a formação da cultura local.

Pollak (1992) apresenta os elementos que constituem a memória, sendo individuais ou coletivos, vivenciados “pessoalmente ou por tabela”. Estes elementos passam a fazer parte da própria essência da pessoa, mesmo que esta pessoa viva em outro período histórico. Portanto, dependendo das relações estabelecidas entre o homem e a natureza, a paisagem cultural fica fortemente marcada e, mesmo com o passar do tempo, os elementos simbólicos que a demarcam permanecem. Pollak (1992) reforça ainda a existência de lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva?
Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar,

são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, 201-202).

Desta forma, ocorre um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte e tão marcante que podemos falar numa memória que foi herdada (FORTES 2010). Para o historiador Simon Schaman (1996, pag. 26) os mitos e as lembranças da paisagem partilham duas características comuns: “sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos”.

Deste modo, considera-se que a paisagem é um resultado cultural, uma vez que “as paisagens podem ser construídas pelas ações das memórias, por meio dos momentos e espaços vividos, ou ainda, tornando-a como apropriação cultural dos sujeitos sobre o mundo, construindo saberes sobre si e sobre o mundo.” (FORTES, 2010, pag. 19).

Já Lazzarotti (2003 *apud* ALMEIDA, 2006, pág. 33) afirma que uma paisagem também pode ser considerada “patrimônio” a partir do momento em que é singular, e que suas qualidades são únicas. Essa singularidade pode decorrer de duas referências: do apelo ao solo, isto é, a valorização do que se vê (a paisagem em sentido mais estrito ou usual) e do apelo ao passado, ou seja, à história única que fez o lugar.

Dentro deste contexto é possível analisar uma paisagem, não simplesmente como uma mera fonte de recursos naturais e de valores biológicos, mas sim pelos valores históricos e culturais, considerando uma ação antropológica que emoldurou e atribuiu significados a essa paisagem que com o passar dos anos, pode sofrer influências de outras gerações, contribuindo para uma nova leitura desta paisagem.

No item seguinte, será abordada a evolução do termo “paisagem” e a importância de sua institucionalização para a criação de instrumentos de proteção, utilizando informações verificadas nas cartas patrimoniais, que demonstram como os órgãos de preservação do patrimônio no mundo trataram o tema desde as recomendações da Carta de Atenas até a noção de “paisagem cultural” que utilizamos atualmente.

1.2 A institucionalização da paisagem cultural

A paisagem vem sendo objeto de pesquisas mais aprofundadas nos últimos anos e ganhando destaque nos estudos sobre a interpretação e identificação do patrimônio, natural e cultural, como objeto de proteção, na noção de Paisagem Cultural. Segundo Figueiredo (2014), a paisagem teve durante muito tempo um papel secundário nas discussões sobre a proteção do patrimônio cultural, mesmo possuindo características interdependentes dos aspectos culturais.

Apesar da noção de paisagem estar associada entre aspectos naturais e culturais, estas remetiam mais a ideia de beleza do ambiente natural associada à noção de monumento natural, ou como pano de fundo ou entorno dos monumentos históricos, mesmo quando estes eram conjuntos urbanos, estabelecendo uma hierarquia entre o bem principal e o secundário (a paisagem). (FIGUEIREDO, 2014, pág. 102)

Na sua tese de doutorado intitulada “*Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas*”, Vanessa Figueiredo (2014) faz um estudo sobre a evolução da noção de paisagem cultural, a começar do ano 1931, quando alguns documentos e as cartas patrimoniais internacionais já abordavam o termo “paisagem”.

Segundo a autora, a carta de Atenas (CIAM, 1933) já ressaltava o entorno e a visibilidade dos monumentos. Entretanto, apesar da preocupação com os aspectos naturais, nota-se uma forma equivocada de vincular a natureza ao monumento somente enquanto ornamento.

A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar as superfícies verdes. É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços, ao redor de algum monumento de valor histórico, destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. (CARTA DE ATENAS, 1933) ².

Em 1940, na Convenção de Washington menciona-se a paisagem natural e o belo. Nesta Convenção foram discutidas ações para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América e definidos os conceitos de reserva nacional, monumento natural e reserva silvestre. A partir desta Convenção, segundo Brito (2003), os Parques Nacionais passaram a ser considerados áreas importantes para a proteção e conservação de importância nacional das belezas cênicas naturais da flora e fauna, o que beneficiaria o

² Carta de Atenas. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso 14 de set 2014.

público que poderia usufruir das paisagens naturais colocadas sob guarda oficial (BRITO, 2003).

A Recomendação de Paris estabeleceu a preservação ambiental, dando mais importância à salvaguarda da beleza e caráter das paisagens e sítios, propondo medidas de salvaguarda por parte dos órgãos competentes.

Entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e lugares, a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou à obra do homem, que apresentam um interesse cultural e estético, ou que constituem meios naturais característicos. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962)³.

A Recomendação de Paris (UNESCO, 1962) ainda aborda a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural e estabelece as definições de “patrimônio natural”:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962) ⁴.

A Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) ampliou a noção de monumento histórico para um sítio urbano ou rural, com arquitetura modesta e enfoca a noção de entorno e visibilidade dos monumentos. Ou seja, a paisagem passa a ser parte integrante na proteção integral dos monumentos históricos.

Artº 1º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural. (CARTA DE VENEZA, 1964)⁵.

³ Convenção de Washington. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4675>>. Acesso 14 de set 2014.

⁴ Recomendação de Paris. Disponível em <whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 14 de set/2014.

⁵ Carta de Veneza. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em 14 de set/2014.

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitem todas as partes interessadas do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente. (CARTA DE VENEZA, 1964).

Já, as Normas de Quito (OEA, 1976) consideram e retratam a paisagem com portadora de marcas e expressões do passado.

Todo processo de acelerado desenvolvimento traz consigo a multiplicação de infraestrutura e a ocupação de extensas áreas por instalações industriais e construções imobiliárias que alteram e ainda deformam a paisagem, apagando as marcas e expressões do passado, testemunhos de uma tradição histórica de inestimável valor. (NORMAS DE QUITO, 1976, tradução nossa)⁶.

Quanto ao turismo, as Normas de Quito tratam a atividade como fator essencial para a valorização dos monumentos naturais e culturais e para a consciência de sua importância e significado para a nação.

Os valores propriamente culturais não se degradam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração que conquistam os monumentos e o crescente aumento de admiradores estrangeiros, contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significado nacional. Um monumento restaurado adequadamente, um conjunto urbano valorizado, constitui não somente uma marca viva de história, mas também legítimo motivo de orgulho nacional. (NORMAS DE QUITO, 1976, tradução nossa)

A Recomendação de Nairobi (UNESCO, 1976) alerta sobre a perda dos conjuntos históricos e recomenda medidas dos Estados para proteção, inclusive de sua ambiência (natural, construído, rural e urbano).

[...] diante de tais perigos de deterioração e até de desaparecimento total, todos os Estados devem agir para salvar esses valores insubstituíveis, adotando urgentemente uma política global e ativa de proteção e de revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência como parte do planejamento nacional, regional ou local.(RECOMENDAÇÃO DE NAIROBI, 1976)⁷

A Carta de Florença (ICOMOS,1981) reconhece os jardins históricos como detentores de valores históricos e artísticos, que, portanto, devem ser considerados monumentos.

⁶ Normas de Quito. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4677>>. Acesso em 14 de set/2014.

⁷ Recomendação de Nairobi. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em 14 de set/2014.

“**Art. 1.** Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal, é considerado um monumento.” (CARTA DE FLORENÇA, 1981) ⁸.

A Carta de Washington (ICOMOS, 1986) expõe uma preocupação referente à tendência de deformação e destruição dos espaços como cidades e sítios históricos que ocorria devido ao modelo de desenvolvimento urbano que afetava o meio ambiente e recomendava ações dos Estados para a sua proteção.

Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial:

- a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária;
- **as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres;**
- a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
- **as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem;**
- as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história.
- **Qualquer ataque a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica.** (CARTA DE WASHINGTON, 1986, grifo nosso).⁹

Segundo Figueiredo (2014), apesar da paisagem estar referenciada nos diversos documentos e cartas, foi somente na década de 1990 que se iniciou um processo de institucionalização de uma nova abordagem de preservação do patrimônio, enquanto “paisagem cultural”.

Entretanto, já em 1925, autores como Carl Sauer retratavam o termo “paisagem cultural” ao vincular definitivamente a paisagem à ação humana, podendo a paisagem cultural ser entendida como o registo desta ação sobre o território natural. A “paisagem cultural é aquela criada por um grupo cultural a partir de uma paisagem natural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem é o resultado” (SAUER, 1925 *apud* RIBEIRO, 2007).

A partir de vários estudos realizados por arqueólogos, geógrafos e especialistas ambientais chegou-se ao pensamento de que seria um equívoco enxergar as paisagens culturais como um fenômeno exclusivamente eurocêntrico (FOWLER, 2003), enquanto outros autores reforçavam que a natureza era fruto da evolução e intervenção humana e, que, portanto, não poderíamos julgá-la como uma natureza intocável, já que as comunidades indígenas e nossos

⁸ Carta de Florença. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=252>>. Acesso em 14 de set/2014.

⁹ Carta de Washington. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258>>. Acesso em 14 de set/2014

antepassados poderiam já ter influenciado na construção de tal paisagem, dando a ela um significado cultural. Desta forma, não poderíamos saber se a paisagem era realmente uma selva ou não (EVERNDEN 1992 *apud* MITCHELL; MELNICK, 2012).

Segundo Ribeiro (2007), no texto da Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, aprovada pela UNESCO em 1972, nota-se um antagonismo entre as categorias “cultural” e “natural”. Essa divisão refletia a ideia de que, para muitos dos conservacionistas da natureza, quanto menos interferência humana houvesse numa área, melhor ela seria qualificada; assim também, para muitos arquitetos, historiadores da arte e outros cientistas das áreas humanas, os monumentos e estruturas, prédios e ruínas, eram vistos como fenômenos isolados (FOWLER, 2003). Para Ribeiro (2007), essa concepção refletia a própria origem antagônica da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza.

Segundo Ribeiro (2007), a existência de bens que podiam ser classificados nas duas categorias demandou a criação da classificação de “bens mistos”, para os bens e sítios que tinham sua inscrição justificada tanto por critérios naturais quanto culturais; entretanto a integração entre ambos não era necessariamente objeto de análise ou de preservação. A partir da contribuição de outras disciplinas e da discussão acerca do desenvolvimento sustentável, emergiram-se discussões sobre a integração entre o homem e a natureza.

Com o passar dos anos, o desenvolvimento de disciplinas como a ecologia política e a discussão em torno de categorias como a de desenvolvimento sustentável provocou uma valorização no contexto internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente (RIBEIRO, 2007, pág. 38).

Foi em resposta a esse contexto que a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada mais fortemente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Comitê do Patrimônio Mundial, em sua reunião realizada nos Estados Unidos no ano de 1992, cria tal categoria, incluindo a noção de paisagem cultural na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. O conceito de paisagem cultural foi finalmente incorporado pela UNESCO como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais, considerando aspectos da integração entre o homem e a natureza, entre o patrimônio material e o imaterial. A criação desta nova categoria reflete uma preocupação maior com os conflitos

ambientais e alterações nas paisagens causadas pelas modificações ocorridas nas formas de vida e dos usos tradicionais do território.

A instituição da categoria “Paisagem Cultural”, também criou uma série de discussões em relação às inscrições de sítios históricos que já haviam sido reconhecidos mundialmente e que já haviam sido enquadrados nas categorias existentes: cultural e natural, instituídas no ano de 1972. Tal fato exigiu uma reflexão da UNESCO sobre as inscrições realizadas, já que as discussões sobre a paisagem cultural haviam evoluído, obrigando a entidade a reconsiderar o termo e a própria lista de bens protegidos.

A partir daí, novas recomendações foram aprovadas com o objetivo de fortalecer a política de proteção da paisagem cultural. Em 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa, por meio da Recomendação N.º r (95) 9, “*Sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas*”, recomenda que os governos dos Estados-membros adaptem suas políticas para conservação orientada de áreas de paisagem cultural. Logo após, no ano 2000, é escrita a Convenção Europeia da Paisagem¹⁰, que recomenda um conjunto de regras para proteção, gestão e ordenamento das paisagens europeias¹¹.

A categoria da Paisagem Cultural possui três subcategorias que buscam encampar três diferentes concepções de paisagem:

- 1- Paisagens Claramente Definidas
- 2- Paisagens Evoluídas Organicamente, subdivididas em Paisagem Reliqua (Fóssil) e Paisagem Contínua
- 3- Paisagem Cultural Associativa

As *paisagens claramente definidas* são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente pelo homem, motivadas por questões estéticas, religiosas ou políticas, nas quais se encaixam

¹⁰ A Convenção Europeia da Paisagem foi assinada em Florença, Itália, em 20 de outubro de 2000 e entrou em vigor em 01 de março de 2004. Segundo o artigo 1 da Convenção Europeia da Paisagem, paisagem “*designa qualquer parte do território, tal como é percebido pelas populações, cujo caráter é resultante da ação de fatores naturais e/ou humanos e de suas interrelações*”.

¹¹ Recomendação N.º R(95)9. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266>>. Acesso em 14 de set/2014.

jardins e parques. Estas paisagens estão ligadas às práticas de paisagismo, a exemplo de Sintra, em Portugal e Lednice-Valtice (FIGURA 01), na República Tcheca. (RIBEIRO, 2007)

Figura 01: Lednice Valtice, Czech Republic



Fonte: <http://www.czechtourism.com/c/lednice-valtice-area-unesco/>

As *Paisagens Evoluídas Organicamente* são aquelas construídas por um grupo social, e apresentam uma evolução de algum ciclo, social, econômico, administrativo e/ou religioso e desenvolveram sua forma atual por meio da associação com o seu meio natural. (RIBEIRO, 2007; FIGUEIREDO, 2014). Esse tipo de paisagem pode ainda ser subdividida em duas subcategorias: a paisagem relíquia ou fóssil e paisagem contínua.

A paisagem relíquia ou fóssil é aquela cujo processo de construção terminou e seus aspectos são visíveis, como sítios arqueológicos com vestígios materiais de cidades cuja civilização fora extinta ou, simplesmente, conjuntos edificados não utilizados. (RIBEIRO, 2007).

Na lista do Patrimônio Mundial, representam as paisagens relíquias as Cidades da Rota do Incenso no Deserto de Neveg, em Israel (FIGURA 02); o Parque Nacional de Cileto e Vale Diano, na Itália; Blaenavon, no Reino Unido; as Aldeias Antigas do Norte Sírio, dentre outras.

Figura 02: Rotas do Incenso – Israel – Giora Dan



Fonte <http://whc.unesco.org/en/list/1107/gallery/>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

E a paisagem contínua, são aquelas que retêm um ativo papel na sociedade contemporânea, profundamente associado com formas de vida tradicionais, e nas quais, processos evolutivos ainda estão em processo, ao mesmo tempo em que exibem significativa evidência material de sua evolução através do tempo. (RIBEIRO, 2007). Exemplos dessa subcategoria são os terraços de arroz das Cordilheiras nas Filipinas.

Figura 03: Terraços de Arroz nas Cordilheiras Filipinas – Organicamente evoluída



Fonte: <http://compartilheviagens.com.br/>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

A paisagem cultural associativa refere-se às paisagens que têm seu valor em função das associações que são feitas em torno delas, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana. “Sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial é justificada em virtude de poderosas associações religiosas, artísticas ou culturais com o elemento natural, sem a evidência material da cultura” (RIBEIRO 2007, pág. 44). Segundo Figueiredo (2014), mesmo que as evidências materiais das práticas culturais não sejam sempre visíveis, o espaço físico é imprescindível para a manutenção e suporte às práticas imateriais, como rituais religiosos ou sagrados em florestas, rituais indígenas, dentre outros.

Figura 04: Tongariro - Parque Nacional da Nova Zelândia.¹² Por S. A. Tabbasum



Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/421/gallery/>. Acesso em 10 de agosto de 2014

Segundo Figueiredo (2014) dentre os avanços conquistados com a criação desta nova categoria podem-se citar a sua importância na ampliação do conceito e novas tipologias de patrimônio, principalmente por meio da atribuição de valor às paisagens rurais, considerando as técnicas de agricultura tradicional e os valores imateriais que estão associados. Outro fator relevante assinalado pela autora é que essa categoria faz com que se dê um passo significativo no reconhecimento dos valores imateriais, especialmente daqueles associados ao meio

¹² O Parque Nacional Tongariro era Patrimônio Mundial Natural desde 1990 e foi o lugar que motivou o debate sobre paisagens culturais como Patrimônio Mundial. Depois de percebido que o ambiente 'natural' não é apenas o sítio para a formação das comunidades, mas também que possui importantes significados para a cultura. As montanhas do parque têm significado cultural e religioso para o povo Maori e simbolizam as ligações espirituais entre esta comunidade e seu ambiente. As lendas e tradições orais sobre o lugar influenciam totalmente o olhar e a relação dos moradores com Tongariro, a tradição oral define e confirma a identidade cultural da população Maori.

ambiente ou à paisagem. Enfim, no ano de 2009, a UNESCO considerou aspectos associativos da paisagem como o valor da relação espiritual com a natureza e manejo e uso sustentável do solo pelas culturas tradicionais.

O termo “paisagem cultural” engloba uma grande diversidade de manifestações de interação entre o homem e seu ambiente natural. As paisagens culturais, refletem técnicas específicas de uso sustentável das terras, considerando as características e os limites do ambiente natural em que estão estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção de paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de uso sustentável e podem manter os valores naturais da paisagem. A existência permanente de formas tradicionais de uso de terras sustenta a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. A proteção da paisagem cultural tradicional, é importante para a manutenção da biodiversidade. (UNESCO/ICOMOS, 2009, tradução própria)¹³

A paisagem cultural representa assim a trajetória histórica da sociedade humana e seus assentamentos e ao longo do tempo sofre influências de intervenções físicas, forças sociais, econômicas e culturais, que nela interferem. Autores como Santos (1999) reforçam que a natureza processada à construção da paisagem passa a ser produto, mesmo que inacabado, tornando-a elemento inseparável dessa forma simbólica.

É por envolver diversos aspectos dos elementos materiais, imateriais, culturais e naturais dos patrimônios, que a paisagem cultural tem exigido uma nova abordagem referente à gestão e à participação das comunidades locais, sendo essas agentes imprescindíveis à preservação. A participação da comunidade na gestão do patrimônio vem sendo uma exigência do Comitê do Patrimônio Mundial e representa um desafio no campo de preservação da Paisagem Cultural. Outro desafio é em relação à gestão integrada, considerando que os elementos naturais e culturais são vistos como interdependentes dentro da perspectiva da paisagem cultural; portanto, é necessário que os órgãos de proteção ambiental e natural trabalhem de forma integrada nessas áreas. Este tema será evidenciado no capítulo 4 desta pesquisa, que tratará da gestão da paisagem e seus desafios.

1.3 A Chancela da Paisagem Cultural

Segundo Rafael Ribeiro (2007), no Brasil, a discussão sobre paisagem como patrimônio cultural está presente desde a criação do IPHAN, em 1937, apesar de não ter sido utilizado o termo “paisagem cultural” quando se criou o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e

¹³ Para mais informações ver: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>> Acesso em 10 de set/2014.

Paisagístico – através do decreto-lei 25/1937. Entretanto, a sua criação e os bens ali inscritos constituíam experiências importantes para se iniciar uma ação de proteção da paisagem pela instituição.

Embora tenha se utilizado a categoria de paisagem em diferentes situações, na maior parte das vezes, a história de ação da Instituição revela pouca clareza em relação àquilo que se entendia por paisagem, e poucos foram aqueles que procuraram tornar mais clara sua aplicação. Assim, a utilização da noção de paisagem cultural para a atribuição de valor de patrimônio apresenta um campo fértil e deve suscitar uma rica discussão na área de identificação e preservação do patrimônio cultural. (RIBEIRO, 2007, pág. 10)

Durante um longo tempo, o IPHAN se dedicou à preservação do patrimônio material arquitetônico, sendo, portanto, as paisagens pouco valorizadas ou consideradas como elemento independente no processo de preservação. Entre os anos de 1938 e 1946, segundo Márcia Chuva (1998), quase 94% dos bens tombados, em um total de 417 bens tombados no período, eram bens arquitetônicos, enquanto apenas seis eram paisagísticos (Morros do Distrito Federal; Jardins e Morro do Valongo no Rio de Janeiro, Praias de Paquetá, Quinta da Boa Vista, Passeio Público do Rio de Janeiro; e Jardim do Hospital de São João de Deus na Bahia) e um paisagístico científico (Jardim Botânico do Rio de Janeiro).

Segundo Marques (2009), mesmo com o tombamento de paisagens, esse não contemplava a totalidade do conceito da paisagem cultural, tendo quatro padrões de tombamentos nacionais de paisagens:

- 1) Tombamento de jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo;
- 2) Tombamento de conjuntos;
- 3) Tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram.
- 4) Tombamento de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores. (MARQUES, 2009, 223).

O primeiro conjunto urbano a ser qualificado como “paisagístico” na sua titulação veio a ser o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás, inscrito em 1954 no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico.

Na tabela abaixo, podemos perceber que entre os anos de 1938 a 2014 ocorreram vários tombamentos inscritos no Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas, ao contrário dos tombamentos de bens inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que representam a minoria das inscrições gerais.

Tabela 01: Total Geral: Bens tombados por categoria

Soma de Contagem dos bens Classificação	Situação do bem			
	T	TA	TP	Total geral
Bem paleontológico	1			1
Bens móveis e integrados	53		7	60
Coleções e acervos	16	2	3	21
Coleções e acervos arqueológicos	7			7
Conjunto Arquitetônico	60	2	2	64
Conjunto Rural	15	10		25
Conjunto Urbano	80	4	1	85
Edificação	391	74	12	477
Edificação e Acervo	375	13	5	393
Equipamentos e infra estrutura	45	1	1	47
Jardins e parques	11		1	12
Paisagem Natural	23	2	1	26
Quilombo	1			1
Ruína	21	3		24
Sítio arqueológico	5			5
Terreiro	7		1	8
Total geral	1111	111	34	1256

T: Total

TA: Total aprovado pelo Conselho

TP: Total Provisório

Fonte: IPHAN, 2014 ¹⁴

Para Castriota (2013), apesar da evolução do conceito de patrimônio nas últimas décadas, “tradicionalmente se continuou por muito tempo a lidar de forma muitas vezes estanque com o patrimônio cultural e com o patrimônio natural, demarcando-se cada uma das áreas e pouco se pensando em sua conexão” (CASTRIOTA, 2013, pág. 01).

Somente a partir do ano de 2009, inicia-se no Brasil um processo de integração entre o cultural e o natural, com a noção de paisagem cultural, criando-se a Chancela da Paisagem Cultural, instituída como instrumento de preservação patrimonial do IPHAN, estabelecido pela Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009¹⁵. Sob a perspectiva da instituição, o objetivo da declaração de Paisagem Cultural Brasileira seria conferir um selo de reconhecimento a porções do território nacional, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente

¹⁴ Lista de bens tombados. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4851>> Acesso em 14 de dez/ 2014

¹⁵ Para mais informações: Ver anexo I

natural confere à paisagem uma identidade singular.¹⁶ Essa certificação funcionaria como um meio de estabelecer normas para a gestão e uso da paisagem, tendo em vista sua defesa, manutenção e melhoramento de sua qualidade, incluindo sempre a população nas discussões sobre a paisagem cultural.

Até o ano de 2009, não existia uma lista de bens chancelados como Paisagem Cultural Brasileira, embora vários lugares candidatos já se encontrassem em processo de estudo, como por exemplo, o Itinerário Cultural da Estrada Real.

Em 2009, o Iphan realizou o primeiro encontro sobre Caminhos Históricos, discutindo a necessidade de se estruturar estudos mais aprofundados sobre o tema, e instrumentos que possibilitassem a preservação e a promoção de caminhos e itinerários vinculados aos processos históricos do Brasil. Foram feitos estudos e propostas de preservação do Caminho das Tropas, da Estrada Real ou Caminho do Ouro, da Rota das Monções, dos Caminhos dos Peabirus, dos Roteiros Nacionais de Imigração, dentre outros que fazem parte do leque de temas que constituem os itinerários culturais do Brasil e que devem ser igualmente conduzidos pelo IPHAN e demais órgãos de preservação com vistas à consolidação de um quadro abrangente sobre o patrimônio cultural brasileiro.¹⁷ A Estrada Real era uma forte candidata à Lista da paisagem cultural da UNESCO devido a sua importância dentro do contexto histórico do Brasil.

A proposta de reconhecimento da Estrada Real como paisagem cultural de Minas Gerais junto à UNESCO ocorreu anteriormente ao ano de 2004. Este processo contou com o apoio do Instituto Terra Azul e do Instituto Estrada Real - que tem como objetivo promover o desenvolvimento integral do turismo sustentável na Estrada Real - e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Neste processo, ocorreram inventários, reuniões entre as instituições, levantamentos históricos, topográficos e elaboração de um dossiê entregue ao conselho consultivo para a definitiva chancela da paisagem cultural da Estrada Real.

¹⁶ Para mais informações: Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14429&sigla=Noticia&retomo=detalheNoticia>>. Acesso em 10 de nov./2014.

¹⁷ Itinerários Culturais. Disponível em <portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757> Acesso em 10 de nov./2014.

A Estrada Real que abrange os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, é formada por caminhos utilizados pela Coroa Portuguesa para o escoamento das pedras preciosas das minas até o porto. Por esses caminhos passaram negros, aventureiros, representantes da coroa portuguesa, que também se instalaram na região, formando as primeiras vilas setecentistas e contribuindo para a formação da sua paisagem cultural.

A Estrada Real possui uma extensão de cerca de mil e quinhentos quilômetros, e cerca de 178 propriedades (a grande maioria datada do século XVIII) que são legalmente protegidas pelo IPHAN em 31 núcleos urbanos (antigos arraiais e vilas que floresceram no ciclo do ouro e dos diamantes),¹⁸ constituindo assim um dos maiores acervos do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Além de um quantitativo de patrimônios histórico-culturais ao longo de sua rota, a Estrada Real se destaca pelo patrimônio natural, fortemente presente em toda sua extensão, o que foi destacado por viajantes como o francês August Saint-Hilare, o inglês John Mawe, e Spix e Martius. Essas características creditariam à Estrada Real, segundo os proponentes, a possibilidade de obter, junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o título de “Paisagem Cultural” Mundial.

Figura 05: Pico do Itambé



Fonte: Spix & Martius, 1981, p. 57.

¹⁸ Para mais informações: Disponível em: < <http://www.terrazul.org.br/Artigos/interna.php?id=10>>. Acesso em 10 de nov./2014.

A exemplo do Caminho de Santiago de Compostela, Humahuaca ou da Rota do Incenso, a Estrada Real reuniria todos os elementos que a identificam como uma paisagem cultural. No caso da Espanha ou da França, os elementos constitutivos dos caminhos foram a fé e a peregrinação dos fiéis à tumba de São Tiago em Compostela; no caso de Israel, o comércio de incenso para os templos. Já no caso da Estrada Real, os caminhos surgiram em decorrência da busca de outras riquezas, o ouro e os diamantes, conforme assinala Américo Antunes (2008). Ainda segundo Antunes (2011), a Estrada Real representa uma rota que se associa à ocupação do território por meio da mineração, expandindo-se conforme a descoberta progressiva de novas lavras auríferas e diamantíferas no interior da América portuguesa ao longo do século XVIII¹⁹.

A Estrada Real, além ser considerada rota de mineração e de comércio, é importante devido ao intercâmbio entre culturas proporcionado pelas levas de gente com ambições e motivos diferentes, como portugueses, africanos escravizados e índios presentes na região, o que teria permitido o assentamento de uma civilização singular num curto espaço de tempo, no interior de Minas Gerais, Antunes (2008).

Segundo Marques (2009), o processo de candidatura havia sido iniciado com a elaboração de Lista Indicativa pelo Instituto Estrada Real e Instituto Terra Azul, aprovado pelo IPHAN anteriormente ao ano de 2007, que recomendou apenas a inclusão e valorização na candidatura de aspectos culturais imateriais da região, como a música e a literatura.

Os critérios considerados para a seleção destes bens, que demonstram o valor excepcional da Estrada Real, deveriam:

- Representar o florescimento cultural das vilas coloniais, fruto das riquezas minerais descobertas e do intenso intercâmbio sócio-econômico e político propiciado pelos antigos caminhos;
- Ilustrar o processo de ocupação do território interior e o embate entre colonizadores e colonizados, de culturas europeias, ameríndias e africanas, que permitiram o surgimento de uma sociedade singular em um curto espaço de tempo;
- Desvendar a importância da fé e do sincretismo religioso na ocupação da região mineira, resguardada em templos e manifestações que mantêm vivas as tradições religiosas e culturais;
- Resgatar, por meio de exemplo significantes, a evolução dos conhecimentos e das técnicas de mineração do ouro e dos diamantes, bem como os primórdios da extração e da fabricação do ferro no século XIX;

¹⁹ Para mais informações. Disponível em: <<http://www.terrazul.org.br/Artigos/interna.php?id=8>>. Acesso 10 de nov./2014.

- Revelar a evolução das rotas para o interior na corrida pelo ouro e diamantes, as técnicas de construção de calçamentos nas travessias de serras, de drenagens e pontes, bem como os meios de transportes do século XVIII e início do XIX;
- Ilustrar a evolução da relação entre o homem e a natureza em um espaço geográfico inóspito, de ecossistemas distintos e biodiversidade extrema cortados pela Estrada Real (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2008, p. 4 *apud* MARQUES, 2009).

Segundo o Instituto Estrada Real; Instituto Terra Azul (2008, p. 5-7 *apud* MARQUES, 2009), de forma geral, a Estrada Real satisfaz quatro dos dez critérios únicos estabelecidos pela UNESCO para considerar um bem como de valor universal excepcional, a saber:

Critério II: “Exibir um intercâmbio importante de valores humanos, ao longo de determinado período ou dentro de uma área cultural do mundo, a respeito de desenvolvimentos em arquitetura ou tecnologia, artes, monumentais, urbanismo ou projeto de paisagem”.

Justificativa: A Estrada Real possibilitou grande intercâmbio comercial e cultural entre povos de três continentes: América, Europa e África. A diversidade cultural e a riqueza comercial geraram uma sociedade culturalmente sofisticada em vários núcleos ao longo da Estrada Real, o que se manifestou principalmente nas artes, arquitetura, música e manifestações imateriais.

Critério IV: “Ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre a(s) fase (s) significante(s) na história humana”.

Justificativa: O patrimônio arquitetônico edificado é de riqueza excepcional, apresentando laços de identidade e revelando o surgimento do singular estilo barroco mineiro. Além disso, minas antigas ou ruínas de complexos de mineração ilustram a evolução das técnicas de exploração do ouro e dos diamantes.

Critério VI: “Ser associado de modo direto ou tangível com eventos ou tradições vivas, com ideias, ou com crenças, com trabalhos artísticos e literários de significado universal excepcional”.

Justificativa: Pela Estrada Real a fé católica encontrou uma forte via de expansão na América Portuguesa. A quantidade de templos e santuários revelam a importância da religiosidade na vida dos habitantes da região. Além disso, a Estrada Real foi via de propagação de ideias, motins, sublevações contra a Coroa Portuguesa, como a Conjuração Mineira e também a Guerra dos Emboabas.

Critério VII: “Abranger fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética”.

Justificativa: A região abriga diferentes tipos de solo, clima, relevo, geologia, hidrografia, além de enorme diversidade biológica (com a existência de três biomas – Cerrado, Mata Atlântica e Campos Rupestres). Estão inseridas na região a Serra do Espinhaço (única cordilheira brasileira) e a Serra da Mantiqueira, com grande endemismo. As unidades de conservação existentes correspondem a 17% da área total considerada. Para o Instituto Estrada Real; Instituto Terra Azul (2008, p. 11): A Estrada Real constitui uma paisagem cultural não linear, representada por uma série de conjuntos de monumentos de alta qualidade e significativa importância histórica associados em um espaço geográfico (...) a Estrada Real, constitui, portanto, uma rota de múltiplos fins. Rota de mineração e de comércio, mas, sobretudo, de intercâmbio entre culturas distintas e que permitiu a criação de uma civilização singular em um curto espaço de tempo, moldadas pelas influências do europeu, do ameríndio e do africano. (...) A natureza espetacular do território conquistado constitui, por fim, um outro diferencial da paisagem cultural da Estrada Real (...) E inseridos neste ambiente, os remanescentes dos caminhos assinalam notavelmente as intrincadas relações entre o homem e a natureza, iluminando a paisagem cultural da Estrada Real. (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2008, p. 5-7 *apud* MARQUES, 2009).

Com relação a outros requisitos da UNESCO, os proponentes da candidatura afirmavam que a autenticidade da Estrada Real poderia ser aferida nas mais diversas fontes de informação, “desde relatos de viajantes e de autoridades coloniais; descrições e roteiros de padres jesuítas e anônimos; atas, documentos de câmaras das vilas, do governo colonial e da Coroa portuguesa; até estudos históricos e geográficos, antigos e contemporâneos”. (MARQUES, 2009, pág. 225). Também contribuem para isso os estudos e pesquisas realizados no século XX (INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2008, p. 9). Até o presente ano não há registro, de reconhecimento da Estrada Real como chancela brasileira.

Nesta pesquisa será abordada ainda a importância da Estrada Real como símbolo histórico e cultural do Brasil do período colonial, retratando não toda a extensão da rota do ouro e diamantes, mas sim dois distritos localizados no topo do caminho novo, que se inicia no município de Diamantina e que representam a excepcionalidade do caminho. Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, pertencentes ao município de Serro, se revelam como lugares importantes para se entender o processo de ocupação da região localizada na rota da Estrada Real, diretamente ligada aos achados das pedras preciosas.

Ao se estudar as características destes dois distritos revelam-se informações muito importantes acerca das relações estabelecidas entre o homem e a paisagem ao longo do tempo e também da reconstrução desta paisagem pelas gerações seguintes: compreendendo a associação de trechos remanescentes nestas localidades, ao mesmo tempo em que protegem patrimônios naturais excepcionais, protegem conjuntos urbanos e arquitetônicos ainda preservados, que expressam o apogeu do ouro e do diamante, servindo de testemunhas de acontecimentos históricos importantes que marcaram a região. Considerando tais características, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das pedras, tornam-se exemplos da relação estabelecida entre o homem e o meio natural, em um determinado contexto histórico, quesitos relevantes para o credenciamento destas comunidades como paisagem cultural.

2 A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL: MILHO VERDE E SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS

Para compreendermos melhor a construção da paisagem cultural de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, torna-se necessário conhecermos, além dos aspectos cultural e ambiental, o contexto histórico em que se formou a região onde tais distritos estão inseridos. O que é bastante relevante para a compreensão da formação cultural não somente destes, mas também do estado de Minas Gerais e do Brasil.

Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras são distritos do município de Serro, região Nordeste de Minas Gerais, distante a 240 km da capital mineira (Via Conceição do Mato Dentro). A região está localizada na Serra do Espinhaço, considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a sétima reserva da biosfera brasileira e engloba os estados: Bahia e Minas Gerais.

Figura 06: Localização do município de Serro no Estado de Minas Gerais.



Fonte: IBGE (2015)

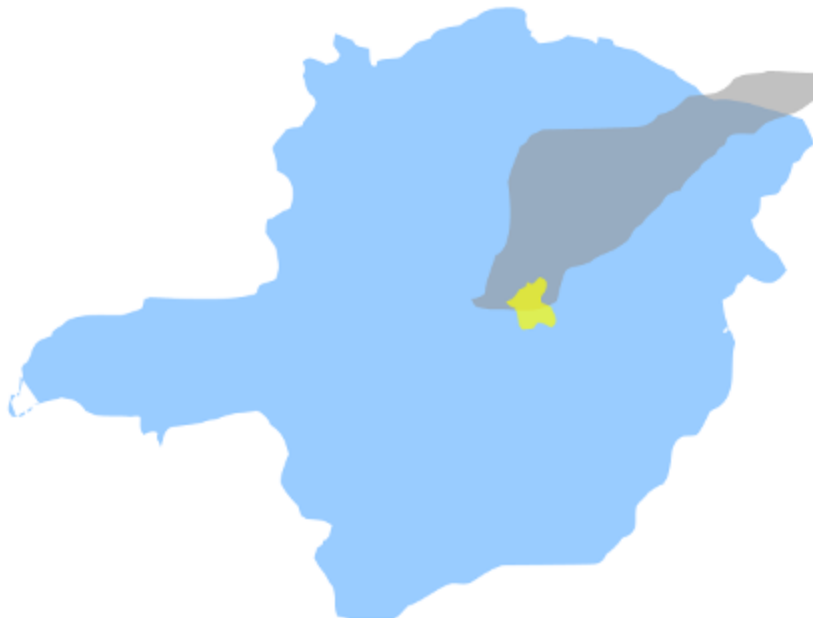
Além de estar localizada na única cordilheira brasileira, marcada pela beleza paisagística, diversidade de fauna e flora, a região é rica em recursos hídricos. Nela encontra-se a nascente do Rio Jequitinhonha, rio que dá ao nome à bacia hidrográfica do Jequitinhonha e que corta todo o nordeste do estado de Minas Gerais, percorrendo cerca de 1140 km até desaguar no Oceano Atlântico, Belmonte, Bahia.

Figura 07 – Mapa de localização das três UPGRH (JQ1, JQ2 e JQ3) que compõem a bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha.



Fonte: Plano diretor de recursos hídricos de a bacia hidrográfica do Alto Jequitinhonha Rio Jequitinhonha (JQ1)

Figura 08 - Localização de Milho Verde e São Gonçalo na Bacia do Rio Jequitinhonha



Fonte: Bessa (2011).

O Rio Jequitinhonha tem presença marcante na paisagem local e possui forte ligação com os moradores, já que durante o período colonial foi utilizado para o garimpo, contribuindo com a

construção da paisagem, tendo sido já citado por viajantes que passaram pela região no início do século XIX.

Quase nada posso dizer dos rios navegáveis. Os pequenos córregos deste distrito se reúnem para formar o Jequitinhonha. Já observei que se poderia descer por êste rio até o mar sem nenhum obstáculo, no máximo em dez dias. (MAWE, 1944, pag. 247)

Ambos os distritos tiveram importância durante o período colonial devido à exploração de pedras preciosas na região e são exemplos de como a atividade humana pode contribuir com a construção da paisagem cultural. A região em que estão localizados representa um marco do período colonial que durante o início do século XVIII recebeu levas de gente em busca de ouro e diamantes. Acontecimentos que ainda são relatados pelos próprios moradores que até recentemente tinham o garimpo como principal alternativa de subsistência. O intercâmbio entre as culturas que ali chegaram também foi importante para a formação cultural dos dois distritos. As contribuições das culturas portuguesas e africanas para ambos os distritos também são retratadas na culinária local; na religiosidade; na arquitetura; monumentos religiosos (protegidos por órgãos culturais nas instâncias municipal e estadual) nos seus saberes e fazeres.

Ao estudar estes distritos, entendemos ser possível, compreender o conceito de “identidade” apontado por Castells (1999). Para ele a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder e propõe uma distinção entre três formas de construção da identidade:

1 - a identidade legitimada: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennet, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo.

2 - a identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade.

3 - a identidade projetada: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 1999, pág. 24).

Stuart Hall (2003) assinala que a identidade cultural envolve primordialmente o contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado, o futuro e o presente, numa linha ininterrupta, sendo a *tradição* um cordão umbilical.

Esse cordão umbilical é o que chamamos de “tradição”, cujo teste é o de fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua “autenticidade”. É, claro, um mito – com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história. (HALL, 2003, pág. 28)

Além do legado cultural, os distritos estão totalmente inseridos ao meio natural. Milho Verde e São Gonçalo estão localizados numa região privilegiada, a Serra do Espinhaço, considerada Biosfera da Humanidade. Estão cercados por três unidades de conservação ambiental, sendo duas de proteção integral e uma área de proteção ambiental de uso sustentável, que protegem a biodiversidade e recursos hídricos importantes como o Rio Jequitinhonha, marco da mineração na região, demonstrando a singularidade dessa paisagem.

Figura 09 – Ponte sobre o rio Jequitinhonha na estrada entre São Gonçalo e Vau, sentido Diamantina.



Fonte: DEFENDER – Disponível em: <<http://defender.org.br/>> (2011). Acesso em 10 de dez/2014.

A beleza paisagística também se destaca na região: os dois vilarejos se encontram localizados numa topografia privilegiada, marcada pelos campos de cerrado e transição da Mata Atlântica, o que dá à região um ar pitoresco e bucólico, e que expressa material e imaterialmente, a relação entre o homem e o ambiente natural.

A região onde se localizam Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras se apresenta com uma topografia bastante acidentada, com as poucas áreas de campos próximas à Milho Verde, sendo o restante de terreno rochoso, Bessa (2011). O solo nas serras e chapadas é de areia e

cascalho, coberto de cerrado e campos limpos. Mawe (1944) já anotava os aspectos geológicos da região de São Gonçalo do Rio das Pedras.

Observei, abaixo das raízes da erva, leve camada pedregosa notosa em outros lugares, mas que não oferecia sinais característicos tão pronunciados. Dão-se o nome de burgalhão; consiste em seixos quartzosos, comumente angulosos, e, muitas vês, em quartzo sólido que não tem mais de quatro a cinco polegadas de espessura. Esta camada não parece ter sido formada na mesma época, nem pelos mesmos meios que o cascalho, do qual eh constantemente separada por outra camada de terra vegetal, de espessura desigual; tem aspecto de delgada camada de quartzo, posteriormente quebrada em fragmentos inumeráveis. (MAWE, 1944, pag. 211).

Figura 10: Topografia da região.



Fonte: Sandro Oliveira. Disponível em: <http://www.dzai.com.br/>

De acordo com dados do IBGE, a altimetria do relevo varia entre 850,7m (leito do Rio Jequitinhonha), a 1.423m (Serra do Raio), a norte de São Gonçalo. Ao longo dessas elevações rochosas no entorno de Milho Verde e São Gonçalo “destaca-se a presença da Serra do Espinhaço, que acompanha toda a parte ocidental dos dois distritos. Milho Verde e São Gonçalo estão separados por uma elevação do relevo chamada Serra do Raio.” (BESSA, 2011, pág. 137).

Figura 11: Serra do Espinhaço



Fonte: Cintia Fragoso, 2013.

Figura 12: Serra do Raio em São Gonçalo



Fonte: autoria própria, 2010.

Além do seu conjunto histórico preservado, a região ainda é cercada por áreas de preservação ambiental: Parque Estadual do Pico do Itambé, Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes e o Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio.

O Parque Estadual do Pico do Itambé é uma área de 4.696 hectares e abrange os municípios de Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas. Está inserido na Serra do Espinhaço, no Vale do Jequitinhonha. A unidade de conservação conta com a proteção

integral com o intuito de preservar várias nascentes e cursos d'água que formam as bacias dos rios Jequitinhonha e Doce. Com enorme biodiversidade, alterna regiões de formações campestres e áreas de Mata Atlântica²⁰. O Pico do Itambé, com 2052 m de altitude, é o principal atrativo (IEF, 2014).

Figura 13: Pico do Itambé



Fonte: Parque Estadual Pico do Itambé

A Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes foi criada a partir do decreto nº 39.399 de 21 de janeiro de 1998²¹. Trata-se de uma unidade de conservação de Uso Sustentável que não limita o acesso de moradores e pessoas à região em que está inserida. Abrange os municípios de Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro. Possui uma área de 76.310 hectares, sendo que sua maior porção abrange a área de estudo. (IEF, 2014)

²⁰ Instituto Estadual de Floresta. Disponível em <www.ief.gov.br> Acesso em 01 de agosto 2014

²¹ Para mais informações: Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1759-apa-aguas-vertentes-?format=pdf>>. Acesso 09 de agosto./2014

Figura 14. Interior da APA das Aguas Vertentes



Fonte: APA das Aguas Vertentes

Já o Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio (MONAT)²² é uma área de proteção integral e está localizado no município de Serro. Esta área está diretamente ligada ao distrito de Milho Verde, e ao entorno de São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari. Possui uma extensão de 2.199 hectares. O MONAT foi criado pelo decreto estadual nº 45.614 de 06 de junho de 2011, atendendo à grande reivindicação das comunidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Tem como objetivo a proteção da flora, fauna, recursos hídricos, manejo de recursos naturais e desenvolvimento de pesquisas científicas. A categoria de Monumento Natural foi escolhida devido à relevância biológica da região, ao potencial turístico e científico, ao grande acervo histórico e cultural, à necessidade de assegurar a proteção e à fragilidade dos ambientes ali presentes, como por exemplo, os campos rupestres. (IEF, 2014) ²³.

²² Estendia-se num planalto de extensão reduzida que se abria entre duas caídas da serra, por onde o córrego corria quase plano, serpenteando entre inúmeras pedras, razão pela qual a população local o chamava de **lajeado**. (FURTADO, 2003, p.48).

²³ Monumento Natural. Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1760-monumento-natural-estadual-varzea-do-lajeado-e-serra-do-raio>>. Acesso em 01 de agosto de 2014

Foto 15: Monumento Natural da Várzea do Lajeado e Serra do Raio



Fonte: Monumento Natural da Várzea do Lajeado e Serra do Raio (rede social)

Além da beleza paisagística caracterizada pela presença de dois importantes biomas, Mata Atlântica e Cerrado, a região também é marcada pelo conjunto de formações rochosas variadas, que dão a ela uma paisagem única. Ao visitar a região, passando por suas estradas acidentadas, os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras surgem na paisagem, entre as serras e cachoeiras, criando uma harmonia entre seu conjunto arquitetônico e o entorno preservado.

Figura 16: Foto aérea do distrito de São Gonçalo



Fonte: Prefeitura Municipal de Serro

Assim como a sede (Serro), os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras surgiram em decorrência da exploração de pedras preciosas durante o período colonial. Ao longo desse período, muitas vilas provisórias surgiram para exploração mineral, entretanto, por estarem localizados na Comarca do Serro Frio e na Demarcação Diamantina, tais distritos tiveram um papel relevante durante o período.

O Serro (antiga Vila do Príncipe) foi sede da Comarca de Serro Frio, principal centro administrativo e político do Norte e Nordeste de Minas Gerais durante o período colonial. Foi nos depósitos aluvionais às margens de rios e córregos que o ouro aflorou em abundância nas explorações do início do século XVIII, como viria também a ser no leito do Jequitinhonha e seus afluentes que, um pouco mais tarde, se dariam as lavras de diamantes nas proximidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras.

Durante a década inicial do século XVIII, os trabalhos se desenvolviam ainda de forma desordenada, registrando-se constantes choques entre mineradores e aventureiros que por ali chegavam em grande número. Esse clima de inquietação e desordens levou as autoridades da capitania à criação, em fevereiro de 1711, do cargo de superintendente das minas de ouro da região, com a função de manter a ordem e a justiça, sendo o Serro o principal núcleo minerador de toda a área (SECTUMA, 2014)²⁴.

A abundância do ouro continuava a atrair muitas pessoas, provocando o constante crescimento do arraial, que em 1714 foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila do Príncipe. A necessidade de dar organização mais efetiva ao sistema judicial na região, de modo a propiciar melhor administração da justiça e resguardar os interesses fiscais e arrecadadores da Coroa portuguesa, determinaria seis anos depois, ou seja, em 1720, a instituição da Comarca do Serro do Frio, com sede na Vila do Príncipe, denominação que vinha desde a emancipação do antigo arraial. A Vila do Príncipe se torna, assim, não mais apenas um núcleo minerador de forte vitalidade, mas também um importante centro de decisões jurídico-administrativas, exercendo o ouvidor da nova comarca, jurisdição sobre um amplo território que abrangia quase todo o norte-nordeste da capitania. (SECTUMA, 2014)

Não obstante as restrições impostas à mineração do ouro em partes da região do Serro do Frio,

²⁴ A Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Serro.

após a descoberta dos diamantes instala-se em 1751, na Vila do Príncipe, uma Casa de Fundição, para a qual passa a se encaminhar toda a produção aurífera da extensa comarca. Com a descoberta de diamantes na região, principalmente em Diamantina, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras tornam-se importantes elos entre a cidade-sede e o antigo Tijuco.

Apesar da descoberta ter ocorrido na data de 1714, os diamantes somente foram reconhecidos pela Coroa Portuguesa em 1730. Nessa mesma década, para garantir um eficaz sistema de extração da gema, o governo enviou especialistas para analisar, controlar e demarcar as terras do distrito minerário, denominado Distrito Diamantino (SECTUMA, 2014).

Os limites do Distrito, localizado na Comarca do Serro do Frio, foram a partir daí constantemente alterados para englobarem os novos achados de diamantes que se faziam cada vez mais ao norte da Capitania. A primeira demarcação, feita por Rafael Pires Pardini, estabelecia um quadrilátero que circundava o arraial do Tijuco, hoje Diamantina, centro administrativo do Distrito, e incluía outros arraiais e povoados, como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro. (FURTADO, 2008, p. 25-26).

Antes mesmo de ser reconhecido pela Coroa Portuguesa, o diamante já estava presente na vida dos moradores do Distrito Diamantino. Mawe (1944) relata que o mineral era utilizado nos jogos de cartas, por desconhecimento do seu valor. Relata ainda que os aventureiros e bandeirantes procuraram ouro na região de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, não tendo encontrado. Somente alguns anos depois foi comprovada a presença do diamante da região e imposta pela Coroa Portuguesa a chamada Demarcação Diamantina.

O que se chama de território diamantino tem uma extensão de dezesseis léguas, de norte ao sul, e cerca de oito de leste a oeste. Foi descoberto por mineiros audazes de Vila do Príncipe, alguns anos depois da fundação daquela vila. Esses homens encontraram, em sua marcha para o norte, um terreno devassado e banhado por vários pequenos regatos, nos quais procuraram ouro. Por não achá-lo bastante rico, depois uma parada de algum tempo, avançaram além dos lugares denominados hoje São Gonçalo e Milho Verde, e chegaram às torrentes que se despenham da base da montanha, em que esta situada o Tijuco. Havia lavagens de ouro estabelecidas nesses regatos, tidos como pertencentes ao distrito de Vila do Príncipe. Não havia a menor ideia de que contivessem diamantes, pôsto se diga hoje que foram apanhados alguns, dados em presentes ao Governador de então, Vila do Príncipe, como pedras brilhantes, muito curiosas, das quais ele servia como de tentos no jogo de cartas. Pouco depois, estas pedras chegaram a Lisboa, sendo dadas como lindos seixos ao ministro holandês, para que os enviasse ao seu país, então o melhor de pedras preciosas, na Europa. Os lapidários, aos quais foram entregues os seixos para examinar, declararam que eram belíssimos diamantes. Foi logo avisado o Cônsul da Holanda, em Lisboa, que não perdeu ocasião de tirar proveito porque tão prontas medidas tomou que, ao comunicar ao governo português o aviso recebido, assinou com ele um contrato sobre as pedrarias. O governo se preocupou em seguida em se apropriar do monopólio dos diamantes e do Serro de Frio um distrito a parte, submetido a leis e regulamentos especiais. (MAWE, 1944, pág. 238.)

A região onde se localizam os distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde sofreu com as restrições da Demarcação Diamantina. No distrito de Milho Verde, distante seis quilômetros de São Gonçalo, existia um quartel de registro²⁵ (ou fiscalização) da Coroa Portuguesa. Todas as pessoas residentes ou não na região deveriam pernoitar neste quartel e serem rigorosamente examinadas para terem direito de passar em direção à cidade de Serro, vindas do município de Diamantina e em direção à Diamantina, vindas da cidade de Serro. Essas restrições, contudo, desestimularam a vinda de novos moradores e mesmo a permanência de muitos daqueles que se dedicavam à extração do ouro, o que certamente significou um atraso ao desenvolvimento da região.

Submetido a uma administração particular não somente aos estrangeiros, mas ainda aos nacionais, o Distrito Diamantino forma como que um Estado a parte, no meio do vasto império do Brasil (SAINT-HILAIRE, 1974, pag. 13)

As leis são tão severas que, quem quer que seja encontrado fora da grande estrada, estará sujeito a ser detido como suspeito e submetido a exames e interrogatórios, que acarretam muitas vês embarços e demoras. (MAWE, 1944, pag. 209)

Às pessoas residentes no Serro do Frio e terras demarcadas, que neles têm casas, roças, lavras, ofícios ou negócios, ordeno: que no tempo de quinze dias contínuos, contados da publicação deste Regimento, se apresentem ao intendente-geral: que este, ouvindo os administradores e o fiscal, depois de haver procedido a um rigoroso exame, pelo qual conste que são pessoas ocupadas com boa-fé nos sobretidos ministérios, lhes conceda licença por bilhetes, por ele assinados, para se conservarem nos lugares de suas respectivas residências. (ESCHWEGE, 2000, pág.158)

Segundo Pereira Filho (2006), os moradores dos arraiais²⁶ de Milho Verde e de São Gonçalo do Rio das Pedras eram reivindicantes e como se pode ver a seguir, também buliçosos e rebeldes. O capitão de dragões Joseph de Morais Cabral, que era o comandante militar em 1732, em uma carta conta quando esses arraiais foram inclusos na Demarcação Diamantina e criados os destacamentos militares:

²⁵ Registros da Demarcação Diamantina - postos fiscais e quartéis encarregados da repressão ao contrabando de diamantes, mas também da cobrança das "entradas". Os registros de entrada eram aqueles habitualmente explorados por contratadores, que arrematavam o direito de cobrar o tributo.

²⁶ As povoações fundadas em Minas Gerais pelos primeiros colonos brancos eram designadas, principalmente, pelas palavras "arraial" e "rancho". Estes termos, que em Portugal designavam originalmente acampamento militares, adquiriram outras conotações. Segundo dicionário de Raphael Bluteau, o termo arraial significava "o alojamento de um exército na campanha". Já a palavra de origem castelhana "rancho" tinha acepções mais variadas. Podia significar uma reunião de soldados ou marinheiros "feita em algum lugar particular de um Real (arraial) ou do navio, mas também de grupos humanos mais genéricos: "união de pessoas que tratam com familiaridade uns aos outros e que em algumas cousas particulares têm os mesmos interesses e os mesmos intentos. Bluteau observa mais tarde que "rancho é a palavra castelhana, mas quer dizer pousada". [...] No século XVII, o termo arraial designava os pousos e roças que os bandeirantes criavam ao longo das trilhas para assegurar a sobrevivência. Após a descoberta das minas, estas trilhas transformaram-se em caminhos – mais ou menos praticáveis, dependendo das características dos terrenos - pelos quais transitava um grande número de viajantes e tropeiros.

O mayor clamor destes moradores consiste no capim para os cavalos e já os do Milho Verde antes de eu chegar tumultuosamente pedirão ao ouvidor os aliviasse de o dar aos sinco cavalos da esquadra q' ali estava; e a tanto excesso não tem chegado os deste Arrayal, talvez por não desgostarme, mas não deixão de queixar se, e alguns tem largado as casas, e mudado de assistência [...] (PINTO E SOUZA 1908, *apud* PEREIRA FILHO, 2006, pág. 30]

Já nos princípios do século XIX, era franca a decadência da mineração na região do Serro, fato que se aceleraria com o decorrer dos anos, vindo impactar diretamente no desenvolvimento dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo. Muitos moradores passaram a se empregar na lavoura de subsistência e outros a migrarem para outras regiões. Ao iniciar a era republicana, vários fatores, dentre eles o isolamento da cidade em relação aos novos centros de maior progresso do Estado, acentuaria ainda mais a estagnação social e econômica do Serro, a sede, fato que contribuiu para que a imagem urbana e arquitetônica chegassem até nossos dias quase intocadas em relação à fisionomia característica dos séculos XVIII e XIX. (SECTUMA, 2014). Nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, também se encontram preservados monumentos históricos ligados à religiosidade, bem como o traçado das ruas, os casarões, além das manifestações culturais existentes, que foram herdadas das diversas culturas que estiveram presentes na região.

2.1 A paisagem cultural de Milho Verde

Milho Verde é um distrito do município de Serro (Alto Vale do Jequitinhonha). Está localizado a 24 quilômetros da sede e apenas a cinco quilômetros (05 km) do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras. Possui 1.275 habitantes, distribuídos entre a zona rural e urbana. (IBGE, 2010)

Milho Verde também se destacou no período da exploração de diamantes e encontrou dificuldades quanto às restrições impostas na demarcação diamantina pela Coroa Portuguesa. Apesar da inexistência de documento que comprovem a data de sua fundação, sabe-se que o distrito já existia em 1732, considerando-se uma carta de 02 de fevereiro de 1732, em que o ouvidor geral do Serro Frio, Antônio Ferreira do Valle e Mello, pede ao governador de Minas, Dom Lourenço de Almeida, que reconsidere a decisão de proibir a extração de diamantes pelos moradores da região de Milho Verde. O governador atendendo aos interesses da Coroa portuguesa, ignorou o apelo.

Em passagem pelo distrito no início do século XIX, Saint-Hilaire relatou os aspectos etnográficos que caracterizavam a região e num desses relatos escreve sobre o baixo número de moradores encontrados, provavelmente devido às mesmas dificuldades de desenvolvimento que São Gonçalo enfrentava em consequência das restrições da demarcação diamantina.

A aldeia de Milho Verde situa-se em uma região árida que não possibilitava nenhum gênero de plantação, compondo-se de uma dúzia de casas e de uma igreja. É aí a sede do destacamento de soldados encarregados de inspecionar os viajantes que vão de Tijuco à Vila do Príncipe. Apesar de haver uma guarda colocada em Milho Verde não é de crer-se que essa aldeia seja o limite do Distrito dos Diamantes. O território desse Distrito estende-se até mais longe, ao lugar chamado Cabeça do Bernardo²⁷. (SAINT-HILAIRE, 1938, pág. 44)

Já o inglês John Mawe (1944) em sua visita à região também no início do século XIX, relatou a existência de um serviço em Milho Verde, onde também eram utilizados negros africanos escravizados.

Existe em Milho Verde um serviço que, como o de Vau, forneceu outrora muitos diamantes. Hoje não se faz trabalho regular em nenhum dos dois; algumas vezes aí enviam negros para procurar diamantes que hajam escapados às antigas pesquisas. Esse gênero de trabalho denomina-se garimpar, porque eram pesquisas irregulares que se dedicavam os contrabandistas chamados, como já disse, garimpeiros. (MAWE, 1944, pag. 44)

Sobre os aspectos geológicos de Milho Verde, Mawe (1944) descrevia a região como sendo de extrema aspereza, despida de vegetação coberta, por todos os lados, de massa de rochedos de grés, com aglomerados de quartzo.

Ao repararmos a paisagem de Milho Verde podemos perceber a característica dessa região; em certos pontos do trecho entre Serro a Diamantina é possível notar a transição do bioma Mata Atlântica, marcado pela mata densa fechada e o Cerrado, caracterizado principalmente pela ausência de árvores de grande porte, dando um aspecto mais agreste à região.

²⁷ O local chamado Cabeça de Bernardo está localizado entre os distritos de Milho Verde e Três Barras da Estrada Real. Segundo lenda local, um escravo chamado Bernardo foi decapitado após passar mal e falecer no trajeto. Como estava com grilhões no pescoço preso em outro escravo, o capitão cortou sua cabeça para não atrapalhar o andamento da viagem.

Figura 17: Detalhe da paisagem da região de Milho Verde



Foto: José Gustavo A. Murta

Fonte: <http://thymothy-brasil.blogspot.com.br/2013/11/milho-verde-minas-gerais-quem-ve-se.html>

O mineralogista José Vieira Couto fez o seguinte registro em 1801 sobre o distrito de Milho Verde: “lugarejo pequeno, mal arranjado, e com muitas casas palhoças, vivendo os seus pobres habitantes de uma pequena e insignificante cultura”. (COUTO, 1994, *apud* PEREIRA FILHO, 2005, 12). As restrições impostas pela Coroa Portuguesa à região impediram que seus moradores pudessem minerar, o que contribuiu para impedir também o desenvolvimento de Milho Verde, assim como ocorreu no distrito vizinho, São Gonçalo do Rio das Pedras. A proibição de porte de ferramentas perfurantes ao solo tais como picaretas e enxadas, estabelecida pelo “*Livro da Capa Verde*”²⁸, também retardou o processo da agricultura na região. No entanto, apesar de relatos de que a terra da região era infértil, alguns autores como Andrade (2014) anotam que Milho Verde contribuía para o abastecimento alimentar dos arraiais da Comarca do Serro Frio.

John Mawe (1944) relatou que a área que compreendia Milho Verde e São Gonçalo teria sido o primeiro acampamento minerador da região, em uma etapa inicial e intermediária de

²⁸ O Livro da Capa Verde era um Regimento Diamantino. Nele continha as proibições mais absurdas, e impunha penas severas aos contrabandistas de diamantes. O povo chamava-lhe Livro da Capa Verde, porque o único exemplar dele que veio ao Tijuco (Diamantina) fora encadernado com capa de marroquim verde. O povo do Tijuco tinha horror ao Livro da Capa Verde. Eram tais os vexames e violências mandadas executar por esse livro que só de pronunciar o nome — Livro da Capa Verde — enchia de medo a quem ouvisse.

colonização, antes da ocupação às margens do Tijuco, descoberto aurífero bastante mais promissor.

Quando viajantes como John Mawe e Saint-Hilaire passaram pela região, o momento mais fausto de exploração já havia passado. Naquela época prevalecera a fiscalização na entrada do distrito e todos que passavam pela região, deveriam ser fiscalizados e outros eram perseguidos e examinados.

[...] passei depois por Milho Verde, corpo da guarda ou registro, situado perto da torrente de mesmo nome, antigamente afamada pelos diamantes. A tropa de soldados que ocupa este posto está sempre em alerta; vai ao encontro dos viajantes, segue-os, examina-os. (MAWE, 1944, pag. 211)

Em seu livro *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*, Waldemar Barbosa (1971) registra as seguintes informações sobre o arraial de Milho Verde:

MILHO VERDE - Distrito do município do Sêro. Uma capela, dedicada a São José, no lugar denominado São José do Milho Verde, foi erguida por iniciativa do cap. José de Moura e Oliveira, conforme provisão de 8 de outubro de 1781. Subordinava-se à Matriz do Sêro. A lei nº 830, de 11 de julho de 1857, elevou à paróquia, o arraial de São Gonçalo do Milho Verde, termo da cidade do Sêro. As várias leis transferindo a sede da paróquia fazem verdadeira confusão com os nomes. Assim, a lei nº 977, de 3 de junho de 1859, transferiu a paróquia de Milho Verde e São Gonçalo para o arraial de Milho Verde. Mas, em 1867, a lei nº 1.408, de 7 de dezembro, novamente mudou a sede da paróquia para o arraial de São Gonçalo (hoje São Gonçalo do Rio das Pedras). (BARBOSA, 1971, pág. 287)

Ainda segundo o historiador, Waldemar Barbosa (1971), somente em 1868 o povoado de Milho Verde foi elevado à categoria de distrito, tendo o seu nome também sofrido várias modificações, o que às vezes criava confusões em relação ao nome do distrito vizinho.

A povoação de Milho Verde foi elevada a distrito pela lei nº 1.475, de 9 de julho de 1868. No mesmo dia, mês e ano, foi sancionada a lei nº 1479, que transferiu a sede da paróquia de São Gonçalo para São Gonçalo do Milho Verde. O arraial sempre se chamou Milho Verde e também êste era o nome do distrito. Entretanto, na divisão administrativa de 1911, como também na de 1923, aparece com o nome de Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde. E o decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, determinou a mudança da denominação de Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde para Milho Verde. O orago do lugar é Nossa Senhora dos Prazeres. (BARBOSA, 1971, pág. 21).

Alguns historiadores do Serro também mencionaram o distrito em suas obras. Um deles é Dario da Silva (1928), que faz menção a Milho Verde, referindo-se ao seu destacamento militar e à existência da ponte do Ribeirão do Inferno:

Numa vereação de 1793 accordou o Senado, pois tendo cahido a ponte sobre o Ribeirão do Inferno, que se escrevesse ao Commandante do Milho Verde a fim de que vá com dois carapinas e examinem as madeiras precisas, em quanto fica a obra e tudo communique ao Senado, etc. (SILVA, 1928, 18).

Em outro relato sobre Milho Verde, Dario Silva, faz a menção às estradas que ligavam o Serro aos seus arraiais, citando o Dr. José Vieira Couto, que afirmava que Milho Verde não era arraial naquele período e sim um quartel militar:

Não sabemos quando se fez a estrada para o Tijuco, apenas sabemos que não é a de S. Gonçalo, sim a que passa pelo Milho Verde, pelos Borbas, pelo Vau. O Milho Verde não era arraial a principio, sim um quartel militar para a guarda, que se occupava em atalaiar os córregos visinhos contra os garimperos e em dar buscas aos viajantes quando passam para que não levem diamantes, nem ouro em pó. (SILVA, 1928, 19).

Sobre o distrito de Milho Verde do início do século XVIII, a historiadora Júnia Ferreira Furtado, em sua obra *Chica da Silva e o contratador: o outro lado do mito*, apresenta a seguinte descrição de Milho Verde:

O arraial do Milho Verde era uma pequena aglomeração urbana situada às margens do riacho Fundo, distante seis léguas do Tijuco, no caminho da Vila do Príncipe. Estendia-se num planalto de extensão reduzida que se abria entre duas caídas da serra, por onde o córrego corria quase plano, serpenteando entre inúmeras pedras, razão pela qual a população local o chamava de **lajeado**. Quase todo composto de palhoças em torno da pequena igreja dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, vivia-se no arraial da mineração de ouro e diamantes e da agricultura de subsistência. É o que se infere do testamento de Ana da Glória dos Santos, negra mina, proprietária de um rancho, próximo ao arraial (FURTADO, 2003, p.47-48).

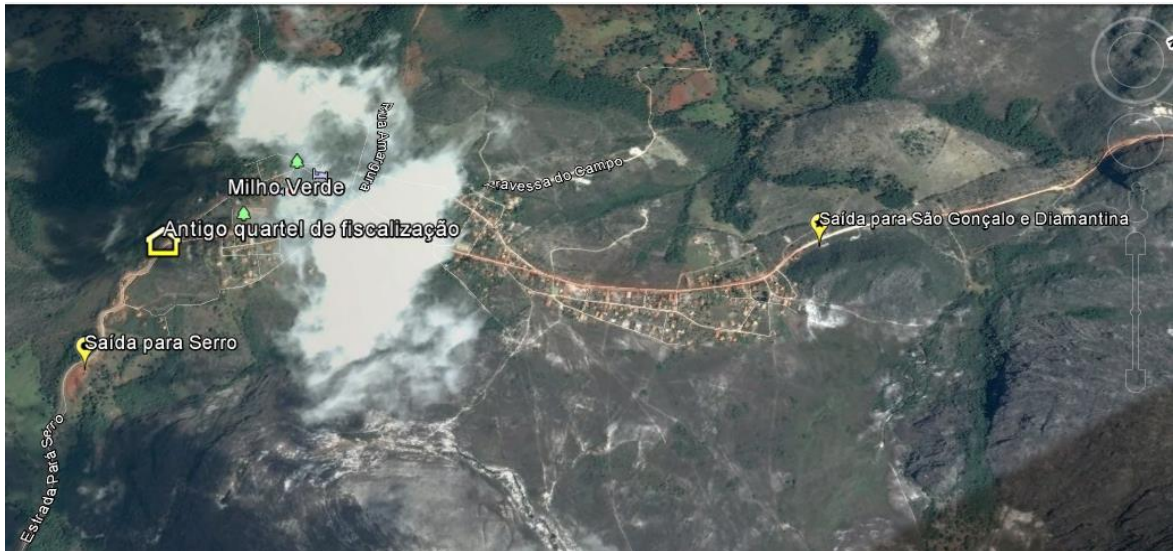
Milho Verde possuiu um quartel de fiscalização dos diamantes. Segundo Ávila (1981) este quartel foi instalado pela Coroa Portuguesa, já nas primeiras décadas do século XVIII, com o objetivo de controlar todas as entradas e saídas de víveres, diamantes e animais. Dona Geralda, quitandeira e moradora de Milho Verde, em depoimento para a dissertação de mestrado de Rudá Andrade (2013), intitulada “*Vissungo com angu: histórias e memórias da produção e consumo de fubá no Alto do Jequitinhonha*” relata a lembrança da origem militar que marcou a história do distrito e por meio de seu relato podemos perceber o peso que a imagem do quartel teve para a memória da exploração de pedras na região e sobre a escravidão.

“Onde vinha todo o ouro nessa redondeza vinha pra cá... é... como é que fala... pra fundi ele era ali (no quartel). De todo canto. Inclusive o primeiro diamante, quando descobriram o diamante, o primeiro diamante que saiu de Diamantina ele veio ser guardado aqui. Que aqui é que tinha um quartel, tinha os guardião, que hoje em dia fala guarda, fala isso. [...] Ai esse quartel ali é que guardava o ouro e daqui saia na cacunda dos burros pra ir, pra estas estradas de... estrada real que levava para Paraty, Paraty pro Rio de Janeiro, para poder exportar, saia daqui ó! [...] Eu ainda me

lembro que lá ainda tinha um pau grosso, um tronco grosso lá, que era onde eles amarrava negro... ainda me lembro disso até hoje”²⁹. (GERALDA 2011 *apud* ANDRADE 2013, pág. 34)

O quartel de fiscalização de Milho Verde se encontrava bem localizado, na entrada do distrito para quem vinha da cidade do Serro (FIGURA 18). Atualmente no local encontra-se uma praça.

Figura 18:Localização do antigo quartel de fiscalização implantado em Milho Verde, na entrada do distrito.



Fonte: Google Earth: adaptado pela autora, 2015.

Santiago (2006) relata que em 1731, o Ouvidor Vale e Melo, em carta, indicava Milho Verde como local ideal para se erguer uma vila e que talvez por influência desta carta e de outros documentos, foi criado o quartel em Milho Verde.

“A posição, bem no meio da estrada que liga o Serro a Diamantina (na época respectiva Vila do Príncipe e Arraial do Tijuco) no alto de um platô com vasta vista, era motivo de sobra para a escolha do lugar” (SANTIAGO, 2006, p.106).

Segundo Altamiro Bessa (2011), em seu livro *A Construção das Paisagens Turísticas: nos descaminhos da Estrada Real*, essa posição geográfica privilegiada no Caminho dos Diamantes, a meio caminho das duas mais importantes localidades do Distrito dos Diamantes, permitiu que Milho Verde atuasse como entreposto tropeiro, polarizando o movimento de tropas das localidades do entorno de diversas regiões.

²⁹ Entrevista realizada em Milho Verde em 14/10/2011 por Rudá Andrade.

Após a decadência do ciclo do ouro e diamantes, os moradores de Milho Verde enfrentaram um período de miséria; muitos se esforçavam para realizar algumas atividades ligadas à agricultura de subsistência, à criação de gado e à colheita de sempre vivas³⁰, utilizadas no artesanato, tornando-se base da economia local durante quase todo o século XX. (ARNDT, 2007).

Além dos aspectos ambientais que se destacam na região, Milho Verde possui monumentos de expressivo valor histórico como a capela de Nossa Senhora do Rosário, considerada cartão postal do distrito e a Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, onde estão depositados os restos mortais da mãe da lendária escrava Chica da Silva, nascida no distrito.

Figura 19: Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Henry Yu, 2009.

Figura 20: Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: Autoria própria, 2014.

Além do patrimônio edificado, Milho Verde se apresenta como um lugar de memória: o distrito ainda guarda algumas das mais belas manifestações herdadas do período da mineração, tais como o congado, representado pelos catopés, que cantam na Festa de Nossa Senhora do Rosário e ainda pessoas que detêm a memória oral da língua banto (vissungos). Cabe ressaltar que atualmente, somente uma pessoa, já idosa, Senhor Ivo Silvério da Rocha sabe falar o vissungo, prática que está se perdendo em toda Minas Gerais.

³⁰ Eriocaulácea: são monocotiledôneas e algumas espécies são popularmente conhecidas como **sempre-vivas**, pois suas inflorescências mantêm a mesma aparência que tinham antes de serem destacadas das plantas. Muitas espécies são mais coletadas e comercializadas para ornamentação de interiores e artesanato. As sempre-vivas habitam áreas campestres, expostas ao sol, em terrenos que variam de secos a bastantes alagados, em áreas de campos rupestres, campos cerrados e campos úmidos associados a veredas. Estas plantas não sobrevivem com facilidade fora de sua área de ocorrência. Fonte: Instituto Estadual de Floresta.

Figura 22: Ngola Ana Nzinga Mbande, Dona Ana de Sousa – Rainha reinos do Ndongo e de Matamba. ³²



Fonte: http://www.africafederation.net/Ndongo_History.htm. Acesso em 21 de setembro de 2014.

Em sua pesquisa sobre os vissungos, Neide Sampaio (2009) chama atenção para o processo de desaparecimento dessa manifestação da cultura afro-brasileira e recolhe relatos de moradores de Milho Verde que ainda detêm o conhecimento da língua. Um deles era o Senhor Crispim, [já falecido] morador da comunidade quilombola do Ausente, que relata sobre a origem da língua na região e revela que aprendeu os vissungos com o seu tio, João Veríssimo dos Santos.

Eu tinha um tio, que ele era cantadô de vissungo, chamava João Veríssimo dos Santos. Esse home cantava um vissungo que fazia as pedra chorá. Era ele, meu pai, o Gazino, o Firmiano, tudo era o rei perpétuo do vissungo. Esses tirava o vissungo... ah, minina, cê nem imagina. Tudo eu aprendi com meu tio. Isso é ritual dos véio. Eu passei a acumpanhá o interro da idade de catorze ano pra cima. Que, quando a gente era minino, o pai da gente num dexava, não. Esse que é o ritual que nós achamo e é dos antigão, do pessual que é a orige da curta. Seu Gazino morreu com cento e tantos ano. Morreu velho, que é a orige da curta mesmo. (*sic*) Que eles num são nação daqui, não. Tudo é africano. Essa nação, tudo é africano. (CRISPIM *apud* SAMPAIO 2009, pag. 14) ³³.

³² Data de Nascimento: 1582 (Ndongo) e faleceu em 17 de dezembro de 1663 (Matamba)

³³ Depoimento editado a partir da transcrição de entrevista realizada por Neide Freitas Sampaio, com o Senhor Crispim em sua casa, morador de Ausente, zona rural próxima ao povoado de Milho Verde, no município do Serro-MG, no dia 7 de janeiro de 2005. Senhor Crispim faleceu em maio de 2008.

Figura 23: Antônio Veríssimo (Crispim)



Fonte: Trecho do documentário “Ausência”, (2009)

Segundo Sampaio (2009), existiam vários vissungos entoados em momentos específicos, como por exemplo, o vissungo de morte e caminho, que era um ritual cantado para pessoas à beira da morte, como passagem. Quem cantava o vissungo fazia o quarto, momento em que as pessoas passavam a noite com o morto bebendo pinga e pedindo salvação da alma; outro vissungo era o pedido de ajuda, que era entoado durante o enterro quando o corpo do defunto pesava, os vissungueiros pediam para que o morto diminuísse o peso.

Quando tá pesado, pede ajuda, né? Põe caixão no chão. Bate no caixão. É que hoje tá urna, essas coisas de hoje em dia. Ninguém hoje num tá ino no caixão. O caixão é muito grande. Caixão é táubua assim, forrado de pano. Se é moça, é pano branco. Se é gente adulto, pano preto. O caixãozinho das crianças era branquinho. E batia, chamano pelo nome aquela pessoa que morreu. Se é Maria: “Ô Maria, manera, Maria. Pra visitá Nossa Senhora. Manera”. (CRISPIM *apud* SAMPAIO 2009, pag. 18).

Existia também o vissungo de insulto, quando passava com o morto na frente da casa de um inimigo entoava-se cantos convidando o mesmo para ir pro cemitério, ou seja, desejando a morte dele; já o vissungo de multa, era entoado pelos negros escravizados durante a mineração.

Em garimpo é otra tradição. Que todas muisga de multa de garimpo, tinha que sê um rituá, cê tem que cantá pidino. Ninguém num ixigia o que que é pa dá, não. O que pudesse dá, dinheiro, cachaça. A pessoa canta pra ele e fala: “Ocê que diga pra nós, seu moço, (*sic*). Ele vai e dá um lito de pinga. Aí nós canta agradeceno ele o lito de pinga:

Timbô tê quê, quê, quê
 Timbô tê quê, quê, quê
 Timbô tê quê, quê, quê

Timbô tê quê, quê, quê
 Agora, se ele num deu, aí tem a cantiga pa cantá tamém, já xinga ele tamém, na língua:
 Que bicho é esse? É tamanduá
 Que rabo cumprido? É tamanduá
 Que bicho é esse? É tamanduá
 Que rabo cumprido? É tamanduá
 O freguês que já sabia que se num levasse, ia agüentá o tamanduá, já levava a pinga no alforje. (CRISPIM *apud* SAMPAIO 2009 pag. 19)

Aires da Mata Machado (1985, pág. 61) no livro *O negro e o garimpo* relata que os vissungos “são especialmente adequados ao fim e acompanhavam fases do trabalho nas minas. Outros parecem cantos religiosos”.

Os negros no serviço cantavam o dia inteiro. Tinham cantos especiais para a manhã, o meio-dia e a tarde. Mesmo antes do sol nascer, pois em regra começava o serviço alta madrugada, dirigiam-se à lua, em uma cantiga de evidente teor religioso. (MATA MACHADO, 1985, pág. 61)

Aires da Mata Machado (1985) conta ainda sobre a convivência entre os negros durante os trabalhos nas lavras e que era comum nos grandes serviços de mineração em que trabalhavam um número significativo de negros, haver rivalidade entre os vários cantadores mestres. Dentre os vários vissungos existentes, havia o momento em que conversavam em dialeto africano para despistar possíveis fiscalizadores dos diamantes ou alertar sobre possíveis perigos.

Jambá tuca rira ó quê
 Coro:
 Jambá catussira rossequê
 Solo: Rio, rio
 (O menino grita para o pai que encontrou um diamante, este responde que o esconda no cascalho e - Silêncio!)
 (MACHADO, 1985, PÁG. 75)

Crispim (2008) relata ainda que a prática do vissungo de enterro estava se acabando e que ele era um dos poucos que ainda ajudava algumas famílias a enterrar conforme a tradição. Nesse depoimento, ele relata como era o enterro e como a comunidade entendia o momento.

É, isso, desde que a pessoa morre. Pois é, morreu, aí reza essa reza. Na hora da saída da porta: “Bendito, louvado seja, bendito, (cantarola). Olha o santíssimo sacramento. Os anjos, todos os anjos, louvam a Deus para sempre amém” (cantarola). Mas aí a dona só de reza é isso. Os homens ta lá calado. Mas acabou de rezar. E fala: “Vai com Deus e Nossa Senhora, e com mais ninguém”. Entendeu? Agora já os homens tiram o vissungo. E eles faz assim: (cantarola) “Bendito é louvado, e que para sempre seja louvado” Tinha vezes que ia passar por uma turma que às vezes tem gente no garimpo, carregador tá pouco.

Museu da pessoa: Como é que grita por ajudante. Como é que chama? Na língua. Como é que convida ele pra ajudar?

Crispim: Não tem que chamar nome de ninguém. (cantarola) “A minha perna me dói, o meu braço me dói, ah, [...] minha cabeça me dói, ah, meu corpo todo me dói, pai, mamãe quer cadê”. Quer ter companhia pra ajudar? Quem tava na roça escutou essa música larga a roça já. “Tá pesado, vamos ajudar ele”. Paravam a roça, o garimpo lá, e junta a turma. Isso é, convidando um companheiro pra ajudar a levar. É, essa música tudo aprendi. É, isso a gente aprendeu. É coisa. E é da cultura. Quando chega aqui o morto: “Mundo virou, mundo virou quero ver”. Quando acabou aquilo, chega lá e desamarra o caixão, pega e fala assim: (cantarola) Depois, pra chegar no cemitério: (cantarola) “Caxinguelê, vai embora com Deus, com, vai embora com Deus”. Aí quando chega na porta da igreja, o pessoal todo na porta da igreja. Quando for para enterrar tem a outra que canta na hora do enterro: (cantarola) “Lá no céu tem uma santa, Santa Maria mãe de Deus, rogai a Deus por ele lá no céu quando chegar”. (CRISPIM, 2008) ³⁴

Em depoimento à autora desta pesquisa, Olímpia Morais (2014), moradora de Milho Verde, conta que quando mais jovem, via pela janela de sua casa os vissungueiros indo enterrar o corpo, entoando o canto e ficava com muito medo. Segundo ela, as pessoas tinham o tempo certo de acompanhar com os olhos o enterro, procedimento cheio de rituais e assombro.

Quando as pessoas morria no mato, não tinha caixão nada pronto, tinha que fazer. Faziam um trem horrível preto com uma fitona preta, chamava galão. Meu pai fazia. Do mato ele vinha na coberta, eles punha o defunto na coberta amarrava assim, ajuntava uma ponta na outra e amarrava, punha o pau e vinha um homem carregando de lado e outro do outro e ia trocando. Eu vi passando aqui na porta muito. Ai morro de medo! Corria. Eu tava bem nova, e meu pai falava não pode ver apontar nem sumir, só pode ver passando, tinha de durmir de lamparina acesa. (DONA OLÍMPIA, 2014)³⁵

Antônio Veríssimo Crispim faleceu em 2008 na comunidade do Ausente e seus companheiros de grupo de catopês e da comunidade de Milho Verde, incluindo Mestre Ivo, único vissungueiro da região, fizeram o seu enterro conforme a tradição.

Voltando a abordar a forte relação dos vissungos com o garimpo, Saint-Hilaire (1974) anotou, observando a prática nos garimpos, que apesar do trabalho duro vivenciado pelos negros no garimpo, muitos preferiam o trabalho braçal do garimpo a trabalhar nas terras dos seus senhores, pois não estariam submetidos aos caprichos desses. (ANDRADE, 2013)

Seu trabalho é contínuo e penoso. Sempre sob as vistas dos feitores eles não podem gozar um instante de repouso. Todavia quase todos preferem a extração de diamantes ao serviço de seus donos. O dinheiro que eles conseguem pelo furto do diamante e a esperança que nutrem de conseguir alforria se encontrarem pedras de

³⁴ Depoimento de Crispim. Museu da Pessoa. 2008. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/_index.php/historia/4927-a-historia-de-um-cantador-de-vissungos?historia=in-tegra/>. Acesso em 08/10/2014

³⁵ Entrevista realizada em Milho Verde pela autora da dissertação. 2014

grande valor, são sem dúvida as causas principais dessa preferência; mas há ainda outras. Reunidos em grande número esses infelizes se divertem em seus trabalhos; cantam em couro canções de suas terras, e enquanto nas casas de seus donos são submetidos a todos os seus caprichos, aqui eles obedecem a uma regra fixa e desde que se adaptem não têm que temer os castigos (SAINT-HILAIRE, 1974, pág. 10)

Para Sampaio (2009), os vissungos são cantos de força, e eram originalmente cantados durante o trabalho de mineração nos rios de Minas Gerais no início do século XVIII. Anota que ao adotar a perspectiva comparativa já padronizada da Etnomusicologia, esses poderiam ser classificados como cantos de trabalho. Entretanto “como as pessoas que os cantavam estavam no exercício de suas atividades sob severa coerção física, ao chamá-los de cantos de trabalho dificilmente estaríamos refletindo o ponto de vista do sujeito que cantava”.

Após o declínio da mineração naquela região, o vissungo tornou-se uma tradição de canto ritual, na qual o trabalho real na mineração do ouro era dramatizado numa ocasião de esforço comunitário. Sob essa forma ritual foram registrados na região do Serro (exatamente no mesmo local citado na Figura XVII quase duzentos anos antes) por Ayres da Mata Machado Filho³⁶. A qualidade da gravação era péssima nos anos 30, porém do que pude ouvir das gravações originais, a base rítmica era muito provavelmente composta por um trio de tambores, tocando três padrões distintos polirritmicamente entrelaçados, quem sabe ligadas a um padrão de candombe, tão remoto da linha básica da música afro-brasileira secular e comercial quanto os vissungos. (SAMPAIO, 2009, pag. 20)

A vinda dos negros africanos contribuiu para a formação da língua Vissunga e para a nossa língua portuguesa. O contato forçado e prolongado entre africanos, indígenas e portugueses resultou numa linguagem própria com “desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole” (RODRIGUES, 1932, pág. 125 *apud* BONVINI, 2008, pág. 16).

A verdade é que os elementos portugueses da nossa cultura foram elaborados, amalgamados com os elementos indígenas e negro-africanos, além das influências mais recentes de outros fatores. Mas é certo que o elemento português prevaleceu, dando uma nota mais sensível de europeidade a nossa cultura. (MELO 1946, pág. 29 *apud* BONVINI, 2008, pág. 17).

Bonvini (2008) reitera que por meio do tráfico dos negros africanos escravizados para o Brasil criou-se para os cativos condições linguísticas favoráveis e que associadas ao contato forçado e prolongado com a língua portuguesa e ao intercâmbio de culturas durante o período colonial, resultaram numa língua própria.

Essa organização particular do tráfico, diretamente orientado para o mercado brasileiro, criou as condições linguísticas favoráveis à emergência de uma nova situação linguística para os cativos, transitória, é verdade, mas que pôde influir, por sua duração e sua renovação regular, naquela que ocorrerá em seguida no Brasil.

³⁶ MACHADO FILHO. O negro e o garimpo em Minas Gerais, 1985.

Essa situação caracteriza-se por uma concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, o que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do quimbundo como língua veicular [...]; no mesmo período, deu-se um contato igualmente forçado e prolongado com a língua portuguesa, falada no interior primeiramente pelos pombeiros (recrutadores de escravos) e em seguida na costa africana pelos negreiros brasileiros, [...] ademais, o período da viagem marítima, que se passava nos porões dos navios (BONVINI, 2008, pag. 31-32)

Utilizando reflexões de Hall (2014) sobre o termo "*tradução*"³⁷, podemos percebê-lo nos estudos acerca da contribuição da cultura africana para a formação da cultura brasileira. A *tradução* seria o processo de formação de identidade, "compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal", [...] "eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas" (HALL, 2014, pág. 52). Em Milho Verde e São Gonçalo, a vinda de grupos de culturas distintas, dentre elas africanos, portugueses, trouxe várias experiências, e por meio de uma negociação entre elas, formou-se uma identidade cultural única:

[...] retém fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são irrevogavelmente o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencente a uma e, ao mesmo tempo, a várias "casas" (e não a uma "casa" particular) (HALL, 2014, pag. 52)

A prática de vissungos também está refletida na etnomusicologia. Influenciou e inspirou cantores de renome da música popular brasileira, como Clementina de Jesus que nos anos 1960 gravou-os com um grupo de músicos. A "base rítmica escolhida não repetiu o padrão rítmico original, mas usou um tipo de ritmos binários generalizados de umbanda, tais como o barravento, que ouvimos em casas de umbanda, macumba e jurema por todo o país." (SAMPAIO, 2009). A autora reforça ainda que dos 65 vissungos registrados em livro por Aires da Mata Machado, 14 foram, em 1982, gravados por Doca e Geraldo Filme, no LP *O Canto dos Escravos*, da Eldorado, e dois deles integram a trilha sonora do filme *Abolição*, de Zózimo Bulbul.

Vissungo 62 – Cantado por Clementina de Jesus.

Muriquinho piquinino,
ô parente
muriquinho piquinino

³⁷ A palavra "tradução" observa Salman Rushdie, "vem etimologicamente do latim, significando "transferir", "transportar entre fronteiras".

de quissamba na cacunda.
 Purugunta onde vai,
 ô parente.
 Purugunta onde vai,
 pro quilombo do Dumbá.
 Ei chora-chora mgongo ê de vera
 chora, gongo, chora.
 Ei chora-chora mgongo ê cambada
 Chora, gongo, chora.

Segundo Sampaio (2009), a tradução oferecida por descendentes dos escravos que trabalhavam nas minas nas regiões do Serro e Diamantina seria da seguinte forma: “O menino, com a trouxa nas costas, está correndo para o quilombo do Dumbá. Os que ficam choram porque não podem acompanhá-lo³⁸”.

Outro músico que gravou músicas derivadas dos vissungos foi Milton Nascimento, que visitou o distrito de Milho Verde na década de 1980. Nessa ocasião, conheceu o mestre de vissungos de Milho Verde Ivo Silvério, e gravou uma música cantada por este, intitulado “Catumba Zambí” e faz referência ao Senhor Ivo no documentário a “Sede do Peixe”. Neste documentário, Milton Nascimento reúne grandes artistas da música brasileira e fala também sobre o grupo de catopés de Milho Verde e da tradição da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Zambi é catumba zambi
 Quando o dia amanhece
 Oh minha gente é hora
 Quando o dia amanhece
 Oh minha gente é hora
 Não tem dia que estou mais alegre
 Como o dia de Nossa Senhora
 Não tem dia que estou mais alegre
 Como o dia de Nossa Senhora (CRISPIM & SILVÈRIO, 1997)³⁹.

Segundo moradores, foi graças à visita de Milton Nascimento ao distrito e da gravação do CD Caçador de Mim (1984), em que coloca a foto do cartão postal do distrito (Igreja de Nossa Senhora do Rosário) que Milho Verde começou a atrair mais turistas e visitantes.

³⁸ MACHADO FILHO. O negro e o garimpo em Minas Gerais, 1985.

³⁹ ANTÔNIO CRISPIM E IVO SILVÈRIO. Documentário a Sede do Peixe, 1997. Direção Lula Buarque de Hollanda e Carolina Jabor. Duração: 72 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hu_gVBtOgoA>. Acesso em 10 de agosto/2014

Figura 24: Capa do CD Caçador de Mim, 1984 com a Igreja do Rosário ao fundo



Os vissungos também foram grandemente divulgados por meio da literatura. Alguns exemplos são: o texto, *Emo quá*, de Daniel Magalhães, que insere os vissungos no contexto musical afro-mineiro, e compara aos cantos dos catopés de Milho Verde e à tradição dos pífanos, encontrada na região do Serro e Diamantina, e o texto, *Cantos afrodescendentes de morte e vida*, escrito por Sônia Queiroz, que traz uma reflexão sobre a poética dos vissungos, comentando os diversos trabalhos já realizados sobre os cantos vissungos, incluindo materiais sobre a bibliografia e discografia. (SAMPAIO, 2009).

No distrito de Milho Verde é possível notar uma forte ligação do seu presente com o passado. A presença africana é visível em diversos aspectos da comunidade: “como no modo de falar, na expressão corporal, nos hábitos e saberes das comunidades, elementos formadores da Cultura Vissunga” (ANDRADE, 2013. Pág. 04), além dos vissungos entoados na região.

Sujeitos carregando valores, crenças e identidades próprias, que se encontraram no palco daquelas serras sob as condições históricas determinadas pela violenta exploração do diamante do século XVIII. Uma situação marcada por trocas de experiências e vivências em busca da sobrevivência ou da dominação hegemônica. (ANDRADE, 2013, pág. 34)

Milho Verde possui 1.275 habitantes distribuídos entre a zona rural e urbana, conforme dados do IBGE (2010). Destacam-se no distrito os povoados do Baú e Ausente que foram reconhecidas como remanescentes quilombolas pela Fundação Palmares, no ano de 2012⁴⁰.

⁴⁰ Para mais informações: Disponível em < http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=MG#>. Acesso 22 de out./2014

Figura 25: Localização do distrito de Milho Verde



Fonte Google Maps sem escala

A comunidade quilombola do Ausente (ou Córrego do Ausente) está localizada a três quilômetros do distrito de Milho Verde e apresenta-se bem dispersa, subdividida nos lugares denominados Papagaio, Massangana, Ausente de Cima e Ausente de Baixo. Possui como infraestrutura, luz elétrica e uma escola que atende até o 5º ano do Ensino Fundamental. Já a comunidade quilombola do Baú está localizada a dez quilômetros do Milho Verde. Possui cerca de quarenta e quatro famílias, totalizando 234 habitantes. Sua infraestrutura constitui-se na existência de uma associação de moradores, uma escola de ensino fundamental e energia elétrica. (CEDEFES, 2003).⁴¹

Sobre a formação dos quilombos, sabe-se que esses eram uma forma de resistência dos negros escravizados que fugiam e se aglomeravam para se proteger e que estes sempre foram combatidos durante todo o período da escravidão. Sua primeira definição no corpo da

⁴¹ Para mais informações: Disponível em http://www.cedefes.org.br/index.php?p=projetos_detalhe&id_pro=65. Acesso 22 de out./2014

legislação colonial teve como objetivo a repressão de todo e qualquer agrupamento de população negra, CEDEFES (2008).

Caracterizou-se o quilombo como uma reunião de, ao menos, cinco escravos fugidos, tendo eles formado ranchos permanentes ou não. Durante o século XIX, os quilombos eram considerados um dos três maiores inimigos da ordem pública, ao lado dos índios selvagens e dos grandes potentados rurais. Muitas comunidades quilombolas se formaram em torno do movimento de resistência, por isso a ordem de repressão por parte do governo. Porém, muitas vezes eram toleradas pelo regime dominante, pois se tornaram locais onde funcionavam postos comerciais ou de oferta de mão-de-obra escrava ou barata. (CEDEFES, 2008)

Ivo Silvério da Rocha, chefe do grupo de catopés de Milho Verde e um dos únicos vissungueiros da região, fala sobre a história da comunidade de Ausente, que juntamente com a comunidade de Baú foram reconhecidas como remanescentes quilombolas:

O Baú foi quilombo. Porque no falar Ausente, o nome Ausente. Eles acharam esse pedacinho de terra boa, aqueles fogozinho aí eles vieram e se implantou aí... Eles se ausentaram do Baú para beira do Jequitinhonha: Ausente. (MESTRE IVO, 2013).

O Baú foi formado por escravo. [...] Porque eles vinham da África, e então se sofria muito nas senzalas do sinhô. Aí eles fugiam e barravam lá. Eles fugiam dessas áreas. E ficavam no Baú. Portanto o pessoal todo do Baú, eles é de origem da África. Eles é africano. Não é pessoal brasileiro não. É africano viu? (CRISPIM, 2008).⁴²

Em outra entrevista feita por Andrade (2013) com outro morador de Baú, o senhor Zé André, este dá outra versão sobre os primeiros habitantes do lugar:

A história daqui do Baú foi assim: quando o estrangeiro chegou pra aqui, o primeiro. Isso tudo aqui era mato puro, mato virgem. Então, chegou o estrangeiro bem aqui e trouxe um bocado de estrangeiro, de gente. Chegou trabalhando no garimpozinho, trabalhador no garimpo. E plantou muita roça aqui também. [...] Meu avô trabalhou o tempo todo, não recebeu dinheiro do fazendeiro. Aí quando ele adoeceu, chamava José Antônio [...] quando ele viu que não tinha condição mais chamou meu avô. “Você concorda em receber a fazenda na conta? Meu avô viu que a fazenda era muito grande: Eu não tenho condições”. Mas ele recebeu pelo que ele devia. Não tem comida, mas recebeu a fazenda. 100 arqueires de terra. (ZÉ ANDRÉ *apud* ANDRADE 2013)⁴³

Devanir Amâncio, neto do ex-escravo João Noberto dos Reis, assim como Zé André conta sobre a ocupação do Baú:

⁴² ANTÔNIO VERÍSSIMO CRISPIM. Morador do Ausente. Entrevista Museu da Pessoa, 2008. http://www.museudapessoa.net/_index.php/historia/4927-a-historia-de-um-cantador-de-vissungos?historia=integra/

⁴³ IVO SILVÉRIO E ANTÔNIO VERÍSSIMO CRISPIM. Documentário Saberes tradicionais de Milho Verde – Rapadura. Dir. Rudá K. Andrade, 80 minutos, Milho Verde: Instituto Milho Verde, 2013.

Aqui veio muitos pra desfrutar o ouro e o diamante, né, os claros, né. Vieram muitos aqui, porque aqui do Zé Antônio, Zé Antônio era senhor naquele tempo. E meu avô saiu da escravatura, então foi se a libertação. Ai, ele não tinha como pagar, porque meu avô trabalhava muito com ele, e ele gostava muito do meu avô, que era escravo. Ai ele foi, pegou, e deu a terra [...] documentação e tudo e deu na mão. E os outros chegaram para desfrutar o ouro e diamante. E aí foram ficando na terra dele. (DEVANIR AMÂNCIO 2013 *apud* ANDRADE 2013) ⁴⁴

Antônio Crispim, vissungueiro, falecido em 2008 e morador do Baú, dá a sua versão e o motivo do nome do vilarejo.

Eu achei um senhor mais velho, mais velho. Falava que foi o homem, ele representou aqui. Entendeu? Ele não é daqui, não. Entonce, diz que eles falaram que eles ficou ausente da terra dele, ausentando da terra dele. Antão, esse homem morou aqui. [...] Antão, é os primeiros habitantes que teve. Ficou o nome de Ausente. [...] É porque aqui não tinha muitos habitantes, não. Essa comunidade aqui é mais nova. Entendeu? A comunidade mais velha, de morar aqui, é a Baú. [...] porque Baú, a geração anterior do Baú, é que mais formou Ausente. A maioria dos habitantes daqui é de lá do Baú. Venho pra aqui. Entendeu? Minha mãe não é daqui, não. Minha mãe é nascida no Baú. Ai, meu pai era viúvo, casou com ela e trouxe ela pra aqui.⁴⁵ (CRISPIM 2008)

Sobre os primeiros habitantes de Baú, Crispim, relata que o seu avô Francisco dos Santos e Marta Mutuca, Serafim e João de Virgínia foram os primeiros moradores, provavelmente século XIX⁴⁶.

Os vissungos representam autênticas expressões das experiências vivenciadas entre os africanos trazidos na escravidão. Mestre Ivo, em seu depoimento gravado pelo Instituto Milho Verde, relata que os vissungos já eram conhecidos pelos negros e questiona o modo como a língua foi desenvolvida na região e qual era a relação desses negros que falavam a língua.

Os nego quando vieram para o Brasil, eles já sabiam o que era o vissungos, lá pela África. Eles já tinha essa tradição... Num sei lhes dizer a época que eles vieram, eu não sei qual é a descendência dos nego que ficaram ai, ou varias descendências de negos na região principalmente aqui na localidade Baú. [...] Eu sei que eles vieram pela exploração do ouro. [...] é uma passagem, de muita coisa. [...] Como que foi o transporte deles chegando aqui pro Brasil? Qual é essa aprendizagem desses negos? E onde ficou implantado essa linguagem, com essas vozes, com esse momento de dor e felicidade pra eles: ficaram Milho Verde, e outro lugar, Quartel de Indaiá, escravo morava aqui também, e ajudava a fazer aqueles transportes, do Baú e no

⁴⁴ Depoimento em vídeo para Projeto Guardiões da História realizado em parceria com a Escola Estadual Professor Leopoldo Pereira e o ponto de cultura de Milho Verde, sob orientação de Vítor Kawakami, ano 2012.

⁴⁵ Depoimento de Crispim. Museu da Pessoa. 2008.

⁴⁶ SABERES TRADICIONAIS DE MILHO VERDE – RAPADURA. Dir. Rudá K. Andrade, 80 minutos, Milho Verde: Instituto Milho Verde, 2013.

Ausente, aonde sempre transmitia essa língua: vissungos. (Mestre Ivo 2011 *apud* ANDRADE 2013)⁴⁷.

O fato da região onde Milho Verde está localizada possuir comunidades remanescentes quilombolas é explicado pela quantidade de negros que habitavam a Comarca do Serro Frio durante a exploração de pedras preciosas. Podemos perceber na tabela abaixo que em 1776, a população da comarca do Serro Frio tinha quase 60.000 habitantes, representando 18,4% do total da capitania. Podemos notar que os negros escravos do sexo masculino eram a maioria, representando 78%, sendo que menos de 33% dos cativos eram do gênero feminino. Segundo dados fornecidos por José Joaquim da Rocha, em 1776, a comarca do Serro Frio contava com 31 arraiais, entre eles Milho Verde e São Gonçalo. (MENESES, 2000, pág.103)

Tabela 02: Habitantes da Capitania de Minas Gerais, por Comarca 1776.

	VILA RICA	R.DAS MORTES	SABARÁ	SERRO FRIO	TOTAL
Branços	7.847	16.277	8.648	8.905	41.677
Pardos	7.981	7.615	17.011	8.186	40.793
Pretos	33.961	26.199	34.707	22.304	117.172
Total Masc.	49.789	50.091	60.366	39.395	119.641
Branças	4.832	13.649	5.746	4.760	28.987
Pardas	8.810	8.179	17.225	7.103	41.317
Pretas	15.187	10.862	16.239	7.536	49.824
Total Fem. .	28.829	32.690	39.210	19.399	120.128
TOTAL:	78.618	82.781	99.576	58.794	319.769

Fonte: MENESES, 2000 adaptado de OLIVEIRA (1976); MAXWELL (1985)

Além da presença marcante da cultura negra na prática dos vissungos, Milho Verde ainda mantém a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que reúne grupos de congado da região, que fazem homenagem à padroeira dos negros.

⁴⁷ Mestre Ivo em entrevista ao Instituto Milho Verde. CD Contos e cantos vissungos (2011)

Figura 26: Ivo Silvério (chefe do grupo de Catopés) Figura 27: Grupo de Congado de Milho Verde (Catopês)



Fonte: Vinicius Ornelas



Fonte: Sérgio Amaral, 2009.

Outras festividades são realizadas no distrito, como a Festa de São Sebastião, Festa do Cruzeiro, e a tradicional Folia de Reis, na qual, todos os anos entre os dias 05 e 06 de janeiro, grupos vestidos com roupas típicas saem durante toda a noite pelas ruas do vilarejo entoando cantos e visitando casas com presépios, e que oferecem comidas e bebidas, lembrando a visita dos Reis Magos ao Jesus Menino.

Figura 28: Folia de Reis em Milho Verde



Fonte: USP - <http://www.fflch.usp.br/indl/Extra/>. Acesso em 21 de setembro de 2014.

Em Milho Verde, acontece ainda a Festa de Nossa Senhora dos Prazeres. Dona Olímpia, zeladora e vizinha da Igreja, conta sobre as festividades religiosas no distrito e sobre a animação e mobilização da comunidade para realizá-las. Ela nos relata também que a festa para a padroeira deixou de ser realizada durante 42 anos, pois não tinha festeiros para realizá-la e com o passar do tempo algumas pessoas se reuniram e deram continuidade.

A festa de Nossa Senhora dos Prazeres, tinham novena, nove dias, tinha o mastro, muito lindo e no outro dia missa e procissão, nada com folclore, tudo solene com Banda de Música, vinha uma banda de Música de São Gonçalo que antigamente

tinha muito boa e outra de Costa Sena. A de São Gonçalo acabou também, agora eles tem outra, agora eles renovaram e tem outra banda. Ela não é com folclore, ela é só com banda. (DONA OLÍMPIA, 2014).

Dentre as festas realizadas no distrito de Milho Verde, a de Nossa Senhora do Rosário é a mais famosa e recebe um número significativo de visitantes. Dona Olímpia conta que a Festa do Rosário se diferencia da festa de Nossa Senhora dos Prazeres devido à presença de grupos de congado e à distribuição de comidas típicas da região para os frequentadores.

Essas festas, quando eu já nasci já existia essas festas, elas era umas festas muito animada, tinha muita gente, eles faziam com muita alegria, com muitos festejos e sempre continuando dando comedoria pro povo e doces. Dizem que eles faziam doces um mês para dar nos dias da festa, fazia doces e punha no pote, que eles usavam pote de barro, né? E ia armazenando, porque era só doce em calda, era festa do Rosário, doce picadinho eles não sabiam muito, e fazia em calda e dava nos pratos e nos coité. E era muito muito meses e tinha muito folclore do Rosário, né? Muito folclore. (DONA OLÍMPIA, 2014).

A devoção à Nossa Senhora do Rosário está diretamente ligada ao fato desta ser a padroeira dos negros. Em Milho Verde existem relatos que a Capela havia sido construída depois que foi assinada a Lei Áurea, em agradecimento pela libertação dos escravos e está associada à presença de grupos de Congado na região, como é o caso de catopés, e da tradição do vissungo. Evidenciando que a religiosidade, também marcante na região, se deve a influência dos negros escravizados e sua devoção à sua santa protetora.

[...] uma conexão por vezes tênue, mas presente e peculiar, entre quilombos, irmandade, mineração, clandestinidade e a extinção tardia e recente de uma relação de dominação - de caráter semiescravagista - entre a oligarquia local e os camponeses e descendentes de quilombolas. Nesse ambiente, é de se crer que se conformaram estratégias de resistência - de subsistência clandestina - continuadoras das antigas formas de sobrevivência dos negros fugidos, forros, quilombolas e garimpeiros (ARNDT, 2007, pág. 70 - 71)

No documentário, *Alforria da Percepção*, dirigido por Paulo Genestreti e que contou colaboração da autora dessa dissertação (2007), Dona Cesária, moradora de Serro e Rainha Perpétua do Rosário, já falecida (2014) relata sobre a lenda de Nossa Senhora do Rosário e sua relação com negros, representado pelo grupo de catopés.

Porque... quando a caboclada foi, quando falô que ela tinha aparecido, que os índios tinham encontrado, ela não quis a caboclada. Ai foi os marujos, ela balançou mas não saiu não. Quando ela escutou longe, batendo uma caixa e cantando, era os catopês que estavam chegando, ai ela levantou a cabeça e olhô, quando ela viu que era os negô que estavam chegando, ela balanciou pra vir embora. Ai eles trouxeram ela... do mar. (CESÁRIA, 2007)⁴⁸

⁴⁸ Depoimento de Dona Cesária. *Alforria da Percepção*. 2007. Direção Paulo Genestreti, realizado por Confra Filmes. Duração: 20 min

Já o Senhor Crispim, dançante do grupo de catopés e vissungueiro, deu sua versão sobre a lenda de Nossa Senhora do Rosário, em que existe a relação da santa com o grupo de catopés e relata sobre sua dedicação à Ela, alegando que em algumas ocasiões de festejos em Milho Verde em que o convidaram para dançar com os grupos de catopés, ele não aceitou pois acredita que devem seguir a cultura. O grupo não deve vincular-se à devoção à outros santos, ou como ele mesmo dizia “o catopê é da outra posição”:

O Catopê é uma dança de Nossa Senhora do Rosário. Porque só o Catopê tirou ela da margem. Porque o caboclo não tirou, marujada não tirou. Ela só acompanhou o Catopê. Entendeu? É o Catopê. Por isso é que toda festa, aqui na nossa região todinha, eles quer que tenha o Catopê. o Rosário. [...] Porque assim Nossa Senhora do Rosário apresentou e ele soube cantar música pra ela, o mistério dela. O mistério de Nossa Senhora do Rosário. [...] Então tem isso aí. Catopê é do rosário. Não tem nada de outro santo, não. Não pode. Mas eles quer por Nossa Senhora de Aparecida junto com o catopê. Não. Festa de Nossa Senhora Aparecida não tem nem o catopê. Bom, o que quiser. Leva o grupo, o grupo dança. Mas não falar que o catopê é das outra posição. [...] E se aproximando a festa. Que eu tô falando com essa gente. Aí tem uns moços lá, de fora, que faz festa do cruzeirinho, tal e coisa, quer o catopê. Eu falei: não, nós não achou isso, não. Isso é um catopê temporão. Não é, não. O catopê é do rosário, gente. Toda vida pode me chamar que eu não vou. Porque tô sabendo que ta fora da, sabe, ele não ta na cultura. Tem que acompanhar o que está na cultura. Ele é da cultura de Nossa Senhora do Rosário. Ele não é de outras festas, não. Eu sei disso, que não é. Não, o catopê, não. (CRISPIM, 2008).⁴⁹

Crispim (2008) conta que na comunidade do Baú também tinha a festa de Nossa Senhora do Rosário e que o grupo de catopés ensaiava os cantos antes da festa, para não errar.

Museu da Pessoa: Tem alguma história, assim, tinha festa lá no Baú?
Crispim: Tinha Festa. A festa mais é assim: festa de, por exemplo, agora, festança do Rosário, tinha o ensaio, né? O ensaio de dança. Aí quem quisesse o catopê na casa dele, então falava pro patrão da dança: “sábado vai ser lá em casa”. Sábado. Aí o gajeiro tudo sabia. Sábado é na casa lá por exemplo. De Devenir. Pronto. Aí ia ensaiar lá pra dançar. Ensaiar, né? Pra quando for o dia da festa não dar mancada. (CRISPIM, 2008) ⁵⁰

A devoção dos negros à Nossa Senhora do Rosário é recorrente em várias regiões de Minas Gerais, porém cada “guarda⁵¹” tem suas formas de homenagear à santa protetora. No Serro, por exemplo participam da festa outros grupos como: a Caboclada, que representa os índios na luta contra os mouros e usam saiotes e cocares de penas coloridas, vários colares e se enfeitam como adereços coloridos. Entre os instrumentos utilizados por este grupo estão a

⁴⁹ Depoimento de Crispim. Museu da Pessoa. 2008.

⁵⁰ Depoimento de Crispim. Museu da Pessoa. 2008.

⁵¹ Grupo de Congado: Constitui-se em um folguedo folclórico de bailado dramático mesclando movimentos, canto e música que recria a coroação de um rei do Congo.

sanfona, tambores e o arco e flecha que emite um som “estralado” sincronizado e que acompanha o ritmo da música.

Figura 29: Caboclos da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Serro



Foto: João Marcos Cardoso, 2014

Já a Marujada é composta por marinheiros que representam os portugueses (o homem branco), usa farda branca, condecorações representando o poder, uma espécie de chapéu específica de marinheiros, anéis de prata e empunham espadas, insinuando uma luta contra os índios. Nos instrumentos utilizados estão a sanfona, violões, cavaquinhos, cuíca e pandeiros.

Figura 30: Marujada da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Serro



Foto: João Marcos Cardoso, 2014.

Por fim, o grupo de Catopês, considerado historicamente os reis da festa e protegidos pela Santa, são representados por negros que vestem cocares de penas coloridas e manto de chita colorido. Seus principais instrumentos são o reco reco, que simbolicamente representa a fome, uma espécie de chique chique que lembra o barulho de grilhões utilizados na escravidão, além de tambores e a caixa de couro, instrumento tradicional do grupo. Além desses grupos existe a Caixa de assovio que segundo a tradição local somente pode ser composta por homens e que devem acompanhar o reinado juntamente com o catopês.

Figura 31: Catopês e Caixa de Assovio da Festa de Nossa Senhora do Rosário em Serro



Foto: João Marcos Cardoso, 2014.

Em Milho Verde, existe somente o grupo de catopês e este possui características específicas e outras indumentárias. O Senhor Crispim, já falecido e ex-chefe da guarda de catopês, relatava as características do grupo, que é composto por moradores da sede do distrito, do povoado de Ausente e Baú e conta ainda qual era a função e sentido da guarda na Festa do Rosário. Com o falecimento de Crispim, hoje o Senhor Ivo é quem faz as honras da guarda:

Museu da Pessoa: E como que vocês se vestem pra dançar catopê? Qual a roupa pra dançar o catopê?

Crispim: Aí depende do patrão da dança. Por exemplo, um veste verde, o outro veste vermelho. Entendeu? É, por exemplo, contramestre e patrão. O patrão veste vermelho, o contramestre veste verde. Fardamento dele é verde. E o patrão é vermelho. Agora o embaixador veste a roupa dele normal e uma capa nas costas. Uma capa vermelha nas costas, aqui assim. Amarradinha aqui assim. Esse é o embaixador da festa. Eu trabalho de embaixador lá, todo ano. A capa da roupa com uma corda muito comprida, ela desceu aqui, ó. [...] Mas a capa é vermelha. Olha a espada aí, aí em pé. Essa é a espada.

Museu da Pessoa: Qual a função do embaixador?

Crispim: A função do embaixador é assim: formar a ala da procissão. Aí, ele vai no meio, o andor vem atrás aqui, e ele vai no meio assim. Riscando, tirando cisco da rua. Daqui vai lá, volta pra cá. E o pessoal tudo de lado. E tem o alo da coroa, que vai dentro do quadro com o rei e a rainha. O alo da coroa. Outra espada. Duas espadas, em Milho Verdes têm duas. Antão, isso é histórico, isso é patrimônio, muita coisa. Antigo demais. Aí o guarda coroa, esses não fazem nada, eles só andam com aqui, ó, junto com o rei e rainha, dentro do quadro. Agora embaixador tem que trabalhar. Entendeu, fazendo a ala de povo. O pessoal de lado e ele lá vai no meio, entendeu? É embaixada. Agora na hora de encontro de rei com rainha, ele vai buscar o rei, ou vai buscar a rainha, na porta daquela espada. O guarda coroa põe o embaixador, cruza a espada na porta pro rei passar. É isso aí Antão, cruza as espadas, o rei e a rainha passam lá. A função deles é essa. Isso é da cultura antiga. Coisas que a gente achou, né? A espada, a folha dela é de aço, é desse tamanho assim. A folha dela é de aço. A bainha dela é de prata. A bainha dela é prata pura. O cabo dela, a volta do cabo dela, tudo é prata purinha. (CRISPIM, 2008)⁵²

A festa na sede de Milho Verde ocorre na famosa capela de Nossa Senhora do Rosário, cuja atual localização, segundo Duarte (2004, pág. 05) “aliada ao caráter miniatural da construção, confere ao conjunto seu enorme encanto, num exemplo raríssimo de integração de elementos naturais e culturais numa paisagem.”

Figura 32: Igreja do Rosário em Milho Verde e paisagem



Fonte: autoria própria

Uma paisagem que contribui, ainda mais, para a capela exprimir o sentimento de solidão num vasto mundo. São elementos naturais e culturais que interagem organicamente formando um cenário barroco, como se a capela tivesse sido erguida

⁵² Depoimento de Crispim. Museu da Pessoa. 2008. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/_index.php/historia/4927-a-historia-de-um-cantador-de-vissungos?historia=integra/>. Acesso em 08/10/2014

no século XVIII e ali ficasse imune ao tempo, para nos contar, hoje, histórias do passado. (ANDRADE, 2013, pág. 22)

Rodrigo Duarte (2004), em sua pesquisa *O segredo da capela do Rosário de Milho Verde*, relata que apesar de parecer muito antiga, antes dessa existia uma capela dedicada a São José, que devido ao mal estado de conservação, foi derrubada na década de 1950, dando lugar à capela que hoje é o cartão postal de Milho Verde. A antiga capela, segundo alguns moradores, era maior do que a atual, que possuía apenas uma torre frontal, possivelmente de modo semelhante à existente. O autor anota ainda que é possível que os construtores da capela atual tenham buscado reproduzir características marcantes da construção anterior, o que conseguiram de modo tão admirável que causou confusão até mesmo nos especialistas que conheceram o monumento.

É importante ressaltar que não se tratou de reconstruir a antiga igreja no mesmo local onde ela se encontrava, muito menos de restaurar um edifício que se encontrava em péssimo estado de conservação: segundo o relato de moradores antigos do arraial, pôs-se abaixo o pouquíssimo que restara do prédio anterior sobre cuja fundação se construiu o atual cemitério a cerca de vinte metros de onde se encontra hoje a capela. (DUARTE, 2004, pág. 04)

Segundo Duarte (2004), apesar da reconstrução da capela atual, os construtores tiveram cuidados em manter elementos importantes da construção original e não cometeram o descuido de comprometer a harmonização da capela com a natureza poética oferecida pelo lugar.

Criaram um monumento cuja poesia, aliada à beleza natural do lugar, se tornou uma espécie de ícone do arraial de Milho Verde, o que é tanto mais desconcertante quanto se atenta para o fato de que muitas capelas ou igrejas mineiras antigas que ruíram ou mesmo foram demolidas deram origem a monstrosos neo-góticos, ecléticos ou pura e simplesmente *Kitsch*, sem qualquer definição estilística possível. (DUARTE, 2004, pág. 05)

Jorge Arndt (2007), em sua dissertação de mestrado intitulada, *Entre tradição e modernidade: sustentabilidade do desenvolvimento pelo turismo em uma comunidade tradicional de Minas Gerais*, apresenta estudos sobre a comunidade de Milho Verde e reforça a versão da reconstrução da capela do Rosário de Milho Verde, que segundo depoimentos adquiridos em entrevista com moradores do quilombo do Baú: “A Igreja do Rosário aqui foi construída por eles. Não era essa igreja... Era uma igreja grande [...] A festa daqui era deles [...] eles é que eram os dançantes, eram a maioria.”⁵³ (ARNDT, 2007, pag. 73).

⁵³ Vide a respeito Piva *et al* (2007: 10-12).

Segundo Andrade (2013), moradores associam a construção da capela ao grupo de negros do congado, os catopês e à comunidade do Baú. Em documentário sobre os toques dos sinos do DVD *Saberes tradicionais de Milho Verde*⁵⁴, Albertina Santos, moradora de Milho Verde conta o que levou à construção da Igreja:

Que a igreja não é essa capela, não. Que esse povo... os escravos.... o senhor deles judiava muito com eles, né? Ai teve um homem que deu a eles esse conselho. Falou: porque vocês não fazem uma promessa? Eles foi e falou: que que nós vamos fazer? Aí eles foi e inventou: que ia fazer a igreja de Nossa Senhora do Rosário, se Nossa do Rosário ajudasse. Que eles saíssem da escravidão, que eles ia fazê a igreja de Nossa Senhora do Rosário, como eles fizeram. [...] Aí eles saíram de lá da escravidão, agora nós podemos fazer, eles fizeram, e ainda fizeram a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Aquela imagem de Nossa Senhora do Rosário foi feita no Baú, ela é de pau! (DONA ALBERTINA, 2013).

Este depoimento reitera a importância da presença africana na formação cultural da comunidade de Milho Verde, seja por meio das técnicas das construções realizadas pelos moradores, seja pelas manifestações culturais, seja pela memória coletiva sobre a cultura vissunga. Para Andrade (2013) os vissungos não estão vinculados somente a um grupo restrito de remanescentes quilombolas, mas são experimentados também por outros grupos que conviveram com as comunidades quilombolas da região, e que representam relações seculares, muitas vezes violentas, de trocas culturais, de negociações e incorporações das tradições que formaram a cultura local.

Outra igreja importante é a de Nossa Senhora dos Prazeres, sobre cuja construção, no entanto, não se tem muitas informações. Sabe-se que essa se encontrava erguida em 1817 e que mantém conservados elementos referentes às construções do século XIX, incluindo pisos em campas e confessionários conjugados. Apesar de não estar inserida na área central do distrito e ser menos visitada que a Capela de Nossa Senhora do Rosário, cartão postal do distrito, sabe-se que nela foi batizada a lendária escrava Chica da Silva e onde estão depositados os restos mortais de sua mãe. Chica da Silva nasceu em data incerta, entre os anos de 1731 e 1735, auge da febre dos diamantes no arraial do Tijuco e levou uma vida próxima à das senhoras brancas da sociedade mineira. Mulata, filha da negra Maria da Costa com o

⁵⁴ Saberes tradicionais de Milho Verde – Rapadura. Direção de Rudá Andrade. Duração 80 minutos. Milho Verde. Instituto Milho Verde, 2013.

português Antônio Caetano de Sá, Chica nasceu escrava, mas teve alforria concedida por João Fernandes, que se tornaria seu esposo⁵⁵.

Figura 33: Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: Autoria própria, 2014.

Segundo Pereira Filho (2005), o orago “Nossa Senhora dos Prazeres” pertence mais provavelmente à devoção espanhola, tendo passado a Portugal durante o domínio dos Felipes de Espanha, entre 1580 e 1640, sendo que em Milho Verde havia a Irmandade de “Nossa Senhora dos Prazeres”, na qual ingressaram alguns membros da família Cunha Pereira, cuja sede era na capela de Nossa Senhora dos Prazeres.

Possuía um acervo de imaginária de excelente qualidade artística, que sofreu enorme perda em novembro de 1992, quando foram roubadas seis imagens, ainda não recuperadas: São Miguel, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Santo Antônio de Pádua, Santo Antônio de Cartigerona e São Francisco de Sales. O monumento foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), através do Decreto Estadual nº 20.581, de 26 de maio de 1980.

⁵⁵ Para mais informações ver FURTADO. Júnia. Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

A edificação passou por várias intervenções visando a sua conservação. Na década de 1990, foi elaborado pelo IEPHA/MG um projeto de restauração. A obra realizada em seguida, recuperou a integridade física da edificação, ameaçada de ruir. Os serviços contemplaram a recuperação da cobertura, alvenaria, revestimento, pisos, forros, esquadrias e instalação elétrica, entretanto, os bens integrados não foram contemplados nesta intervenção.

Retomando o tema da cultura “Vissunga”, esta pesquisa anota ainda a prática da fabricação do fubá no distrito, a utilização dos moinhos d’água, e a importância que o processo da agricultura de Milho Verde teve para a Comarca do Serro no século XVIII, ao fornecer alimentos para regiões que não tinham condições de produzir seu próprio alimento, como foi o caso do Tijuco (Diamantina). Foram utilizadas informações adquiridas por Andrade (2013) em sua dissertação *Angu com Vissungo* que possui registro de depoimentos cedidos pela comunidade sobre a cultura de produção de milho no distrito e a importância de tal alimento para o distrito que ainda utiliza os velhos moinhos movidos pela água para fazer o fubá, alimento básico da comunidade local.

Chamado de “munho” pela população local, o moinho representa uma tecnologia de origem milenar e uma fonte de energia alternativa: sábias engrenagens do sobreviver. Prática – de formas e usos variados – que acompanhou a história e, no entanto, se fixou neste pedaço da Serra do Espinhaço de maneira única e peculiar para o processo do fubá. [...] Rústicos, primitivos e modernos, os moinhos representam antigas bandeiras de civilização. (ANDRADE, 2013, pág. 03)

Andrade (2013) ressalta que os *munhos* participam de uma extensa rede de mecânicas culturais, que ocorre entre a “terra, o cultivo, o rio, o labor, a cozinha e a economia”, e que evocam estudos para outras práticas culturais como o plantio do milho e a culinária regional. A história da utilização dos moinhos muitas vezes é explicada pelo tipo de ocupação que ocorreu na região, predominantemente marcada pela presença de negros no garimpo, por portugueses e índios.

Encontramos, ainda, a marcante presença dos negros participando ativamente destes processos culturais. Assim, foi inevitável deslocarmos o foco inicial dos moinhos de pedra para aquilo que denominamos como *Cultura Vissunga*, um conjunto de modos de vida articulados pela memória, dos quais se destacam as expressões relativas à língua, à agricultura e à culinária. (ANDRADE, 2013, pág. 03)

Com falta de um complexo abastecedor e de roças de alimentos que suprissem as necessidades da quantidade de gente na região, foram inevitáveis, as crises de fome que marcaram a história do fim do século XVII e início do século XVIII em Minas Gerais.

Segundo Andrade (2013, pág. 27) “a memória da comunidade de Milho Verde sobre sua origem pode abrir horizontes no debate sobre a fome, sobre a história da Comarca do Serro Frio e da agricultura do milho”.

No documentário, *Estradas Espigas* (2008) dirigido por Rudá Andrade, o ex-garimpeiro Antônio de Jesus relata a importância do milho e seus derivados na alimentação. Em sua dissertação, Andrade (2013) recolhe depoimentos de moradores da região que contam sobre a história do cultivo de milho e da relação que se estabeleceu entre sua produção e a comunidade, como o caso da Dona Geralda, quitandeira e moradora de Milho Verde, que narra a origem do distrito⁵⁶.

Oia, o povo conta é isso: Que os bandeirantes quando estavam descobrindo os lugares, eles vinham pela água... onde a água corria, que eles vinham. Assim o pessoal conta, os antigos... aí chegaram aqui em Milho Verde [...] vieram subindo pelo Jequitinhonha, o Jequitinhonha tem um galho de água que sobe, que é essa água do Chafariz que corre e cai no rio. Eles vieram subindo, subindo e chegara, no Pai Mudesto lá no fundo (perto da Igreja Matriz de Milho Verde). Chegaram no Pai Mudesto, que ele era um negro velho, um escravo velho antigo né? [...] Ai o pessoal foi e perguntou a ele como aqui chamava, ele falou que... aqui tem nome não? Não! Aqui é um comércio. E eles chegaram com fome e ele não tinha... o que ele tinha lá foi milho verde pra dá pra eles [...] Cozinhô milho verde, deu pra eles assarem, pra eles comerem... Ai eles foi e falou: então aqui vai ficar com esse nome... nós vamos por aqui o nome de Milho Verde! Mas isso aí é o povo antigo é que conta, né? Não sei ao certo se é assim mesmo⁵⁷. (ANDRADE, 2013, pág. 35)

Segundo Andrade (2013), por mais que fosse controlado o avanço agrário no século XVIII, a fome sempre foi um motivo impulsionador do trabalho agrícola na região, anotando que moradores como Dona Gerada, encontraram no cultivo do milho um antídoto para o fantasma da fome, já que o plantio também se dá em terras pouco férteis, predominantes na região. Sendo o milho, o alimento mais forte e substancial dos que trabalham a terra, onde não se podiam plantar cereais nobres, como o trigo. (CORALINA, 2011)

Oração do milho

Senhor, nada valho.
Sou a planta humilde dos quintais pequenos e das lavouras pobres.

Meu grão, perdido por acaso,
Nasce e cresce na terra descuidada.

⁵⁶ Outra versão para o nome Milho Verde, que é muitas vezes dada como oficial é que o colonizador português, Manoel Rodrigues Milho Verde, natural da província do Minho em Portugal, em sua passagem na região em 1713, teria, sido o fundador do vilarejo, daí o sobrenome.

⁵⁷ Estradas Espigas. Direção Rudá Andrade, duração 10 minutos, Instituto Milho Verde, 2008.

Ponho folhas e haste e se me ajudardes, Senhor, mesmo planta
 De acaso, solitária,
 Dou espigas e devolvo em muitos grãos
 O grão perdido inicial, salvo por milagre, que a terra fecundou.
 Sou a planta primária da lavoura.
 Não me pertence a hierarquia tradicional do trigo
 E de mim não se faz o pão alvo universal.
 O Justo não me consagrou Pão de Vida, nem lugar me foi dado nos altares.
 Sou apenas o alimento forte e substancial dos que
 Trabalham a terra, onde não vinga o trigo nobre.
 Sou de origem obscura e de ascendência pobre,
 Alimento de rústicos e animais do jugo.

[...]Fui o angu pesado e constante do escravo na exaustão do eito.
 Sou a broa grosseira e modesta do pequeno sitiante.
 Sou a farinha econômica do proletário.
 Sou a polenta do imigrante e a miga dos que começam a vida em terra estranha.
 Alimento de porcos e do triste mu de carga.
 O que me planta não levanta comércio, nem vantagem dinheiro.
 Sou apenas a fartura generosa e despreocupada dos paióis.
 Sou o cocho abastecido donde ruma o gado.
 Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece.
 Sou o cacarejo alegre das poedeiras à volta dos seus ninhos.
 Sou a pobreza vegetal agradecida a Vós, Senhor,
 Que me fizestes necessário e humilde.
 Sou o milho. (CORALINA, 1962)

Para Holanda (1994), o milho era muito utilizado na culinária tendo como vantagem o fato de que era um cereal mais fácil de se transportar em relação a outros alimentos da terra como, a mandioca e ainda, o fato de que seu plantio se produzia em cinco ou seis meses após a sementeira, tornando-se um cereal de produção mais ou menos imediata; e com isso, aos poucos, de acordo com Andrade (2013), a difusão do milho entre os colonizadores ganhou aspectos significativos na formação da culinária dos séculos XVII e XVIII.

[...] a busca pelos poucos solos férteis marcou de forma contundente a ocupação da Demarcação Diamantina. Graças à relativa fertilidade de terras próximas ao seu núcleo, Milho Verde e as comunidades em seu entorno puderam prosperar as atividades agrícolas se destacando como zona produtora de alimentos fazendo parte do sistema abastecedor do Arraial do Tijuco. Em referência às outras comunidades vizinhas, Milho Verde se localiza em região central, possibilitando estabelecer relações culturais e econômicas com todas elas. O entreposto tropeiro e o militar são exemplos da importância estratégica da localidade na região. As possibilidades de terras cultiváveis em Milho Verde foram analisadas, em 2005, no estudo de manejo sustentado da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes, fundada em 1998, a qual abrange sete municípios, dentre eles Serro e Diamantina. Milho Verde fica à borda esquerda do Espinhaço, em uma região com solo em condições mais favoráveis ao plantio. [...] O restante da região de Milho Verde, incluindo a Várzea, foi considerado como inapropriado para o cultivo da roça e pastagens. (MRS, 2005, pág. 8-15 *apud* ANDRADE, 2013, pág. 45).

Segundo Andrade (2013), apesar das dificuldades geográficas encontradas na região para a agricultura, a experiência histórica do lidar com aquelas terras que eram pouco férteis,

produziu saberes específicos para adaptação ao clima e como implementar a agricultura em meio à natureza e terrenos avessos à lavoura. O que se tornou estratégia de sobrevivência dos moradores, sendo o cultivo do milho um elemento importante a se considerar na relação da comunidade com o meio ambiente.

O autor reforça ainda que a localização em terras razoavelmente férteis possibilitou ao distrito o desenvolvimento de uma economia de abastecimento agrícola que dialogava com o garimpo e o comércio. Em entrevista encontrada no site “*Museu da Pessoa*”, concedida por Antônio Crispim, este aponta como era o trabalho de seus pais, a vida na década de 1940 em Milho Verde e a relação da agricultura com a mineração. Sendo esta última, a segunda alternativa para renda da família.

Na lavoura plantando mandioca, plantando cana, milho, feijão. A época que eles viviam fazia isso. Agora, quando tava em época da seca, que não tinha esse serviço de roça, meu pai ia pro garimpo. Entendeu? Ai ele pro garimpo. Garimpava, tirava a sucata dele, apurava, tirava o ourozinho, o diamante. Era assim. O ramo dele era esse. Não tinha outra coisa a fazer, não. Não tinha indústria nenhuma não. Sabe disso? De nada. Isso que o povo mais velho e tudo, encontrou com dificuldade. Que vocês é novo. Não havia salário não viu? Nada de ter salário não. O pessoal, quando dava na época, passava a época de roça, o pessoal ia pras fazendas, trabalhar nas fazendas. Nós fazendeiros, trabalhando. [...] Tinha até pessoa da mata aqui, tocando lote de burro. Transportando as coisas pra Diamantina. “Alembro” quando rasgava saco de feijão. “Alembro” muito disso!⁵⁸ (CRISPIM, 2008)

Neste período, década de 1950, Diamantina representava importante polo de comércio, abastecendo o nordeste mineiro e as rotas regionais. Martins (2000) enfatiza que mesmo com a criação da estrada de ferro, facilitando o acesso entre Belo Horizonte e Diamantina em 1914, o caminho histórico que ligava Milho Verde, São Gonçalo, Vila do Príncipe e Tijuco continuou funcionando. Entretanto, as tropas nos anos, 1920, 1930 e 1940, eram o principal meio de transporte em toda a extensão do Vale do Jequitinhonha e desta forma preservaram todo o sentido econômico e social.

No enovelado das estreitas picadas, no difícil acesso das chapadas, o tropeirismo continuou a ser fator de articulação de todo o intercâmbio comercial entre Diamantina e os municípios sob sua área de influência. O comércio burriqueiro passou a transitar em torno das linhas férreas: à medida em que os trilhos avançavam rumo a Diamantina, os percursos das tropas eram encurtados. [...] Nos anos 30, 40, as tropas eram o principal meio de transporte em toda a extensão do Vale do

⁵⁸ ANTÔNIO CRISPIM. Museu da Pessoa (2008). Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/a-historia-de-um-cantador-de-vissungos-44632>>. Acesso em 10 de set. 2014.

Jequitinhonha. Afluiram diariamente a Diamantina vindas de todos os quadrantes regionais. Eram bastante frequentes, na cidade, tropeiros de Capelinha, do Serro, Rio Vermelho, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé e localidades vizinhas (MARTINS, 2000, pág. 294)

Dona Albertina Santos ainda se lembra das dificuldades de acesso da comunidade em meados do século XX:

Prá gente comprar cesta básica, que falava era mantimento. A gente tinha que ir no Serro a pé nos trilho de boi, porque não tinha estrada. Ai nois ia. Uma hora a gente ia levar o animal para fazer as coisas. Outra hora era a gente mesmo que ia. Véspera de festa Mãe sai daqui com 22 moça para ir pro Serro para comprar a roupa p assistir a festa. Mae levava essas moças, eu costumava ir também, nós sai daqui de madrugada, nós saia daqui 4:00, saia daqui 2 horas, tudo pra poder ir e voltar no mesmo dia. (ALBERTINA SANTOS, moradora de Milho Verde)⁵⁹

Dona Albertina relembra o movimento que as tropas faziam em Milho Verde e do seu fluxo mata adentro, isto é, vindo do Itambé, Rio Vermelho, Serro e Serra Azul em direção à Diamantina, passando por outras localidades.

Vinha da mata muito tropeiro. Não tinha aquele rancho Velho lá na Pousada? Ali era um rancho enorme de grande. Chamava, o rancho era de Senhor Juca Candido. Ai eles vinham e ficavam lá e faziam aquele fila de ferro assim. Chegava pra fazer comida e os velhos dependurava as panelas pra cozinhar, pra fazer comida pra comer. Eles vinham lá da mata com tropa, tinha uns que vinham com doze, tinham uns que vinha até com vinte, eles dormiam vendia aqui em Milho Verde, vendia pra São Gonçalo e levava pra Diamantina os trem pra vender. Eles ia e voltava passando por aqui, muita gente que vinha por dessa mata por aí, do Itambé, Rio Vermelho, Serra Azul, tudo eles vinham pra cá. (ALBERTINA SANTOS, moradora de Milho Verde, 2013) ⁶⁰.

Dona Olímpia também recorda dos tropeiros passando pelas ruas de Milho Verde em direção ao rancho de tropas. Segundo ela, o rancho possuía apenas um pavimento, mas era extenso em comprimento, o que dava mais conforto aos viajantes.

Tinha um senhor chamado Pai Modesto que plantava muito milho, muito mesmo, daí vendiam as espiga, dava pros tropeiros, cozinjava, assaram e comiam Milho Verde. E os tropeiros eles comiam ali, onde é o hotel Rancho Velho, era rancho de tropas, onde os tropeiros ficavam, era um casarão baixim mais compridão, os arreios, as cargas, dormiam no chão, porque traziam era couro de boi e forrava, que aquele couro de boi era pra cobrir a mercadoria por causa de chuva. E no outro dia eles partiam pra Diamantina. Estrada Real. Era bonito era só você vendo, tinha peitoral, o da frente ia com peitoral, tinha trem na testa, uma estrela toda brilhando, ia tocando os sininhos e os outros acompanhando, um homem a cavalo sem sela, só no pelo e um a pé acompanhando. Isso eu vi passando aqui muitas vezes. (DONA OLÍMPIA, 2014)

⁵⁹ Entrevista realizada pela autora da dissertação em Milho Verde no ano de 2013.

⁶⁰ Entrevista realizada pela autora da dissertação em Milho Verde no ano de 2014.

Até hoje, podemos perceber, conversando com alguns moradores da própria comunidade, a relação que Milho Verde estabeleceu no período das tropas e que ainda se manteve com o município de Diamantina, que dependia da produção alimentícia do distrito. Andrade (2013) reforça, da mesma forma que com autores como Bessa (2011) e Arndt (2007), que os vínculos econômicos e políticos de Milho Verde e São Gonçalo sempre foram mais fortes com Diamantina, considerando que no Serro existiam muitas fazendas que produziam seus alimentos e competiam com o comércio da região.

Segundo Andrade (2013), em Milho Verde se utilizam ainda outras formas e técnicas de uso do solo, visando à recuperação da área de cultivo denominado “o pousio”, método utilizado na agricultura, em que se deixa a terra “descansar” por alguns anos do cultivo, utilizando o esterco de animais como o único adubo.

[...] lavrar a terra para o homem da lida rural nesse espaço histórico, era derrubar matas e capoeiras com machados, aproveitar troncos e galhos como lenha depois de seco, atear fogo à área desmatada, destoucar com enxadões e picaretas troncos e raízes, covear a terra para receber as sementes com enxada, e com elas, limpar ervas e matos rasteiros. (MENESES, 2007, p.345)

Considerando a definição de Alfredo Bósi (2006) sobre a agricultura como um dos elementos formadores da cultura⁶¹, é importante ressaltar que esta é uma atividade que está sujeita à influência de diferentes culturas, e, portanto é necessário entender como os povos lidam com questões referentes às técnicas de plantio e uso do solo, questões climáticas e geográficas e como tudo isso gira em torno da capacidade do ser humano de entender como o processo de plantio funciona usando fatores geográficos como vantagens.

A agricultura, portanto, deve ser compreendida como meio de expressão da cultura de cada grupo. Resultado de uma relação dinâmica na qual fatores como as condições naturais e geográficas, a distribuição, uso e benfeitoria da terra, o crescimento populacional, o método e ferramentas agrícolas aplicados, são determinantes na condução da agricultura e abastecimento alimentar de cada cultura em seu tempo. (ANDRADE, 2013, pág. 79)

⁶¹ Segundo Bósi, as palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino “colo” cujo participio é *cultus* e do participio futuro é *culturus*. *Colo* significou, na língua Romana, (eu moro, eu ocupo a terra, e por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo. [...] A primeira acepção de colo estava ligada ao mundo agrário, como foi Roma antes de se transformar naquele império urbano que nós conhecemos. Os romanos começaram efetivamente pela agricultura. A palavra agricultura diz muito: “cultura do campo”. [...] Colo é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar. Ele anota que *cultus* representa não só a ação sempre reproposta de *colo*, (o cultivar através dos séculos), mas principalmente a qualidade resultante desse trabalho e já incorporada à terra que se lavrou. *Cultus* é sinal de que a sociedade que produziu o seu alimento já tem memória.

Para Andrade (2013), a agricultura, assim como os meios para alimentação e os hábitos culinários representam algumas soluções estabelecidas entre diferentes povos que conviveram entre si durante o período colonial, como os portugueses, africanos e nativos, condicionados aos aspectos físicos e históricos da região.

A agricultura também foi importante como forma de equilibrar as desigualdades vivenciadas pelos homens durante o fim do século XIX. Ao lado da mineração e do comércio, essa se tornou uma possibilidade de sobrevivência, e "ascensão econômica e social de homens livres e forros" (MENESES, *apud* RESENDE; VILLALTA 2007, pag. 342).

[...] vemos na agricultura de abastecimento alimentar uma forma de acesso à riqueza e uma resposta econômica à necessidade de sobrevivência das populações crescentes da área mineradora. Mesmo antes da diminuição desta atividade, a diversificação da economia se dava em direção à produção agrícola, ao comércio, ao artesanato, etc. (MENESES, 2000, pag. 151)

De acordo com Meneses (2000), os negros passaram a ser proprietários de outros escravos, demonstrando a possibilidade de uma economia dinâmica que permitia a alguns escravos praticar atividades que lhes possibilitassem, além da compra da liberdade, a ascensão econômica. Por exemplo, analisando o inventário de uma forra, moradora de Milho Verde e proprietária de terras em São Gonçalo do Rio das Pedras.

O inventário de 1799 da forra Ignez Fernandes Neves permite imaginar um exemplo possível de experiência de vida rural de uma mulher livre. Nesta declaração consta que ela era proprietária de uma casa no arraial de Milho Verde e terras de lavoura em São Gonçalo do Rio das pedras, plantava e comercializava os produtos com o auxílio de dois escravos senhores. A possibilidade de uma unidade, doméstica e rural, ser administrada por uma mulher, expande as possíveis configurações para além dos estereótipos patriarcais, evocando as contradições deste sistema colonial. Permite ao negro, se forro, a possibilidade de aquisição de escravo e, conseqüentemente, a ampliação de sua participação na economia barroca colonial (MENESES, 2000, pag. 150)

Como forma de reforçar este caráter cultural do processo de agricultura em Milho Verde, é importante considerar que em muitos lugares, inclusive no distrito, existe uma espécie de ajuda mútua entre os agricultores e práticas de solidariedade⁶². Neste processo, os moradores ajudam um vizinho a plantar e depois cobram esta ajuda quando for necessário.

⁶² Ver mais em: Teoria da Dívida. MAUSS, M. (2003). "O sistema que propomos chamar o sistema de prestações totais, de clã a clã - aquele no qual indivíduos e grupos trocam tudo entre si - constitui o mais antigo sistema de economia e de direito que podemos constatar e conceber. Ele forma o fundo sobre o qual se destacou a moral da dívida-troca" (MAUSS, 2003, p. 299).

A troca de trabalho se dá quando um vizinho é requisitado para auxiliar outro, e fica seu devedor de uma parcela de tempo igual à que recebeu, podendo-a requerer quando julgar conveniente, pois o cômputo de semelhantes serviços e faz rigorosamente, como se fosse dívida monetária. (CÂNDIDO, 1971, pag. 127).

Além de questões de solidariedade relacionadas às organizações comunitárias, existe também a “troca”. Quando um morador tinha produtos que o outro não tinha, faziam a troca. Dona Geralda relata “as relações econômicas e culturais do milho e do fubá naquelas comunidades, há quarenta anos”; (ANDRADE, 2013, pág. 96).

O Milho trocava um com outro... trocava com farinha um com outro, [...] trocava com João Nestor, pai de seu Nozinho que é dono de munho ai embaixo. Trocava com ele por... que ele era tropeiro e levava tropa para Diamantina e lá ele trazia as coisas: macarrão, rapadura, essas coisas...[...] até arroz mesmo... a gente as vezes não tinha na hora, a gente tá lá e trocava com um pouco de fubá por arroz. fazia a troca. E vendia também muito, pra fora. vendia em São Gonçalo, vendia para um homem lá de Datas, pra Três Barras. A gente vendia muito milho. Vendia... feijão, milho, arroz; tudo a gente vendia, que colhia muito. (DONA GERALDA, 2011).⁶³

Sem dúvida, dos alimentos produzidos no distrito de Milho Verde, o mais importante foi o fubá produzido nos moinhos d’água (ANDRADE, 2014). O Senhor Pedro de Aleixina, morador da comunidade quilombola de Quartel de Indaiá, “vissungueiro” e exímio contador de estórias e lendas, conta a sua versão sobre origem dos *munhos* de pedra⁶⁴.

Foi o “sujo” que inventou isso. E Deus benzeu ele. [...] foi para moer a mãe dele. [...] ele botou para rodar a esquerda. E Deus benzeu ele, pondo ele moendo a direita, né? E sentou a cruz. E falou que o munho é pra fazer alimento... pras crianças. Não faz sangue. Se cair um rato aqui, ele sai vivo cá, ó. [...] não mata, não. Foi feito pra fazer fubá. (PEDRO DE ALEIXINA, 2010).

Nunes (2010) expõe de maneira bem didática os principais mecanismos que compõem a instalação dos moinhos e como esses mecanismos funcionam até resultar na produção do alimento básico das comunidades do vale do Jequitinhonha, o fubá.

Há a “moega”, uma caixa em formato piramidal de ponta cabeça por onde se coloca os grãos de milho que vão caindo conforme a regulagem do funil que despoja o cereal no meio das duas pedras rotativas “feitas de forma arredondada, dentadas e, apenas um dos seus lados e postas uma sobre a outra. A de cima era móvel e levemente arqueada na sua parte superior; já a de baixo fixa e bem plana na sua parte inferior”. Abraçando as pedras, uma estrutura de madeira denominada “cambota” Não deixa o fubá se espalhar pelos lados e o conduz à saída em um reservatório de madeira conhecido como masseira. A regulagem da pressão das

⁶³ Dona Geralda. 2011. Entrevista realizada em Milho Verde. Rudá Andrade

⁶⁴ LENDA DO MUNHO (Pedro de Aleixina). Trecho do filme “Terra Deu Terra Come”, direção do Rodrigo Siqueira, 2010.

pedras se dá por meio de uma peça de madeira chamada de “tempereiro” que fica encaixada entre as pedras determinando se o fubá será grosso, fino ou em forma de canjica. Atravessando toda essa engenhoca, um mastro que vasa o chão da construção se fixa no “rodízio”, uma roda de madeira na horizontal e com várias conchas fixadas nela é impulsionada pela força da água que vem conduzida e regulada sua potencia por uma peça chamada de “cintilha”. Com o impulso da água o rodizio gira e aciona a pedra móvel. (NUNES, 2010. Pag. 69).

Segundo Andrade (2013, pág.101), nas catas diamantíneas “sempre foi frequente a construção de valas, represas e rodas d’água, aplicadas nas técnicas de mineração. Desviavam rios, secavam leitos, reviravam pedras.” E devido a fatores como a habilidade para a manipulação das águas e do espaço geográfico, a incorporação dos moinhos de pedras na feitura de alimentos na região era mais fácil, e estes eram estrategicamente colocados em lugares com córregos e corredeiras de água para aproveitá-la na impulsão desses moinhos.

Figura 34: Moinho de Milho Verde

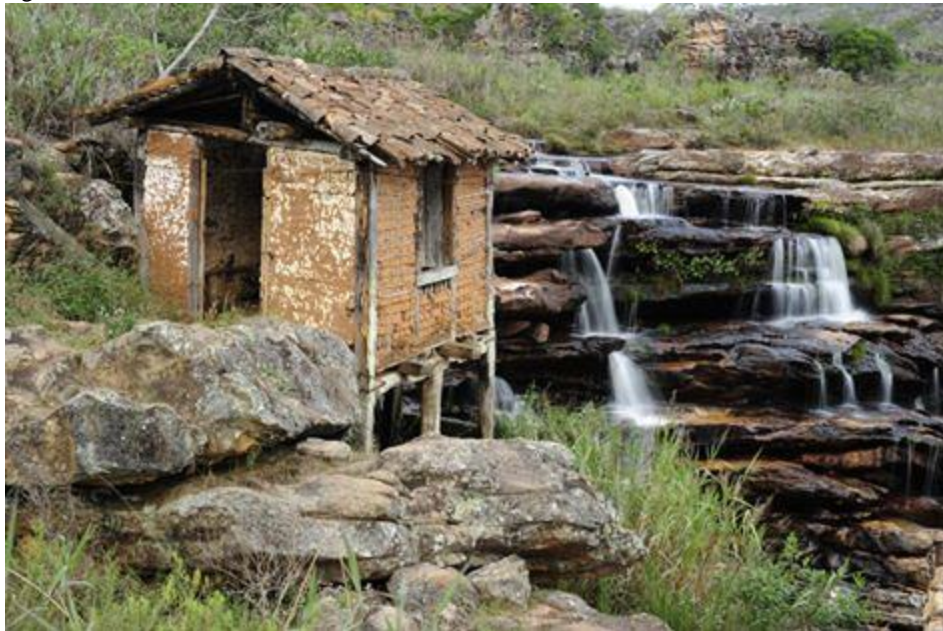


Foto: APA das Águas Vertentes, 2014.

Segundo o historiador português Pinho (2010), “as origens etimológicas e históricas dos moinhos provêm do oriente”. Entretanto, era um mecanismo fundamental da cultura portuguesa, já que Portugal possuía, na Europa, a maior quantidade destes mecanismos, quer pelas forças do vento ou pelas forças das águas.

Haveria, pois, abundância de informação histórica, econômica e etnograficamente tão sugestiva, [...] além de o barulho produzido constituir “som de júbilo”, símbolo de paz e bem estar. Registraram-se ainda: estes servos ou motores primários, que são os moinhos d’água e de vento (os primeiros, sobretudo), contribuíram grandemente para a revolução mecânica dos séculos XII e XIII. [...] “Junto de quedas de água, rápidos,

açudes,, às Azenhas instaladas nos respectivos declives serve-se a violência, força ou velocidade da corrente. Na falta de tais declives, abrem-se canais, condutores da água até à roda do moinho, canais ditos “levadas” – de onde nasce a popular expressão “levar a água ao seu moinho” [...] Ao mesmo tempo instrutiva e complexa, a *Molinologia* ensina que “são os moinhos das mais antigas criações técnicas do homem”, pois do aproveitamento de forças naturais como as do vento e da água resultou a sua transformação em fontes preciosas de energia. (PINHO, pág. 247).⁶⁵

Com a vinda do mecanismo ao Brasil com apoio dos portugueses, os moinhos foram incorporados “pelos negros e camadas subalternadas, como meio de subsistência, para se processar o milho, alimento nativo das Américas e diversamente utilizado pelos ameríndios.” (ANDRADE, 2013, pág. 102).

Entretanto, a presença portuguesa na culinária não se limitou à instalação de moinhos para fazer o fubá. Segundo Abdala (2006, pág. 124), “a presença portuguesa valorizou o sal e revelou o açúcar aos indígenas e africanos. Introduziu a fritura, inicialmente feita com azeite português. Introduziu a banha de porco, a manteiga, os queijos e o leite de vaca ou de cabra.”

O distrito de Milho Verde por ter sido um centro produtor do alimento se destacou com o processo de instalação dos moinhos. Mas com o tempo, os novos contextos históricos e a facilidade atual do comércio no distrito, o uso dos moinhos tem diminuído.

Na sua pesquisa, Rudá Andrade entrevista o Senhor Nozinho, 65 anos, que é um dos poucos moleiros do moinho da cachoeira [cartão postal de Milho Verde], e se lembra das águas que moviam moinhos. “*Aqui tinha tanta água que rodava esse munho aí e rodava a roda aqui. Todos os dois funcionavam ao mesmo tempo. Hoje se tivesse a roda aí ela tinha que funcionar, o munho tinha que parar (sic).*” Na entrevista, Senhor Nozinho relatou sobre o desuso de uma prática cultural ameaçada pelas transformações ambientais e climáticas na região, e devido aos avanços do progresso, Andrade (2013).

Eu conheci na região aqui, mais ou menos uns cinquenta munhos. Hoje, olhe se tem 10 funcionando. Porque o povo desprezou. O povo trocou o munho por motor a gasolina, motor a óleo, então joga o milho lá em dois minutos tá lá. Mas o fubá não presta não. Ele não dá uma comida boa não. Ele é torrado. Ele amarga, fica com gosto de ferro. Esse que tá aqui é original (Aponta para o fubá saindo do munho). (INSTITUTO MILHO VERDE, 2010).⁶⁶

⁶⁵ Pinho. Disponível em <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG099_08.pdf>. Acesso em 04 de dez de 2014.

⁶⁶ Registro dos Saberes Tradicionais. Milho Verde. Instituto Milho Verde, 2010.

Dona Geralda, quitandeira de Milho Verde, em entrevista à Andrade (2013) reforça a importância do fubá para alimentação do distrito e do seu poder nutritivo para dar energia para o trabalho duro na roça.

Ele é nutritivo [...] se a gente faz um fubá suado fica sustentado o dia todo. Se a faz uma quitanda, quer dizer, uma broinha, um cobu, um angu doce [...] Ele é muito sustentável [...] fazer mingau... tratar das galinhas, tratar das criações... o milho tem muita utilidade.

De manhã, comia fubá suado com café, e ia trabalhar, lá dava o horário de almoço, o almoço era nove horas, tinha quer ser o almoço nove horas, ai a gente levava o almoço pra roça, chegava lá eles almoçavam, a gente almoçava também... era o costume de todo mundo aqui, né? Então almoçava. Quando dava duas horas, duas e meia, ai tomava o café da tarde. Café da tarde sempre era... é... ou fubá suado ou então angu doce com queijo, a gente fazia angu doce com esse cravo cheiroso, que essas flores cheirosas, né? [...] se não tinha queijo fazia só com leite e tomava com café. E de tarde a janta. Da hora que largava o serviço... lá as cinco horas, quatro e meia cinco horas, vinha embora pra casa e ai a gente... chegava em casa e ia jantar. [...] feijão, arroz, verdura, que toda vida a gente colhe muito no Milho Verde, é chuchu, é abóbora, é couve, alface, mostarda, é... essas coisas todas de hora... era isso.⁶⁷

Outra cozinheira entrevistada por Andrade (2013) é a Dona Zélia, que relata sobre a importância do *insuado* na alimentação dos moradores da comunidade quilombola do Baú: *“Isso a gente fazia sempre, lá no Baú. Pra café da manhã. Só que a gente não falava café da manhã. Né? Falava “tirijum” (tirar jejum”, o “tirijum” era o insuado com o café.”* (DONA ZÉLIA, 2013).

O inglês Mawe, no início do século XIX, ao passar por uma das mais antigas povoações localizadas na região diamatífera, reparou no alto consumo do cereal pelos habitantes do Itambé: *“Ora essa! Enquanto houver milho e água, os mineiros não morrerão de fome.”* (MAWE, 1944, pág. 83)

Segundo Andrade (2013), apesar do grande consumo do milho na região, este cereal era considerado inferior ao trigo, e durante muito tempo ficou veiculado como tipo de alimentação de camadas menos favorecidas, mas acabou conquistando outros gostos em outros países. *“Invadiu a Europa e foi tão bem recebido na África que acabou por batizar os derivados angu e fubá com palavras africanas”* (ANDRADE, 2013, pág. 109).

⁶⁷ Dona Geralda. Entrevista realizada por Rudá em Milho Verde, 2011.

Fubá era o nome dado às farinhas, no caso em questão a de milho, conhecido na África desde o século XVI. Já o fubá africano era de milheto. Angu é termo originário dos bantos. Consistia na mistura de água fervente com fubá, forma popularizada no Brasil. O angu de milho verde é invenção local, embora a técnica seja a mesma do angu africano, assim como o nome é o mesmo. Feito com água e sem sal, é típico das Minas (FRIEIRO, 1982, pag. 123-124)

Em sua passagem pelos arredores de Diamantina, Saint-Hilaire anota a alimentação oferecida aos escravos no início o século XIX que era essencialmente composta pelo cereal.

Cada semana os negros recebem para a sua alimentação um quarto de alqueire de fubá [...] uma certa quantidade de feijão e um pouco de sal; a esses viveres ajuntam-se ainda um pedaço de fumo de rolo. Quando há falta de feijão substituem-no pela carne. Os negros comem três vezes por dia, pela manhã, ao meio dia e à tarde. Como dispõem de muito pouco tempo durante o dia, são eles obrigados a cozinhar seus alimentos à noite e às vezes não dispõem de outro combustível além de ervas secas. (SAINT-HILARE, 1974. pág.09).

A produção do cereal em Milho Verde reforça a importância que o cultivo deste teve para a sobrevivência dos escravos durante o século XVIII e XIX; a engenharia e técnicas utilizadas para a instalação de moinhos d'água para a fabricação do fubá; conhecimento e saberes sobre o processo de moagem do milho; saberes relacionados ao uso da terra para plantio e das técnicas para potencializar a fertilidade da área. Todos estes fatores reforçam a presença africana no distrito e a cultura vissunga na região, não somente em relação ao garimpo, mas também à agricultura.

O distrito de Milho Verde se destaca também por ter sido considerado um dos primeiros centros mineradores da região, juntamente com o distrito vizinho de São Gonçalo do Rio das Pedras, Mawe (1944). A cultura garimpeira é muito marcante na região, ela é ratificada por meio de depoimentos de moradores, filhos de ex-escravos, que relatam como era o modo de vida de seus descendentes na região e sobre a prática do garimpo que devido a forte legislação em favor da preservação ambiental, desencorajou a prática local. Até meados do século XX, o garimpo imprimiu fortes características culturais à população, considerando a forma de extração das pedras feita de forma artesanal, espécies de ferramentas, técnicas e saberes etc. Andrade (2013) reforça que a extração manual se diferencia da extração ocorrida na metade do século XX, quando eram utilizadas as dragas movidas a diesel, o que trazia uma grande degradação à paisagem e ao Rio Jequitinhonha.

Dentro deste contexto desolador, o IBAMA embargou todas as atividades minerárias (Lei Federal 6.938/81 e ao Decreto 88.351/83). Como a ação não surtiu efeito, os garimpos voltaram a funcionar e foi somente com a Operação Jequitinhonha,

realizada em 1995/96 pela Polícia Florestal, Instituto Estadual de Floresta (IEF), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e IBAMA, que houve uma crescente fiscalização, acabando com a atividade do garimpo. [...] Restando hoje na região de Milho Verde, apenas iniciativas individuais e solitárias, sem danos significativos à natureza se comprado às grandes mineradoras que na região, tem aval para destruir serras. (ANDRADE, 2013, pág. 49).

Outras implicações causadas pelo fim do garimpo na região serão abordadas no capítulo 4, que tratará da gestão da paisagem e desafios. Veremos ainda que com a criação de unidades de conservação para tentar proteger as áreas ambientais degradadas na região onde se localizam os distritos de Milho Verde e São Gonçalo, ocorre uma desterritorialização do garimpo. O garimpo tem o seu fim devido às preocupações ambientais que acaba por colocar em extinção uma prática cultural que marcou durante mais de trezentos anos o lugar, ocorrendo uma relação perversa entre lei e tradição (SATHLER, 2008). Assim, muitas pessoas que viviam do garimpo procuraram alternativas econômicas e parte delas migrou para outras atividades que degradam também o meio ambiente, como carvoeiras, corte de árvores para venda de madeira. O que obrigou ainda parte de moradores a migrarem para outras cidades, por falta de condições de trabalho. Sobre as implicações que a criação das áreas de proteção ambiental trouxe para as comunidades em relação à proibição do garimpo, veremos mais informações no capítulo 4.

2.2 A Paisagem cultural de São Gonçalo do Rio das Pedras

São Gonçalo do Rio das Pedras é distrito do município de Serro, localizado a 32 quilômetros da sede e somente a seis quilômetros do distrito vizinho, Milho Verde. Possui 1.522 habitantes, distribuídos na zona urbana e zona rural. (IBGE, 2010).

Assim como o distrito de Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras surgiu em decorrência da extração de pedras preciosas na região. Segundo Santiago (2006) o mapa do Distrito Diamantino menciona que o arraial de São Gonçalo foi descoberto por Domingos Barbosa, natural do Minho, onde fundou uma ermida a este santo em 1729, (SANTIAGO, 2006, p.116). Já em 1732, ano da descoberta dos diamantes em São Gonçalo do Rio das Pedras, algumas pessoas já viviam ali; muitas delas trabalhavam no garimpo ainda no seu auge, conforme relatos do viajante francês, Saint-Hilaire, em sua passagem pelo distrito no início do século XIX.

Figura 35: Vista panorâmica de São Gonçalo do Rio das Pedras



Fonte: Jorge Vasconcelos, 2014.

Segundo Saint Hilaire (1938), muitos dos arraiais que se formavam durante a exploração de pedras preciosas eram provisórios. A grande maioria apresentava pouca população e por isso possuíam um aspecto de abandono. Assim como o distrito de Milho Verde, o desenvolvimento de São Gonçalo do Rio das Pedras ficou comprometido em decorrência das imposições da Coroa Portuguesa à entrada e saída para a sede da Comarca do Serro Frio e para o arraial do Tijuco (atual Diamantina).

Situada a oeste da grande cadeia, e a pequena distância dela, toda a região que se estende até *Vila do Príncipe* é ainda montanhosa, e as florestas, que a cobriam outrora, deram lugar, em muitos pontos, a imensas pastagens de *capim gordura*. Não se vislumbra, por assim dizer, o menor sinal de cultura; por toda a parte tem-se sob os olhos o aspecto do deserto, e muitas vezes, o do abandono. (SAINT-HILAIRE, pag. 255, 1938)

Alguns historiadores da região também mencionam esse arraial. O primeiro deles é Nelson Coelho de Senna (1895), historiador serrano que relata sobre a produção de vinhos e a mineração.

[...] S. Gonçalo do Serro, districto de paz, creado a 12 de outubro de 1871, pela lei n. 1859. "Pertence-lhe o districto policial de Capivary, creado a 15 de outubro de 1868. [...] "A vinicultura ahi é animada, bem como a mineração que se faz no leito do

Jequitinhonha, que corre em terras do districto e separa o municipio do Serro do de Diamantina. [SENNA, 1895, pág. 15].

Mais tarde, outro historiador do Serro, Dario Augusto Ferreira da Silva, no ano de 1928, também mencionaria o arraial de Milho Verde e de São Gonçalo do Rio das Pedras, relatando que as referências sobre ambos diziam sobre a existência de sítios agrícolas perto das capelas.

Waldemar de Almeida Barbosa, em *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*, registra o verbete:

SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS - Distrito do município do Sêro. São Gonçalo, simplesmente, no têrmo do Sêro, teve a regalia de paróquia, com a lei nº 1408, de 7 de dezembro de 1867, quando a sede foi transferida de Milho Verde. No ano seguinte, a lei nº 1484, de 9 de julho de 1868, fêz voltar a sede da freguesia para Milho Verde. A lei nº de 1859, de 12 de outubro de 1871, elevou a paróquia o distrito de São Gonçalo, no município do Sêro. Às vezes, o nome aparecia como São Gonçalo do Sêro. Na divisão administrativa de 1911, figura já o distrito com a denominação de São Gonçalo do Rio das Pedras, que permanece até hoje. [BARBOSA, 1971, pág. 453].

O nome São Gonçalo pode também estar atribuído à data de descoberta do vilarejo ou pela influência religiosa na formação das vilas. Waldemar de Almeida Barbosa (1971) anota que era comum que diversos povoados recebessem nomes de origem indígena, como Ivituruí (morro de ventos gelados); outros devido a acidentes geográficos, como por exemplo, Tijuco (“terreno lamacento”, grifô do autor); outros recebiam o nome de seu descobridor, (morro de Gaspar Soares) e outros recebiam o nome do santo festejado no dia de sua descoberta, por exemplo, ou até porque “nossa formação foi essencialmente cristã, daí a infinidade de topônimos de origem religiosa”, (BARBOSA, 1971, pág. 11) como Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, São Roque de Minas, etc. No caso do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, apesar do nome estar atribuído à lenda do descobrimento da imagem do santo e ter assim originado a sua primeira capela, pode-se também deduzir que o nome “São Gonçalo” esteja relacionado à origem do arraial no dia do santo homenageado ou simplesmente pela forte religiosidade dos nossos colonizadores, enquanto, “Rio das Pedras” se relaciona às características descritivas do lugar, em referência ao rio que corta o distrito.

Segundo Izaura Ferreira (2014), historiadora e moradora do distrito, a origem do vilarejo de São Gonçalo está relacionada ao garimpo na região. Ela ressalta ainda a presença de fazendas no distrito que se apoiavam no garimpo e que contribuíram para manter a comunidade.

Sobre a formação, acredito que foi pelas lavras que tinham próximo, o Rio Jequitinhonha ali em baixo, a questão da água próximo aqui, a questão do Rio Jequitinhonha, Rio Capivarí, são garimpos que tem pro Angu Duro, Fazenda do Engenho, Fazenda Companhia, e fazenda da Cachoeira que é próprio São Gonçalo, que era fazenda colonial. Então acredita que para exploração do diamante mesmo, o garimpo [...] era fazendas que surgiu depois do ciclo depois do garimpo, as pessoas foram ficando abastadas com dinheiro e criaram estas fazendas, tanto quanto a do Engenho, quanto a Companhia, quanto a fazenda de Dona Chiquinha (IZAURA, 2014)⁶⁸

Izaura conta que pessoas mais antigas do vilarejo relatavam a presença de padres na região, acreditando que esses possam ter contribuído para implantar o catolicismo nas comunidades, justificando-se, assim, o fato de São Gonçalo possuir uma comunidade muito religiosa e devota.

Tem a questão dos padres que vieram para cá, esses padres, ninguém sabe, parte da história ninguém nunca contou para a gente; se teve questão indígena. O que que ele veio fazer aqui? Porque a casa onde os padres..., Os padres da Companhia de Jesus é ali na Chácara. Tinha a casa deles no lugarejo, que a fazenda que tinha dos padres, chamava fazenda Companhia, onde rodou o filme de Augusto Matraga. (IZAURA, 2014)

Segundo ARNDT (2007), a atividade de mineração em São Gonçalo foi bastante mais intensa ali do que em Milho Verde. “São Gonçalo abrigou mais continuamente serviços de mineração durante a Intendência e a Real Extração e também recebeu as instalações de uma das minerações estrangeiras que atuaram na região diamantina durante a primeira metade do séc. XX.” (ARNDT, 2007, pág. 114). Portanto, a presença de escravos na região era expressiva e muitos deles permaneceram na região. Apesar de poucos estudos sobre a presença de descendentes de escravos no vilarejo, a grande maioria dos moradores é composta por negros.

A presença de negros no distrito é citada pelo inglês John Mawe (1944), em sua visita a São Gonçalo. Ele relata como era o vilarejo, que na época em decorrência da mineração era composta principalmente por negros, o que reforça a convicção de que, assim como em Milho Verde, a presença de africanos escravizados empregados no garimpo contribuiu para a formação da cultural local. Ele relata ainda que São Gonçalo possuía um grupo romântico de casas, expressando a harmonia dessas com a paisagem.

Fiz as quatro léguas através de uma região estéril e escalei várias montanhas. Ao fim do dia, alcancei uma eminência, da qual eu avistei um grupo romântico de casas semelhantes a um labirinto ou a uma cidade negra da África. Descemos a colina, e nos

⁶⁸ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em dezembro de 2014.

aproximamos do lugar, já era noite. Conduziram-me, a casa maior que as outras, soube que estava em São Gonçalo, a primeira exploração de diamantes que se encontra no Sêro Frio. Encontra-se, ha algum tempo em declínio e emprega cerca de duzentos negros. (MAWE, 1944, pag. 209)

Depois de passar um tempo no arraial do Tijuco (atual Diamantina), Mawe (1944) retorna a São Gonçalo do Rio das Pedras, desta vez, segundo ele mesmo o disse, observando cuidadosamente outros aspectos do distrito não percebidos anteriormente. Mawe conta que um “serviço” (ou escavação) havia soterrado, deixando sob o solo muitos diamantes que “excediam em quantidade, tamanho e beleza aos recolhidos em outros lugares”. E que ávidos por achá-los, pessoas da região dispensaram muitos esforços, principalmente, o intendente que assumiu as funções e planejou “desembaraçar” as obras entulhadas. Contrataram cerca de quatrocentos negros para realizar este serviço; entretanto, houve grande decepção.

O Senhor da Câmara deu-me a honra de acompanhar-me ate São Gonçalo e mostrou-me uma mina a pequena distância da exploração, perto do Rio do mesmo nome. Tendo permanecido aí um dia, com o referido Senhor, pude examinar bem este lugar singular. Pela primeira vez encontrei montanha de sienita, de uma dureza incrível, esta rocha eh composta de anfíbolo e de feldspato. Ha cerca de quarenta anos esta escavação, que era de uma profundidade considerável, ficou entulhada pela queda de uma das paredes, a que faltou apóio conveniente para resistir a pressão da rocha. Esta, caindo em massas enormes, destruiu totalmente as obras; ficaram nesse estado ate mais ou menos dois anos. Como as falsas informações voam mais longe do que a verdade, este lugar ganhou a reputação de ser extremamente rico em diamantes, a impossibilidade aparente de limpá-lo das ruínas que o obstruíam, muito concorria com a ideia vantajosa que dêle se formava. Velhos habitantes disseram-me que estavam empregados nos trabalhos quando se deu acidente, e que os diamantes aí apanhados excediam em quantidade, tamanho e beleza aos recolhidos em outros lugares. Estas informações chegaram logo aos ouvidos do intendente, que, menos de um ano depois de assumir suas funções, planejou desembaraçar as obras entulhadas. Uma tentativa tão notável só podia ser concebida por um homem de tanto talento e de espirito tão empreendedor. Colocou quatrocentos negros sob as ordens dos melhores oficiais da administração; formaram planos inclinados e estabeleceram jogos de polias, calculadas para levantar pesos enormes. Como algumas massas de sienita fôsem muito grandes para serem erguidas inteiras, e muito duras para serem brocadas, viram-se obrigados a inventar meio de quebrá-las. (...). Depois de seis meses de trabalho continuo e penoso, o lugar estava desobstruído. Imagine-mos por um momento, as grandes esperanças que se alimentavam em relação ao tamanho dos diamantes, seu número e brilho, as honras que seriam conferidas dos administradores, etc., e poder-se-á avaliar o desapontamento geral quando, depois de se atingir o fundo, não encontraram nenhum. (MAWE, 1944, pag. 250).

São Gonçalo do Rio das Pedras chegou a ter um intendente de diamantes, que ali residiu por volta de 1809. Apesar do viajante Mawe (1944) dizer que a mineração encontrava-se em declínio, Ávila (1981) reforça que ela durou muito tempo como atividade básica dos moradores, sendo nesse sentido mencionada em relatórios de presidentes da província nos anos de 1846 e 1853 (ÁVILA, 1981, p.10).

O distrito localizado próximo ao Rio Jequitinhonha, é fortemente marcado pela mineração. Segundo moradores, alguns garimpeiros pernoitavam em lapas próximas ao rio para que pudessem ficar mais próximos e facilitar a atividade garimpeira. Alguns moradores, ex-garimpeiros e filhos de garimpeiros, nos falam sobre as técnicas utilizadas durante a exploração das pedras preciosas na região, o que demonstra que a cultura garimpeira encontra-se enraizada na comunidade.

Trabalhava no leito do Jequitinhonha, em outros córregos, por exemplo, como Córrego do Mel, afluente do Jequitinhonha, Rio Capivari, afluente do Jequitinhonha, e outros córregos, mas o certo de trabalhar era no Jequitinhonha. Esse garimpo que a gente trabalhava na época da chuva se chamava lapa da Igreja e a gente morava lá. A gente só vinha em casa uma vez no mês. Ficava praticamente três semanas sem vir em casa. Quando dava completamente quarta semana, a gente vinha pra buscar principalmente alimentação, comida. E não tinha acesso a carro, tinha que levar tudo no lombo do burro. Então a distância de São Gonçalo até nessa Serra dava em torno de vinte quilômetros. A gente não usava máquina prá nada, tudo era feito manual. E daí eu vivi doze anos da vida no garimpo. (ADEMIL RIBEIRO, ex-garimpeiro e morador de São Gonçalo, 2014)⁶⁹

Devanil Cunha, conhecido pelo apelido de Pescoço, ex-garimpeiro e dono de Bar e restaurante no vilarejo, conta como era a vida na mineração e das expectativas e frustrações nas lavras de diamante.

Garimpar é uma coisa muito sofrida. Bom é quando você está tirando diamante. Aqui neste Alto aqui ninguém nunca tirou muito Diamante. Tirou prá sobrevivência, às vezes dava sorte dois, três meses dando sorte, depois três meses perde o resto do ano. O garimpo sempre foi esse jogo, é um jogo, porque quando você está indo pro garimpo, você está indo todo alegre. Se você achou, ótimo; se chegou no final, apurou tudo e não deu nada, aí vem a tristeza, dificuldade, sabendo das contas que vai pagar. (DEVANIL CUNHA, morador de São Gonçalo, 2014)⁷⁰

Ele nos relata ainda sobre as histórias que surgiram do garimpo: para ele, muitas pessoas guardavam diamantes para retirar depois que conquistassem a liberdade. Os negros escondidos dos senhores encontravam o diamante e guardavam, para depois levarem sua vida, ricos e livres; entretanto, muitos morreram e deixaram tesouros enterrados, como é o caso do lendário Isidoro, o Mártir, escravo conhecido em toda região da Demarcação Diamantina. Devanil conta a história deste escravo, que, segundo garimpeiros, montou um quilombo próximo à Diamantina. Segundo alguns relatos, Isidoro dizia que as pedras foram colocadas no seio da terra por Deus, por isso pertenciam a todos, se tornando para a região um mártir,

⁶⁹ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em dezembro de 2014.

⁷⁰ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em dezembro de 2014.

uma lenda. O escravo Isidoro foi preso, torturado e morto pelas guardas que queriam saber quais escravos trocavam diamantes por alimentos com ele. As pessoas desprezadas pelo sistema apelavam em orações ao nome do escravo Isidoro na hora das necessidades financeiras e durante o garimpo. Isidoro deixou um tesouro valioso; assim quem pedir ajuda ao Isidoro, pode achar o tesouro e ficar rico.

O maior tesouro é o do Isidoro Martin, ele foi um dono de quilombo, ele trabalhava pra senhores e fugiu e ai ele formou um quilombo, aonde tinha vários escravos fugitivos, [...] foi tirando diamante, tirando e guardando. Que ele fazia, ele saía de Diamantina à noite. Tinha determinadas pessoas que levavam o diamante pra trocar por alimentação, e chegava a noite, saia de madrugada de novo. Porque ele não podia amanhecer o dia na cidade, porque os soldados pegariam ele. Até que um dia, eles pegaram ele, eles armou um esquema e pegou ele, onde ele foi amarrado no rabo do cavalo arrastado pra rua a fora. [...] O Isidoro guardou este valioso tesouro. Então pessoas que acreditam e frequentam os candomblés chamam por ele vem e libera o tesouro. Mas daí a pouco vem a filha dele, e fala que o tesouro é deles, que eles que vai tirar o tesouro e que eles vão ficar muitos ricos. O quilombo dele era entre Chapada e Felício dos Santos, lá tem uma mata que chama Mata do Isidoro Martin. (DEVANIL CUNHA, 2014)⁷¹.

Sobre a contribuição da cultura africana em São Gonçalo, Izaura Ferreira, historiadora, relata que o tipo de garimpo praticado pela comunidade possui forte conexão com os africanos escravizados, sendo que “o tipo de garimpo que eles praticavam é o mesmo garimpo que se pratica na África até hoje. Aquele garimpo de ir buscar na cabeça, no balaio a areia”.

Figura 36: Ponte sobre o Rio Jequitinhonha, que fica a 03 quilômetros de centro de São Gonçalo.



Fonte: Fernandes Mendes, 2011

⁷¹ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em dezembro de 2014.

É possível perceber a grande quantidade de famílias que durante muito tempo se dedicaram ao garimpo e às tropas. Conversando com moradores da comunidade, muitos deles revelam que tiveram ligações com as duas atividades: quando não eram as duas coisas, era tropeiro ou garimpeiro.

A maioria tinha relação maior aqui é o garimpo, com extrativismo, que é colheita de flores e os tropeiros. [...] Na casa do meu avó, lá no Engenho, ele fazia rapadura, tinha inhame. Às vezes vendia, tinha milho e feijão. Mas ele levava produto mais rapadura para trazer outros produtos macarrão, sal. Fazia uma troca. O pessoal da região toda comprava aqui. Capivari comprava. (IZAURA, 2014) ⁷².

Elídia dos Santos, moradora mais antiga de São Gonçalo, conta que, quando era jovem, ajudava sua mãe em casa e levava alimentação para os familiares que trabalhavam nas lavras. Ela nos relata como era feita a extração de diamantes pelos mais velhos.

Eu ia na lavra levá café pra eles, armoço pra eles lá. Cavacava, peneirava aquelas pedras nas peneiras e o Diamante era mais grosso ficava quieto na peneira e as outras pedras saía nas areia, as pedras saíam fora. Agora aqueles que era fininho, na outra peneirinha fina, peneirando assim dentro dá água. (DONA ELÍDIA, 2014) ⁷³.

O Senhor Ademil Ribeiro, ex-garimpeiro, relembra que garimpava desde os dez anos de idade, pois não tinha condições de continuar os estudos e a opção que muitos tinham na época era ir para o garimpo. Segundo ele, o seu pai se esforçava como podia para manter a família, se aventurando no serviço de tropa e no garimpo, que naquela época [início do século XX] era o meio de sobrevivência.

O garimpo, eu fui pro garimpo com 10 anos de idade. Hoje tenho 61. Fui pro garimpo em 1963. Quando completei 11 anos já estava no garimpo. Porque não tinha condições de continuar estudando [...] Como a cidade já não tinha sequência pra estudar e nem sequência pra ficar aqui. A opção que meu pai teve foi levar a gente pro garimpo. [...] Meu pai era tropeiro, mas também mexia no garimpo. [...] negociava diamantes e ouro. A gente dizer que tirou fortuna não, mas andou tirando dinheiro. [...] A sobrevivência daquela época era a mineração. (ADEMIL RIBEIRO, 2014) ⁷⁴.

Devanil conta que se iniciou no garimpo também muito jovem, revelando que em São Gonçalo muitas pessoas focaram no garimpo, já que não tinham alternativas de sobrevivência além da extração.

Trabalhei com garimpo uns dez anos. Trabalhei com bombas dentro do rio e trabalhei braçal também. Na maioria das vezes ia acompanhar. Braçal era duas, três e quatro pessoas no garimpo. A cultura sempre foi garimpo né? A região aqui, toda

⁷² Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em dezembro de 2014.

⁷³ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em novembro de 2014.

⁷⁴ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em dezembro de 2014.

cultura sempre foi garimpo. Plantava e garimpava. Batalhar prá pegar dinheiro extra. Muita gente focava no garimpo mesmo. Focava, jogando prá tirar. A maioria das pessoas jogava mesmo. (DEVANIL CUNHA, 2014) ⁷⁵.

Figura 37: Ademil e Devanil demonstram técnicas de garimpo ao programa “Um pé de Quê?”



Fonte: Programa “Um pé de quê?” (2011)

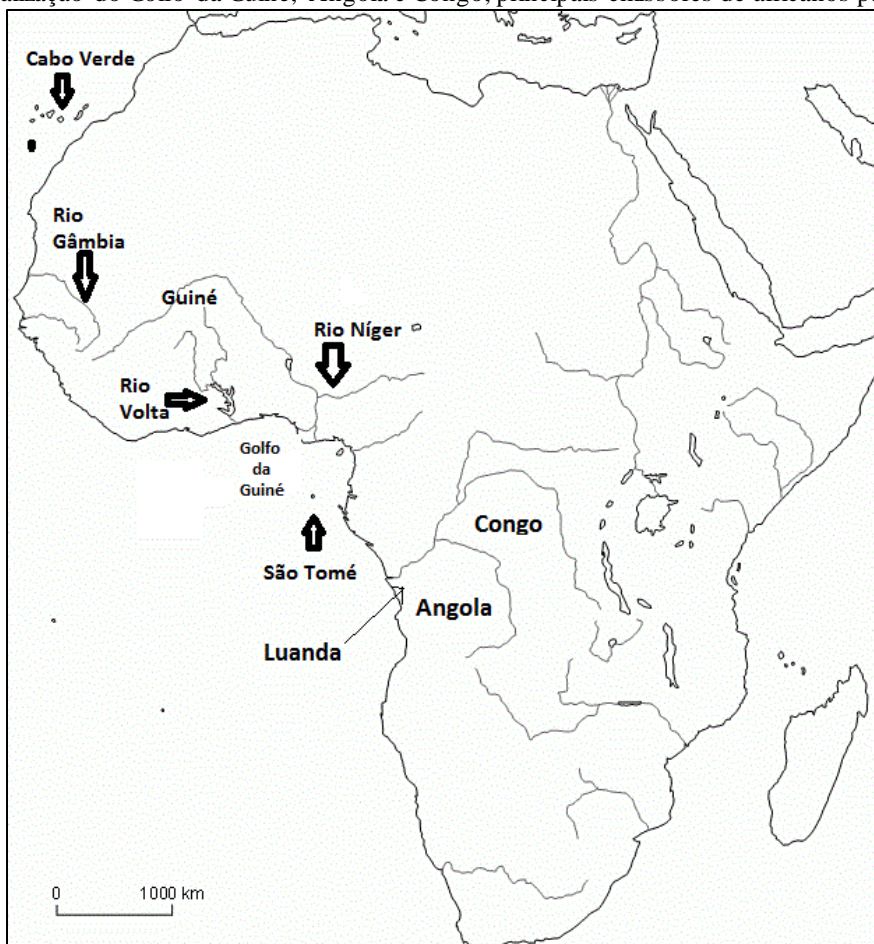
Sobre as relações entre escravos durante o garimpo, não se tem documentos nem relatos sobre como essas práticas ocorreram, ao contrário do distrito de Milho Verde, onde os vissungos ainda são praticados e a comunidade criou uma relação entre o garimpo, quilombos e a língua. Pode-se dizer que os moradores de São Gonçalo do Rio das Pedras não mantêm a mesma relação com a língua que a comunidade de Milho Verde. Entre os moradores não existe nenhum relato ou memória da língua falada por africanos que contribuíram para a formação dos assentamentos na região. Apesar de Saint-Hilare relatar em sua visita que o distrito parecia uma “cidade negra da África” devido à grande presença de negros escravizados trabalhando na região, a contribuição dos negros para formação cultural da comunidade se torna mais evidente no distrito de Milho Verde. Vale frisar também que os traços culturais já se encontram ocultos no modo de vida das pessoas da região, no modo de falar, na culinária, na religiosidade, nos hábitos, nas técnicas de garimpo, na atividade garimpeira que ainda sobrevive movida por poucas pessoas na região.

Sobre a contribuição dos grupos africanos trazidos como escravos para a formação cultural tanto em Milho Verde como São Gonçalo do Rio das Pedras, apesar de não haver maiores estudos que esclareçam sobre a presença desses grupos entre tais distritos, sabe-se que a Costa

⁷⁵ Idem, 2014.

de Mina, atual Guiné, foi a nação que mais forneceu escravos para a mineração serrana até 1760.

Figura 38: Localização do Golfo da Guiné, Angola e Congo, principais emissores de africanos para o Serro.



Fonte: <http://neabiguarus.blogspot.com.br/>. Acesso 17 de novembro de 2014.

Da Costa de Mina, os negros-mina saíam com um destino certo: minerar vilas de ouro. (BRISKIEVICZ, 2002). Os motivos dos negros-mina virem ao Serro levam às seguintes hipóteses:

1ª assim eram citados os negro-mina por Luís Vaia Monteiro, Governador do Rio de Janeiro, em carta de 5 de julho de 1726: “os negros-mina são os de maior reputação para os trabalhos de mineração, dizendo os mineiros que são os mais fortes e vigorosos... e pela mesma causa não há mineiro que possa viver se nenhuma negra mina, dizendo que só com ela têm fortuna.

2º os portugueses e paulistas pouco entendiam da extração do ouro. Pediam insistentemente que Portugal enviasse práticos nestas artes de minerar. Assim, os negros-mina foram escolhidos como elementos indispensáveis, uma vez que detinham o conhecimento da extração aurífera. Eles sabiam tirar ouro, manejar os instrumentos, até possuíam técnicas de metalurgia. Por isso, encabeçam a lista de entrada m Minas Gerais no período do ciclo do ouro.

3º havia entre os mineradores uma crença: quem não tivesse em sua extração de ouro uma negra mina atrairia azar para sua empresa. Lembrando o que disse Luiz Vaia Monteiro: “não há mineiro que possa viver sem nenhuma negra mina dizendo que só com elas, têm fortuna.” (BRISKIEVICZ, 2002)

Segundo Briskievicz (2002) depois se passou a trazer negros vindos da nação Angola, do chamado grupo de Bantos. Homens africanos de Angola eram considerados pacíficos, fáceis de serem conduzidos, pelo temor dos castigos e mais ainda pela alegria de realizarem festa, entusiasmavam-se por qualquer motivo, mesmo que efêmero.

Depois da Angola, vieram outros grupos. Os benguelas ou banguela, do país africano com este nome; os Congos, amigos de festas e danças, daí a origem da palavra congado. Talvez esses tivessem sido admiradores da Festa do Rosário. E ainda, os Moçambiques, que gostavam de festas e danças e também apreciavam música. (BRISKIEVICZ, 2002). Portanto, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras podem ter recebido a contribuição cultural de vários desses grupos africanos, o que carece de mais estudos e pesquisas.

Apesar de poucas informações a respeito de descendentes de escravos em São Gonçalo, o distrito possui um quilombo reconhecido pela Fundação Palmares, a comunidade quilombola Vila Nova. Existem relatos de que os primeiros familiares do local teriam vindo de Água Santa, perto da Mata dos Crioulos (Região entre Diamantina e Santo Antônio do Itambé). Migraram para diversas localidades e se instalaram em São Gonçalo do Rio das Pedras. No mês de outubro comemoram a Festa do Rosário dos Homens Pretos (CEDEFES, 2014).

A mineração foi uma atividade importante durante ainda boa parte do século XIX; depois o distrito converteu-se em centro comercial de relativa importância no início do século XX, pois por ali transitava grande número de tropas que conduziam gêneros alimentícios, atendendo à demanda do mercado de Diamantina. Ainda é possível encontrar um antigo rancho para pouso de tropas, o único preservado em Minas Gerais. (Fundação João Pinheiro, p. 14, 2003). Em princípios do século XX, a localidade converte-se em um:

Centro comercial de relativa importância, por ali transitando grande número de tropas que conduziam gêneros alimentícios provenientes da mata da Peçanha, de Guanhões e do Serro, quase sempre em demanda do mercado de Diamantina (ÁVILA, 1981, p.10).

Figura 39: Antigo Rancho de Tropas de São Gonçalo do Rio das Pedras



Fonte: autoria própria, 2014.

Sobre a movimentação das tropas em São Gonçalo do Rio das Pedras, Dona Elídia, 94 anos moradora próxima ao Rancho de Tropas, relata que se lembra de quando as tropas chegavam de Diamantina e iam em direção ao rancho, ainda preservado na região e que guarda na memória o som dos sinos das mulas que acompanhava a tropa. Os tropeiros repousavam e no dia seguinte seguiam viagem.

Lembrança daquele monte de burros. Me vem o barulho dos sininhos mostrando que estava chegando as tropas. Eu estava nova. (DONA ELÍDIA, moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2013)⁷⁶.

⁷⁶ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em dezembro de 2014.

Figura 40: Dona Elídia, moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras



Fonte: autoria própria

Segundo Dona Elídia, a família dela, além de garimpeira, era tropeira e viajava levando mercadorias para outras cidades. Ela conta ainda das relações sociais que se estabeleciam com os moradores de Diamantina e sobre as dificuldades enfrentadas para levar as mercadorias.

Eu já tropeirei muito. Era fubá, farinha, mandioca, banana, batata, enchia doze burros. Pegava os balaio punha na cacunda dos burro. Pegava punha no outro, apertava, apertava arrumava doze burro e colocava na estrada. Ia para Diamantina, vendia muito em Diamantina. Meus amigo tudo de Diamantina, os velhão, os velho já acabou tudo. Nosso Senhor já levou tudo. Nós vendia os trem para eles, aí ele falava assim: eu quero dois alqueire de farinha. Punha no animá e levava prá ele. [...] Era custoso mesmo. (DONA ELÍDIA, moradora de São Gonçalo, 2014).

Figura 41: Últimas tropas chegando em São Gonçalo



Fonte: Trechos do documentário do IPHAN (1987).

Segundo Arndt (2007), o distrito de São Gonçalo exercia um papel mais importante como centro minerador do que Milho Verde; ao contrário do que ocorria com a agricultura, pois

Milho Verde encontrou nesta atividade uma alternativa para seu desenvolvimento. Entretanto, outros autores como Braga (2006), em sua dissertação de mestrado intitulada *O (Eco) Turismo como Vetor de mudanças sócio espaciais: Estudo comparativo entre os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras*, nos conta que São Gonçalo conseguiu produzir uma pequena quantidade de produtos agrícolas e sustentar alguns rebanhos em suas poucas terras férteis. Apesar da pequena produção, o distrito se tornou o principal pólo comercial do eixo que liga o Serro a Diamantina e ainda, o fato de São Gonçalo possuir um rancho de tropas fez com que povoados e distritos como o Vau (em Diamantina, distante cinco quilômetros de São Gonçalo) e Capivari, Três Barras e Milho Verde, ficassem diretamente dependentes de São Gonçalo.

Em entrevista realizada pela autora, Izaura Ferreira relata que assim como em Milho Verde, existia uma relação de solidariedade e de troca de produtos entre os tropeiros e a comunidade. O que as pessoas produziam trocavam por alimentos que só existiam em cidades maiores, como Diamantina e Serro.

Na casa do meu avó, lá no Engenho, ele fazia rapadura, tinha inhame, às vezes vendia, tinha milho e feijão. Mas ele levava produto mais rapadura para trazer outros produtos macarrão, sal. Fazia uma troca. O pessoal da região toda comprava aqui. Capivari comprava aqui, comprava só o que não tinha em casa. No máximo, era querosene, macarrão, sal e queijo, geralmente não produzia. Todo mundo acha que a região do Serro produz o queijo. O queijo era uma peça muito rara. Não era todo mundo que tinha queijo. (IZAURA, 2014) ⁷⁷

Dona Eva Ferreira, mãe de Izaura, conta sobre a utilização do antigo rancho pelos tropeiros e da importância como ponto de parada e descanso daqueles que dedicavam dias e até meses para levar alimentos e outros produtos para as comunidades.

São Gonçalo era um lugarejo, aonde recebia as tropas, que vinham trazendo carregamento de alimento para Diamantina e aqui era um ponto aonde tinha o rancho de tropas, onde hospedava os tropeiros. Aí eles descarregavam seus animais que traziam farinha, rapadura, toucinho, carne, banha de porco. Variedades de coisas da roça, amendoim, feijão e aqui eles hospedavam num rancho, às vezes os tropeiros chegavam à noite. [...] Trocavam alimentos com outras pessoas, traziam feijão, trocavam com outros alimentos. Aqui às vezes aqui não tinha o feijão, tinham era banana, porque aqui tinha uma produção muito grande de banana, de doce, de vinho. E ai eles trocavam suas mercadorias aqui com certas pessoas da comunidade e carregava de novo o seu animal com banana e comessas especiarias que encontrava aqui dentro São Gonçalo, levando pra Diamantina, pra que seu animal não chegasse vazio até o mercado Diamantina. [...] Mantinham neste rancho, uma panela grande fervendo dia e noite, osso de boi, costela para que sustentasse os tropeiros, os

⁷⁷ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em dezembro de 2014.

visitantes, passageiros. [...] Eles vinham do Vale do Rio Doce, e chegava até aqui transportando suas mercadorias até aqui. Transportando suas mercadorias para Diamantina que o ponto de descanso, pra descansar os animais, e até eles mesmo para depois seguir a viagem. (DONA EVA, 2014) ⁷⁸

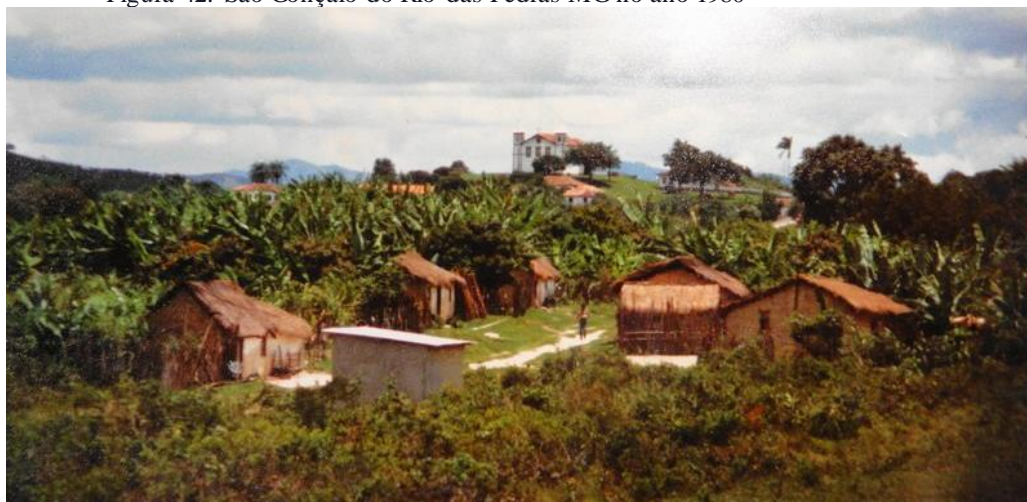
As tropas foram essenciais para que a comunidade sobrevivesse durante o século XX. Assim, como Milho Verde, São Gonçalo passou por um período de estagnação, principalmente após a decadência da mineração. Sem alternativa econômica, muitos moradores também se mudaram para outras regiões.

Teve um período de muita fome, no período de 1960, 1970, 78. Período que o pessoal foi embora para São Paulo e aqui ficou um deserto. A mão de obra foi pra São Paulo procurar trabalho. Em 1950 já era vazio aqui praticamente. [...] (IZAURA, 2014)

Teve uma década aqui de 64 até 72 que foi uma década que muitas famílias foram embora daqui. Aqueles que não foram embora, foram pro garimpo. Teve uma crise comercial. Uma crise de demanda, em 64, que teve revolução deu uma mexida com o povo em geral, ai descontrolou muitas famílias. Muitos partiram pro garimpo. Muitos comerciantes que achavam que tavam bem de situação, quebraram, faliram, investiram e não conseguiram ter retorno. (ADEMIL RIBEIRO, 2014)

Na minha época muita gente foi pra São Paulo. São Gonçalo ficou muito vazio, não só São Gonçalo, a região quase toda. (DEVANIL CUNHA, morador de São Gonçalo 2014).

Figura 42: São Gonçalo do Rio das Pedras MG no ano 1980



Fonte: ANNA KUHNE (1980)

A situação de abandono do distrito após a decadência de diamantes é bem retratada no clássico do Cinema Novo, *O Padre e a Moça*, gravado em São Gonçalo do Rio das Pedras em 1965. O filme acaba por fazer um registro de como vivia a comunidade em meados do século

⁷⁸ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em janeiro de 2014.

XX. “Você andava por aquelas vielas, algumas delas tampadas por teias de aranha [...] Quando fomos filmar lá, era umas 100 pessoas, no máximo.” (MÁRIO LAGO, 2007). “Era um povoado que foi escolhido por ter teias de aranha na estrada, quer dizer ninguém passava ali. Era um lugar meio estranho, meio sagrado, meio amaldiçoado,⁷⁹” (HELENA IGNEZ, 2007).

Figura 43: Cenas do filme “O padre e a moça” gravado no distrito. Foto à esquerda (Rancho de Tropas)



Apesar de se tratar de ficção baseada na obra de Carlos Drummond, existem momentos em que o diretor Joaquim Pedro de Andrade, provavelmente com a ajuda de moradores locais, retrata como era a vida da comunidade de São Gonçalo naquela época. O Senhor Honorato, personagem do filme, comerciante, interpretado por Mário Lago, relatava como a comunidade de São Gonçalo sofria com o isolamento em relação aos centros urbanos.

Honorato: “Quem tem vontade de mudar, há muito tempo já foi embora. Quem ficou foi porque quis. A gente gosta dessa calma. Tem gente que nunca viu outro lugar. A gente aqui está protegido. Agora não vem mais ninguém aqui. Mas no princípio eles vinham. Vieram a pé e a cavalo. Viagem de muitos meses, anos até.”⁸⁰

No filme também é possível se ter uma ideia de como era a relação da comunidade local com o garimpo. O personagem Honorato conta a versão oficial do desconhecimento da presença das pedras pela Coroa Portuguesa, da abundância e da facilidade de encontrá-las, conforme relatado pelos viajantes no início do século XIX. Depois da estagnação das pedras preciosas, a

⁷⁹ Documentário com atores do filme. 2007. Disponível em <<http://duasmariola.com.br/?portfolio=273>> Acesso 04 de dez 2014.

⁸⁰ Transcrição de trecho do filme O Padre e a Moça, Joaquim Pedro de Andrade, 1965, inspirado na obra de Carlos Drummond.

comunidade encontrava poucas possibilidades de desenvolvimento local e poucos conseguiam encontrar no garimpo, meios de subsistência.

Honorato: “Procurando... eles procuravam ouro e esmeraldas. Quando acharam diamante foi por acaso, não deram valor. Eles não conheciam a pedra. Nesse tempo, acho que essa serra era toda vazia. Num tinha ninguém aqui. Nunca ninguém tinha vindo aqui. Os diamantes foram se soltando da montanha, caindo no rio. Quando chovia muito nas cheias, eles iam rolando para mais longe. O rio levava. A pedra é pesada. Mas o rio ia levando pelo fundo e largava na margem quando secava. No principio tinha muito diamante, era só olhar o chão que se encontrava. Depois foi acabando. Eles garimpavam tudo. Toda essa serra eles lavraram. Anos e anos. Não ficou cascalho que eles não peneirassem. Hoje só o que encontra foi o que eles não quiseram: as pedrinhas miúdas, feito cabeças de alfinetes. É difícil encontrar alguma. Mas a gente vendo conhece logo. Ele alumia, feito uma estrela no meio das outras pedras. É diferente de tudo. Quem já achou algum nunca mais deixa de procurar, mesmo que não encontre nunca. E ele só aparece em lugar pior. Na serra, onde só tem pedra, onde não dá mais nada. [...] Agora quando aparece uma pedra é só assim: não dá nem para pagar as despesas. Todos eles me devem. O que eles apuram não dá para pagar a comida e as ferramentas que forneço. A dívida só faz aumentar. Se não fosse eu, esse lugar já tinha acabado. O que eu compro de mantimento e bebida eu pago à vista. Na hora de vender para eles tem de ser fiado.

Padre José: Mas e o senhor, então, como consegue se manter?

Honorato: A gente dá um jeito. Eu ainda tenho alguma coisa. E essas pedras sempre dão para ajudar. [...]”. (O PADRE E A MOÇA, 1965)⁸¹

Assim como Milho Verde, São Gonçalo teve importância para o abastecimento da Comarca do Serro Frio. Além de possuir o rancho de tropas, que era o marco do comércio do século XVIII e XIX com a troca de mercadorias, o distrito também produziu o fubá, como um dos elementos básicos. Assim como em distrito de Milho Verde, moradores de São Gonçalo, utilizam o moinho, localizado no alto da cachoeira do Comércio, no centro do distrito. Apesar de desconhecerem como se instalaram os moinhos na região, pode-se sugerir que, assim como Milho Verde, o distrito contou com influência portuguesa, na técnica de instalação dos mesmos, com os hábitos indígenas e com a incorporação desses moinhos pelos negros, no seu cotidiano, para a fabricação do fubá.

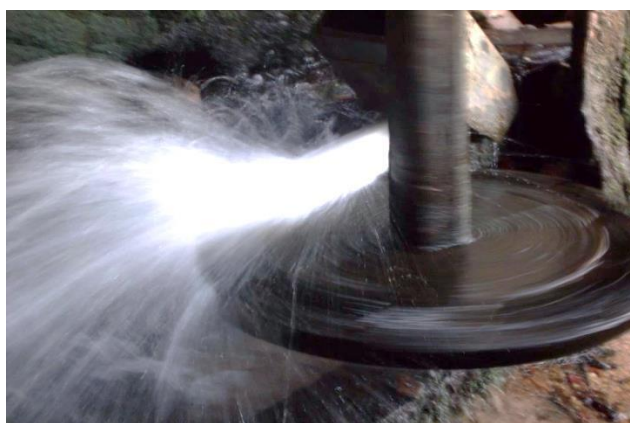
⁸¹ Transcrição do filme O Padre e a Moça, Joaquim Pedro de Andrade, 1965, inspirado na obra de Carlos Drummond.

Figura 44: Moinho d'água



Fonte: Autoria própria, 2014.

Figura 45: Processo de moagem do milho



Fonte: Ricardo Venício, 2014.

A produção do milho para fabricação do fubá teve muita importância na alimentação dos moradores locais que ainda utilizam o fubá dos *munhos* para a produção de bolos, angu de fubá e outras iguarias. Dona Maria, conhecida no distrito como “Maria do Fubá” mora a cem metros do moinho e ficou responsável por guardar a chave. Ela relata sobre esta prática cultural em São Gonçalo do Rio das Pedras, que também está desaparecendo. Segundo ela, seu pai tinha um *munho* e foi com ele que aprendeu a fazer o fubá.

Parece que já nasci nisso, né? Porque meu pai tinha munho, né? Então, ai ele ia no munho, e eu tinha que ir enquanto tava pequitinha, acompanhava ele pra lá, fui crescendo, o pai trabalhando e a gente olhando como ele que trabalha. [...] Mexia com munho de outros pessoas, eu mesma cuidava dele. Eu gosto, eu gosto de fazer, eu sinto bem. [...] Só eu que to pondo. Tem vezes que eu fico assim, é podia até parar com este munho, mas tudo nessa vida dá trabalho né? E o único munho que tem este, tem hora que tenho vontade de para com ele, e já penso assim: Se eu parar com ele, não tem outro munho aqui nas redondezas que moe, que cuida dele. Então eu sou obrigada a cuidar assim mesmo, enquanto tiver dando gente pra cuidar (MARIA DO FUBÁ, 2014) ⁸².

Segundo Maria do Fubá, os donos do moinho moram em Belo Horizonte e vêm esporadicamente ao distrito, as vezes em fins de semana e feriados. Ela relata que existiam outros moinhos localizados próximo ao moinho da cachoeira, que aproveitavam a mesma corrente d'água; entretanto, esses foram se deteriorando com o tempo e ficaram abandonados. O moinho que ainda se encontra em funcionamento está localizado num despenhadeiro, ao topo da cachoeira do comércio, de onde se tem uma linda vista das serras e do por do sol; sendo, por isso, um dos lugares mais visitados de São Gonçalo.

⁸² Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras pela autora desta dissertação em janeiro de 20 2014.

Figura 46: Processo de moagem do milho



Figura 47: Moinho no topo da Cachoeira do Comércio



Figura 48: Moinho inativo perto da Cachoeira do Comércio



Fonte: Autoria própria, 2014.

Em depoimento obtido por Andrade (2013), Sebastião, 50 anos, agricultor que mora em uma comunidade chamada Engenho, próximo de São Gonçalo do Rio das Pedras, atribui o desuso dos moinhos às questões ecológicas. “*Munho não tem nenhum mais! Mas munho não tem como tocá, porque não tem mais água...*” Ele conta ainda que o córrego de sua casa tocava dois moinhos, mas que, no entanto, hoje suas águas estão fracas para impulsionar as engrenagens⁸³.

Maria do Fubá revela a dificuldade de se manter funcionando os moinhos d’água. Segundo ela, são poucas as pessoas que sabem consertar e que fica muito oneroso pagar para se fazer a manutenção. Entretanto, gosta quando os turistas pedem que ela abra o moinho e mostre o processo de moagem para eles.

Porque o munho gasta picá, porque a pedra é lisa e ela não dá desenvolvimento nenhum mais. Daí eu tenho que pagar uma pessoa de fora pra picá pra mim, quando ele esta atrapalhado, porque atrapalha o rodizio, pago outra pessoa pra consertar. [...]

⁸³ Entrevista realizada na comunidade de Engenho, por Rudá Andrade, 2011.

Às vezes chegam turistas que ficam querendo visitar o munho, o processo de moagem e o antigo dono pedia pra cobrar dos turistas. Mas ela achava de mais, e às vezes está morta de pressa, mas não custa ir lá abrir. (MARIA DO FUBÁ, 2014)

Além do fubá, o distrito se tornou produtor de uvas para a fabricação de vinhos, no início do século XX. Esse ramo da agroindústria já vinha sendo desenvolvido com sucesso em Diamantina.

Foi criada a Companhia Viticultora São Gonçalo, que, conforme o Anuário de Minas Gerais, ano seis, de 1918, produziu, em 1916, apenas com uvas compradas, 35 barris de vinho. Esperava-se muito mais para o ano de 1917, pois a própria empresa havia plantado duas mil parreiras. Essa vinícola são-gonçalense funcionava como sociedade anônima, cujas ações custavam, cada uma, dez mil réis. Tinha nada menos que 73 acionistas, entre os quais figuravam dezenove mulheres, a firma Duarte e Irmão e até São Gonçalo, padroeiro da paróquia. Parece que a empresa não teve vida longa; entretanto São Gonçalo até hoje possui uma considerável produção de vinho. Além do vinho de uvas, o distrito produz vinhos de jabuticaba e laranja. (SANTIAGO, 2006, p.122-123).

A atividade industrial não foi adiante, mas a produção caseira de vinhos se manteve pelos próprios moradores. Muitas pessoas cultivam parreira de uva em seus quintais e outras frutas que são utilizadas na fabricação do vinho como jabuticaba, abacaxi, gabioba e flor de ibisco. A produção de doces caseiros feitos com frutas variadas, como banana, mamão, goiaba e abacaxi também é importante para a economia local.

Figura 49: Produção de doces (Goiabada)



Fonte: autoria própria, 2014.

Figura 50: Produção de uva



Fonte: autoria própria, 2014.

Dona Elídia nos relata que se lembra de quando o distrito tinha somente casas de capim e quando nos quintais se plantavam somente as frutas. Ela nos conta que quando se construiu a

igreja Matriz com proporções maiores e utilizando telhas, as casas também adotaram o material.

Aí quando ficou parecendo telha, foi que o povo ferrou a comprar telha, foi casa ali ali e ali e foi até desmanchar, acabar as casas de capim, mais tudo era de capim. Tinha aqueles pés de jabuticaba bonitos, pé de mamão, mas não eram essas árvores de flor não. A flor a gente plantava no jardim. (DONA ELÍDIA, 2014)

Além da vinicultura, Arndt (2007) anota que São Gonçalo do Rio das Pedras encontrou como alternativas econômicas a lapidação, confecção de artesanato de capim, a tapeçaria e a fabricação de doces de frutas plantados nos quintais das casas. Existe no distrito uma Associação Grupo das Mulheres que organiza a venda dos doces na sede, localizada no centro do distrito.

Sobre a tradição da produção de vinhos em São Gonçalo, Izaura Ferreira relata que os padres da Companhia de Jesus, vindos de Portugal, no início do séc. XIX, trouxeram essa herança para região, com o transporte de mudas de uva e de marmelo para fazer os doces.

A herança que a gente tem é o vinho Santa Isabel. Dessa região que foi as mudas para o Rio Grande do Sul, não tem nada confirmado, eu já li em algum lugar. O vinho daqui era famosíssimo, e era vinho de fundos de quintal, cada casa tinha seu vinho, cada casa tinha sua parreira, cada casa fazia seu vinho, era coisa de família, mas os que ficaram mais forte, foi a dona Sebastiana e família e Ademil eles que continuaram, mas toda a casa tinha. (IZAURA, 2014)

Ademil conta que, por volta de 1830 a 1840, vieram padres portugueses que possuíam diversos interesses na comunidade local e que trouxeram mudas de uva para cultivar na região e que estas se adaptaram ao clima local. O seu pai aprendeu as técnicas e ele agora mantém a tradição na família.

Vieram os padres portugueses para essa região, para acompanhar a exploração do diamante e ouro, como também doutrinar as pessoas na doutrina católicas, também pra explorar daquelas pra levar o Diamante e o ouro deles. Eram padres portugueses vinha como padres chegavam aqui e exploravam o povo. Eles vinham, tinha grandes fazendas montadas para alimentação desses escravos, alimentação desse povo que fizeram levantamento de São Gonçalo pra construir a vila, assim como Milho Verde outros lugares e tal. E ai com isso eles vinha trazendo mudas de uva, e eles precisa de vinho para a celebração, pra trazer o vinho de lá pra cá sendo que tinha a uva, plantavam a própria uva e fazia o próprio vinho aqui. [...] Trouxeram também o marmelo, pra fazer o doce de marmelo, lá de Portugal. E isso ficou na historia até chegar às mãos de minha família, meu pai, até 1940, chegou à mãos dos meus pais o local de fazer o vinho que era adega e plantação de uva que já existia. Ai meu pai aprendeu a técnica, ele trabalhava com tropa, trabalhava com o garimpo e também com vinho. (ADEMIL RIBEIRO, 2014).

Ademil Ribeiro (2014) expôs as dificuldades em se manter a plantação de uvas pra fazer o vinho, que atualmente tem pequena produção, devido ao surgimento de pragas na região. No

entanto, ele possui uma forte resistência contra o uso de agrotóxicos. Segundo ele, enquanto puder produzir de forma orgânica, ele continuará a produção. “A gente já come tanta coisa que já vem com veneno, com tanto agrotóxico, aí a gente vai envenenar mais alguém ainda?”.

Figura 51: Produção de vinhos



Fonte: autoria própria, 2014.

São Gonçalo também se destaca pela religiosidade muito marcante. No distrito estão localizadas a Igreja Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Segundo Pereira Filho (2005), em São Gonçalo havia a Irmandade de São Gonçalo, com sede na capela de São Gonçalo, cujos estatutos foram aprovados em 1751, pela Arquidiocese de Mariana, mas cuja fundação deve ser bem anterior. Seu orago tem pintura no forro da capela-mor datando de 1787. Já as irmandades de "Nossa Senhora do Rosário dos Pretos" desses arraiais, incluindo o distrito de Milho Verde, provavelmente eram ramificações da Irmandade de mesmo nome da Vila do Príncipe, atual cidade de Serro (MG).

Figura 52: Igreja Matriz de São Gonçalo



Fonte: Elcione Silva, 2014.

Figura 53: Igreja do Rosário



Fonte: Elcione Silva, 2014.

Dona Eva relata que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída por duas irmandades: a do Sagrado Coração de Jesus e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, esta última formada, segundo ela, pelos negros escravizados na região que ajudaram na construção depois de terem alcançado a liberdade.

Dizem que a Igreja do Rosário foi construída pela Irmandade de sagrado Coração de Jesus e pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Por duas irmandades. Mas na verdade, foi um grupo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, [...] aqui era um centro de escravidão. Que aqui também tinha o trabalho escravo. Quando foram libertados, em prol criaram esta Irmandade, em louvor a Nossa Senhora do Rosário. E junto com esta equipe eles trabalham e dizem que construíram esta igreja. Isso foi o que outro me contou. Quando vim a Igreja já tinha sido reformada 2 vezes. Mas tem tudo a ver que: a lenda a historia antiga do pessoal, era isso mesmo, antigamente São Gonçalo tinha os muros, tudo que foi construído foi por mãos escravas, quando sentiram a liberdade, cultuaram o santo e escolheram nossa Senhora do Rosário e construiu a Igreja. (DONA EVA, 2014)

Figura 54: Igreja do Rosário e Largo



Fonte: Elcione Silva, 2012

Segundo Izaura, sobre a construção, não existe outras informações históricas; entretanto, como é recorrente em outras Igrejas do Rosário na região, ela foi construída considerando as características de centro minerador que São Gonçalo tinha, com a utilização da mão de obra escrava, o que foi reforçado com a religiosidade estimulada com vinda dos padres da Companhia de Jesus para o distrito.

São Gonçalo do Rio das Pedras é anterior a 1732, o que faz supor que já teria sido erigida a

sua capela (hoje a igreja Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras), que serviu ao culto religioso dos primeiros habitantes, como acontecia nos arraiais pioneiros da época da mineração. A construção dessas capelas e igrejas se deu em função da forte religiosidade daqueles que chegaram à região para trabalhar na atividade mineradora. Eles trouxeram consigo a tradição religiosa e destinaram parte da arrecadação do seu trabalho no garimpo para a construção destas edificações e com o desenvolvimento da atividade mineradora cada vez mais promissora, era comum que os moradores cuidassem da construção de uma igreja maior.

Segundo os moradores locais, a construção desta capela está ligada a uma lenda que diz que uma senhora teria encontrado um menino debaixo de uma goiabeira onde se encontra hoje a Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras, reparando depois que se tratava da aparição de um santo. Como não existia nenhuma igreja no povoado, levaram a imagem em romaria para outro local mais perto, Milho Verde, onde havia uma capela. Entretanto no dia seguinte ele estava no mesmo lugar: embaixo da goiabeira. Todos ficaram surpresos ao verem o santo no mesmo lugar. Novamente reuniram-se em romaria e o levaram ao distrito de Milho Verde. Em sua caminhada, os romeiros perceberam as pegadas pequenas que havia na estrada e que sugeriam serem do próprio santo. Percebendo o acontecido, decidiram respeitar a vontade do santo, construindo a igreja Matriz de São Gonçalo no local de sua aparição.

Ele é importante. O povo preserva muito. Ele foi encontrado no pé de Goiaba e levado em procissão para Milho Verde, pois só lá tinha Igreja. Daí ele voltava misteriosamente e daí as pessoas tomaram providências de construir uma Igreja de São Gonçalo aqui. (JOVELINA, moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2013)⁸⁴

Na revista, Barroco número XVI, encontram-se algumas descrições importantes dessa construção, as fotos da capela-mor pintada e da igreja, mostrando a imponência despojada das suas linhas, com duas torres laterais. Mas o que causou maior admiração aos estudiosos foi o forro da capela-mor. Datado de 1787, indica que a construção foi finalizada nesse mesmo ano. A pintura, segundo Santiago (2006), é de autoria de um discípulo do Guarda Mor José Soares de Araújo. O trabalho mereceu especial atenção do especialista Carlos Del Negro, em seu estudo “Dois Mestres de Minas”.

⁸⁴ Moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras. Entrevista feita pela autora dessa dissertação em 2013.

Figura 55: Igreja Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras



Fonte: Elcione Silva, 2014.

Durante as pesquisas que ocorreram no dia do padroeiro, a autora teve a oportunidade de participar das festividades em homenagem a São Gonçalo, e perceber o sentimento afetivo da comunidade com o santo. Dona Eva conta a sua versão do achamento do santo na comunidade. Para ela, foi o santo, São Gonçalo, que escolheu o lugar para construir a sua casa. Ela relata ainda que as pessoas vão até a igreja dar seu testemunho e levam objetos que representam partes do corpo humano feitos com “cera de abelha” em agradecimento ao santo.

Hoje tá comemorando o dia dele né? Que ele era um santo que realmente escolheu esta terra aqui, este lugarejo pra que pudesse ser a casa dele. Diz que ele apareceu numa árvore de goiabeira como uma criança. E ai eles pegava essa criancinha, levava até Milho Verde, chegou lá colocava ele lá. Quando no outro dia, eles via as pegadas dele no caminho, aquele pezim dele na areia, ele ia lá no pé de goiaba, ele tava lá no pé de goiaba, isso foi várias e várias vezes. Eles levava ele pra Milho Verde e ele voltava prá cá. Até um dia eles resolveram construir uma capela, e colocar esse lá nessa capelinha [...] em cima da goiabeira eles construíram a capela, e com decorrer do ano, eles construíram esta Matriz que hoje é a Matriz de São Gonçalo. E até hoje nós veneramos este santo, como padroeiro, muito milagroso, tem vários milagres, que as pessoas vem com promessas que faz, que recebeu milagre, eles vem contar na Igreja, deixa suas pessoas produz peças de cera, perna, cabeça, coração, braço, trazendo para apresentar aquelas peças do corpo que foi curada em símbolos de cera. (DONA EVA, 2014)

Dona Eva nos conta que a comunidade de São Gonçalo tem um carinho enorme pelo santo e que em momentos difíceis, todos chamam por São Gonçalo, que atende aos pedidos prontamente.

E a gente sente mesmo isso no ar, quando a gente está ai em aflição, dificuldades, passando por problemas difíceis, o santo que a gente grita: Ai meu São Gonçalo,

socorrei! O Socorro vem na hora. Isso é pra quem acredita e tem fé né? Porque quem não tem fé vai ouvir e vai acreditar, Mas isso é real. Eu já recebi muito, eu já fiz pedido e já recebi as graças que ele me concedeu (DONA EVA, 2014).

Segundo Dona Elídia, as famílias eram muito tradicionais e muito religiosas. Quando ela era criança, seus pais levavam seus irmãos e ela às celebrações e não deixavam que elas tirassem os olhos do altar.

Desde pequena, quando mamãe não sabia ler, mas tinha divução com Deus. [...] Papai não sabia lê, mas tinha divução com Deus. Pôs nós tudo, quando era dia de domingo, lavava nosso curpinho, vestia nós nossa roupinha: Vamos minha filha, vamo ver papai do céu? Punha nós na frente, ele e mamãe mais atrás. Quando mamãe entrava e nós entrava, mamãe batia o joelho no chão, quando mamãe estava com joelho no chão nos também tava. Quando mamãe levantava nós também levantava. Tudo o que o padre falava nós prestava atenção. Ô vocês tem que prestar atenção em Deus. Quando vocês entra na Igreja num fica olhando prá trás não, presta atenção lá no altar. Nós ficava diretim olhando só pro altar. (DONA ELÍDIA, 2014)

Em São Gonçalo se comemora anualmente o dia do Padroeiro do distrito em Janeiro, e a tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário, que é celebrada no mês de outubro, com a participação de grupos de congados de Milho Verde e do Serro. A comunidade realiza procissões, levantamento de mastros e missas. Diferente do distrito de Milho Verde, em São Gonçalo do Rio das Pedras não existe nenhum registro de que a comunidade possuía grupos de congado.

Todos os anos também, a comunidade recorda o dia de falecimento do Padre Geraldo Nadir, que morou durante muito tempo na comunidade e que, segundo vários religiosos e devotos, realizou diversos milagres. Ele representa tanto para a comunidade que existe um feriado no dia 17 de julho, em homenagem ao dia de sua morte. Este está sepultado no interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A autora desta pesquisa teve a oportunidade de estar em São Gonçalo no Rio das Pedras nesta data especial e percebeu a grande comoção causada pelo antigo pároco. O dia 17 de julho movimentava o distrito, que recebe muitas pessoas de outras cidades e a comunidade se mobiliza para acolher os visitantes.

Mas ele atribui a milagres. Que eles falam que ele é milagroso, mesmo em vida. Dizem que ele curou pessoas em Materlândia, tem depoimento de pessoas na Igreja, que uma época foi na casa de alguém, ele sempre toma leite com café. Neste dia eles não tinham, tinha só um restinho na vasilha quando foram na cozinha a chaleira tava cheia, para servir para ele leite com café. E ai uma outra fala que um cara tava pele e osso e ele mandou um oleozinho e depois de uma semana carne do corpo se refez. Eles tem como santo em Materlândia. (IZAURA, 2014)

Dona Elídia se emociona ao falar do antigo padre, que era quase um filho para ela. Ela nos contou sobre um período em que o procurou para pedir ajuda em decorrência de uma enfermidade e que ele com a sua fé a curou.

Eu vim aqui que tô sentindo um perrenguiça, não tô aguentando. Ele falou: O que você tem? Você esta rezando? Que você está sentido? Eu falava eu estou sintinu uma canseira aqui nos peito, que tá me amola muito. Aí ele punha a mão assim. E falava pega o Rosário. Dava a gente o rosário. Vai rezando. Ele ficava com a mão na gente e a gente ia rezando rezando. E acabou. (DONA ELÍDIA, 2014).

Podemos perceber por meio do relato de Dona Elídia, que a religiosidade teve grande importância na formação do vilarejo, sendo que diversos povos puderam contribuir com o estabelecimento do cristianismo, com suas crenças, com a fé, com as manifestações religiosas e rituais.

Enfim, as características naturais e culturais, material e imaterialmente expressas no distrito são elementos essenciais na identificação da paisagem cultural. O distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras é um dos mais bem conservados do município de Serro. Com a decadência mineral, a região ficou muito tempo isolada das cidades vizinhas, bem como dos principais centros urbanos. Conseguiu ao longo tempo manter muitas características das vilas setecentistas, possuindo um dos conjuntos arquitetônicos mais preservados da região, incluindo monumentos históricos religiosos e casarões. O distrito mantém o traçado original de pedras, sendo um dos primeiros vilarejos a ter calçamento de pedras. Muitos moradores afirmam que grande parte das ruas possui calçamento de pedra, mas que, no entanto, este se encontraria por baixo da areia que encobre algumas delas.

Ao analisarmos a formação cultural e as formas de assentamentos dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, podemos perceber a forte relação entre homem e o meio natural. Os povos que se estabeleceram na região: índios, portugueses e africanos participaram da construção da paisagem cultural. Sendo que as heranças mais significativas foram os resultados do intercâmbio entre essas culturas que permitiram características peculiares nestas paisagens. A construção da paisagem se faz a partir da contribuição dos processos naturais e sociais inseridos em uma cultura que possui um arsenal de mitos, lembranças e heranças. A presença de negros na região que configuravam a maioria da população foi importante para a formação da identidade local. Esses ao chegaram para o garimpo nesta região, ficaram distante da sua terra ancestral, adotaram o catolicismo,

contribuíram para o sincretismo religioso e introduziram seus rituais, reinventando o catolicismo.

A Recomendação nº R(95)9, “*Sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas*” vê a paisagem como patrimônio cultural, destacando três aspectos: a percepção do território; os testemunhos do passado e do relacionamento entre os indivíduos e seu meio; e as especificidades das culturas locais, práticas, crenças e tradições, ressaltando a presença de valores imateriais e a ação do sujeito na paisagem.

As áreas de paisagem cultural são partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos tem adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças a presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos” Recomendação R(95) 9 (IPHAN, 2004, pag. 332.)⁸⁵

As paisagens de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde fornecem informações importantes acerca das relações que se estabeleceram ao longo do tempo entre o homem e o meio natural, contribuindo para a compreensão da história local.

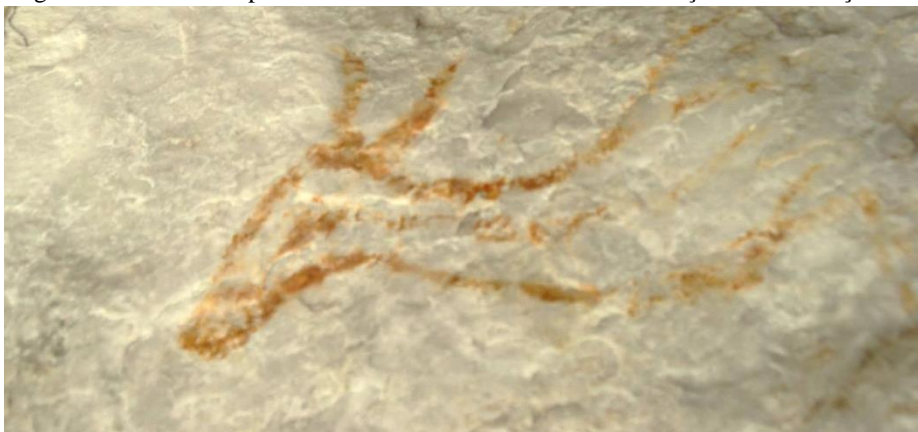
A região pode ser vista como um lugar de memória em função das características históricas e culturais, que tornam Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, lugares únicos, para os quais durante o período colonial, convergiram diversas culturas que tiveram que negociar suas práticas culturais, suas crenças e tradições, resultando deste processo, a formação da identidade local. Exemplifica como ocorreu a relação entre o homem e o meio ambiente, que conseguiu vencer adversidades geográficas e climáticas para sobreviver e se adequar ao meio natural.

Esses vilarejos representam o florescimento cultural das vilas coloniais, o intercâmbio socioeconômico e político proporcionado pela vinda de grupos culturais; representam o embate entre portugueses, negros e índios, o que permitiu o surgimento de uma sociedade singular; representam a importância da influência portuguesa na consolidação da fé e

⁸⁵ Para mais informações: Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266>>. Acesso 07 de out./2014

importância das crenças e tradições de matriz africana que resultaram em um sincretismo religioso; resguardam templos, pontes, monumentos históricos e caminhos e trilhas do caminho do ouro e diamante e outros vestígios que comprovam a evolução das comunidades; mantém vivas as tradições religiosas e culturais; mantém vivos nas comunidades conhecimentos das técnicas de mineração do ouro e dos diamantes e da extração de minério para fabricar o ferro (São Gonçalo do Rio das Pedras); por último a presença de índios é marcada pelas inúmeras pinturas rupestres distribuídas em praticamente toda a região, como por exemplo em Capivari, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Entretanto, a população indígena foi praticamente exterminada e desapareceu da região após o decreto de 1808, quando Dom João VI declarou guerra aos “Botocudos” para abrir uma frente de ocupação (BRAGA, 2006). Sabe-se que os índios deixaram como marcas as primeiras trilhas que, posteriormente, foram seguidas pelos bandeirantes e naturalistas.

Figura 56: Pinturas rupestre nas trilhas da Estrada Real em direção a São Gonçalo



Fonte: Elcione Silva, 2010.

As localidades ilustram ainda a evolução da relação entre o homem e uma natureza pouco fértil, ocorrida em lugar bastante isolado. Além das comunidades se relacionarem de forma harmoniosa com o seu entorno, estão localizadas em umas das regiões mais belas do Estado, com a presença de ecossistemas importantes para a preservação da biodiversidade; seus moradores preservam conhecimento em relação ao uso de plantas da região e ao cuidado com a biodiversidade para a sustentabilidade.

Figura 57: Pessoas da comunidade ainda utilizam o caminho real



Fonte: Elcione Silva, 2010.

Figura 58: Trilha Capivari a São Gonçalo - Serra do Raio



Fonte: Elcione Silva, 2010.

Além da beleza da paisagem, é possível encontrar diversas espécies de fauna e flora. As plantas, especialmente, foram citadas por Auguste de Saint-Hilaire, em sua viagem pela província de Minas Gerais no século XVIII. É possível perceber que algumas pessoas dos distritos possuem um profundo saber sobre os usos das plantas e ervas medicinal. Como o distrito não possuía facilidades de acesso até a cidade de Serro, muitas vezes os moradores recorriam ao uso terapêutico das plantas e ervas. Os moradores se adaptaram ao meio natural, entendendo ao longo dos anos, os perigos que certas plantas poderiam causar e os benefícios que essas trariam por meio do manejo e manipulação correta.

Dentre as várias plantas citadas por Saint-Hilaire e outros viajantes, estão o pé-de-pedestre, muito usada ainda na comunidade para aliviar o cansaço, como calmante, além de outros sintomas de reumatismo. O assa-peixe utilizado para doenças como pneumonia; e o quiabo da lapa, utilizada pelos garimpeiros para não passarem fome no meio da mata, também são exemplos desse traço da cultura local.

Figura 59: Dona Helena (São Gonçalo) e Dona Geralda (Milho Verde) participando do programa “Um pé de quê? – Conhecimento sobre plantas medicinais



Fonte: Documentário um pé de Quê? (2011)

Nesse aspecto, cabe anotar que ocorreram contribuições de moradores adventícios, que, com o apoio dos moradores, começaram a experimentar as plantas da região para fazer remédios e realizar estudos sobre as potencialidades da região. Algumas pessoas do distrito conta que Marcos Guião foi uma das pessoas que incluiu os moradores para o estudo dessas plantas.

Ademil Ribeiro, morador de São Gonçalo na sua participação no programa “Um pé de quê?” no ano de 2011, ressalta que a Pita (*Furcraea foetida*), era usada pelo garimpeiro e às vezes pela comunidade como sabão e a Parreira da Serra (*Euphorbia sp*) como sonífero, calmante e relaxante muscular.

[Pita] Provavelmente o morador que morou aqui antes, como não tinha condições de comprar o sabão, o sabão tinha que chegar na tropa ainda, usava a Pita para fazer a espuma e levava, usava como sabão. [...]

Parreira da serra. [...] a gente usa as folhas secas, põe prá secar na sombra e faz um chá para tomar a noite, depois do cansaço do garimpo durante o dia. [...] Ai você toma como relaxante [muscular]. (ADEMIL RIBEIRO, morador de São Gonçalo, 2011).⁸⁶

Ao compararmos os critérios estabelecidos pela UNESCO para identificação das paisagens culturais, com as características presentes na paisagem dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, podemos perceber que elas atendem a pelo menos quatro critérios que as credenciaríamos como patrimônios da humanidade:

Critério II: “Exibir um intercâmbio importante de valores humanos, ao longo de determinado período ou dentro de uma área cultural do mundo, a respeito de

⁸⁶ Programa “Um pé de Quê?” 2011. Regina Casé. Canal Futura. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aCpVSS_OPpk>. Acesso 05 de janeiro de 2015

desenvolvimentos em arquitetura ou tecnologia, artes, monumentais, urbanismo ou projeto de paisagem”.

Critério IV: “Ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre a(s) fase (s) significante(s) na história humana”.

Critério VI: “Ser associado de modo direto ou tangível com eventos ou tradições vivas, com ideias, ou com crenças, com trabalhos artísticos e literários de significado universal excepcional”.

Critério VII: “Abranger fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética”. (UNESCO, 2013, tradução nossa).⁸⁷

Em relação ao critério II, vimos que os vilarejos surgiram em decorrência da exploração de pedras preciosas durante o período colonial, sendo esse período marcado pelo intercâmbio entre culturas de diversas origens: América, Europa e África que contribuíram para formação cultural dos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e de Milho Verde. Essas contribuições vieram por meio da arquitetura, culinária, agricultura, técnicas de mineração, linguagem e religiosidade; permitindo a formação de um povo e de culturas singulares.

Quanto ao critério IV, podemos perceber a quantidade de monumentos e casarões edificadas a partir do século XVIII, hoje legalmente protegidos e localizados nos dois distritos; bem como as pinturas rupestres espalhadas por toda a região onde estão localizados. Além disso, existem trechos originais da chamada, Estrada Real, por onde passava o ouro e diamante até chegar ao porto do Rio de Janeiro. Em relação ao critério VI, podemos perceber tradições que sobreviveram ao longo do tempo nos distritos, como por exemplo, a língua banto em Milho Verde, as técnicas do garimpo em ambos os distritos, manifestações religiosas como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, grupos de Congado, etc.

E por fim, critério VII, satisfaz o fato da região possuir uma enorme diversidade biológica, contando com a presença de pelo menos dois biomas; Cerrado e Mata Atlântica. Na região ainda nasce o Rio Jequitinhonha, elemento importante no cotidiano dos povos que ali viveram, além de sua forte ligação com o garimpo. Também contribui para este critério as localidades estarem inseridas na Serra do Espinhaço (única cordilheira brasileira), e cercadas ainda por três unidades de conservação ambiental, o que demonstra a excepcionalidade da beleza natural e a importância de se preservar a beleza estética e a biodiversidade local.

Quanto às categorias das paisagens culturais, os elementos observados nos distritos estudados remetem principalmente às *Paisagens evoluídas organicamente*, já que foram construídas por

⁸⁷ Ver mais em: <whc.unesco.org/document/124260>. Disponível em 14 de dez/2014.

grupos sociais, negros, portugueses e índios e que apresentam uma evolução de algum ciclo, social, econômico, administrativo e/ou religioso, se desenvolvendo por meio de uma forte associação do homem com o seu meio natural. Também remetem às *Paisagens culturais associativas*, considerando que tais paisagens têm seu valor em função das associações que são feitas acerca delas, monumentos religiosos, lendas, rituais, crenças presentes nestes lugares.

2.3 Diferentes paisagens: Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras estão distantes um do outro cerca de seis quilômetros. Entretanto, apesar das semelhanças em relação às suas origens e de terem sido considerados como “gêmeos” por Pereira Filho (2006), é possível perceber as diferenças entre as duas localidades, principalmente em relação à organização social e quanto à forma de assentamento.

Antes de abordar características que reforçam as diferenças entre estas duas paisagens, é conveniente ressaltar a importância exercida pela religiosidade no processo de povoamento e urbanização. Tanto em Milho Verde quanto em São Gonçalo do Rio das Pedras, a religiosidade influenciou de forma significativa o processo de urbanização local, o que também contribuiu para a diferenciação entre os distritos. A Coroa Portuguesa havia tomado as rédeas do processo de ocupação das regiões mineradoras e foi por meio das igrejas que ela procurou se impor e “reduzir toda a gente que anda nas minas e povoações”, exercendo controle sobre os arraiais que se multiplicavam. “As capelas [...] faziam-se essenciais à conquista das minas, ora por efetiva piedade religiosa, que era muita: ora por interesses máximos da colonização” (VASCONCELOS, 1960).

Fonseca (2011) reforça que a construção das igrejas ocorria ao lado das lavras e das roças dos habitantes. Existe ainda uma correlação entre o crescimento demográfico-econômico, o surgimento das primeiras capelas e o desenvolvimento da malha eclesiástica. Pode-se deduzir que depois da decadência da exploração mineral, a fundação das capelas foi um dos motivos que fez com que a população ainda se mantivesse ou expandisse nestes arraiais.

A história da organização eclesiástica da capitania confunde-se, pois, com a história da perenização dos estabelecimentos humanos e do seu desenvolvimento. De fato, diversos relatos históricos demonstram que, de modo geral, o momento da

consagração – ou seja, da oficialização – das pequenas capelas construídas pelos habitantes ao lado de suas lavras ou de suas roças coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável. (FONSECA, 2011, 83)

Segundo Fonseca (2011, pág. 84), a religião além de ter exercido um papel importante na catequização dos “gentios”, também pode ser vista como uma “forma de controle social, tanto quanto a justiça temporal e o governo político”.

Em troca de missão evangelizadora, o papa havia concedido à Coroa Portuguesa o privilégio do padroado, segundo o qual o rei, enquanto Grão-Mestre da Ordem de Cristo tinha diversas prerrogativas: apresentar os bispos, escolher os padres das paróquias coladas, autorizar a construção das igrejas, determinar os limites de diocese, receber os dízimos. (FONSECA, 2011, pág. 84)

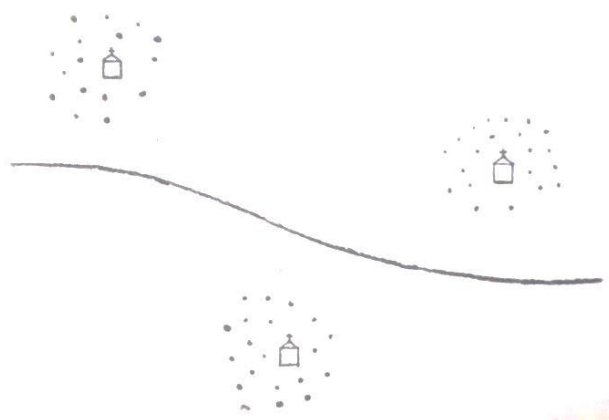
Sylvio de Vasconcellos (1960) ao estudar a arquitetura e formação das vilas coloniais afirma que mesmo com toda precariedade existente, as construções religiosas não sofreram limitações que condicionaram a arquitetura residencial, pois estas eram frutos do esforço coletivo dos fiéis.

Fruto do esforço coletivo, da contribuição de grandes parcelas da população, para as iniciativas religiosas se transferiram toda a tendência à ostentação, ao luxo, ao brilho, toda a manifestação do orgulho social que pudesse existir e que não se tornava possível exprimir individualmente. (VASCONCELLOS, 1960, pág. 83)

Vasconcellos (1960) ressalta que a formação dos arraiais e vilas em Minas Gerais está ligada ao surgimento de espaços abertos ao redor das capelas, os adros, onde eram realizadas as festas religiosas. Estas áreas eram interligadas por meio de caminhos e, “ao longo deste percurso, definiram-se os primeiros lotes, onde foram construídas as habitações e instalado o comércio e com o tempo, uns lugares se enriqueceram e outros empobreceram e os mais ricos transformavam suas capelas em matrizes.” (BESSA, 2011).

Sobre a formação das cidades coloniais mineiras e sua arquitetura, Vasconcellos anota que está dividida em 4 etapas. Na primeira etapa, de 1700 a 1720, ocorre, a formação das povoações, ausência de classes sociais, capelas precárias dedicadas à invocações de santos e um só altar. Geralmente ermidas construídas com estrutura de barro e com cobertura vegetal e raras às vezes telhas de barro. Reúne o povo em suas festas, para “deliberar e alegrar-se”. As técnicas das construções civis também acompanhavam o da construção religiosa, Vasconcellos (1960, pág. 84).

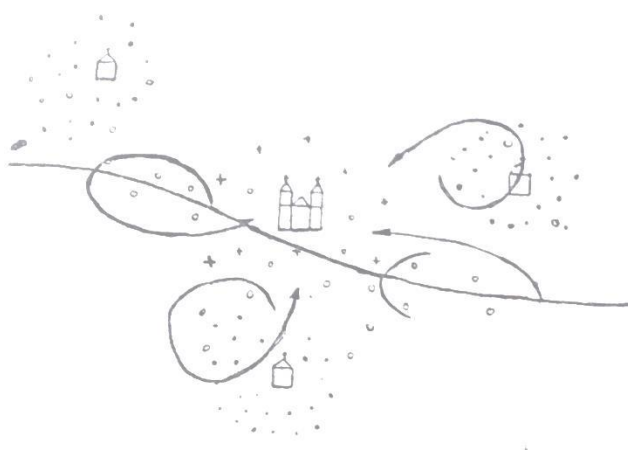
Figura 60: Primeira fase da formação das cidades coloniais mineiras (1700-1720)



Fonte: Vasconcellos (1960)

Na etapa de 1720 a 1750, os assentamentos tornam-se estáveis, com definição de classes sociais distintas. Alguns enriquecem, outros permanecem pobres e aparece algum tipo de comércio. As antigas capelas são melhoradas e o número de população exige uma paróquia provida de vigário próprio e multiplicidade de altares, Vasconcellos (1960). Dentro deste período ainda existiam as construções e capelas cobertas de gramíneas e as paredes de “pausa-pique”. Com a avalanche do ouro, vagarosamente, as construções foram melhorando. Algumas são construídas em alvenaria, com planta bem desenvolvida com quartos separados da sala de visitas e de refeição. (VASCONCELLOS, 1999).

Figura 61: Segunda fase da formação das cidades coloniais mineiras (1700-1720).

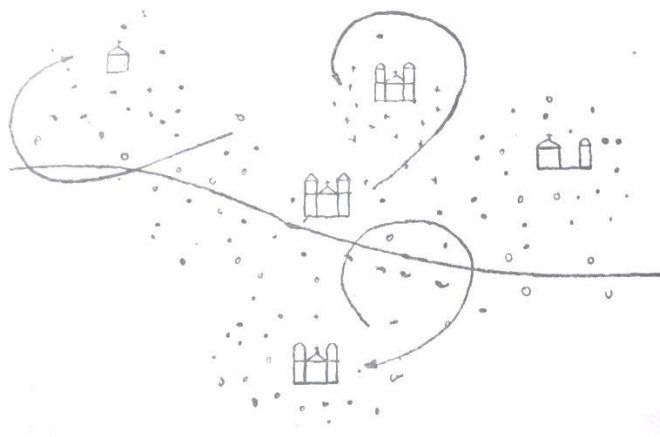


Fonte: Vasconcellos (1960)

Na terceira etapa, entre 1750 a 1800, foram construídas as mais importantes obras arquitetônicas de Minas Gerais. Há uma maturidade das populações; a reconstrução das primitivas capelas; construção de novas; maior diferenciação das capelas erigidas pelas

classes sociais extremas (as mais ricas e as mais pobres); surgimento de capelas construídas por grupos étnicos e decadência do ouro. As construções melhoram, são na maioria de alvenaria. Ocorre a construção de cômodo para algum tipo de “negócio”. (VASCONCELLOS, 1960). As habitações passam a utilizar cimalkas, varandas ao fundo das construções, vidros nas janelas esquadrias e pequenas tentativas de decoração. (VASCONCELLOS, 1999).

Figura 62: Terceira fase da formação das cidades coloniais mineiras (1750-1780).



Fonte: Vasconcellos (1960)

Na última etapa, ocorre a decadência e dissolução da diferenciação social; muitas construções entram em decadência e ficam inacabados; ocorre novo apogeu das matrizes que se tornam novamente o centro da vida social. Entretanto, as habitações melhoram, com construção de segundo pavimento, surgindo a cor nas paredes e outros motivos decorativos, etc. (VASCONCELLOS, 1960).

Figura 63: Última fase da formação das cidades coloniais mineiras (1800 - ?).

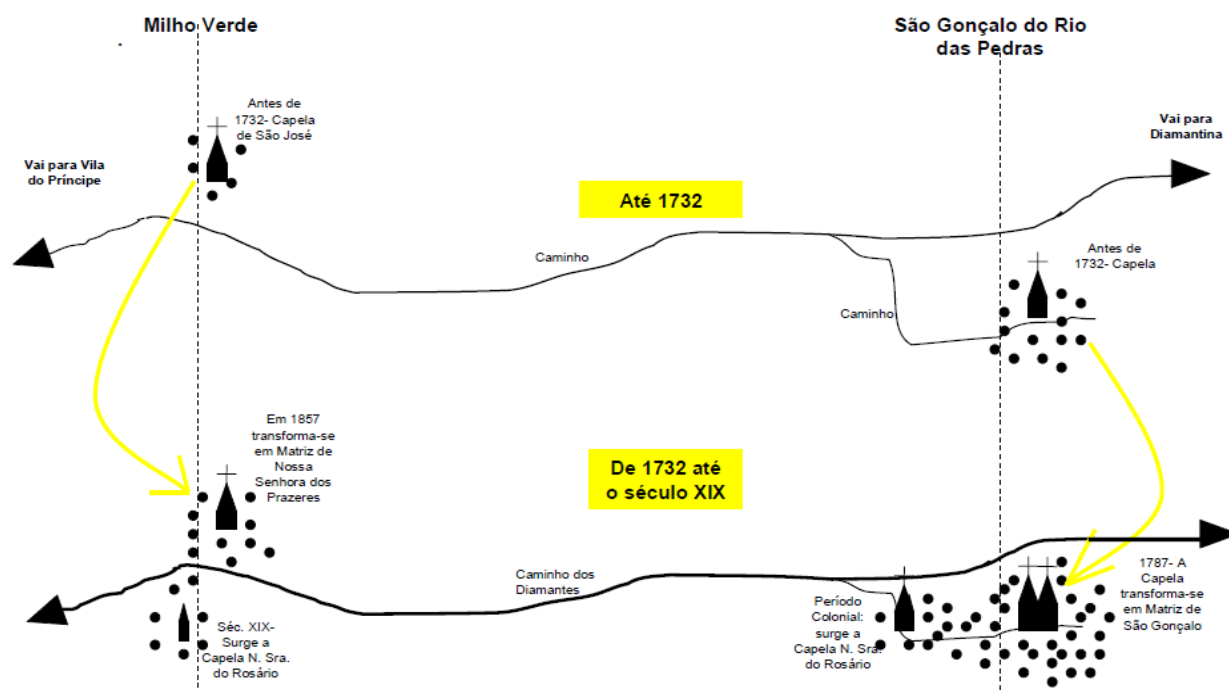


Fonte: Vasconcellos (1960)

O ciclo evolutivo social, tão bem traduzido pelo interesse religioso que, das capelas, passa às igrejas filiais, corresponde perfeitamente ao desenvolvimento material e econômico da Vila. Nasce a povoação dos arraiais isolados que tendem a se agrupar, depois, em um centro constituído por sua praça principal, para, mais tarde, estender-se novamente à periferia. (VASCONCELLOS, 1960, p. 62)

A partir das observações de Vasconcellos, Bessa (2011) faz um esquema que permite compreender como ocorreu a evolução do tecido urbano nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, a partir da instalação de capelas e sua transformação em matrizes.

Figura 64: Formação dos núcleos urbanos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras



Fonte: Bessa, 2011.

Segundo Bessa (2011), Milho Verde nasce como um pequeno aldeamento em torno de uma pequena capela, que existia desde 1732. Essa capela inicial, em 1857, se transformaria na Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres. Já no século XIX, é construída a capela de Nossa Senhora do Rosário e uma nova aglomeração surge ao redor. Esta capela foi construída por grupos étnicos, no caso, moradores descendentes de escravos do povoado do Baú. Também em São Gonçalo, nasce em torno de uma capela já existente, anterior à 1732, várias habitações. Essa capela se eleva à matriz, em 1787, o que demonstra uma maior importância de São Gonçalo em relação à sua vizinha, Milho Verde (BESSA, 2011).

Após a decadência das pedras preciosas e com tentativas de desenvolvimento socioeconômico pelas duas localidades foi possível perceber suas diferenças quanto à organização social. Segundo Arndt (2007), São Gonçalo do Rio das Pedras passou a atrair um capital social estrangeiro que veio para apoiar o desenvolvimento local, enquanto Milho Verde permaneceu com poucas possibilidades de desenvolvimento social. O distrito de São Gonçalo foi um “reduto político liberal ao longo do século XIX, ao contrário do vizinho Milho Verde que, previsivelmente mais reacionário, permaneceu monarquista” (ARNDT, 2007, p.115).

Segundo Bessa (2011), a elite de Milho Verde era conservadora e alinhada às correntes monarquistas da cidade do Serro, diferentemente da elite de São Gonçalo do Rio das Pedras, que era um reduto político liberal.

Para desgosto do supremo manda-chuva do Serro, Cruz Machado, o Visconde do Serro Frio. Até 31 de janeiro de 1869, os conservadores nunca tinham vencido ali, conforme se lê na matéria Força Eleitoral de São Gonçalo, publicada no *O Jequitinhonha* de quatorze de fevereiro de 1869 (ano oito, número 26)”. (SANTIAGO, 2006, pag. 121).

Arndt (2007) ressalta que o declínio da economia de toda a região do norte de Minas serviu para acentuar o poder oligárquico em Milho Verde. Já Bessa (2011) ressalta que em função da concentração das terras nas mãos de um grupo restrito, houve conseqüentemente uma diminuição da produção agrícola na região e devido à fraca possibilidade de desenvolvimento econômico em Milho Verde, muitas pessoas migraram para outras regiões que ofereciam melhores condições de vida.

A atividade de subsistência era possível mesmo à população urbana, graças à configuração dispersa das casas – à maneira de um chacreamento – e que constitui um aspecto distintivo da urbanização da localidade. Cada quintal, com seu pequeno plantio, horta, pomar e criação de animais assegurava, por si só, grande parte das necessidades de alimentação de uma família (ARNDT, 2007, p.111).

Com a população buscando novas alternativas econômicas, muitos emigraram ou se ocuparam com a economia de subsistência. Muitos proprietários de terra se dedicaram à criação de gado, comprometendo a diversidade ecológica na região. Segundo Arndt (2007), a vegetação original de campo de altitude dos arredores de Milho Verde, de rica biodiversidade, foi substituída pela resistente gramínea do gênero *brachiaria*, com vistas à alimentação do gado. Além de não usufruir de condições propícias no solo e clima local, a grama tem contribuído para a eliminação da biodiversidade, e o empobrecimento das condições do solo, tornando

difícil uma posterior recuperação do solo e alterando o meio ecológico local. (ARNDT 2007, pág. 140).

Em relação às diferenças entre Milho Verde e São Gonçalo, em entrevista cedida para o Instituto Milho Verde, citada por Rudá Andrade em sua dissertação, o morador Devanir Amâncio dos Reis (2006) relata:

Do Ausente, tudo é diferente daqui (Baú). A maior parte é geração daqui. Só porque mudô... então já é diferente. Até o modo de tratar já é diferente, né, quer dizer, a gente já vê bem a diferença mesmo. E aqui não, cada lugar é um modo. Quando se chega lá é outro. Já não é mais o mesmo. E as famílias são ligadas. É de geração ligada, mas já tem diferença. Capivarí, já tem uma diferença muito mais cultural. Três Barras, já tem outra diferença. São Gonçalo já tem diferença de Milho Verde. Porque São Gonçalo quer imitar Diamantina (risos). E Milho Verde, não, não tem jeito... Milho Verde quer imitar Serro, mas não tem jeito. Porque Serro é cheio de fazenda, Milho Verde não é cheio de fazenda. Então Milho Verde é um comércio, e Serro quem fala alto é o fazendeiro. E Diamantina o que fala mais alta fala... falava, ainda é o garimpo. (Instituto Milho Verde, 2006)

São Gonçalo do Rio das Pedras historicamente esteve mais ligado ao município de Diamantina, principalmente devido ao período de exploração das pedras preciosas e pela troca de mercadorias. Segundo Santiago (2006), desta forma, o distrito acompanhou também a reação das elites do Tijuco (atual Diamantina) ao declínio da mineração.

Porque o pessoal já vem da tropa, porque o pessoal recolhia quiabo, laranja, o pessoal daqui transportava muita produção até de Diamantina, Serro não comprava nada. [...] O comércio e mercado é Diamantina. A identificação no vender e comprar, você levava vendia e comprava prá trazer. Você levava laranja, banana, quiabo pro pessoal que produzia o vinho de uva, o vinho de marmelo, o vinho de jabuticaba, então levava e vendia e Diamantina e comprava o que precisava trazer pra cá. Eles ia com a tropa carregada e trazia carregada de coisas que aqui não produzia. (DEVANIL CUNHA, morador de São Gonçalo, 2014)

As pesquisas realizadas por Altamiro Bessa (2011) nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo no ano de 2010, sobre o processo de construção das paisagens turísticas de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, permitiram que ele apontasse, em sua tese, as principais razões que geraram as diferenças entre as paisagens, sintetizadas no gráfico a seguir.

Tabela 03 - Principais razões históricas geradoras das diferenças entre as paisagens de Milho Verde e São Gonçalo

Período Histórico	Principais razões	
	Milho Verde	São Gonçalo
Distrito dos Diamantes	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação urbana em elevação de planalto. • Entrepasto de fronteira e sede de quartel. • Posição geográfica privilegiada, a meio caminho de Vila do Príncipe e Tijuco, polarizando o movimento comercial; • Palhoças em torno de uma capela. • Algumas terras férteis produzindo alimentos para o distrito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo de vale, com uma considerável região plana. • Foi sede da Intendência dos Diamantes • Fora da estrada entre Vila do Príncipe e Tijuco; • Um “grupo romântico de casas”. • Poucas terras férteis; • Economia baseada na mineração
Declínio da mineração até meados do século XX	<ul style="list-style-type: none"> • Oligarquia rural: concentração de terras e da atividade comercial nas mãos de poucos senhores; • Ligada ao Serro; • Poder político conservador, monarquista; • Pecuária extensiva e agricultura de subsistência substituem produção agrícola e mineração; • Ocupação urbana à maneira de chacreamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais ligado a Diamantina; • Predomínio dos liberais na política • Converte-se em centro comercial local; • Desenvolvimento de pequena indústria vinícola, artesanato e fabricação de doces; • Casas com quintais, largos e espaços livres bem cuidados, patrimônio arquitetônico e paisagístico preservado.
Meados do século XX – Final do século XX	<ul style="list-style-type: none"> • Emigração da população. • Agricultura de subsistência; • Expansão da pecuária para áreas ambientalmente frágeis; • Primeiros turistas: perfil mais alternativo; em busca da natureza, não requeriam maiores infraestruturas; • Turismo fortemente sazonal . 	<ul style="list-style-type: none"> • Intelectuais descobrem a localidade nos anos 1960; • Primeiros turistas buscavam o patrimônio cultural e a tranquilidade do local; • Com o apoio do alemão Martin Kuhne inicia o processo de organização comunitária;

Fonte: Bessa (2011)

Bessa (2011) ainda levanta em sua tese, algumas diferenças percebidas entre as paisagens dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras.

Tabela 04 - Principais diferenças da paisagem

Milho Verde	São Gonçalo do Rio das Pedras
Mais rural	Mais urbana
Pequeno núcleo familiar	Dispersão da elite local em um maior número de células familiares urbanas
Articulação mais informal e clandestina; presença de núcleos quilombolas como satélites	Articulação mais formal e institucionalizada
Histórico político conservador	Histórico político liberal
Menor densidade urbana	Maior densidade urbana
Maior permissividade no espaço urbano	Coletividade impõe aspectos de conduta locais ao novo morador e ao turista
Disponível e atrativa a um número maior de turistas	Disponível e atrativa a um número menor de turistas
Disponível e atrativa a um maior número de novos moradores	Disponível e atrativa a um número menor de novos moradores
Menor articulação da comunidade ante impactos do turismo	Maior articulação da comunidade ante impactos do turismo

Fonte: Bessa (2011)

2.3.1 Organização local

Talvez em função do isolamento dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo em relação aos principais centros urbanos que surgiram no século XX, como Belo Horizonte, ambos conseguiram preservar grande parte do casario e da diversidade ecológica. Percebe-se que o distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras não sofreu grandes mudanças nos últimos cento e cinquenta anos em relação ao seu conjunto arquitetônico. E foi por causa destes atributos que, segundo Santiago (2006, p. 115) o distrito passou a atrair, em meados de 1960, um restrito e seletivo grupo de intelectuais e turistas estrangeiros como o alemão Martin Kuhne [já falecido] e a suíça Anna Kuhne, que decidiram se estabelecer de vez no distrito.

Ainda segundo moradores da comunidade, na década de 1980, Martin e Anna Kuhne, sua ex-esposa, com apoio de outros intelectuais e moradores de São Gonçalo, iniciaram um processo de organização comunitária e empoderamento da comunidade local. Como Martin era professor, mantinha contato com diversas organizações estrangeiras, contando com recursos e apoio externos, principalmente de organizações não-governamentais, como a alemã Amntena, e a partir daí foram se mobilizando para melhorar as condições de vida da comunidade.

Eles que tiveram essa questão do associativismo e depois que veio outros grupos, Fundo Cristão para Criança, que fez reuniões e a associação Clube de Mães, depois Martin se desvinculou um pouco do Sempre Viva e idealizou a FUNIVALE. Mas esta questão do associativismo foi em 1984/1985, começou ai porque até então não tinha nada aqui. Teve um período de muita fome, no período de 1960 1970, 78. Período que o pessoal foi embora para São Paulo e aqui ficou um deserto. A mão de

obra foi São Paulo procurar trabalho [...] (IZAURA, moradora de São Gonçalo, 2014).

Aos poucos, as condições de vida em São Gonçalo foram melhorando, passando a população a contar com um posto de saúde, abastecimento de água proveniente de poço artesiano e com a construção da escola local, que, à princípio, contava com apenas as quatro séries iniciais do ensino fundamental, e hoje contempla até o ensino médio.

A primeira ONG de São Gonçalo foi a Associação Cultural e Comunitária de São Gonçalo do Rio das Pedras - Sempre Viva, idealizada por Martín, fundada no ano de 1985 por moradores e amigos da localidade. Sua sede foi construída numa área ampla, com cômodos espaçosos, onde funciona o telecentro, correios, acesso à internet e onde se realizam reuniões da comunidade e eventos culturais como o Festival de Férias de São Gonçalo realizado no mês de janeiro. Neste espaço também se localizam uma loja de artesanato e uma tapeçaria produzida pela própria comunidade.

Outra das lideranças locais é a Associação Clube das Mães, fundada no ano de 1986, com o objetivo de apoiar a maternidade e a infância, mas que desenvolve também outras ações nas redondezas de São Gonçalo. Em entrevista realizada no ano de 2012, a educadora social, Luciana, conta que a missão da associação é:

[...] contribuir com o desenvolvimento social, com bem estar, com qualidade de vida, a gente não trabalha somente aqui na comunidade de São Gonçalo do Rio das Pedras, mas na região também, são quinze comunidades, todo trabalho que a associação faz é estar empoderando as famílias para que elas consigam buscar seus direitos sociais. Em relação à atividade turística a gente tem os cursos de artesanato, tem em Boa Vista de Lages apoio ao grupo de mulheres Flor do Cerrado, tem na comunidade de Boa Vista de Lages que envolve artesanato de capim e bordados que isso aí contribui para o desenvolvimento da comunidade, geração de renda e consequentemente o público que compra esses produtos são os turistas. (LUCIANA, 2012)⁸⁸

A Associação Pró-Fundação Universitária do Vale do Jequitinhonha (FUNIVALE) foi fundada em 28 de fevereiro de 1989, idealizada também por Martín, tendo como um dos principais objetivos promover meios de criação de uma Universidade livre, experimental e comunitária no Vale do Jequitinhonha, que contribuísse para as discussões acerca das necessidades ambientais, sociais, educacionais, culturais de toda a região do Vale do Jequitinhonha. Esta Universidade teria sua sede em São Gonçalo do Rio das Pedras.

⁸⁸ Entrevista realizada em São Gonçalo na sede da Associação Clube das Mães, ano 2012.

Além da Associação de desenvolvimento comunitária Sempre Viva, Associação clube de mães e a FUNIVALI, consideradas as mais influentes na localidade, em São Gonçalo existe ainda a Associação São Vicente de Paula, fundada em prol da banda de música local, que atende jovens da comunidade.

Izaura, moradora de São Gonçalo e participante da Associação de Desenvolvimento Comunitária Sempre Viva, revela a importância que o associativismo trouxe para a paisagem local, mas alerta que ainda é necessário apoio externo e de outras pessoas para projetos para a comunidade.

As pessoas conseguem agora se posicionar. Ainda precisa mesmo de ajuda, de buscar fora, chamar padrinhos, a gente não tem esse conhecimento, mas a gente sabe que eles existem e a gente vai atrás de alguém que sabe. O povo aqui é outro povo depois de associativismo, do trabalho comunitário. Lógico que continua aquela questão interiorana, de desconfiança, da falta de conhecimento. Temos escola, meios de comunicação são bons, jornal se você quiser compra no Serro, antes não tinha isso. (IZAURA, 2014)

Sobre a contribuição das pessoas que vem de outras regiões para morar no distrito, outro morador (não identificado) revela que ainda há uma resistência local. A seu ver as maiores contribuições para a comunidade ocorreram até há uns dez anos atrás e os atuais “adventícios” querem ter um estilo de vida alternativo proporcionado pela região. Segundo seu ponto de vista, explorando seus recursos e parecendo não querer incluir os moradores dentro das ações que desenvolvem. Às vezes, não se divulgam os projetos, o que revela que ainda uma falta de maior integração no distrito entre os nativos e adventícios.

Ainda tem uma resistência das pessoas da comunidade e da pessoa que vem para morar. As contribuições mais visíveis foram de 10 anos atrás. As de hoje que vem morar são pessoas assim, com uma filosofia diferente, uma alternativa diferente, bem diferente de 5 anos atrás. Pessoas que ainda não tá tão interagida na comunidade, que tentam. Por exemplo, o pessoal da Capoeira eles tentaram, eles foram para o centro comunitário, o pessoal da espageria, que tá aí fazendo remédio, de certa forma, a gente às vezes fica com o pé meio atrás, porque a gente tá achando que quer um pouco de conhecimento que a gente tem, da questão cultural de remédios essas coisas, mas não tem uma divulgação, na verdade a gente não conhece muito essas pessoas que vieram morar. [...] Mas a comunidade em si usa mais os serviços do que participa. [...] É diferente, a questão financeira que tem hoje a gente não via [...]. Por exemplo, escola Laica [Waldorf] que tem Milho Verde, mas acaba que por aqui tem gente que vai, é uma escola diferenciada. Vai ter aula em Milho Verde, mas ano que vem vai ter aqui. (morador (a) de São Gonçalo, 2014)

Alguns moradores desconfiam que a Escola Waldorf⁸⁹, particular, que provavelmente terá sua unidade em São Gonçalo, está sendo implantada para atender aos interesses dos adventícios que não querem seus filhos estudando nas escolas públicas dos vilarejos. O que poderia criar uma segregação entre as crianças nativas e as que vêm outras cidades para morar no distrito.

Um(a) morador(a), que não quis se identificar, ressalta ainda que o público que ultimamente vem a São Gonçalo para morar se assemelha ao público que anos atrás se estabeleceu em Milho Verde, com o movimento hippie na década de 1970. Alguns ficam temporariamente no vilarejo, desenvolvem projetos sem envolvimento da comunidade e depois vão embora; outros vendem artesanatos pelas ruas e sobrevivem do que conseguem vender.

Aproveita a questão da calma do lugar ser bacana. Os poucos que eu conheço hoje estão buscando projetos para conseguir sobreviver. É o que eu vejo. Tem os passageiros, de dois a três anos atrás pra cá, a questão *hippie*, por exemplo, que tinha em Milho Verde agora está tendo aqui. Eles são passageiro eles ficam um ano, final de ano sai, vão embora, mas aí eles estão ali para trabalhar, têm envolvimento comunitário. [...] Quem fixou moradia, possui uma filosofia de vida diferenciada, mas em cima de uma filosofia de vida, eles estão buscando um meio de sobrevivência de vida. Aproveita o que a comunidade tem, mas sem o envolvimento da comunidade. (morador(a) de São Gonçalo, 2014)

No distrito vizinho, Milho Verde, a fundação de ONGs ocorreu posteriormente a São Gonçalo. A possibilidade de angariar recursos para os projetos comunitários foi um dos motivos para a criação das associações, assim como ocorreu em São Gonçalo do Rio das Pedras. A primeira ONG fundada em Milho Verde foi a Associação Cultural e Comunitária de Moradores de Milho Verde criada no ano de 2004. Tem como objetivo desenvolver ações e projetos buscando melhorias na qualidade de vida da comunidade local. Outra ONG influente no distrito, a Associação Cultural e Comunitária do Catopé e da Marujada de Milho Verde e Adjacências, criada em 2004, é composta por moradores da comunidade e adjacências, membros dos grupos de congado, que com apoio de outras associações locais, desenvolve projetos para a valorização da cultura local, como ações nos grupos de congado, festas de Nossa Senhora do Rosário e ações para valorização da cultura vissungueira.

Já o Instituto Milho Verde foi fundado em 14 de novembro de 2004, com base em atividades realizadas desde 2000, por turistas que visitavam Milho Verde e sentiram a necessidade de

⁸⁹ Pedagogia Waldorf foi introduzida e criada por Rudolf Steiner em 1919, em Estugarda, Alemanha, tem como base o conceito de que o desenvolvimento de cada ser humano é diferente entre si. Baseia-se nas teorias da Antroposofia que é um método de conhecimento que aborda o ser humano em seus níveis físico, vital, anímico e espiritual, e mostra como essas naturezas, absolutamente distintas entre si, atuam em constante inter-relação.

contribuir de alguma forma para o desenvolvimento do distrito. A partir daí fundou-se o Instituto com o objetivo de apoio comunitário, com propostas e ações para preservação ambiental e valorização da cultura e projetos sociais. Essa ONG também esteve envolvida com a criação da “Pharmacinha Comunitária de Plantas Medicinais” que valoriza os saberes dos moradores locais. A partir da criação dessas instituições não governamentais, a comunidade passou a participar das discussões, a reivindicar projetos que a beneficiassem e buscar meios para o desenvolvimento do distrito.

Entretanto, nota-se que em São Gonçalo as organizações se encontram mais estabelecidas e mais preocupadas com os interesses de seus moradores, como, por exemplo, durante as obras de pavimentação asfáltica, quando a comunidade pediu uma Audiência Pública para esclarecimento sobre o tipo de pavimentação que seria feita. Em Milho Verde, com exceção do Instituto Milho Verde, que se encontrava engajado em diversas ações voltadas para a valorização da cultura e preservação ambiental e outros grupos individuais, poucos se preocuparam com o processo. Nota-se que a comunidade participa de forma desarticulada das discussões que envolvem seus interesses coletivos e não é tão proativa como a comunidade de São Gonçalo, que se preocupa com ações que possam interferir de forma coletiva na comunidade, buscando meios para resolver os problemas.

Outro fator, que também se apresenta de forma distinta nos dois distritos e que interfere na paisagem local, é o turismo, tema que será abordado no próximo item. Enquanto nos anos 1980, São Gonçalo começou a atrair um grupo seletivo de turistas com poder aquisitivo maior e que respeitava as restrições impostas pela comunidade, Milho Verde entre 1970 e 1980, atraiu uma quantidade maior de turistas, mas que não contribuía economicamente para o lugar e que não respeitavam o modo de vida da comunidade, o que era agravado pela ausência do poder público local para organizar o desenvolvimento do turismo na região e também pela desorganização comunitária.

3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E PERFIL DO TURISTA

Nesse capítulo abordaremos o turismo de base comunitária, modalidade que oportuniza aos moradores serem auto gestores da atividade turística, agregando fatores importantes presentes nos distritos como, modo de vida rural; patrimônio edificado; saberes, sabores e fazeres; heranças culturais, conhecimento popular; singularidade da culinária; festas e outras manifestações culturais e religiosas, grupos culturais, aspectos naturais; dentre outros. Serão apresentados ainda dados da pesquisa de demanda turística, realizada entre os meses de novembro de 2014 e janeiro de 2015 nos dois distritos, que nos mostra o perfil dos visitantes recebidos por cada um dos distritos. O turismo também terá espaço nas discussões referentes à construção e gestão da paisagem cultural, considerando que este pode tanto apoiar a valorização da paisagem cultural, quanto impactar negativamente um determinado território. Nesta ocasião será discutida ainda a organização comunitária para desenvolvimento dessa atividade.

3.1 Turismo de Base Comunitária

O turismo de base comunitária (TBC) é um conceito novo que vem sendo introduzido no Brasil e que tem sido discutido como forma de beneficiar a comunidade local, econômica e socialmente, permitindo o seu protagonismo e maior interação entre turistas e comunidade local para uma experiência mutuamente enriquecedora. Mesmo tendo sido desenvolvido há mais tempo em algumas regiões do país, como é o caso do povoado de Capivarí, em Serro/MG e o vilarejo de Cuiabá em Gouveia/MG, essa modalidade só passou a ser reconhecida pelo Ministério do Turismo em 2008.

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando a apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008).

O turismo de base comunitária é entendido como aquele que ocorre em lugares com características rurais, em que as tradições e cultura das comunidades são relativamente originais. Este turismo também agrega fatores importantes como a arte, o modo de vida rural, o patrimônio edificado, a memória enriquecida pelos saberes, sabores e fazeres, as heranças

culturais, o conhecimento popular, a singularidade da culinária, músicas, danças, grupos culturais, as festas e outras manifestações culturais e religiosas, aspectos naturais e tudo que seja autêntico na comunidade.

O TBC também se diferencia do turismo convencional por possuir um modelo de gestão que incentiva a autonomia da comunidade na formulação de planos estratégicos para o desenvolvimento do turismo de forma participativa, considerando ainda a sustentabilidade social, cultural, ambiental. Portanto, o desenvolvimento do turismo se baseia na autogestão e de ações de mobilização e organização da sociedade civil, cooperativismo, valorização da cultural local e protagonismo das comunidades, visando a apropriação dos benefícios advindos da atividade turística.

Dentro de uma perspectiva semelhante à do turismo de base comunitária, que é a de valorizar a cultura local e incentivar o protagonismo da comunidade e a autogestão do turismo, surgiram algumas iniciativas e programas em Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, como o Programa Turismo Solidário:

O Turismo Solidário consiste em uma modalidade de Turismo, onde o turista irá conhecer as potencialidades regionais escondidas nas dificuldades sociais e econômicas. Consiste em despertar no turista um sentimento humanista, para ajudar diretamente no desenvolvimento. (TURSOL, 2008).

O Programa Turismo Solidário, criado no ano de 2005, é uma iniciativa do Governo de Minas, elaborado pela Secretaria de Estado Extraordinária – SEDVAN com apoio do Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE/MG). É uma modalidade que tem o objetivo de promover um turismo em comunidades com baixos índices de desenvolvimento humano, levando através do turista solidário, ações que possam contribuir para o bem estar das comunidades, ao mesmo tempo, em que este turista tem a oportunidade de conhecer os atrativos culturais e naturais da região. Dentro desta proposta os moradores são preparados pelo programa para receber os turistas em suas próprias casas e, em troca, recebem diversos apoios voluntários voltados para saúde, lazer, educação promovendo uma relação de cooperação mútua entre as partes.

Segundo Cleide Greco (2015), que foi articuladora do IDENE na região onde estão localizadas as comunidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, as discussões sobre o turismo de base comunitária ocorreram em 2004, posteriormente à criação do conceito

de turismo solidário. Segundo ela, o projeto se iniciou com reuniões com moradores da comunidade, cursos de capacitação e elaboração de roteiros e produtos turísticos com a participação comunitária. O Turismo Solidário havia se tornado uma alternativa apropriada à realidade socioeconômica de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Cleide Greco conta ainda que o prazo de execução do programa Turismo Solidário teve seu fim e que as prefeituras municipais e as próprias comunidades ficaram incumbidas de dar continuidade à proposta. Atualmente Milho Verde não faz parte do Programa e São Gonçalo possui apenas um domicílio.

O programa Turismo Solidário não será foco deste trabalho, pois a autora acredita que ele deva ser tratado de forma mais aprofundada em outra pesquisa. Entretanto, cabe ressaltar as ações e iniciativas de entidades que enxergaram nestas localidades uma capacidade de autogestão e de economia solidária, fatores essenciais também para o Turismo de Base Comunitária. No próximo item serão apresentados alguns programas e ações que surgiram depois da institucionalização do turismo local. Para se entender o tipo de turismo nos distritos é necessário contextualizar as políticas públicas para o turismo, a ação do poder público em ordenar a atividade nas localidades e ações estratégicas dos órgãos de desenvolvimento do turismo estadual e federal.

3.2 Contextualização do turismo local: Sistema Municipal de Turismo e Programas para o turismo na região

Como vimos, a região em estudo se destaca pelo seu patrimônio cultural e natural, presente tanto na sede (Serro) quanto nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras e povoados vizinhos. Apesar de receberem um número significativo de turistas, as ações para o desenvolvimento do turismo de forma organizada somente teve início nos anos 1990, com a criação da Secretaria de Educação, Turismo e Lazer, segundo a Lei Orgânica do Município de Serro/90. Portanto, com ausência de uma pasta que tratasse exclusivamente do turismo, a implantação da atividade na região, ficou bastante comprometida e desorganizada, o que dificultou uma maior consciência turística dos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde, que nesta época, já recebiam um número significativo de turistas.

O planejamento e ações mais pontuais para desenvolvimento do turismo no Serro, assim como em outros municípios brasileiros somente se iniciou com a criação do Programa

Nacional de Municipalização que compunha as diretrizes da Política Nacional de Turismo, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse foi um dos principais programas, criado através da portaria n. 130, de 30 de março de 1994, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), sendo a Empresa Brasileira do Turismo (EMBRATUR) o órgão responsável por sua execução.

No Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), implementado no Brasil no período de 1994 a 2001, procurou-se introduzir uma metodologia diferenciada de planejamento do turismo, com enfoque participativo, utilizando a fusão da técnica Metaplan⁹⁰ e do método ZOPP, ambos criados na Alemanha nas décadas de 1970 e 1980, respectivamente, pela Agência Governamental Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), (BRUSADIN, 2005). Com o PNMT, houve uma transferência de responsabilidade da gestão turística e os municípios também passaram a ser fundamentais para motivar o turismo e implantá-lo em regiões que já possuíssem vocação para a atividade turística. No PNMT a comunicação foi indicada como elemento estratégico fundamental no processo de planejamento para determinar a participação de todos os envolvidos na questão: a comunidade, os turistas, o poder privado e outras organizações. Neste período, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) se destacou como uma das diretrizes do Plano Nacional de Turismo e se mostrou importante para a estruturação dos destinos turísticos principalmente em relação à infraestrutura.

Tal programa foi desenvolvido a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no começo da década de 1990, com o objetivo de se identificar as atividades econômicas que apresentariam vantagens competitivas caso fossem desenvolvidas na região Nordeste. A partir destes estudos, identificou-se o turismo como uma oportunidade para a região Nordeste, devido aos recursos cênicos e culturais significativos, além de mão-de-obra em abundância e com custos relativamente baixos. O PRODETUR foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas.

⁹⁰ É uma técnica destinada a promover o envolvimento das pessoas nas discussões, esclarecer dúvidas, gerenciar conflitos e levar um grupo a alcançar, de forma consistente, os objetivos propostos para discussão. Considerada por muitos como um método, é fundamental para o processo de moderação de reuniões, de grupos de trabalho, de oficinas de planejamento, monitoria e avaliação. Disponível em: <http://eficiencialtda.com.br/gallery/tecnica_metaplan.pdf> . Acesso 12 de novembro 2014

A área de abrangência do PRODETUR/NE compreende os nove estados nordestinos, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo. A primeira fase do PRODETUR/NE foi iniciada em 1994⁹¹. O PRODETUR/NE conta com recursos externos, provenientes principalmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BIRD) e tornou-se o programa através do qual o governo conseguiu desenvolver ações de ordenamento e de alavancagem do desenvolvimento turístico no território. Grande parte desses recursos foi destinada à implantação de infraestrutura básica (transporte, saneamento, energia, instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços) para regiões que possuíam vocação para a atividade turística (BENI, 2006).

Para o PRODETUR/NE I, ao mesmo tempo em que se comemorou sua contribuição para melhoria de infraestrutura para a região do Nordeste (saneamento básico, aeroportos, urbanização, centro de convenções, recuperação do patrimônio histórico), a instituição também teve que reconhecer a ocorrência de impactos socioambientais negativos ligados direta e indiretamente às intervenções realizadas. Após o estudo de impactos, ocorreu a elaboração da segunda fase do programa de forma a dar prioridade à reparação dos impactos negativos resultantes da primeira fase do Programa e à não repetição de tais impactos em sua segunda fase, por meio da incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável, (PRODETUR, 2012).

Dentre os fatores que constaram como ações e preocupações do PRODETUR-NE I podem ser citadas: a definição das áreas a serem beneficiadas pelas ações do Programa, com base nos polos que possuíam vocação para o turismo; realização de planejamento participativo, integrado e sustentável para o desenvolvimento do turismo; foco em ações visando o benefício da população local e seu desenvolvimento humano e social e o fortalecimento da gestão municipal. Estes fatores também foram utilizados para estruturação do PRODETUR/NE II, estabelecendo que todos os investimentos fossem inseridos em um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) que foi elaborado para cada polo turístico, com prioridade nas ações de reparação dos passivos ambientais relacionados à primeira fase do PRODETUR/NE.

⁹¹ PRODETUR. Disponível em

<<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>> Acesso 27 de mar. 2012

O PRODETUR II realizou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS/ Polo Jequitinhonha, que foi referência norteadora para o desenvolvimento do turismo nos polos de um modo geral. Em uma de suas proposições como plano de ação do PDITS para desenvolvimento do turismo na Estrada Real neste polo, aparece a necessidade de se fazer a pavimentação poliédrica dos trechos Serro, Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Diamantina e Extração. Coube ao Departamento de Estradas e Rodagens a responsabilidade pela obra. O processo de pavimentação será abordado ao longo da pesquisa.

Apesar da iniciativa para o desenvolvimento do turismo durante o período Fernando Henrique Cardoso e da criação de programas até hoje em vigor como o PRODETUR II, o desenvolvimento estratégico da atividade turística no Brasil teve seus maiores avanços adquiridos com a criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, no Governo do Luiz Inácio da Silva. O Mtur continua atuante nos dias de hoje, tendo como atribuições: o desenvolvimento da política nacional do turismo; promoção e divulgação do turismo, no país e no exterior; estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo ao turismo; o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo.

Uma das ações subsequentes à criação do MTur, foi a elaboração do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, que tem como diretriz a política de regionalização do turismo. A partir daí, o turismo começa a se organizar por meio de um Ministério próprio da área, que estabeleceu diretrizes e políticas públicas voltadas para a regulamentação da atividade no país, de forma que tanto os Estados como os municípios se tornassem responsáveis pela sua operacionalização e execução. A política de regionalização,

Fortalece a ideia do turismo como fator de desenvolvimento e é fundada não só no discurso, mas na prática, na descentralização. Descentralização no sentido de que a EMBRATUR deixa de ser legisladora e executora do turismo. Ela não é mais executora. Na verdade, agora o governo federal vai atuar, a execução da atividade turística passa para outras esferas governamentais de estados e municípios, e incorpora a iniciativa privada. Esse é o marco desta política do turismo e o papel do governo federal é deferido, como coordenador e indutor das atividades. (BECKER, 2002, pag. 187).

Com a criação do Ministério de Turismo, cria-se uma pasta própria com estrutura e orçamentos específicos, não dependendo de outros setores e ministérios para o desenvolvimento do turismo no país. Instituída a nova estrutura, foi criada a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo que desenvolveu o Programa de Regionalização do Turismo

que, segundo Beni (2006) foi uma das propostas, concomitante às outras ações do MTur, que mais surtiu efeitos positivos para a estrutura institucional correta e apta para planejar o espaço turístico nacional com diretrizes norteadoras e estruturantes.

No âmbito estadual, e seguindo as diretrizes da Política Nacional de Turismo, o governo de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Turismo, implementou a Política de Regionalização do Turismo, em que se define regiões turísticas mineiras, a fim de estabelecer um desenvolvimento regional integrado.

Aqui cabe anotar que a Secretaria de Estado de Turismo em Minas Gerais somente foi criada em 1999, pela lei 13.341, sendo de sua competência o desenvolvimento do turismo em conjunto com a Empresa Mineira de Turismo (TURMINAS) e a Companhia Mineira de Promoções (PROMINAS), (MARTONI; VARAJÃO, 2009, p.62). Desde então período, a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR/MG) vem criando programas e políticas públicas com o intuito de promover o desenvolvimento integrado do turismo no Estado, buscando conciliá-los aos macro programas existentes em nível federal. Dentre elas podemos citar a criação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI, lançado em 2003 que é um Plano Estratégico para o Estado de Minas Gerais e que tem como principais objetivos: promover e apoiar a comercialização de destinos turísticos no Brasil e no exterior; desenvolver o marketing de produtos turísticos; promover estudos e estatísticas do turismo; promover a regionalização do turismo; capacitar e qualificar a rede de serviços turísticos; estruturar e promover a Estrada Real; estruturar o turismo; potencializar o turismo de negócios e eventos em Minas Gerais nos âmbitos nacional e internacional⁹².

A Secretaria de Estado de Turismo conta com um Sistema Mineiro de Gestão, conjugada com outras instâncias de governança de forma a promover a descentralização política. Entre elas se destacam as Associações de Circuitos Turísticos, o Conselho Estadual de Turismo (CET) e a Federação dos Circuitos Turísticos Mineiros (FECITUR). Dessa forma possibilitaram ainda que os municípios e regiões turísticas buscassem melhorias para ampliar sua competitividade no setor turístico e fortalecimento da segmentação de mercado.

⁹² Plano Mineiro de desenvolvimento Integrado. Disponível em:
<<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/sistema-mineiro-de-gestao>> Acesso em 21 de mar. 2012

As Associações dos Circuitos Turísticos foram implantadas no ano de 2003 como parte da política de regionalização e eram consideradas pelo Governo do Estado como instâncias de governança e braço de execução da política pública do turismo em todas as regiões de Minas Gerais. Tais circuitos reuniam participantes do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada e contando com ações de sensibilização, mobilização, elaboração de plano estratégico de desenvolvimento, roteirização, promoção do destino turístico, além de sinalização turística, rodoviária, cursos de capacitação e de melhorias do serviço turístico. A região abordada nesta dissertação está inserida na área de abrangência da Associação Circuito Turístico dos Diamantes (Circuito dos Diamantes), que será tratada posteriormente.

Outra ação positiva criada pela Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais foi a implantação do ICMS Turístico, no ano de 2008, que atua como motivador no ordenamento das ações voltadas para o desenvolvimento da atividade turística para os municípios que investem na implementação responsável do turismo de forma a garantir que os recursos gerados pelo ICMS possam ser reinvestidos nos destinos turísticos. Dentre os requisitos exigidos pelo Estado para pleitear recursos do ICMS Turístico, o município deve obrigatoriamente possuir um Sistema Municipal de Turismo (Secretaria Oficial de Turismo, Fórum Municipal de Turismo, Conselho Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Turismo), uma política de turismo já definida e Plano municipal de desenvolvimento para o turismo, considerados instrumentos básicos para o desenvolvimento do setor.

Quanto ao ICMS Turístico, a cidade de Serro somente conseguiu a habitação para receber os recursos no ano de 2013. Os programas e ações promovidas pela Secretaria de Estado de Turismo, via Ministério do Turismo, trouxeram melhorias em relação à organização da gestão pública para desenvolver a atividade turística. As exigências para pleitear os recursos do ICMS Turístico tornaram-se fator importante para que os municípios adequassem a sua gestão por meio de políticas públicas que tratassem o turismo a partir do seu planejamento.

Atualmente, o município de Serro possui como órgão oficial integrante do Sistema Municipal de Turismo, a Secretaria de turismo, cultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável em uma única pasta (SECTUMA). Houve avanços em relação aos processos participativos para as discussões relativas ao turismo na região, como a criação do Fundo Municipal de Turismo, da política municipal de turismo, do Conselho municipal de turismo (COMTUR), de caráter deliberativo e que permite em sua composição a participação de representantes dos

empresários de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde. Apesar de notarmos alguns avanços, existe ainda pouca mobilização dos empresários dos distritos a participarem de forma mais efetiva nas decisões que envolvem o turismo local:

O que eu percebo é que o morador mesmo, eles não se envolvem muita na parte turística, principalmente no Conselho, de onde de fato, eles deveriam estar mais presentes. A gente vê que quem participa e tem interesse de fato são empresários, são pessoas que não são nascidos no município ou na cidade, que estão lá pra empreender, trabalhar o turismo e participa. O [empresário] morador mesmo a gente não vê quase que nenhum envolvimento. (RÔMULO COSTA, 2014)⁹³

Em relação à gestão do turismo local, apresenta-se como grande dificuldade da SECTUMA, a integração do *trade* turístico local, tanto na sede quanto nos distritos; o incentivo à competitividade, qualidade dos serviços prestados, qualificação de mão de obra, além do ordenamento da atividade turística nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras que durante anos fizeram sua própria gestão sem muitas intervenções do órgão competente e sem atentar às legislações vigentes.

Há uma barreira, uma separação entre as pessoas que vem de fora e investem e moradores. Você percebe este bairrismo, donos de pousadas e restaurantes que não são de Serro, se comunica entre si, e os moradores de Milho Verde que às vezes possuem alguma coisa voltado pro turismo, pousada, restaurantes.. Enfim, eles não se interagem. Existe uma falta de interação entre os moradores de distritos e empresários e comerciantes que vão lá investir. (RÔMULO COSTA, 2015)⁹⁴

Tivemos um público muito grande, [...] mas Milho Verde não se preparou pra isso. Nós fizemos reuniões que antecederam o reveillon, policiamento, mandamos segurança pra lá, só que o que que acontece: faltou água, falta comida. Quanto tempo Milho Verde já trabalha com turismo, quanto tempo Milho Verde não vem se preparando pra isso? Se não começar a preparar, a profissionalizar, se não começar a buscar meios de atender com eficiência esses turistas onde Milho Verde vai parar? (PEDRO FARNESI, 2014)⁹⁵

Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras se beneficiaram diretamente e indiretamente de ações e projetos de desenvolvimento regional; entretanto, ambos sofrem ainda com a falta de infraestrutura básica, como saneamento, telefonia e outros serviços. As ações de promoção e divulgação local realizadas pelas esferas municipal, estadual e federal não foram

⁹³ Entrevista realizada com o presidente do COMTUR, Rômulo, após reunião do COMTUR/Serro, no dia 13 de janeiro.

⁹⁴ Entrevista realizada com o presidente do COMTUR, Rômulo, após reunião do COMTUR/Serro, no dia 13 de janeiro.

⁹⁵ Entrevista com secretária de Turismo, Cultura e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 15 de janeiro de 2015

acompanhadas de ações de estruturação turística destes destinos, que muitas vezes são polarizadas pelo Serro e pela cidade de Diamantina, destino indutor do turismo na região.

Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras estão localizados no Circuito dos Diamantes que reúne dez municípios localizados no Alto Jequitinhonha que possuem identidades e afinidades regionais e que fazem parte da estratégia de regionalização do turismo implantado pela SETUR/MG.

Figura 65- Municípios que compõem o Circuito dos Diamantes



Fonte: Secretaria de Estado de Turismo – 2014 – Adaptado pela autora

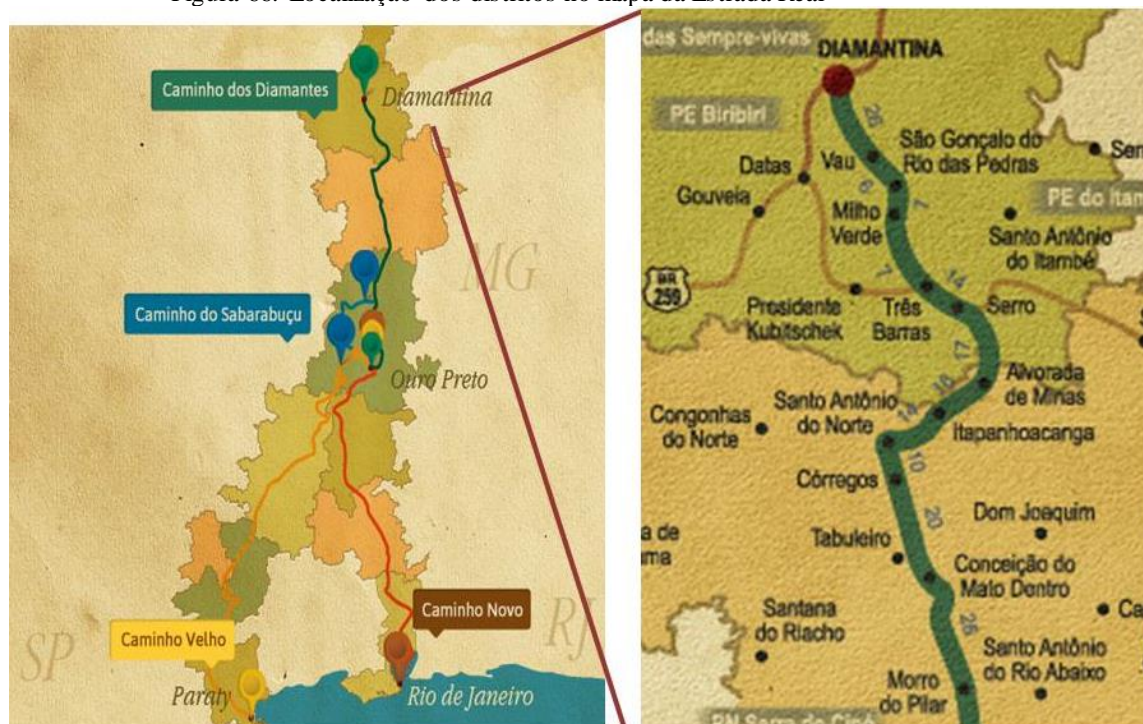
Ambos ainda se encontram localizados na maior rota turística do Brasil, a chamada Estrada Real. São mais de 1630 quilômetros de extensão, englobando os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Esta rota reúne os vários caminhos construídos durante o período colonial, para o transporte das pedras preciosas para o litoral do Rio de Janeiro, e deste, para a metrópole portuguesa. Inicialmente, o caminho (denominado Caminho Velho) ligava a antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, ao porto de Parati, mas pela necessidade de uma via de escoamento mais segura e mais rápida ao porto do Rio de Janeiro, foi aberto um "caminho novo". Com a descoberta das pedras preciosas na região do Serro, a estrada se estendeu até o Arraial do Tijuco (atual Diamantina). Ao longo do caminho, foram sendo fundadas vilas e diversos pontos de parada para os tropeiros, bandeirantes, mineradores e outros viajantes que faziam o percurso da Estrada Real.

A proposta da Estrada Real como um produto turístico surgiu com a criação do Instituto Estrada Real em 1999, integrado ao sistema da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), em forma de lei. Essa lei foi regulamentada pela Assembleia Legislativa/MG em 08/08/2000, e determinou como objetivos do Programa (DECRETO 41.205, art. 3º):

1. Possibilitar o incremento da arrecadação do Estado e dos municípios mineiros;
2. Incentivar o investimento privado no território do Estado;
3. Promover a alteração do perfil de distribuição de renda e elevar o nível de emprego da população do interior do Estado;
4. Promover e divulgar a atividade turística interna e de lazer no Estado;
5. Resgatar, preservar e revitalizar os pontos de atração turística e de lazer já existentes, bem como os sítios arqueológicos, espeleológicos, paleontológicos e as paisagens naturais não exploradas, interligadas pela Estrada Real. (SIAM, 2002).

Conforme colocações do Plano Setorial de Turismo de Minas Gerais: diretrizes, programa e ações 2007/2010, o Instituto Estrada Real, apresentado como sociedade civil sem fins lucrativos, propôs ao Ministério do Turismo a homologação da Estrada Real como a primeira rota cultural brasileira e caminho histórico nacional. Com isso, o Instituto Estrada Real teria como atribuições organizar, fomentar e gerenciar o produto turístico Estrada Real, sendo parceiro, ao integralizar o programa estruturador do Governo do Estado, “e complementar às iniciativas do Instituto Estrada Real (IER) [...] que possui como objetivo a promoção e desenvolvimento dos municípios envolvidos.” (MARTONI; VARAJÃO, 2009, pág. 55).

Figura 66: Localização dos distritos no mapa da Estrada Real



Fonte: <http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real/caminhos>. Acesso 08 de agosto de 2014.
Adaptado pela autora

O Instituto Estrada Real receberia nos anos posteriores, recursos do Ministério do Turismo, para divulgação do programa e demarcação dos caminhos que compõem a rota histórica e cultural.

Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras também foram beneficiados pelas propostas do programa que foram amplamente divulgadas, inclusive para os empresários da região. Implantar um projeto tão arrojado era uma promessa de que se teria uma alternativa para desenvolvimento econômico local. Entretanto, apesar do projeto ter contribuído para a divulgação dos atrativos dos municípios componentes da Rota da Estrada Real, transformando-os em produtos turísticos e incrementando os pacotes das agências de viagens e turismo, o Instituto Estrada Real não conseguiu atingir suas metas, já que o programa focou na demarcação dos trechos e no marketing, deixando em segundo plano, ações como projetos estruturadores dos destinos turísticos que não foram concluídos. Tal fato tem gerado a falta de credibilidade do programa, considerando que as ações de estruturação do destino adquiriram maior importância no passar dos anos e que em lugares, como por exemplo, nos distritos abordados nesta dissertação, era preciso sanar falhas estruturais antes de atrair um fluxo turístico mais intenso para a região, que sequer possuía condições de acesso e saneamento básico.

Quando apareceu a discussão sobre o asfaltamento do trecho da Estrada Real entre Serro a Diamantina, surgiram vários questionamentos a respeito da viabilidade da obra e do seu impacto na proposta da Estrada Real, que era manter os caminhos originais, para incentivar as caminhadas, viagens de bicicletas pelos trechos, muitos deles não pavimentados. A princípio, a ideia de se preservar um trecho turístico não pavimentado e importante para o ciclo do ouro, confrontava com as necessidades dos moradores dos distritos localizados entre Serro e Diamantina (Vau, São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde, Capivari, dentre outros) de usufruírem de serviços básicos como acesso à saúde, ensino superior, serviços bancários e outros serviços e equipamentos, dada a precária infraestrutura existente.

A estrada muito ruim e com certeza com o asfalto isso vai favorecer demais. Vamos ter um transporte melhor, uma das coisas também são os estudantes que pelo fato de ser tão distante. Os que fazem faculdade diariamente na universidade federal que tem que morar lá, isso aumenta o gasto, muito gasto e se fosse o asfalto poderia ir todo dia porque poderia locar um ônibus e fazer o transporte de todo mundo e ia favorecer para os cursos de qualificação do SENAC, as gestantes não teriam tanta necessidade de ficar lá quinze dias uma semana na cidade, poderia sair daqui quase na véspera do nascimento da criança. Eu vejo muito impacto positivo nesse sentido,

além de aumentar o fluxo no turismo, que é aí que a gente vê um lado positivo. (LUCIANA, moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2012)

Grande parte dos nativos, que sofreu anos com o isolamento, passou a reivindicar melhorias de acesso; entretanto houve um movimento, liderado, principalmente por moradores adventícios - que já possuíam uma experiência de situações similares em outras localidades em que a facilidade de acesso promoveu um turismo de massa - e que interferiram nas decisões comunitárias. Esses defendiam que além de trazer um maior fluxo turístico para a região que não possuía infraestrutura básica, poderia trazer um turismo de massa e que o calçamento asfáltico em si desconsideraria a paisagem local.

A população não está preparada. Eles começam a questionar quando você vira e fala assim: Você já pensou que não vai ter mais as vacas e os bois soltos na rua? Você já pensou que não vai poder mais deixar o seu filho de cinco (05) anos ir para escola sozinho? Prá creche sozinho? Você já pensou que vai perigoso você andar de bicicleta? Você já pensou que não vai ter lugar para você ir a pé daqui (São Gonçalo) até a Milho Verde, porque não vai ter mais estrada prá você ir a pé. Aí eles começam a pensar. Mas eles acham que tudo isso vai valer a pena porque o progresso é a estrada de asfalto chegando. (moradora adventícia de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2012)

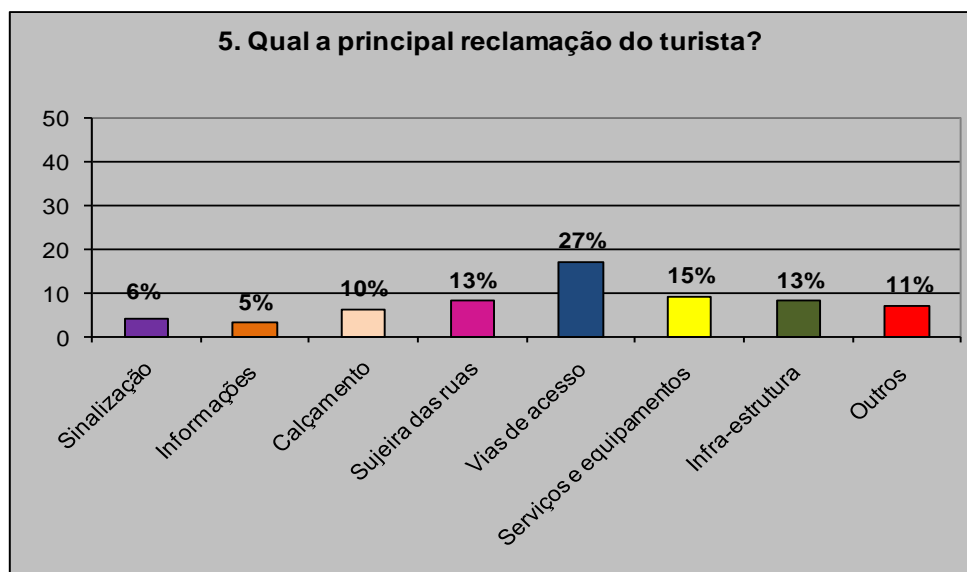
Em entrevista realizada no ano de 2012, Martin Kuhne um dos responsáveis pelo associativismo local e pelo desenvolvimento do turismo em São Gonçalo, entende que ao se fazer uma estrada modernizada como a que estava sendo realizada na região, se “desrespeitava os símbolos históricos, o sofrimento das pessoas que construíram a paisagem e o caráter de aldeia” que Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras tinham antes do turismo atual.

[...] esse tal de progresso é o maior atraso [...] Porque atualmente este grande patrimônio que ainda se junta com todas essas histórias acerca da experiência do garimpo na região, com o sofrimento dos escravos que foram “importados”, sofridamente pela tal da Estrada Real, está sistematicamente e sem respeito por aquilo que ela representava, destruída. Não considero que se pode falar com direito que o trecho Serro – Milho Verde até agora feito seja uma Estrada Real modernizada, ela foi simplesmente destruída, se pode dizer sobre esse trecho da estrada moderna, ainda não acabada e tecnicamente muito mal feita que se trata da Estrada Real. Por este traçado passava a Estrada Real, ela está acabando, está com grandes impactos sobre a população porque em Milho Verde já se percebe, no meu entender, a destruição do caráter de aldeia, de comunidade, que transformou em uma aldeia de passagem, as pessoas não vêm como antigamente chegando a Milho Verde e São Gonçalo, aliviados de ter passado por essa antiga estrada com seus buracos, etc., mas tomando uma cervejinha, se acalmando, perguntando onde podem ficar, agora as pessoas chegam, passam e vão embora ou voltam. (MARTIN, 2012)

A localização e dificuldades de acesso que antes se mostraram como aliadas para a preservação do casario e das manifestações culturais nos distritos, passaram a ser vistas como

um empecilho para o desenvolvimento da região. Segundo pesquisas realizadas pela Divisão de turismo da SECTUMA entre os dias 05 e 26 de agosto de 2009, e aplicadas aos comerciantes dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, as principais reclamações dos turistas estavam relacionadas às vias de acesso (27%), seguida de falta de serviços e equipamentos (15%) e infraestrutura (13%).

Gráfico 01 – Principal reclamação do turista

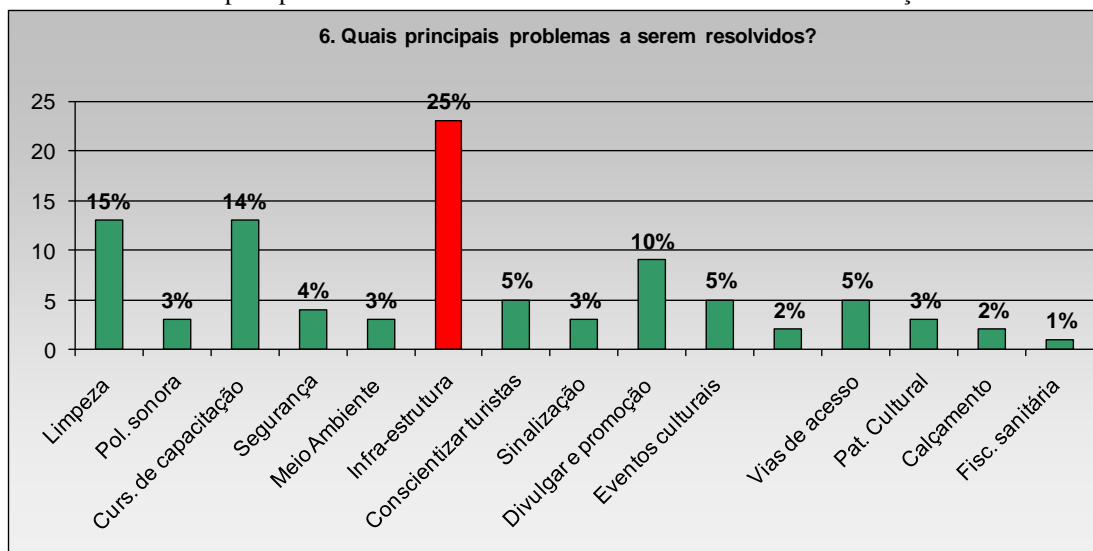


Fonte: SECTUMA/2009

As más condições das estradas ainda irritavam os turistas, que diversas vezes se deparavam com incidentes no trecho. É importante reforçar que o acesso aos destinos turísticos é parte integrante da infraestrutura do núcleo receptor e que, levando em considerações custos e tempo disponível do turista para viagens, as condições de acesso influenciam na sua decisão, por mais motivacional que seja o destino.

Vale ressaltar que o trecho além de não pavimentado, não possuía uma sinalização eficiente e também não contava com serviços de apoio ao turista tais como, pronto socorro, oficinas mecânicas, postos de gasolinas, reboque, telefonia etc. De acordo ainda com a pesquisa, os empresários apontavam a infraestrutura como uns dos principais problemas a serem resolvidos na região pelo poder público, seguido dos serviços de limpeza e cursos de capacitação para o turismo.

Gráfico 02: Principais problemas a serem resolvidos em Milho Verde e São Gonçalo



Fonte: SECTUMA/2009

É importante lembrar que apesar da pesquisa ter sido realizada antes do processo de asfaltamento do trecho entre Serro a Milho Verde, os problemas com a infraestrutura local ainda continuam. Em alguns períodos do ano, principalmente quando aumenta o número de turistas durante fins de semana e feriados prolongados, os serviços de abastecimento de água e luz ficam comprometidos.

As duas comunidades tem todos os tipos de problemas estruturais. Nós temos o problema das estradas antes do calçamento, que era de terra e com uma conservação precária da parte das duas prefeituras. Tanto o da estrada que liga São Gonçalo a Diamantina, quanto a que liga São Gonçalo a Serro. Nós temos problema por falta de uma boa distribuição de água, de captação de água, de esgoto, de limpeza urbana, de manutenção urbana, de sinalização, tanto nas estradas quanto a partir da conservação dos atrativos. (MÁRCIA BARBOSA, moradora adventícia e empresária de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2012)⁹⁶

Chega dez pessoas em Milho Verde, a luz pisca pisca, apaga, toma banho no frio, televisão liga, daí a pouco a televisão apaga, muito fraca a rede, 110, muito fraca e muita coisa ligada, e água é um trem terrível. Veio uma tal de Copanor pra aqui que foi uma negação, sabe? Furou as ruas todas, e fez encanamento tudo errado, fez três registros, uma rede de casa tem água e as outras não tem, enquanto numa outra tem, a outra não tem. Água aqui [Milho Verde] tá muito a desejar, e também a luz. Porque chega turista e não tem luz. Não tem rede de esgoto. Falaram que iam fazer e não fizeram. (DONA OLÍMPIA, moradora de Milho Verde, 2014).

O serviço de telefonia ainda é precário, sendo que a única operadora que funciona na região é a OI, além de redes fixas domiciliares e públicas. Em relação ao acesso à saúde, a Prefeitura

⁹⁶ Entrevista realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras no ano de 2012.

do Serro instalou um posto de saúde familiar em Milho Verde e São Gonçalo; entretanto em casos mais urgentes e graves, os moradores e visitantes devem recorrer ao Hospital de Serro, localizado a 26 km.

Depois de várias reuniões, licitações demoradas e trâmites burocráticos para liberação de licença ambiental, o processo de asfaltamento do trecho entre Serro a Milho Verde enfim teve início no ano de 2010. Em atendimento às solicitações da comunidade, historicamente excluídas dos centros urbanos, o Programa de Desenvolvimento do Turismo II (PRODETUR) destinou cerca de R\$ 21 milhões de reais para a obra de pavimentação entre Serro a Milho Verde, sendo o DER o órgão executor. O trecho que compreende a Estrada Real totaliza aproximadamente 68 quilômetros, ligando Diamantina, São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde e Serro.

O trecho entre Serro e o distrito de Milho Verde, que totaliza 26 quilômetros, já se encontra pavimentado, sendo necessária somente a concretização de uma sinalização eficaz neste trecho e um plano de ações, voltado para a manutenção da sinalização turística e do calçamento que deverá ser feito pelo Departamento de Estrada e Rodagens (DER). A segunda fase deste projeto prevê a pavimentação do restante do trecho, entre Milho Verde e Diamantina, (42 km), ainda se encontra paralisada devido à não liberação da licença ambiental, já que a região possui remanescentes da Mata Atlântica e o processo de pavimentação asfáltica da primeira etapa mostrou-se bastante falho quanto às ações que valorizassem o trecho turístico e a paisagem local.

Segundo Ângelo Rezende (2012), gerente de financiamento do PRODETUR, o asfalto traria muitas melhorias para a comunidade de Milho Verde e São Gonçalo; entretanto para atingir o objetivo do PRODETUR, que era de melhorar a qualidade de vida da população, seriam necessárias outras ações nas comunidades para o desenvolvimento do turismo, por meio de qualificação dos empresários, ações de educação patrimonial e ambiental, que a instituição não conseguiu executar por falta de recursos financeiros.

A estrada sem dúvida nenhuma vai facilitar o acesso. A expectativa é que aumente o fluxo turístico. O movimento de Milho Verde foi um negócio louco, mas a comunidade tem que se estruturar melhor, os serviços para o turista tem que melhorar, bar restaurante e pousadas, parece que a gente tá tendo notícias de investimentos em novas pousadas, tanto em Milho Verde como em São Gonçalo, como Milho Verde está perto de São Gonçalo, o acesso continua fácil pra quem vem

do Serro, o movimento nestas duas cidades aumentou, agora nas comunidades nós fizemos este plano de capacitação profissional, só que não tem recursos financeiros para implementar o plano. Iríamos trabalhar a conscientização do que ela deve fazer para receber o turista, serviços melhores, qualidade, preços. Inauguração do centro de atendimento ao turista no Vau, mas não conseguiram trabalhar com a comunidade para ela trabalhar direito, a gestão da Vila Real, seria da gestão de Diamantina, entretanto ela se afastou e a comunidade ficou perdida lá. (ÂNGELO REZENDE, 2012)

No capítulo 4, “Gestão da Paisagem Cultural”, será abordado mais profundamente o processo de asfaltamento deste trecho da Estrada Real; como este vem influenciando a paisagem cultural e como as comunidades e órgãos de proteção têm agido para a proteção destas paisagens.

3.3 O Turismo em Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras

Neste item será abordado o desenvolvimento da atividade turística em cada um dos distritos e como as comunidades e o poder público local reagiram ao crescimento do fluxo do turismo, que vem aumentando devido à facilidade de acesso aos dois distritos.

Arndt (2007) anota que após a decadência da exploração de pedras preciosas, Milho Verde e São Gonçalo tiveram que buscar novas alternativas de desenvolvimento. As comunidades focaram na agricultura de subsistência, na criação de gado e na colheita de sempre-vivas, flores utilizadas no artesanato e que passaram a ser à base da economia local durante quase todo o século XX (ARNDT, 2007). Porém, no final do século, o turismo começou a surgir nos distritos.

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo são destinos já reconhecidos no Estado de Minas Gerais. Recebem visitantes e turistas de várias regiões de Minas Gerais e de outros estados brasileiros, que são atraídos pela beleza paisagística e pelas belas cachoeiras, além da existência de patrimônio edificado relativamente preservado, que marcam a memória do lugar. Outros fatores que merecem ser destacados nesses dois distritos são a receptividade dos seus moradores e o modo de vida. Quem visita Milho Verde e São Gonçalo tem a oportunidade de trocar experiências com os moradores, que detêm saberes relacionados à cultura e origem dos vilarejos, modo de fazer e saber, histórias sobre o garimpo e o modo de vida local.

Milho Verde e São Gonçalo são povoados pequenos, possuindo juntos cerca de 2.700 habitantes. Com a decadência das pedras preciosas na região, coube aos moradores das localidades buscarem novas alternativas econômicas. Além da agricultura e artesanato, o turismo atualmente representa uma fonte importante para o desenvolvimento comunitário. O turismo teve início de diferentes formas nos dois vilarejos; em Milho Verde, o turismo esteve muito ligado ao movimento *hippie* e em São Gonçalo, à vinda de turistas estrangeiros, que apoiaram o desenvolvimento, o associativismo e cooperativismo local. Cada comunidade teve um comportamento distinto em relação ao turismo; entretanto, ambas possuem características que são almejadas pelo turismo de base comunitária, como, por exemplo, um ambiente rural, beleza natural, memória social, manifestações culturais e culinária peculiar.

São as comunidades que eu tenho mais contato, e a característica rural, uma característica de serrado, muitas pedras, vegetação do serrado, cachoeira, tem muitos atrativos naturais, não só o atrativo como a beleza, o cenário é o conjunto de atrativos que atrai o turista. (moradora adventícia de Milho Verde, 2012)

O fascinante da paisagem é esse caráter como Spix e Martin nos seus livros estão dizendo da região, com todo o seu cenário lindíssimo, surpreendente, com a riqueza de vegetação, que é muito interessante para o conhecedor. (MARTIN KUHNE, São Gonçalo do Rio das Pedras, 2012)

Você vê a exuberância da natureza, tem o aspecto cultural e histórico da própria comunidade que está inserida na Estrada Real. O atrativo muito grande desta região é a conservação dos hábitos e costumes que estão se perdendo hoje, tipo a hospitalidade, a calma a tranquilidade, a boa conversa. Outra característica fundamental na vida de São Gonçalo também é a preservação da arte da culinária, há uma manutenção de utilização de produtos característicos da região na cozinha e de receitas antigas e toda esta tradição. Isto é muito atraente para o turista. (MÁRCIA BARBOSA, empresária de São Gonçalo, 2012)

Em relação à infraestrutura local, Milho Verde possui cerca de 6 pousadas que atendem pelo menos 256 pessoas, 13 restaurantes com capacidade para 328 pessoas. Já São Gonçalo do Rio das Pedras, possui 8 pousadas que atendem 130 pessoas e 6 restaurantes, que atendem 220 pessoas, segundos dados da UFVJM (2013).

Segundo alguns moradores da comunidade, o turismo começou em Milho Verde no fim dos anos 1970 e se intensificou a partir de 1980, quando Milton Nascimento inseriu a foto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário na capa de seu disco *Caçador de mim*, de 1981. A partir daí, o turismo começou de repente e a comunidade foi surpreendida pela novidade de receber turistas, sem estar preparada para a atividade. Houve o aumento de turistas que eram atraídos pela beleza natural e pela sensação de liberdade que o distrito proporcionava. A maioria dos

visitantes que chegavam ao distrito eram adeptos ao movimento *hippie*⁹⁷ que surgiu no Brasil nos anos 1960, e que devido às características “transgressoras” do movimento em relação aos padrões capitalistas, se apresentavam como um público libertário que abandonava o conforto de seu lar para buscar outros padrões de comportamento e de vida. Neste período o distrito começou a vivenciar a entrada e o consumo de drogas ilícitas sem nenhuma repressão.

A partir daí, surgiram os problemas com a demanda turística, acontecendo um aumento do fluxo desordenado de visitantes, que, alinhada à falta de planejamento e ausência do poder público local, foi se agravando e fugindo do controle dos moradores locais. Junto com o aumento de turistas, problemas ligados ao consumo de tóxicos foram se intensificando. No princípio, este movimento turístico fez com os moradores locais vendessem suas casas e se mudassem para o povoado de Capivari, em busca de sossego (SANTIAGO, 2006, p.114).

Em sua tese, Altamiro Bessa (2011) relata como era o turismo nesse período por meio de entrevistas com moradores da comunidade.

Os primeiros turistas que começaram a chegar eram “bicho grilo”, queriam só fumar maconha e ficar no Lajeado e nas cachoeiras. Dormiam em qualquer lugar: no camping, nos quartos das casas de família, nas cachoeiras. Muita gente ficou com medo deles e foi embora daqui. Com o tempo, aqui foi ficando famoso. Daí em diante, isto daqui foi só enchendo de turista. (morador de Milho Verde, 2010)⁹⁸.

Nos últimos 08 anos, notou-se uma maior atenção do poder público, especificamente da SECTUMA, para aumentar ações que coibissem o uso de drogas no distrito e que colocassem um pouco de ordem em relação à poluição sonora (carros de som). Assim, hoje em dia, em eventos locais é constante a presença da Polícia Militar, que, no entanto, pouco intimida a ação dos fornecedores e usuários de drogas ilícitas. A SECTUMA também desenvolveu com o apoio da comunidade, o Código de Posturas, no ano de 2013, que estabelece medidas para a proibição de som automotivo nas localidades em feriados prolongados.

⁹⁷ O movimento hippie, fez parte do contexto de manifestações juvenis do pós Segunda Guerra Mundial que a imprensa e a academia abordam se referindo ao conceito de contracultura da década de 1960. O termo “contracultura” foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menor intensidade e repercussão, na América Latina. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do ocidente. Contracultura é a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. No sentido universitário do termo é uma anticultura (PEREIRA, 1984, pag. 13).

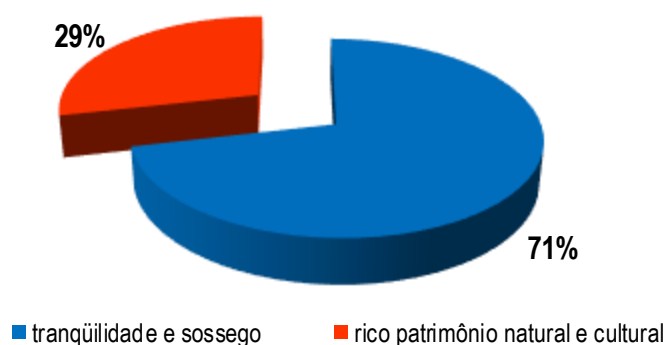
⁹⁸ Morador não identificado. Pesquisa realizada por Altamiro Bessa, 2011.

Os moradores de Milho Verde passaram também a se preocupar mais com a forma como os turistas se comportavam no distrito e desenvolveu, juntamente com lideranças locais, algumas ações de conscientização dos turistas sobre a proibição do uso de roupas de banho pelas ruas, considerando a proximidade das cachoeiras, bem como sobre o cuidado com a preservação da limpeza dos atrativos turísticos.

Em pesquisa realizada pela autora, no ano de 2012, nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo, com aproximadamente 73,5% dos empresários locais, esses apontaram quais seriam as principais características que a comunidade possui e que atrairiam o turista.

Os entrevistados de São Gonçalo deram destaque à sensação de tranquilidade e sossego que a região proporciona. É interessante perceber que, em segundo lugar aparecem os valores ligados ao patrimônio natural e cultural.

Gráfico 03 – Principais características de São Gonçalo



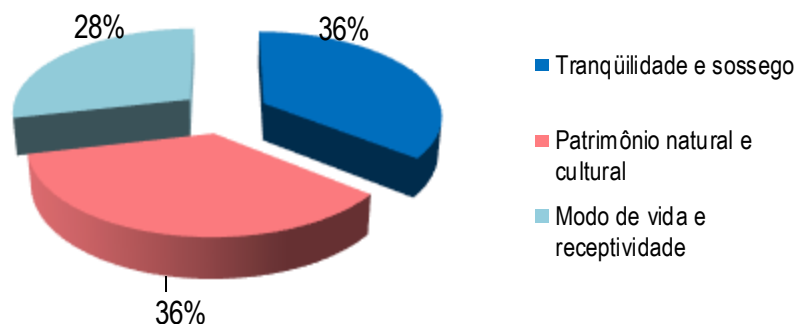
Fonte: Elcione Silva, 2012.

Principalmente a tranquilidade, sossego. E no mais a característica é tudo, os atrativos, o povo. (JOVELINA, moradora de São Gonçalo, 2014)

O que gosto de apreciar mesmo é a natureza. Graças a Deus, até este momento estamos nos sentindo privilegiados. Mesmo ainda com bastante desmatamento que houve, tanta negligência do homem, eles abusaram muito, destruiu muito. Mas mesmo assim, de uns 05 anos prá cá. Tudo está se repondo, já melhorou bastante. (DONA EVA, São Gonçalo, 2014)

Já para os entrevistados de Milho Verde, a tranquilidade e sossego e o patrimônio cultural e natural possuem a mesma importância em relação às principais características da região, sendo, portanto o que motiva a visitação turística. O modo de vida da comunidade também aparece bem lembrado pelos entrevistados.

Gráfico 04 – Principais características de Milho Verde



Fonte: Elcione Silva, 2012.

A hospitalidade. Temos um diferencial em receber [...] Você chega na casa das pessoas, as portas estão abertas, as janelas estão abertas, te conhecendo ou não eles te chamam pra entrar. Apesar de que tem particularidades diferentes. Tem situação cultural diferenciada [...] São comunidades diferentes. (PEDRO FARNESI, 2015)⁹⁹

Paisagem, o recebimento que eles quando chegam são bem recebidos, o tratamento e a paisagem que eles embelezam, principalmente pelas cachoeiras. (DONA OLÍMPIA, Milho Verde, 2012)

A primeira coisa é como as pessoas recebem o pessoal, e segundo pelas belezas, pelas cachoeiras, pelos atrativos que tem na comunidade. (DONA GERALDA, MV, 2012)

Hoje, o turismo é considerado uma grande força econômica, graças às múltiplas atividades às quais está relacionado. Sendo de suma importância, a participação ativa da população local tanto no seu planejamento quanto na sua implantação, para alcançar um desenvolvimento sustentável. Entretanto, em Milho Verde, o turismo ocorreu de forma desorganizada: os frequentadores acampavam nas ruas e deixavam poucos recursos na comunidade. Em consequência disso, ocorreu ainda um ressentimento local, resultante do choque de culturas e transformações dos valores e condutas morais.

Sabemos que as interações do turista com as comunidades receptoras geralmente provocam modificações mútuas. No caso da comunidade, se tem a perspectiva de obter ganho econômico no contato com o visitante, porém ocorrem experiências de cunho social e cultural. Já o turista, fora de seu ambiente natural, se sente libertado e passa a se comportar de maneiras diferentes do seu dia a dia. Assim, muitas vezes pode ocorrer um choque cultural quando os visitantes vão a lugares que possuem costumes diferentes do seu estilo de vida. (DIAS; AGUIAR, 2002 pág. 144)

⁹⁹ Entrevista realizada na Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Serro.

A falta de ações de planejamento do turismo em Milho Verde e de uma autogestão focada na implementação do turismo sustentável causou graves conflitos entre turistas e comunidades. Braga (2006) anota que, além disso, houve conflitos da comunidade com adventícios que permitiam por parte dos turistas comportamentos que os nativos discriminavam.

Até então, usar biquínis e sungas pelas ruas e permanecer com estes trajes nos estabelecimentos era considerado impróprio para a maioria dos moradores. O comportamento liberalista em relação aos turistas foi acentuado com a abertura de bares por forasteiros. A atitude [...] começou a ser adotada pelos demais bares e restaurantes de nativos [...] Ainda hoje são visíveis as diferenças de comportamento dos comerciantes locais com seus estabelecimentos simples e os forasteiros, com dinheiro e novos valores. (BRAGA, 2006, pág. 60).

Segundo Beni (2006), o principal benefício gerado pela atividade turística está relacionado aos aspectos econômicos como a criação de empregos diretos e indiretos. Além disso, a atividade turística influencia na circulação e recirculação das despesas do turista. E nesta entrada contínua de divisas, o turismo provoca efeitos significativos na economia local.

Como podemos perceber, Milho Verde e São Gonçalo tiveram diferentes trajetórias na implantação do turismo: enquanto a comunidade de Milho Verde abria mão de seus costumes e valores para se adaptar ao novo tipo de turista, os moradores de São Gonçalo começaram a repreender aqueles desrespeitavam seus costumes desde o seu início. As diferentes formas de organização e de postura que as comunidades tiveram em relação ao turismo, contribuíram para criar uma diferenciação da demanda turística atual.

Neuza Coelho, moradora de São Gonçalo, conta que com a vinda do alemão Martin Kuhne e a suíça Anna Kuhne, a comunidade teve uma maior consciência turística e se preparou para a atividade. Martin conheceu o distrito na década de 1980. Nesta ocasião ele era professor no Rio de Janeiro e visitou São Gonçalo com uma turma de 23 alunos e algumas pessoas da comunidade germânica, como parte de uma excursão entre a Serra do Cipó e Diamantina. No ano seguinte, retornou para a comunidade com sua esposa e filho. Acamparam no Largo Antônio Félix e de acordo com Santiago (2006), uma pessoa chegou até eles e disse: “Vocês, estrangeiros, estão sempre passando aqui, mas não ficam no lugar”. Martin retrucou que, se lhe fosse dada a oportunidade, ele sim, se estabeleceria ali. Por sua vez o morador disse: “Pois estou vendendo aquela casa ali”. Daí o morador deu o preço e Martin aceitou a oferta.

Martin e sua família se mudaram para São Gonçalo, transformando o casarão em uma colônia de férias. Passou a trazer outros amigos dentre eles, alemães, outros brasileiros e franceses, que se empenhavam em conseguir benefícios para São Gonçalo. O casarão é hoje a Pousada Refúgio dos 5 amigos localizada no Largo Antônio Félix, ao lado da Igreja Matriz de São Gonçalo, atualmente administrada por Anna Kuhne, sua ex esposa. A presença de Martin e Ana contribuiu, de certa forma, para o início de uma consciência turística e de organização comunitária de São Gonçalo. Foram responsáveis pela implantação da Pousada Refúgio dos 5 amigos no ano de 1983 e desta forma, e com apoio da comunidade iniciaram uma melhor organização do turismo.

Neuza Coelho conta ainda que quando jovem, participava de um grupo de jovens que trabalhava ao mesmo tempo, a conscientização do turista e da comunidade. Explicando para a comunidade que o turismo era importante e cobrando dos turistas comportamentos que a comunidade esperava deles.

A comunidade organizou-se para o turismo no início dele, nós fizemos movimentos com a comunidade, a questão da preservação da cultura. Na época tínhamos um grupo de jovens. Que começou bem desordenado o turismo na época. [...] Que tinha? Ai depois chegou um público rápido bem diferente do grupo que Martin e Ana traziam, ai assustou né? Dai foi onde que o grupo de jovens teve uma iniciativa de movimentar, fez um movimento né? Acolhendo os turistas e conscientizando do que a comunidade espera deles. (NEUZA COELHO, São Gonçalo, 2015).

Segundo Neuza, assim como em Milho Verde, o turismo de São Gonçalo também começou desordenado. Os turistas acampavam no largo principal da cidade e a comunidade se sentia incomodada com a falta de respeito com os costumes locais e tomaram atitudes para inibir. Ela conta que até hoje, quando surgem alguns desavisados, os empresários correm e entregam um *folder* com informações da comunidade e as normas para visitar o distrito.

O Largo Felix Antônio é cercadinho, estava estragando a grama, montando barracas e houve apoio da comunidade e turista. Era acampamento e a comunidade tinha que cortar caminho e se sentiu desrespeitada. O público que descobriu São Gonçalo veio pra cá, com barracas e trajes de banho pra rua e conscientizou. Acolhe, mas ele tem que ver o que a comunidade espera do turista, tinha poluição visual, poluição sonora. (NEUZA COELHO, 2015).

Aqui cabe anotar que em São Gonçalo, o turismo ocorreu anteriormente a Milho Verde. O distrito passou a atrair, em meados de 1960, um restrito e seletivo grupo de pessoas que tiveram conhecimento da existência do distrito por meio do cinema, com a gravação, em 1965, do filme clássico do Cinema Novo, *O Padre e a Moça*, direção de Joaquim Pedro de Andrade. Baseado no poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade, o filme foi indicado ao Urso

de Ouro (Alemanha, 1966) e recebeu o prêmio Candango de Ouro de melhor fotografia (Brasília, 1966). Neste mesmo período, estava sendo rodado nas proximidades, outro clássico do movimento cinemanovista também inspirado na literatura, *A hora e a vez de Augusto Matraga*, 1965, com direção de Roberto Santos¹⁰⁰, que também participava da gravação do *Padre e a Moça*.

Figura 67: Cenas do filmes “O padre e a Moça” em São Gonçalo do Rio das Pedras



Figura 68: Cenas do filme “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”¹⁰¹



Atualmente as comunidades enfrentam outros problemas advindos da atividade turística e que comprometem os valores e costumes do lugar. Milho Verde vem se esforçando para atrair um

¹⁰⁰ A hora e a Vez de Augusto da Matraga conta a história de Augusto Matraga é um violento fazendeiro que é traído pela esposa, cai numa emboscada por seus inimigos e é dado como morto. Salvo, ele se volta para a religiosidade. Augusto conhece Joãozinho Bem Bem, jagunço que o faz viver um conflito interno, instigando os instintos violentos de sua personalidade. Ver mais em: <<http://letrasearte.blogspot.com.br/2008/02/conto-hora-e-vez-de-augusto-matraga-de.html>>. Acesso em 20 de março de 2015. O filme foi vencedor do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro em 1966. Foi gravado em São Gonçalo do Rio das Pedras e nas redondezas no mesmo ano que o filme O Padre e a Moça. Em documentário realizado no ano de 2007, Mário Lago, que vive o Sr. Honorato no filme o Padre e a Moça revela que havia rivalidade entre as equipes das duas filmagens, mas que elas também se apoiavam: quando era preciso recarregar as baterias das câmeras, por exemplo, as equipes de cada filme se revezavam para ir à Diamantina, pois em São Gonçalo ainda não existia luz elétrica.

¹⁰¹ Estas imagens não representam o momento gravado em São Gonçalo do Rio das Pedras.

público mais consciente para a comunidade; entretanto, a fama de lugar “sem lei” ainda vigora nos dias atuais. Durante eventos no fim de ano, principalmente, é possível perceber o consumo de drogas nas ruas em plena luz do dia, sons automotivos e churrasqueiras nas cachoeiras da região. Apesar da criação de um Código de Posturas, proibindo o som automotivo, criado pelo município em parceria com a comunidade, tais problemas continuam. Muitos turistas ainda se comportam de forma inadequada no vilarejo.

Segundo alguns moradores, a facilidade de acesso proporcionado pelo asfaltamento de Serro a Milho Verde contribui e contribuirá para trazer um público misto e, às vezes, indesejável pela comunidade. Dentre as principais reclamações está a poluição sonora, um problema recorrente nos dois distritos.

Aqui o que tá nos atrapalhando eu vou ser sincera com ocê: É os motoqueiros e os sons de carro. As pessoas as vezes que não são lá de fora. Eu acredito que é as daqui também, que aproveita da época de mais fluxo de pessoas e entram no meio e faz o barulho todo com som, com isso com aquilo. É as moto e esse som que os carros estão pondo com uma potência imensa, com barulho imenso. Tá afetando a comunidade sim. Se não tá afetando os jovem que gostam também do barulho, está afetando as pessoas realmente vem aqui passar o fim de semana, as famílias que gostam do silencio. (DONA EVA, São Gonçalo, 2014)

Porque a gente não tem esse apoio de direitos, das coisas que acontecem, que a gente tem onde recorrer, da gente ser ouvido [...] Por exemplo ontem, os som de carro alto, cadê o poder público pra dar este apoio? Pra tá ai pra dar este apoio. A gente não tem isso. (JOVELINA, São Gonçalo, 2014)

Nós montamos agora um código de posturas de Milho Verde, por causa de som, mas está ainda na prefeitura para aprovar e vamos cobrar para ver se sai porque é importante, esse código de posturas vai servir para a comunidade e para os turistas também, muitos turistas vem para descansar e não gostam de zoeira, acho que esse código de posturas vai ser muito bom. (ANDERSON, Milho Verde, 2012)

A nosso ver, é importante que o desenvolvimento do turismo ocorra de forma planejada e que ações educativas em relação ao turismo em Milho Verde se intensifiquem, bem como à segurança pública. Em São Gonçalo, por sua vez, alguns impactos negativos em relação à visitação turística ainda não são visíveis, mas é importante que a comunidade imponha limites, quando for preciso, para que o turismo continue sendo uma oportunidade de desenvolvimento sócio econômico e cultural, sem comprometer os valores da comunidade.

Em pesquisa realizada com moradores dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras sobre a percepção do turismo e de seus impactos, Bessa (2011) pontuou quais conflitos

o turismo gerava em ambos. Nessa pesquisa podemos ver claramente os resultados das diferentes trajetórias do turismo em cada um dos distritos.

Tabela 05 - Avaliação dos conflitos gerados pelo turismo em Milho Verde

O turismo gera	Frequência	% válida
Muitos conflitos	39	79,59
Alguns conflitos	8	16,33
Poucos conflitos	1	2,04
Nenhum conflito	1	2,04
Total	49	100

Fonte: Bessa (2011)

Tabela 06 – Sobre as principais causas de conflitos

Respostas espontâneas	Quantidade de vezes em que o item foi citado
Consumo de drogas em espaços públicos	49
Consumo de bebidas nos espaços públicos	47
Som alto	35
Brigas	19
Total	18

Fonte: Bessa (2011)

Estes dados revelam a percepção da comunidade em relação ao turismo praticado no distrito. Para a maioria dos entrevistados de Milho Verde, o turismo gera muitos conflitos, sendo as causas principais o consumo de drogas, bebidas alcoólicas nos espaços públicos, seguidos da poluição sonora. Já para a maioria dos entrevistados em São Gonçalo, o turismo gera poucos conflitos, causados muitas vezes pela poluição sonora e lixo nos espaços públicos, demonstrando que os problemas em relação ao turismo praticado em São Gonçalo são mais fáceis de serem resolvidos do que em Milho Verde.

Tabela 07 - Avaliação dos conflitos gerados pelo turismo em São Gonçalo

O turismo gera	Frequência	% válida
Muitos conflitos	3	3,79
Alguns conflitos	8	10,14
Poucos conflitos	59	74,68
Nenhum conflito	9	11,39
Total	79	100

Fonte: Bessa (2011)

Tabela 08– Sobre as principais causas de conflitos em São Gonçalo

Respostas espontâneas	Quantidade de vezes em que o item foi citado
Barulho	65
Lixo e sujeira no espaço público	32
Circulação de veículos no espaço público	15
Drogas	13
Outros	9

Fonte: Bessa (2011)

Sobre os conflitos sociais, Ruschmann e Solha (2006) anotam que o turismo pode estimular o acesso às drogas; alterar a moralidade, contribuir com perda da atratividade devido à negligência quanto aos cuidados com o meio ambiente; transferência de lucros obtidos com a atividade turística; conflitos entre visitantes, população receptora e turistas curiosos em eventos religiosos. Analisando por esta perspectiva, Ruschmann e Solha (2006), ressaltam que é necessário estudar o interesse real dos turistas na integração sociocultural com os moradores dos locais visitados. As autoras ainda reiteram que o desejo de conhecer modos de vida de outras localidades deve vir acompanhado do devido respeito, da consciência do seu valor e do legítimo interesse, por parte dos visitantes. Ainda sobre os impactos socioculturais, Ruschmann e Solha (2006), apontam alguns estágios diferenciados de convivência das comunidades receptoras com as atividades turísticas ao longo do tempo. O último estágio culmina na conscientização da realidade, em que a comunidade percebe que na ânsia por lucros advindos do turismo, abriu mão do seu conforto e dos seus costumes, desconsiderou as mudanças que estavam ocorrendo e nem pensou em como evitá-las.

Tabela 09– Estágios da relação entre desenvolvimento do turismo e transformações na comunidade

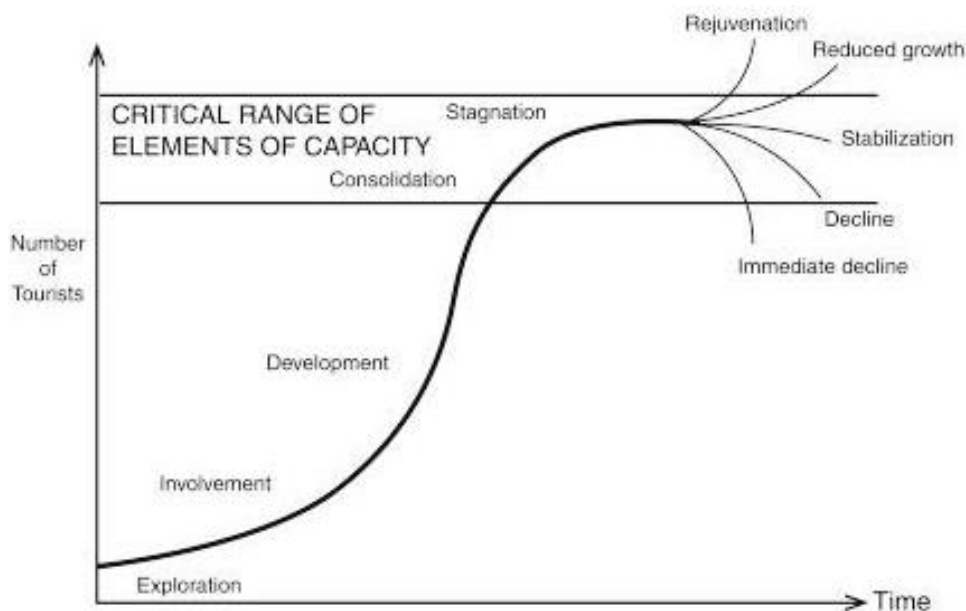
ESTÁGIOS	EFEITOS	CARACTERÍSTICAS
Inicial	Euforia	As pessoas estão entusiasmadas e vibram com o desenvolvimento turístico. Sentimento de satisfação
Segunda	Apatia	Na medida em que a atividade cresce e se consolida, a população considera a rentabilidade do setor como garantida.
Terceira	Irritação	Quando a atividade turística começa a atingir níveis de saturação ou quando a comunidade não consegue atender as exigências da demanda.
Quarto	Antagonismo	Os moradores já não disfarçam sua irritação e responsabilizam os turistas por todos os seus males e pelos problemas locais.
Quinto	Conscientização da realidade	A população se conscientiza de que na ânsia de obter vantagens da atividade turística, não considerou as mudanças que estavam ocorrendo e nem pensou em impedi-las.

Fonte: RUSCHMANN & SOLHA, 2006 (adaptado pela autora)

Outro autor que contribuiu para a noção do desenvolvimento do turismo e seu processo de evolução num destino foi Butler (1980), o primeiro a criar a noção de “ciclo de vida” turística numa comunidade. Segundo esse autor, a representação do funcionamento do espaço turístico seria a base dos modelos de evolução desta atividade.

- 1 Primeiro, o lugar é descoberto, porque ele faz parte de uma margem espacial. É o período "pré-turístico" em que chegam os primeiros turistas. Butler denominou-o de fase de exploração.
- 2 Na segunda fase o lugar se integra ao sistema. O desenvolvimento corresponde a um aumento sensível do volume de turistas, que está ligado ao aumento da acessibilidade. A economia turística fica mais complexa;
- 3 Na terceira o espaço regional está totalmente absorvido pela atividade turística, se assiste a uma multiplicação dos lugares destinados a esta atividade. Ocorrem importantes transformações físicas do lugar, nem sempre aprovadas pela população local.
- 4 Por último, ocorre o declínio. A chegada do turismo intenso seria concomitante a certa crise do lugar turístico. Este tipo de turismo modifica consideravelmente o lugar, degradando-o. Surgem, assim, os problemas ligados ao meio ambiente, a degradação da qualidade dos serviços ou fatores mais sociológicos e, em particular, os conflitos com a população local. A atratividade do lugar declina, o número de turistas também. O lugar não interessa mais aos turistas, que preferem destinações turísticas reconhecidas e facilmente acessíveis. (BUTLER, 1980 *apud* MOREIRA, 2008, tradução da autora).

Figura 69: Ciclo de vida de uma destinação turística



Fonte: BUTLER, 1980

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo são destinos turísticos já “consolidados”, se formos comparar os conceitos de ciclo de vida de destinações turísticas feitas por Butler.

Nesta terceira etapa as comunidades estão totalmente absorvidas pela atividade turística e já possuem diversos empreendimentos destinados a esta atividade. Abaixo, podemos ver a quantidade de empreendimentos turísticos dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. A quantidade de empreendimentos e de serviços muitas vezes supera a própria Sede, se percebermos os dados obtidos pelo Departamento de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucurí (UFVJM) em 2014.

Tabela 10 - Empreendimentos turísticos em Milho Verde:

Nome	Capacidade e (pessoas)	Início das atividades	De quem são:	Área de atuação
Pousada Morais	42	1977	Moradores locais	Hospedagem
Restaurante da Pousada Morais	80	1977	Moradores locais	A & B
Pousada Rancho Velho	50	1995	Moradores locais	Hospedagem
Pousada Luar do Rosário	26	2000	Forasteiros	Hospedagem
Pousada Sempre Viva	07	2004	Forasteiros	Hospedagem
Pousada Milho Verde	47	2004	Forasteiros	Hospedagem
Camping do Ademar	80	2005	Moradores locais	Hospedagem
Camping do Nozinho	100	1996	Moradores locais	Hospedagem
Bar, Restaurante do Nozinho	20	1996	Moradores locais	A & B
Camping do Adir	X	1993	Moradores locais	Hospedagem
Restaurante Via Real	20	2003	Forasteiros	A & B
Pousada e Restaurante Fogão a lenha	25	1994	Moradores locais	Hospedagem A & B
Cozinha da Dona Zélia	17	2011	Moradores locais	A & B
Empório Bar	30	1998	Forasteiros	A & B
Bar do Ademar	24	1998	Moradores locais	A & B
Bar da Conceição	16	1995	Moradores locais	A & B
Pizzaria Sabor Real	10	2009	Forasteiros	A & B
Restaurante Ovelha Negra	40	2003	Forasteiro	A & B
Restaurante Angu Duro	40	2001	Forasteiros	A & B
Restaurante Hotel Rancho Velho	32	1995	Moradores locais	A & B
Bambuzinhos Bar	50	1998	Moradores locais	A & B
Albergue Guerreiros da Luz	26	2012	Forasteiros	Hospedagem
Pousada Estrada Real	29	2011	Forasteiros	Hospedagem
Restaurante da Pousada Dona Lourdes	20	1992	Moradores locais	Hospedagem - A & B
Sertão Bistrô e Pousada	04	2012	Forasteiros	A & B
Armazém do Rosário	500		Forasteiros	Esp. cultural

Elaborado pela autora a partir do inventário de Oferta Turística da APA das Águas Vertentes
 Fonte: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucurí - 2014.

Tabela 11 - Empreendimentos turísticos em São Gonçalo:

Nome	Capacidade (pessoas)	Início das atividades	De quem são:	Área de atuação
Colônia de Férias		1976-1983	Forasteiros	Hospedagem
Pousada Refúgio dos 5 amigos	24	1983	Forasteiros	Hospedagem
Recanto Real	06	2013		Hospedagem
Restaurante Recanto Real	30	1996		A & B
Pousada Paineira	10	2010		Hospedagem
Pousada do Capão	26	1989	Forasteiros	Hospedagem
Pousada Pequi	20	2001	Forasteiros	Hospedagem
Pousada Fundo de Quintal	10	2002	Moradores locais	Hospedagem
Pousada Mirante do Vale	20	2007	Moradores locais	Hospedagem
Camping Recicle	30 barracas	2003	Moradores locais	Hospedagem
Bar do Ademil	30	1984	Moradores locais	A & B
Pousada São Gonçalo	14	2012	Moradores locais	Hospedagem
Comida Caseira	20	2001	Moradores locais	A & B
Pizzaria Quero Mais	60	2002	Moradores locais	A & B
Padaria Rio das Pedras	12	1997	Moradores locais	A & B
Lucília e Sinval	20	1990	Moradores locais	A & B
Bar do Marcinho	40	2009	Moradores locais	A & B
Comida da Jovelina	30	2013	Moradores locais	A & B
Restaurante Pescoço	30	1987?	Moradores locais	A & B

Elaborado pela autora a partir do inventário de Oferta Turística da APA das Águas Vertentes
 Fonte: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – 2014.

No estágio de consolidação existe também a pressão imobiliária causada nestas localidades pelo turismo. A oportunidade de se fazer negócios nos distritos, como comprar e vender lotes e investir em empreendimentos turísticos vem criando um desconforto com os moradores nativos e uma alteração no caráter de vilas dos distritos. Podemos notar que vem ocorrendo importantes transformações físicas do lugar, nem sempre aprovadas pela população local.

Figura 70: Quadriciclo alugado



Fonte: Elcione Silva, 2014.

Figura 71: Surgimento de imobiliária



Fonte: Elcione Silva, 2014.

Aqui é necessário chamar a atenção para aquele quarto estágio apontado por Butler (1980), o da estagnação. As modificações que vêm ocorrendo em Milho Verde e São Gonçalo em relação à sua paisagem urbana podem trazer impactos relevantes ao turismo num futuro próximo, assim como problemas ligados ao meio ambiente, à falta da qualidade dos serviços e infraestrutura e a conflitos com a população local. É necessário que os distritos desenvolvam ações de preservação da sua paisagem cultural e que promovam estratégias para que a comunidade possa usufruir do turismo, sem que este decline, por meio de instrumentos que possam melhorar os serviços turísticos, renovando o seu ciclo de vida, conforme a teoria de Butler (1980).

Com o objetivo de se conhecer o perfil dos turistas que visitam os dois vilarejos e apresentar dados que comprovem a eventual diferença entre estes dois públicos, a autora desta dissertação realizou uma pesquisa de demanda com turistas entre 15 de novembro de 2014 a 12 de janeiro de 2015 nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo. Foram aplicados 42 questionários em São Gonçalo e 40 no distrito de Milho Verde, contendo perguntas fechadas e abertas. (APÊNDICE D). Optou-se por realizar a pesquisa nesta ocasião, por se tratar de período de férias e festividades de fim de ano, considerando que ambos recebem um número significativo de turistas e de perfis diversos.

Essa pesquisa teve intuito também de se conhecer as percepções dos turistas em relação ao distrito de Milho Verde e São Gonçalo no que se refere às principais características da região que motivaram a viagem; sobre a imagem que possuíam dos vilarejos e do que mais gostaram de visitar.

Os resultados foram interessantes. Sobre as principais características de Milho Verde que motivaram a viagem, os entrevistados apontaram a paisagem natural (57%), a tranquilidade (20%) e a cultura (11%). Sobre as percepções sobre o distrito anteriores à viagem, os entrevistados disseram que “a imagem que tinham de Milho Verde” era de lugar com paisagem natural (29%), sossego (23%), tranquilidade; cidade bucólica (16%); calmo (13%) com cachoeiras (10%). Muitos ainda ressaltaram sobre misticidade do vilarejo; qualidade de vida; cultura, boa aparência (6%). Finalmente, ao serem perguntados sobre “o que mais gostaram em Milho Verde”, os entrevistados apontaram em primeiro lugar as cachoeiras (90%), em segundo o sossego (6%).

Tabela 12: Percepção do turista em relação ao distrito de Milho Verde

MILHO VERDE	ASPECTOS	FREQUÊNCIA	% VÁLIDA
Quais as principais características da região que motivou sua viagem?	Paisagem Natural	26	57%
	Tranquilidade	09	20%
	Cultura	05	11%
	Cachoeiras	03	7%
	Sossego; qualidade de vida; paz	02	4%
	Cidade bucólica; misticidade; arquitetura; artesanato	01	2%
TOTAL			100%
Qual imagem que possuía da cidade antes de realizar a visita?	Paisagem Natural	09	29%
	Sossego	07	23%
	Tranquilidade; cidade bucólica	05	16%
	Calmo	04	13%
	Cachoeiras	03	10%
	Misticidade; qualidade de vida; cultura; aparência bonita	02	6%
	Rural; gastronomia; vida noturna; paz; pessoas sábias; lugar de histórias	01	3%
TOTAL			100%
Do que mais gostou de visitar?	Cachoeiras	28	90%
	Sossego	02	6%
	Paisagem Natural, beleza cênica; tranquilidade; Cidade bucólica; misticidade; calma; paz; Bar do Armazém; igrejas; gastronomia.	01	3%
	TOTAL		

Fonte: Elcione Silva, 2015.

Sobre as principais características de São Gonçalo que motivaram a viagem, os entrevistados disseram que em primeiro lugar estava a paisagem natural (48%), vindo depois a cultura (20%), tranquilidade (18%); as cachoeiras; o sossego e as trilhas (8%). Alguns ressaltaram ainda a arquitetura, artesanato, os moradores, a presença de quilombos, gastronomia, hospitalidade e a Estrada Real como fatores motivacionais para a visitação ao distrito. Estes dados confirmam que os turistas de São Gonçalo buscam o contexto cultural e histórico da Estrada Real, valorizando raízes da cultural local e não viajavam para o distrito somente para usufruir das belezas naturais.

Sobre as percepções sobre o distrito anteriores à viagem, os entrevistados disseram que “a imagem que tinham de São Gonçalo” era de um lugar de tranquilidade (33%), cidade bucólica (21%), lugar de paz e com paisagem natural (15%); cachoeiras (9%), de lugar aconchegante; místico; rural e calmo (6%). Sobre “o que mais gostaram em São Gonçalo”, os entrevistados apontaram em primeiro lugar as cachoeiras (59%) e em segundo as igrejas (36%). Esse dado revela que os turistas de São Gonçalo durante sua estada no vilarejo, além de terem frequentado as cachoeiras, também visitaram monumentos religiosos, tendo alguns deles,

participado das festividades em homenagem ao padroeiro, São Gonçalo, conforme observado durante as entrevistas.

Tabela 13: Percepção do turista em relação ao distrito de São Gonçalo

SÃO GONÇALO	ASPECTOS	FREQUÊNCIA	% VÁLIDA
Quais as principais características da região que motivou sua viagem?	Paisagem Natural	19	48%
	Cultura	08	20%
	Tranquilidade	07	18%
	Cachoeiras; sossego; trilhas	03	8%
	Arquitetura; artesanato; as pessoas; quilombo; Estrada Real; gastronomia; hospitalidade	02	5%
	Cidade bucólica.	01	3%
TOTAL			100%
Qual imagem que possuía da cidade antes de realizar a visita?	Tranquilidade;	11	33%
	Cidade bucólica	07	21%
	Paz, paisagem natural	05	15%
	Cachoeiras	04	12%
	Aparência	03	9%
	Lugar: Aconchegante; místico; rural e calmo	02	6%
	Cultura; Jardim do Éden; trilhas	01	3%
TOTAL			100%
Do que mais gostou de visitar?	Cachoeiras	13	59%
	Igrejas	08	36%
	Cidade bucólica; cultura; arquitetura ; quilombo; Serra do raio; sensação de liberdade	01	5%
TOTAL			100%

Fonte: Elcione Silva, 2015.

O distrito de Milho Verde em relação a São Gonçalo durante este período, recebeu mais públicos de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Gonçalo prevaleceram os turistas do Estado de Minas Gerais (GRÁFICO 05). Em relação ao gênero, em Milho Verde prevaleceu o público masculino e em São Gonçalo o público feminino (GRÁFICO 06).

Gráfico 05 – Procedência dos entrevistados

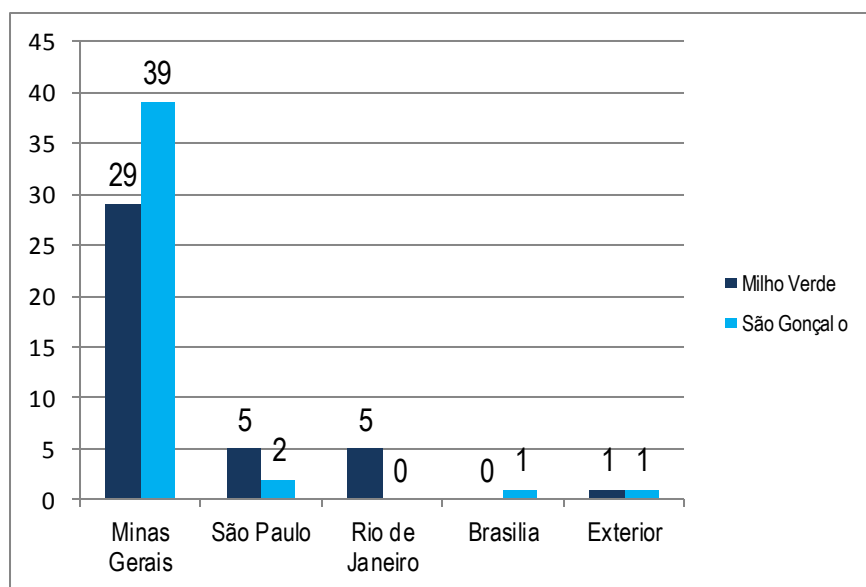
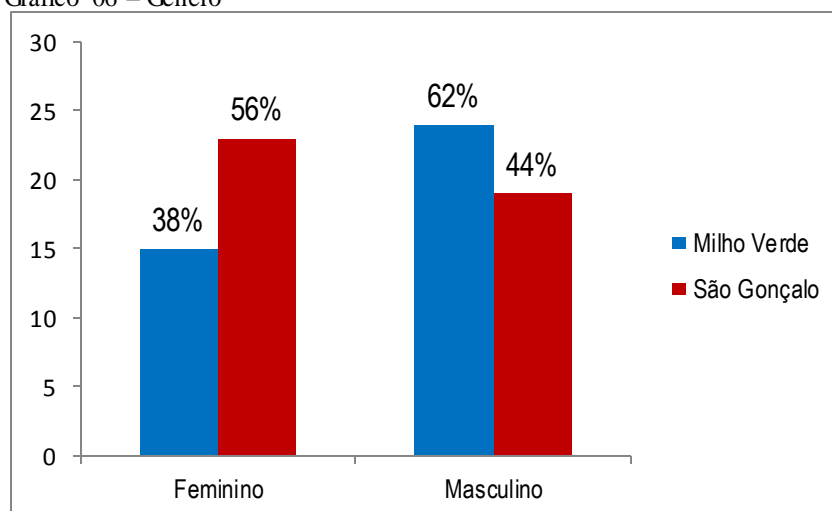
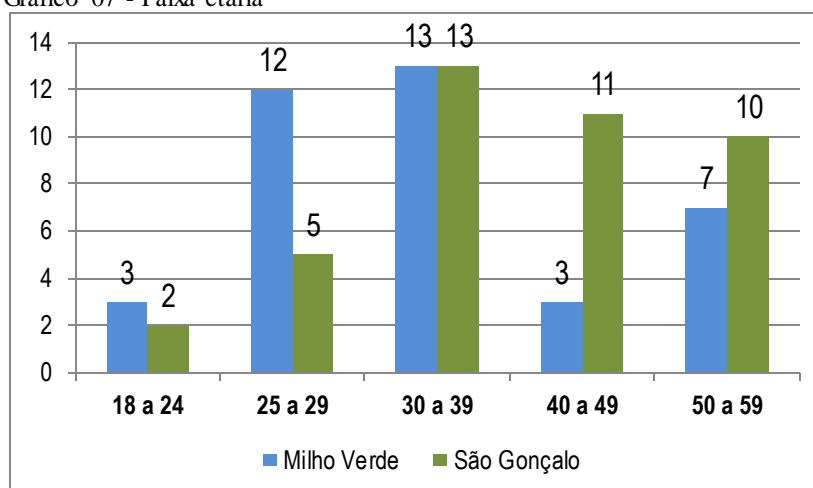


Gráfico 06 – Gênero



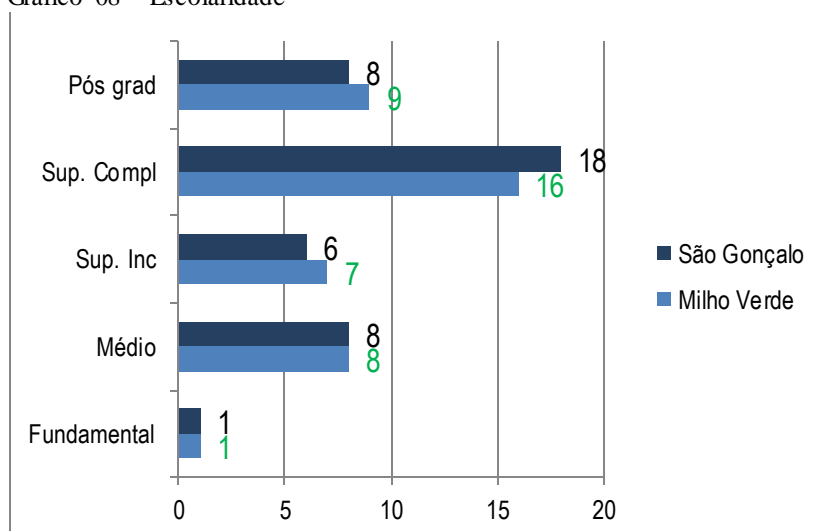
Os dados sobre a faixa etária confirmam o que as comunidades já relatam sobre o turismo em Milho Verde: no distrito predomina o público mais jovem, principalmente entre 25 a 29 anos. Em São Gonçalo, prevalece o público acima de 30 anos, o que pode ajudar a explicar as diferenças de comportamento desses dois públicos. Apesar de não podermos afirmar que o público por ser mais jovem possui comportamentos inadequados e que são causadores de conflitos na região, podemos deduzir ser este um perfil de público que está em fase de descoberta, gozando a liberdade, a maioria desacompanhada de familiares e que viajam com amigos.

Gráfico 07 - Faixa etária



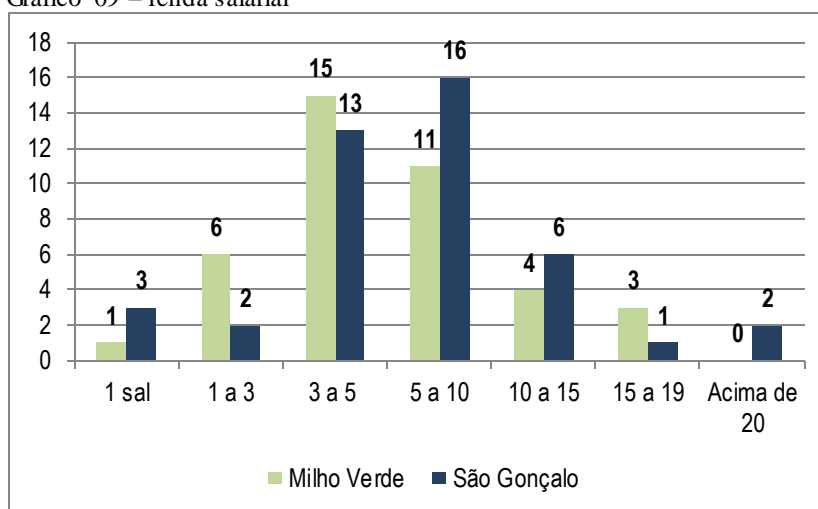
Em relação à escolaridade dos turistas entrevistados, o público de Milho Verde e São Gonçalo são relativamente semelhantes. A grande maioria já possui curso superior completo e outros já cursaram pós-graduação, ou seja, os frequentadores dos dois distritos possuem um nível de escolaridade alto.

Gráfico 08 – Escolaridade



Quanto à renda salarial, pode-se perceber que os públicos que frequentam os dois distritos possuem um nível salarial relativamente bom, com a maioria recebendo acima de três salários mínimos. Neste aspecto, os dados também se equiparam, com São Gonçalo recebendo, ligeiramente, um público com melhor poder aquisitivo.

Gráfico 09 – renda salarial



Durante a pesquisa, percebeu-se ainda que os turistas que estavam em São Gonçalo pretendiam visitar outras regiões, além do distrito. É importante ressaltar que estes turistas visitam a região com o propósito de conhecer melhor o contexto da Estrada Real. Conforme o gráfico 10, nota-se que em Milho Verde predominam turistas que vão para permanecer mais dias, entretanto, a maioria não pretende conhecer outras localidades. Já o público que frequenta São Gonçalo pretende visitar outras cidades da região, incluindo Milho Verde, Serro e a cidade de Diamantina, conforme o gráfico 11.

Gráfico 10 – Principal destino

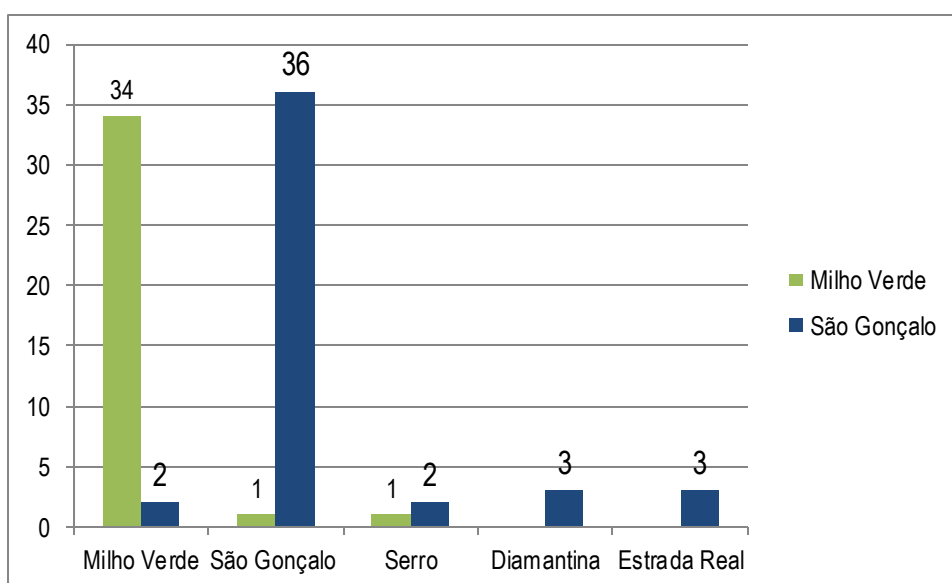
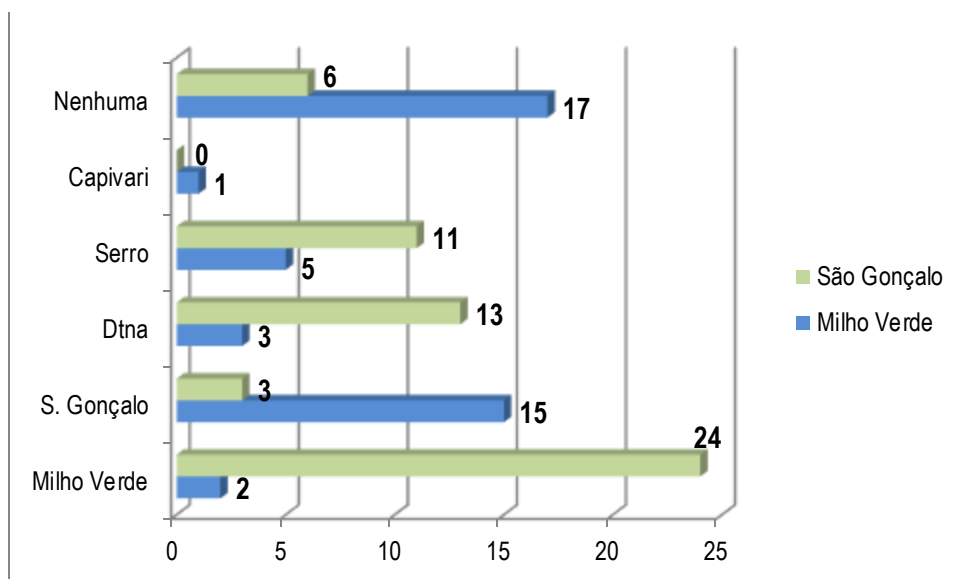
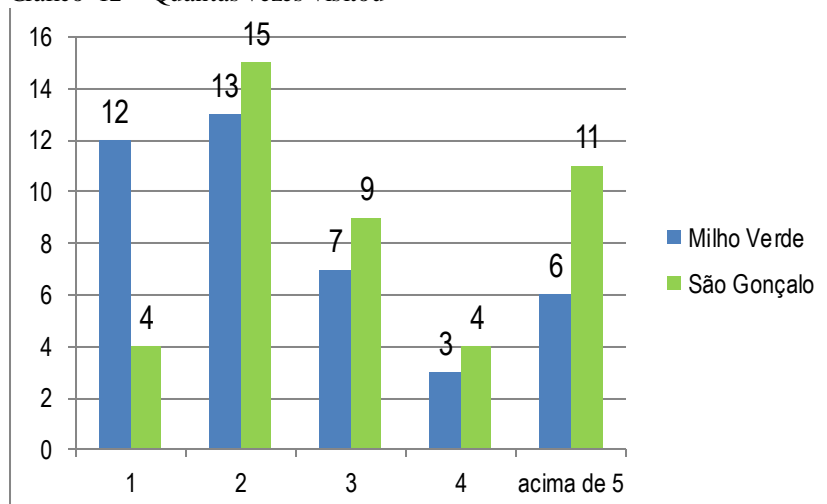


Gráfico 11 – Vai visitar alguma outra cidade



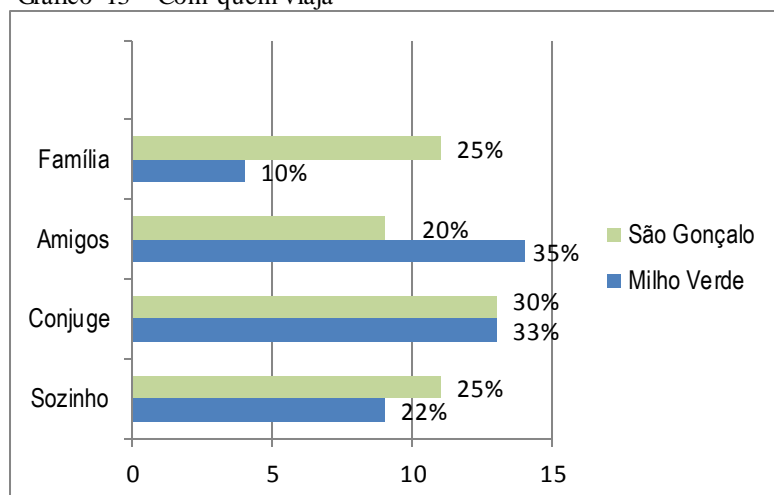
Percebe-se ainda que a maioria das pessoas que visitam tanto Milho Verde quanto São Gonçalo do Rio das Pedras, retornam algum dia. Somente 19,5% dos turistas entrevistados afirmaram terem visitado os distritos apenas uma vez. São Gonçalo possui um público mais fiel, que retorna mais ao vilarejo, em relação ao público do distrito de Milho Verde.

Gráfico 12 – Quantas vezes visitou



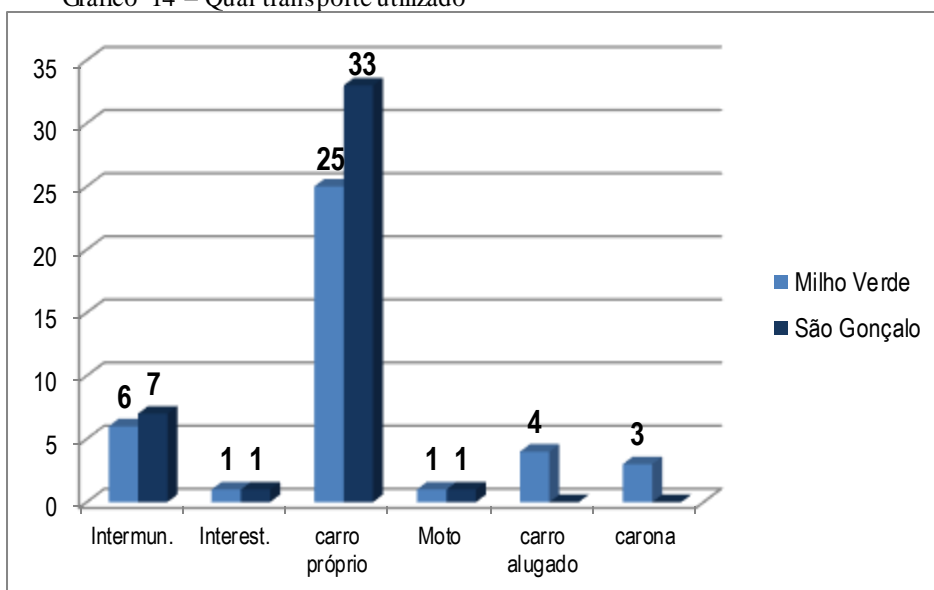
Os dados sobre “com quem viaja” confirmam também o que os moradores já relatam: Milho Verde atrai um público mais jovem, que vai ao distrito desacompanhado de familiares, geralmente acompanhados por amigos. Já em São Gonçalo, prevalece um tipo de turista que vai acompanhado por cônjuges e que geralmente leva os filhos. Em contraste com Milho Verde, que recebe um público com perfil menos familiar.

Gráfico 13 – Com quem viaja



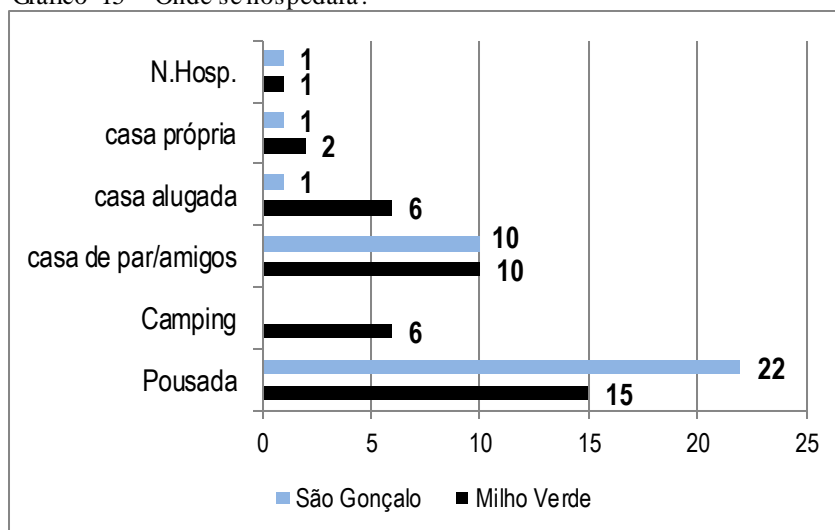
Em relação ao meio de transporte utilizado, nos dois distritos prevalece o carro próprio; entretanto nota-se que em ambos os distritos alguns turistas utilizam transporte intermunicipal, sendo que em Milho Verde, talvez devido à faixa etária do público que recebe, alguns deles viajam por meio de carona e outros se deslocam com carros alugados.

Gráfico 14 – Qual transporte utilizado



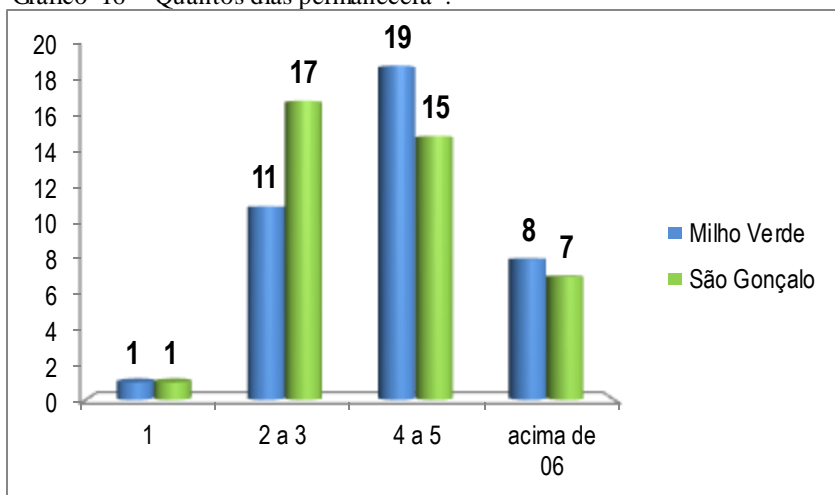
Nos dois distritos, grande parte dos entrevistados se hospeda nas pousadas e pelo menos 25% do público que estava na região durante o período de férias se acomodou em casa de parentes e amigos. Um diferencial do público de Milho Verde em relação ao de São Gonçalo é que parte dele utiliza os *campings* do distrito e se acomoda em casas alugadas.

Gráfico 15 – Onde se hospedará?



Apesar das entrevistas terem sido realizadas durante o período de férias, percebe-se que durante todo o ano, os distritos recebem um público que permanece por mais dias na região. A maioria permaneceu durante as férias entre dois a cinco dias, sendo que em Milho Verde nota-se um ligeiro aumento de permanência em relação a São Gonçalo.

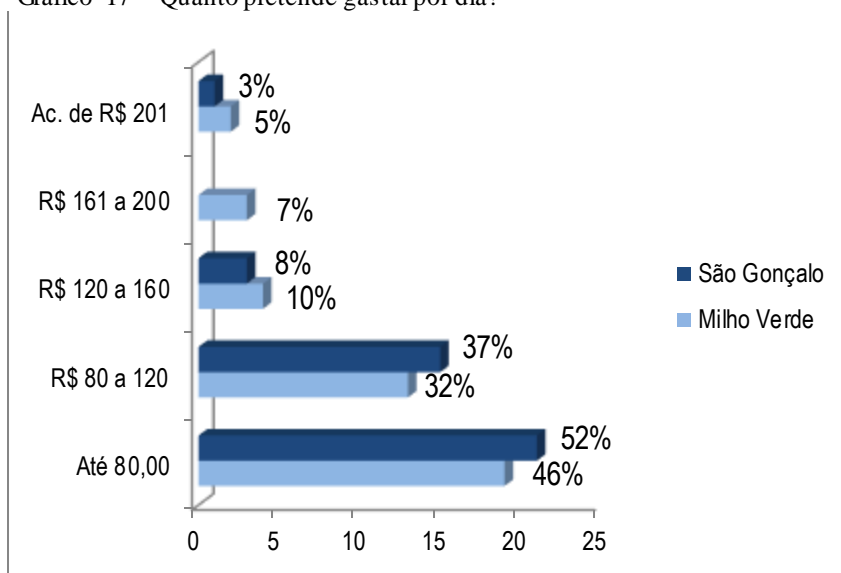
Gráfico 16 – Quantos dias permanecerá ?



Apesar de São Gonçalo possuir um público com poder aquisitivo ligeiramente mais alto, nota-se, em comparação com os turistas de Milho Verde que estes pretendem gastar na maioria até R\$ 80,00, seguida de R\$80,00 a R\$ 120,00. Ou seja, valores menores que o público de Milho Verde. Em Milho Verde também uma grande parte dos entrevistados pretende gastar até R\$80,00, entretanto nota-se que 22% dos entrevistados, declararam gastar acima de R\$120,00, contra 11% do público de São Gonçalo. Este dado pode ser explicado pelo fato de Milho Verde possuir mais opções de entretenimento noturnas do que São Gonçalo, como

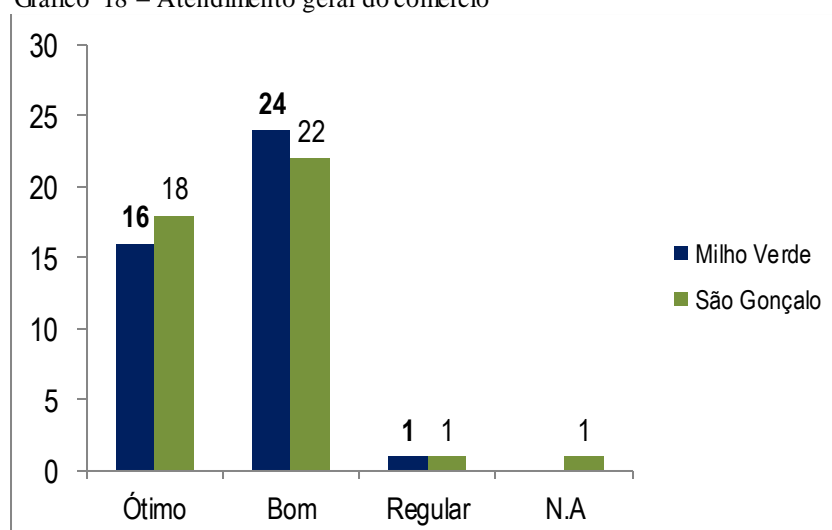
bares, casa de shows e programações diversas. A pequena distância entre eles pode ocasionar a transferência de recursos, ou seja, o público de São Gonçalo pode se deslocar no período da noite para Milho Verde e deixar ali sua receita.

Gráfico 17 – Quanto pretende gastar por dia?



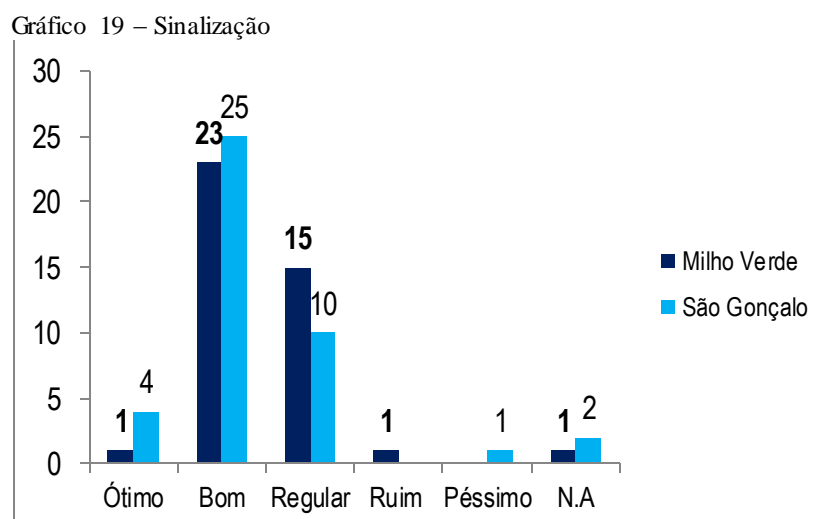
Quanto à infraestrutura e demais serviços oferecidos pelos dois distritos, os resultados também foram similares: a maioria, 24 em Milho Verde e 22 em São Gonçalo, apontou como “bom” o atendimento geral no comércio, seguido de 16 e 18, respectivamente, que consideram como “ótimo”.

Gráfico 18 – Atendimento geral do comércio

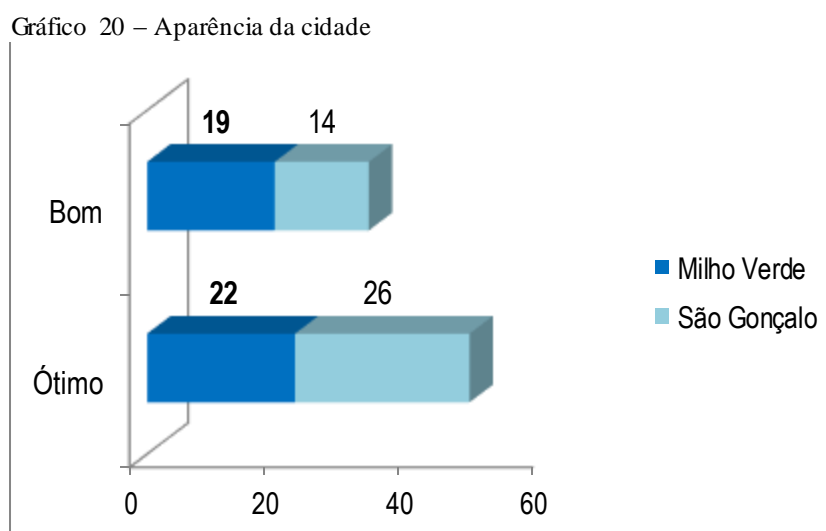


Grande parte dos entrevistados, 23 (MV) e 25 (SGRP) apontou que a sinalização para os distritos é “boa”. Outro número expressivo dos entrevistados 15 (MV) e 10 (SGRP) apontou

que a sinalização é “regular”. Este dado demonstra que são necessárias melhorias quanto às placas de sinalização turística. Conforme informações do Secretário de turismo do Serro, Pedro Farnesi, encontra-se em andamento um projeto de sinalização turística nos distritos para o ano de 2015.



Sobre a aparência¹⁰² de Milho Verde e São Gonçalo, os entrevistados em sua maioria, 22 e 26, respectivamente, consideraram “Ótima”, seguida de uma “Boa” aparência.

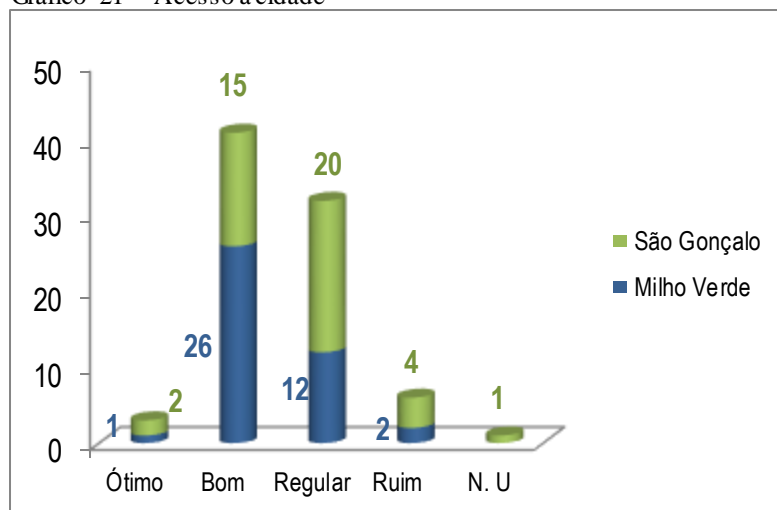


Apesar de melhorias de acesso na região com o término da obra de calçamento asfáltico entre Serro e Milho Verde, nota-se que parte dos entrevistados, principalmente turistas de São Gonçalo encontram-se insatisfeitos com o acesso; 20 dos entrevistados do distrito apontaram que o acesso é “Regular” e 15 apontaram que é “Bom”. Na análise deste dado deve-se

¹⁰² Neste dado consideram-se todos os aspectos que caracterizam a cidade: harmonia do conjunto histórico, agradabilidade, limpeza.

considerar que muitos turistas vêm de Diamantina (trecho da Estrada Real não pavimentada) totalizando aproximadamente 42 quilômetros. Outro fator é que os turistas que vêm da cidade de Serro no sentido Milho Verde devem percorrer pelo menos seis quilômetros por estrada não pavimentada, considerando que a segunda fase da obra de calçamento entre Milho Verde e Diamantina ainda não foi iniciada.

Gráfico 21 – Acesso à cidade



Quanto aos serviços de meios de hospedagem e alimentação oferecidos nos distritos, a maioria dos entrevistados apontou como “Ótimos” os meios de hospedagem e alimentação, seguido de entrevistados que avaliaram como “Bons”, conforme os gráficos 22 e 23.

Gráfico 22 – Meios de hospedagem

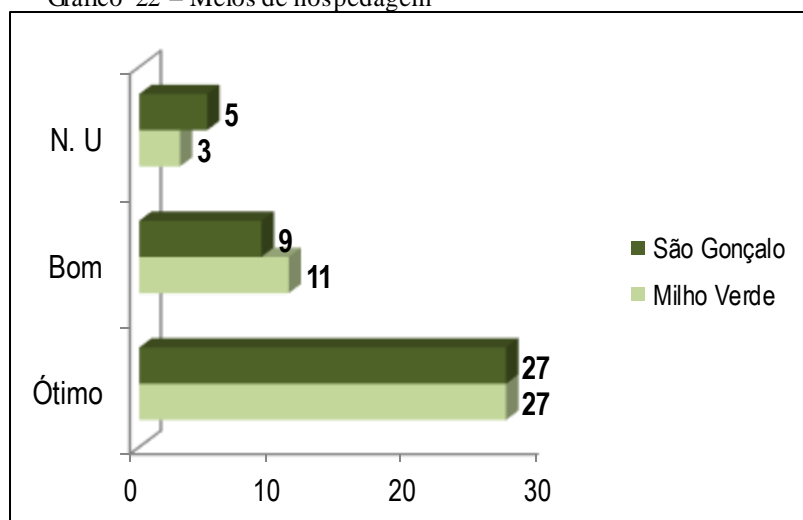
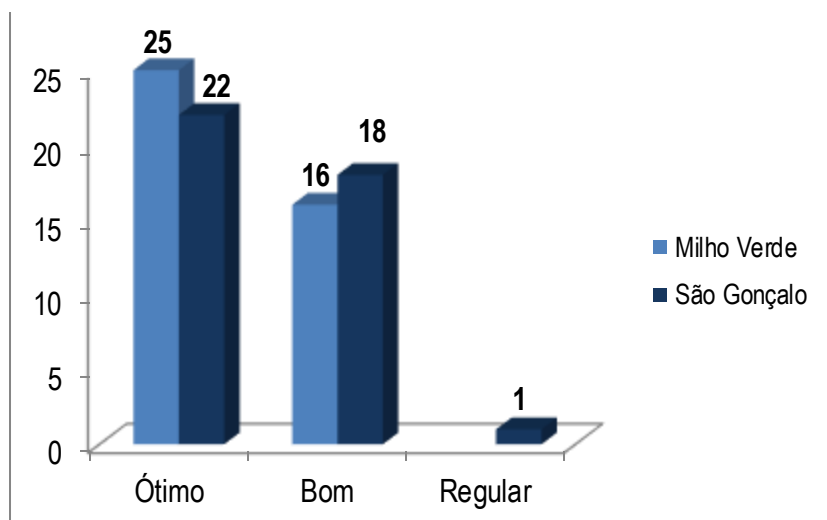
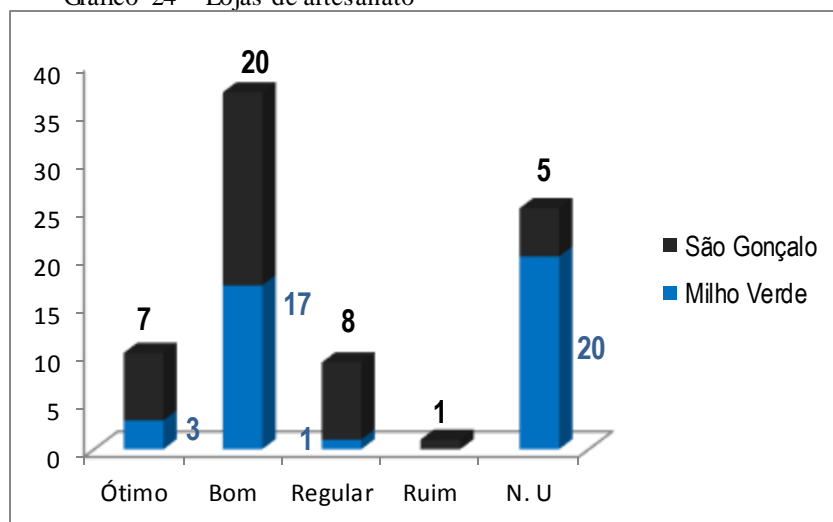


Gráfico 23 – Alimentação



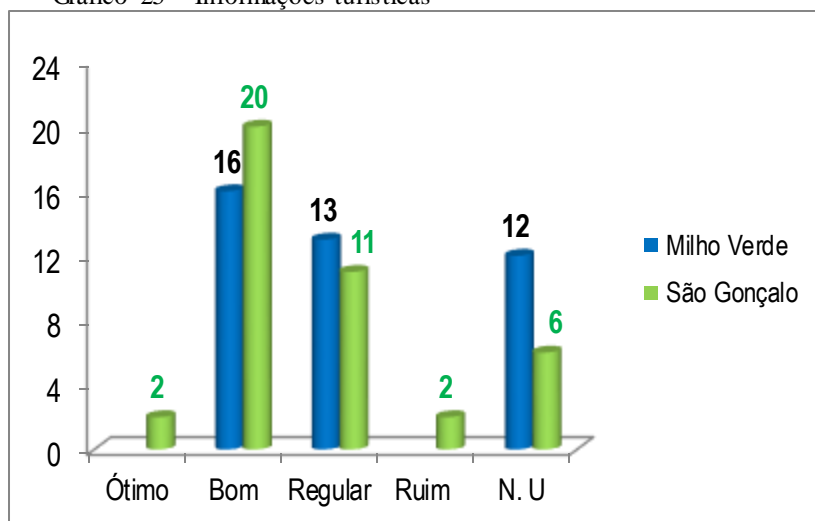
Em relação ao artesanato local, grande parte dos turistas de São Gonçalo avaliou como “Bom”, seguido de “Regular” e “Ótimo”. Já em Milho Verde, 20 dos entrevistados, informaram que não teria visitado ainda lojas de artesanato ou que não compraram. Outros 17 entrevistados em Milho Verde apontaram o artesanato como “Bom”.

Gráfico 24 – Lojas de artesanato



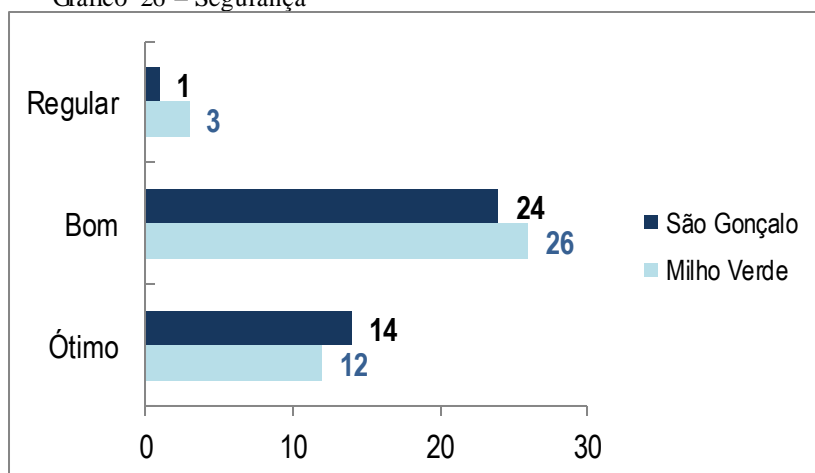
Nos dois distritos não existe um centro de informações e ou de apoio ao turista. As informações sobre a região são repassadas pelos próprios moradores, receptivos ou empresários da região. Apesar da falta de um centro de apoio ao turista, a maioria dos entrevistados, 16 (MV) e 20 (SGRP) avaliou como “Bom” o item: informações turísticas. Outros 13 (MV) e 11 (SGRP) como “Regular” e outros não solicitaram informações.

Gráfico 25 – Informações turísticas



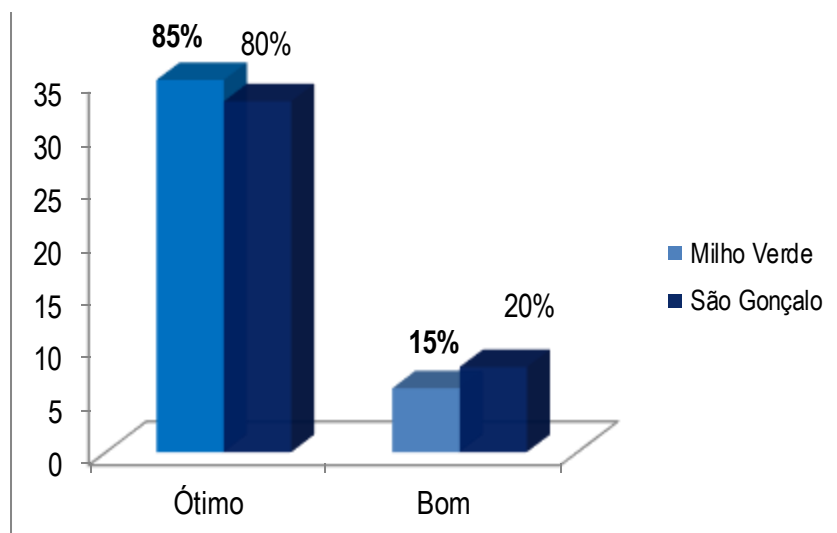
Em relação à segurança, mais da metade dos entrevistados, 26 em Milho Verde e 24 em São Gonçalo afirmaram ser “Boa”, seguidos de entrevistados que apontaram ser “Ótimo”, 12 e 14 respectivamente. Entretanto, moradores das duas localidades, principalmente São Gonçalo, vem sendo expostos a pequenos furtos e se exigindo mais cautelas. É importante ressaltar que os distritos não possuem com posto policial e contam com o apoio do município para garantir a segurança local.

Gráfico 26 – Segurança



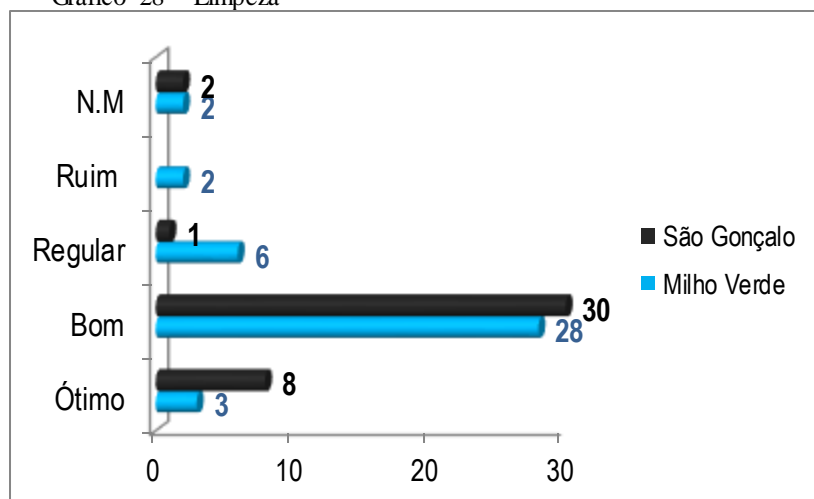
Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo são reconhecidos pela receptividade e hospitalidade dos seus moradores. Portanto, os dados do gráfico 27 comprovam a fama de ambos como lugar de pessoas hospitaleiras: 85% dos entrevistados de Milho Verde e 80% em São Gonçalo apontaram como “Ótimo” o aspecto de acolhida e receptividade.

Gráfico 27 – Acolhida e receptividade



Sobre a limpeza dos distritos, a maioria dos entrevistados em Milho Verde (28) e em São Gonçalo (30) apontaram como “Boa”. Entretanto, alguns entrevistados em Milho Verde (08) apontaram como “Regular”. Os dois distritos possuem serviços de coleta de lixo pela Prefeitura do Serro, pelo menos uma vez por semana. Nos outros dias, a própria comunidade mantém a limpeza.

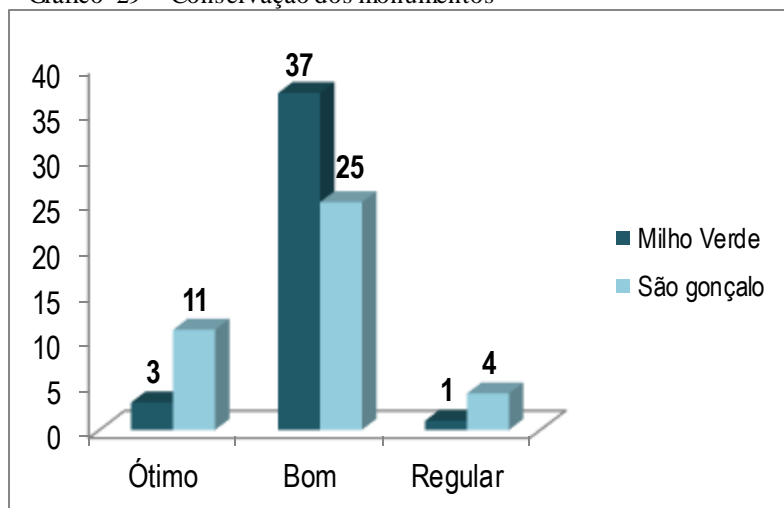
Gráfico 28 – Limpeza



Em relação à conservação dos monumentos, os entrevistados em sua maioria, (37) em Milho Verde e (25) em São Gonçalo, apontaram que a conservação é “Boa”. Nota-se um ligeiro aumento dos entrevistados (11) que responderam “Ótimo” em São Gonçalo do Rio das Pedras. Este dado é explicado pelo fato do distrito ter recebido obras de restauração da Igreja

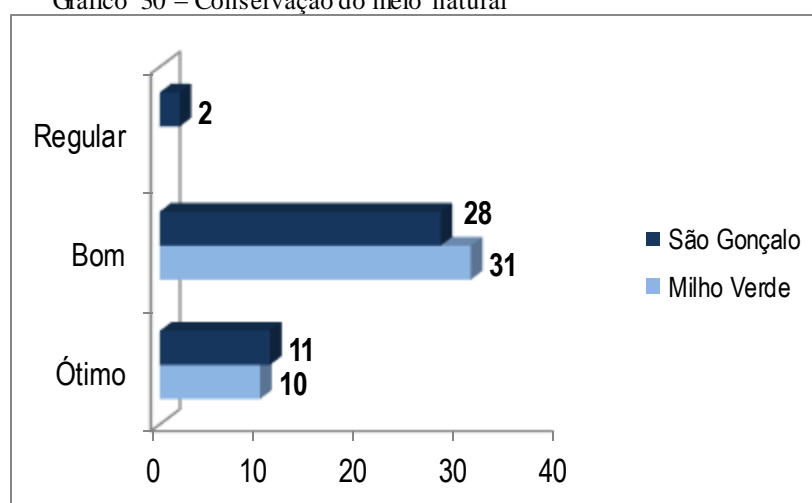
do Rosário, que ainda está em andamento e pela comunidade se organizar na conservação dos monumentos religiosos. (GRÁFICO 29).

Gráfico 29 – Conservação dos monumentos



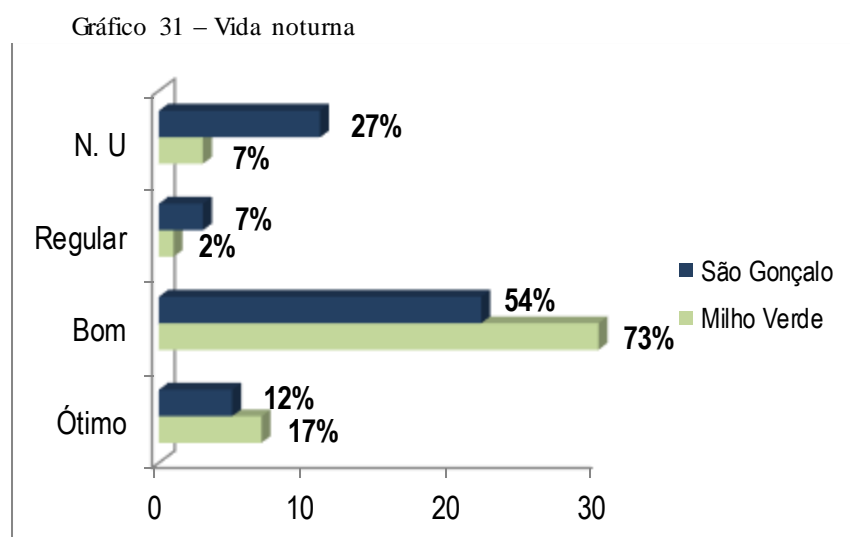
Outro dado importante é em relação à conservação do meio natural. A paisagem natural é apontada em outras pesquisas como fator motivacional para a visita dos distritos e, portanto a sua conservação é primordial. Em ambos os distritos, a maioria dos entrevistados (31) em Milho Verde e (28) em São Gonçalo apontaram que o meio natural se encontra bem conservado. Outros entrevistados 11 (SGRP) e 10 (MV) apontaram como “Ótimo”. A presença de unidades de conservação na região revela a importância da diversidade biológica dos distritos e se apresentam como aliadas à gestão da paisagem.

Gráfico 30 – Conservação do meio natural



No gráfico sobre a avaliação da “vida noturna” comprovam-se as informações que Milho Verde oferece mais opções noturnas do que São Gonçalo. A maioria dos entrevistados, 73% em Milho Verde e 54% São Gonçalo apontou como “Boa”. Entretanto, o segundo maior

índice é sobre a “não utilização” da vida noturna em São Gonçalo, 27% dos entrevistados. Em São Gonçalo, exceto em algumas ocasiões especiais como festivais gastronômicos e de férias, os bares noturnos não oferecem música ao vivo ou outro tipo de entretenimento. Em Milho Verde, existe um espaço cultural, o Armazém Bar Cultural, que realiza eventos frequentemente, com música ao vivo, além de outros bares locais.



Quanto à iluminação (GRÁFICO 32) e saneamento básico (GRÁFICO 33), a maioria dos entrevistados nos dois distritos apontou como “Bons”, seguido dos entrevistados que apontaram como “Regular” nos dois quesitos. Sabe-se que a infraestrutura se apresenta como uma das dificuldades de ambos para o desenvolvimento do turismo.

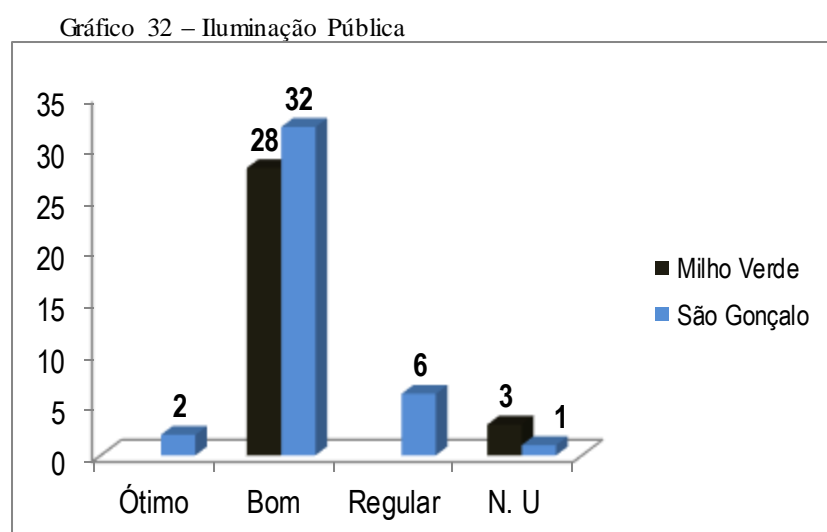
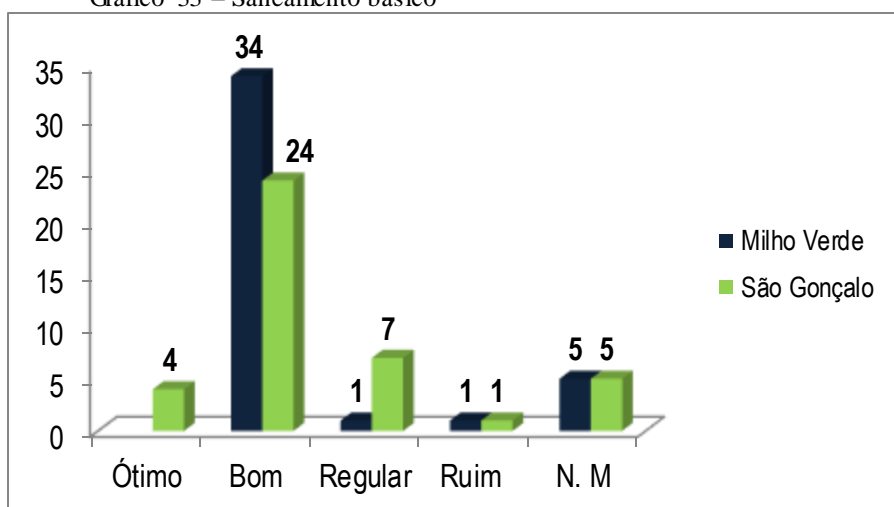


Gráfico 33 – Saneamento básico



No planejamento do turismo, a pesquisa de demanda turística torna-se uma ferramenta fundamental para a gestão da atividade. Ao conhecermos a demanda real de um destino, é possível sugerir o dimensionamento da oferta turística da região de forma planejada, bem como melhorar os serviços públicos, contribuindo assim para o atendimento efetivo dessa demanda e para o desenvolvimento do turismo. A pesquisa de demanda é importante também para entendermos o relacionamento do processo de crescimento da demanda com o ciclo de vida das destinações apontadas por Butler (1980).

Por meio dos dados apresentados sobre o perfil da demanda turística, podemos perceber que as diferentes trajetórias de implantação do turismo nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo se refletem ainda no tipo de turismo atual. O distrito de São Gonçalo continua atraindo um tipo de turista mais envolvido com a sua paisagem cultural, enquanto Milho Verde continua atraindo um público que busca essencialmente usufruir dos recursos naturais, sem maiores envolvimento com o contexto histórico e cultural da região. Em São Gonçalo, podemos notar ainda que os problemas relacionados ao turismo são mais discutidos do que em Milho Verde, principalmente pelos empresários, que são, na maioria, nativos. Em Milho Verde, a maioria dos empresários é adventícia e a comunidade ainda participa pouco da gestão da atividade e do empreendedorismo local. A participação da comunidade e do *trade* turístico no desenvolvimento da atividade é essencial para que não se chegar num estágio de estagnação, como apontada por Butler (1980). Para que isso não ocorra, será necessário buscar melhorias nos serviços públicos, na conscientização do turista, na qualidade dos serviços ofertados e, principalmente, no apoio do poder público para cumprir a política de turismo.

4 GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL

A paisagem cultural vem sendo discutida com mais atenção pelos órgãos de proteção nos últimos anos, o que tem exigido uma nova abordagem referente à gestão e à participação das comunidades locais, que são agentes imprescindíveis à preservação. A participação da comunidade na gestão do patrimônio é uma exigência do Comitê do Patrimônio Mundial e representa um desafio no campo de preservação da paisagem cultural. Outros desafios nesse campo estão no estabelecimento de ações integradas do planejamento e na gestão do território alinhada às políticas ambientais e sociais, sobretudo em suas dimensões culturais de natureza material e imaterial. Apesar das cartas patrimoniais recomendarem ações integradas referentes à preservação ambiental e cultural, contemplando assim ações de proteção à paisagem cultural, percebe-se ainda que os órgãos de preservação ambiental e cultural no Brasil trabalham de forma isolada, não havendo a necessária integração entre eles.

As Normas de Quito tratam o turismo como fator essencial para a valorização dos monumentos naturais e culturais e para a consciência da importância destes monumentos e significado para a nação. E, assim, agentes e organizações diretamente envolvidos com o turismo devem estar cientes da importância de se desenvolver ações que promovam um turismo que valorize a paisagem cultural.

Em entrevista realizada com o presidente do COMTUR do Serro, Rômulo Costa, este revela a dificuldade do Conselho de Turismo de colocar as discussões que envolvem a preservação patrimonial na pauta das reuniões do setor.

Há uma relação direta de turismo e patrimônio, claro, mas o COMTUR não tem nenhum envolvimento com a parte patrimonial, porque foge da alçada do próprio conselho e o conselho também não possui dentro dos seus membros, exceto IPHAN, [pessoas com conhecimentos técnicos]. Mas não envolvemos na área patrimonial, nos preocupamos exclusivamente com a parte turística, apesar do estreitamento da relação de um conselho com outro. Mas de fato não trabalhamos esta questão não. (RÔMULO COSTA, 2015).

Em relação à proteção do meio natural, no Brasil, existem vários instrumentos que podem ser utilizados para proteger áreas das paisagens culturais, entretanto a integração entre a cultura e o meio ambiente também não é o foco dos órgãos de proteção ambiental, tais como IEF, IBAMA e o ICMBIO. A criação de unidades de conservação, previstas na lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), de âmbito nacional, tem por objetivo

proteger a biodiversidade, os recursos hídricos, as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional, contribuindo para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais.

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, além de estarem cercados por três unidades de conservação ambiental - que demonstram a importância da paisagem em relação à diversidade biológica e da abundância em recursos hídricos - possuem bens patrimoniais tombados na esfera estadual (IEPHA/MG) e municipal (Conselho Deliberativo de Patrimônio). Tal fato evidencia a importância dos seus monumentos para se entender a história regional. Dentre os monumentos protegidos estão as construções religiosas que representam o poder do clero nos assentamentos destes vilarejos e sua influência no controle social e na exploração das pedras preciosas durante o período colonial.

Segundo Ribeiro (2007), o interesse na paisagem como um bem patrimonial já existia no momento da institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil em 1937. Mesmo que não se utilizasse o termo paisagem cultural, a preocupação em preservar também o aspecto ambiental se manifesta na criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Torna-se, dessa forma, perceptível uma transformação nas práticas de preservação dos demais bens culturais, nas formas de compreensão da paisagem e sua valorização ao longo do tempo.

Entretanto, ao se tratar da gestão da paisagem cultural é necessário que os instrumentos de proteção do patrimônio cultural estejam apoiados e integrados aos instrumentos de proteção ambiental, estabelecidos pelos órgãos ambientais como Instituto Estadual de Florestas, ICMBIO, IBAMA, que ao implantarem unidades de conservação, criam formas para a preservação do meio ambiente e ao mesmo tempo, criam instrumentos legais para a proteção da diversidade biológica e conseqüentemente da paisagem, apesar de não se vincular a noção de paisagem cultural. Podemos perceber tal isolamento quando ocorre a oportunidade de criação de áreas de conservação ambiental em comunidades remanescentes quilombola. Em muitas ocasiões, esses órgãos de preservação estabeleceram áreas protegidas, com a proteção integral, porém desconsiderando o contexto histórico e cultural das comunidades locais, que

muitas vezes sofrem a expropriação e perdem seus valores culturais e heranças ligadas ao território, como foi o caso do Parque Nacional das Sempre-Vivas¹⁰³.

Por mais amplas que sejam as ações de preservação do patrimônio cultural de um bem num determinado núcleo histórico, elas não terão um alcance desejado se as legislações de preservação ambiental não funcionarem adequadamente. No caso da paisagem cultural, é de suma importância que as legislações ambientais e culturais se integrem e que as organizações que lidam com a preservação estejam atentas também às mudanças que ocorrem no entorno do bem protegido.

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo, dentro dos propósitos desta pesquisa, se apresentam como paisagens culturais e ambas vêm sofrendo ameaças em relação à preservação da sua integridade. Constantemente estão expostas às pressões de mineradoras locais, à degradação ambiental; à reconfiguração da paisagem urbana influenciadas pelos novos contextos históricos em que vivem esses vilarejos, ao aumento do turismo - que vem transformando a paisagem urbana com a construção de novos empreendimentos turísticos e especulação imobiliária - e ainda à perda dos vestígios que dão testemunhos das formas de assentamento e da construção da paisagem local, dentre outros fatores. A proteção dessas paisagens, tão importantes para a história do período colonial na região, dependerá das discussões e envolvimento de órgãos culturais e ambientais nas instâncias federal, estadual e municipal, o que será discutido no item seguinte.

4.1 Proteção do patrimônio cultural e natural: forças verticais e horizontais

A preservação do patrimônio cultural brasileiro começou a ganhar importância em 1936, quando o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de lei para salvaguarda desses bens. O decreto lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937 foi aprovado no governo de Getúlio Vargas e cria o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (antigo SPHAN). Em seguida, foi confiada a Rodrigo Melo Franco de

¹⁰³ Ver mais em: MONTEIRO, Fernanda. *Os (as) apanhadores (as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais*. Tese de mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais. 2011

Andrade a tarefa de implantar o órgão. Em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto Lei nº 25 de 1937, que tinha o objetivo de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.¹⁰⁴ O IPHAN está atualmente vinculado ao Ministério da Cultura, responsável por preservar os diferentes elementos culturais que compõem a sociedade brasileira.

O principal instrumento de proteção legal dos bens tangíveis é o tombamento¹⁰⁵, processo pelo qual processo o bem é inscrito nos seguintes livros de tomo: Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas e Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Bem mais tarde, com a necessidade de salvaguarda dos bens de caráter imaterial, foi aprovado em 04 de agosto de 2000, o Decreto nº 3.551, que institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial, que define um programa especialmente voltado para este fim.

Seguindo as diretrizes da política de preservação brasileira, o Estado de Minas Gerais foi considerado pioneiro na criação e implantação das políticas de preservação do patrimônio. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) está vinculado à Secretaria Estadual de Cultura e foi criado pela Lei Estadual 5.775, de 30 de setembro de 1971.

O objetivo inicial do instituto era estabelecer o tombamento dos bens arqueológicos, etnográficos, paisagísticos, bibliográficos e artísticos, de interesse público do Estado de Minas Gerais. Todavia, “após duas reformulações, em 1985 e 1993, o órgão evolui para novas formas de atuação além do tradicional tombamento, instituindo o inventário, o registro, a vigilância, a conservação e a desapropriação de bens como diretrizes” (BOTELHO, 2006 *apud* MARQUES, 2009, pág. 97). Além dessas atribuições, cabe ao IEPHA/MG, a proteção aos bens por ele tombados, a difusão da consciência patrimonial e criação de instrumentos e mecanismos que contribuam de maneira universal e eficaz, para a preservação da memória e identidade culturais em todo o Estado.

¹⁰⁴ Para mais informações: Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIphan>>. Acesso 10 de nov. 2014

¹⁰⁵ O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

Além do Conselho Curador como unidade administrativa, o IEPHA auxilia o Conselho Estadual de Patrimônio Cultural - CONEP com apoio técnico, científico e operacional para a formulação e execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural.

Outra medida importante para a preservação do patrimônio foi a criação em 1990 da Lei n.º13.803, que dispõe sobre a distribuição de parcela da receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Na categoria patrimônio cultural, os municípios que não contam com grandes recursos para a preservação do patrimônio, possuem este incentivo para continuarem sua política municipal de preservação.

Ao longo do tempo, a atuação do órgão sofreu as restrições devido ao caráter ainda centralizador no âmbito federal das políticas patrimoniais, ditado pelo IPHAN. Por outro lado com as restrições presentes na Constituição que responsabilizam o município, e não o Estado, pela preservação dos bens, o município recebeu grande poder na elaboração das políticas urbanas, incluindo no campo patrimonial, “ficando a cargo do IEPHA/MG somente estabelecer as políticas e normas de proteção ao patrimônio cultural pelos municípios.” (BOTELHO, 2006, p. 477).

Dentre as leis e decretos criados referentes à salvaguarda do patrimônio cultural se destacam:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.
- Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21 de setembro de 1989.
- Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- Lei nº 11.258, de 28 de outubro de 1993 - Reorganiza o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG e dá outras providências.
- Decreto Federal nº 3.551 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

- Lei Estadual nº. 18.030, de 17 de janeiro de 1990 - Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.
- Decreto estadual nº 42.505, de 15 de abril de 2002 - Institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais.

No que diz respeito à política municipal de patrimônio, o Serro está alinhado à política estadual de preservação patrimonial e vem buscando ao longo dos anos formas de preservar o seu patrimônio. Entretanto, assim como outros municípios, não possui recursos para realizar grandes obras de restauração e conservação do patrimônio, dependendo, portanto, dos recursos provenientes do ICMS Cultural. Deve-se considerar que às vezes parte do recurso do ICMS não é reinvestido devidamente na proteção dos bens tombados. O município deve refletir mais sobre seu papel na preservação do patrimônio, pois assim como acontece em outros municípios, a prefeitura centraliza a gestão dos recursos e dificulta uma participação mais efetiva das comunidades nas decisões referentes às políticas de preservação.

O Serro possui um Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural criado pela Lei n. 1537, 8 de março de 2002 e o Fundo de Preservação do Patrimônio em consonância com as exigências da Lei do ICMS do Patrimônio Cultural, recebendo anualmente recursos advindos do ICMS Cultural.

Em Serro, os monumentos tombados se encontram em bom estado de conservação; entretanto, nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo, verificou-se nos últimos anos graves problemas para a conservação dos monumentos tombados e deficiência de corpo técnico para a elaboração de projetos para captação de recursos que viabilizassem a manutenção dos monumentos de grande importância histórica. Em São Gonçalo do Rio das Pedras, além da Igreja Matriz de São Gonçalo, tombada pelo IEPHA/MG, existe o tombamento municipal do Rancho de Tropas e da Igreja do Rosário, que atualmente encontra-se em processo de restauração. Já em Milho Verde, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres possui o tombamento pelo IEPHA/MG e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, pelo município de Serro.

Tabela 14: Monumentos tombados no distrito de Milho Verde

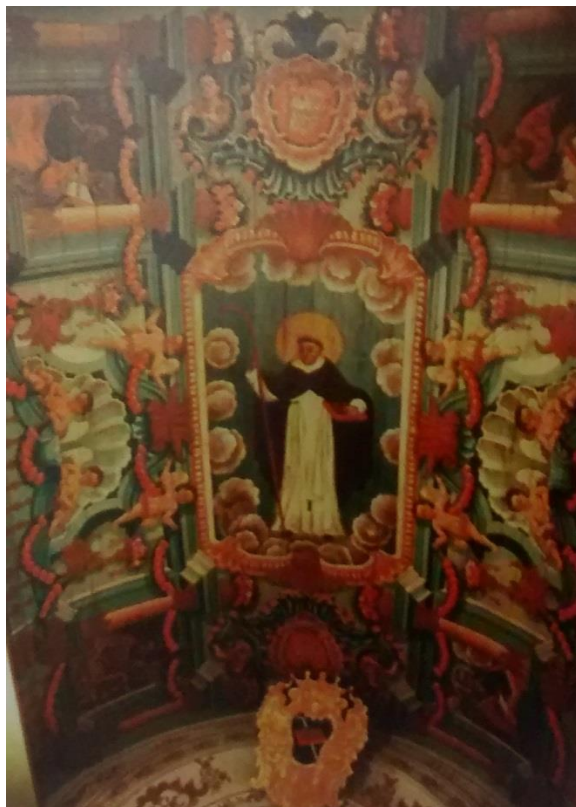
Monumentos históricos em Milho Verde	
<p>Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres</p> 	<p>Descrição:</p> <p>Igreja setecentista, construída pelo capitão José Moura de Oliveira, no século XVIII. Esta igreja conserva bem o estilo das construções barrocas de meados do séc. XVIII. Sua estrutura é feita em adobe e madeira. Sua planta é composta de nave, capela-mor e duas sacristias. Os trabalhos em talha são simples, mas de boa qualidade. Possui conjuntos com policromia ainda original.</p>
<p>Proteção Legal: IEPHA/MG tombada pelo Decreto 20.581, de 26 de maio de 1980.</p>	
<p>Igreja de Nossa Senhora do Rosário</p> 	<p>Descrição:</p> <p>Construída por moradores da comunidade do Baú, segundo relatos, no século XIX, a capela é estruturada em barro e madeira. Apesar de não possuir elementos que a distingam sob aspecto ornamental, está valorizada pela inserção na magnífica paisagem, no topo de uma colina com amplíssima vista para o vale e serras que integram o maciço do Pico do Itambé.</p>
<p>Proteção Legal: Conselho Deliberativo do Patrimônio - 26 de novembro de 2003.</p>	

Elaborado pela autora, 2014.

Tabela 15: Monumentos tombados no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras

Monumentos históricos em São Gonçalo do Rio das Pedras	
<p>Igreja Matriz de São Gonçalo</p> 	<p>Descrição: Construída em 1787, conforme inscrição pintada na igreja. Em janeiro há a festa de São Gonçalo, que atrai grande número de pessoas. A capela mor tem belíssima pintura no forro e a qualidade do trabalho mereceu destaque de Carlos Del Negro, por possuir pinturas da transição entre as fases barroco e rococó. (FIGURA 72).</p>
<p>Proteção Legal: IEPHA/MG por meio do Decreto n°. 20.581/80 de 26/05/1980</p>	
<p>Rancho de Tropas</p> 	<p>Descrição: É considerado um dos últimos ranchos de tropas a preservar sua unidade e características arquitetônicas originais, apesar de a venda ter sido adaptada ao uso residencial e de ter sofrido alterações.</p>
<p>Proteção Legal: Conselho Deliberativo do Patrimônio Decreto n°. 839 de 31/3/2000</p>	
<p>Igreja de Nossa Senhora do Rosário</p> 	<p>Descrição: Suas linhas construtivas supõem tratar-se de edificação do período colonial. A Capela é bem inserida no conjunto urbano, tendo área livre na frente, com árvore e cruzeiro de madeira. Possui peças de talha bastante despojada, presumivelmente do séc. XIX. A Imaginária é de pequeno porte, e de boa qualidade.</p>
<p>Proteção Legal: Conselho Deliberativo do Patrimônio. Tombada em 29 de novembro de 2007. Elaborado pela autora, 2014.</p>	

Figura 72: Forro da Capela-mor da Igreja Matriz de São Gonçalo



Fonte: IEPHA, 1996

Segundo algumas pessoas da comunidade, a atenção dada pelo poder público à proteção dos monumentos tombados e da paisagem cultural se mostra bastante falha. Uma delas critica a postura da Administração pública municipal relatando que esta faz acordos em troca de apoios políticos, não se preocupando com a preservação local.

Agora a Prefeitura não tem a menor atuação na questão de patrimônio, nem ambiental, nem patrimônio cultural. Ação, eles falam que fazem, se propõe a lei, é só ver a lei de delimitação do patrimônio. [...] O poder público é ausente, mesmo que você denuncie e tudo, ele faz o mesmo tipo de acordo oligárquico que era feito na época de 40 e 50. (moradora adventícia de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2015)

A que é tombamento pelo IEPHA é só a Matriz. Na época que essa igreja “caiu”, nós tivemos uma luta pra conseguir. Caiu uma parte da torre e ela ficou inativa sete anos. Nós corremos, eu estava bem mais nova. O Martin foi uma pessoa que aliou a essa ideia, que a gente tinha que tá correndo atrás, ele ajudou muito. Ela já era tombada. Até onde que o patrimônio está realmente preocupado? (NEUZA COELHO, moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2015).

A igreja de Nossa Senhora do Rosário em São Gonçalo do Rio das Pedras conta com tombamento municipal; entretanto se encontrava em péssimo estado de conservação. Foram sete anos de mobilização de grupos de moradores do distrito para conseguir recursos para a obra de restauração, pois a prefeitura alegava não ter recursos para fazer a restauração da Igreja. Dentro do contexto da responsabilidade de preservação estabelecida no tombamento, o município se torna corresponsável pela preservação deste bem.

Se eles têm preocupação não é do meu conhecimento não, pode ser que tenha, mas não sei porque não atua da maneira que eu acho que deveria. [...] Porque como que a Igreja tava nesta decadência. A gente tombou municipal, foi justamente pra ver se teria mais força, apoio melhor, e ficou ué? Se a comunidade não tivesse tomado iniciativa, talvez a Igreja, não sei, talvez eles também ia tomar uma outra atitude, igual estou te falando não é do meu conhecimento, o pensamento deles, a organização eu não posso falar. (NEUZA COELHO, moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2015)

Sobre a relação das pessoas da comunidade com o patrimônio, Neuza Coelho, lembra o cuidado que os antepassados tiveram em preservar o núcleo histórico e os costumes locais.

Figura 73: Nestor de Araújo



Fonte: SPHAN/1987

Foto 74: Morador construindo muro de adobe



Fonte: SPHAN/1987

Senhor Nestor, já falecido, morador de São Gonçalo tinha diversas habilidades de carpintaria, e era conhecido como o restaurador de muitas casas de São Gonçalo. Quando era necessária a restauração de igrejas do distrito, também era convidado para realizar a obra.

Eu fui muito dedicado à restauração, todo mundo me chamava para restaurar. Todo mundo tinha essas casinha querendo cair. Eles me chamava depressa, eu vinha e dava logo um jeito, né? A casa tá podre, eu vou trocando todas as peças, tirando todas as peça podre, botando nova e recompondo tudo do mesmo jeito que era. (SENHOR NESTOR, 1987.)¹⁰⁶

Neuza revela ainda que as pessoas da comunidade até se preocupam quando notam o estado de degradação dos monumentos históricos, mas que ficam esperando que alguém tome iniciativa por elas.

Eu vejo também que o pessoal que antecedeu como que eles preocupados em preservar a comunidade, dentro do estilo dela, as casas. Sempre observei que eles tinham preocupação de cuidar das casas. Fazer tudo bonitinho, porque a cidade sempre foi muito bonitinha. Mas se perdeu muita coisa também. Um dia eu estava

¹⁰⁶ Documentário Pró Memória - Plano de preservação de São Gonçalo do Rio das Pedras, 1987, 7ª Regional do SPHAN.

contando quantas casas que eu conheci que caíram, que foram derrubadas, umas setes, lindas, casarões lindos que tinham. (NEUZA COELHO, moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2015)

Outra moradora adventícia possui uma visão mais preocupante quanto à percepção da relação dos moradores com o patrimônio. Para ela, a comunidade preservava o patrimônio há uns sete ou oito anos atrás e que atualmente, possivelmente devido ao novo contexto histórico, aumento do turismo e oportunidade de negócios, a comunidade, principalmente empresários locais, apoiam a preservação desde que não atrapalhe seus interesses econômicos.

Eu acho que a comunidade se mobiliza com o patrimônio a medida que ela sente que o patrimônio é importante pra ela ganhar dinheiro. Ela não se mobiliza porque ela valoriza o patrimônio. Década de 90 a 2.000 se mobilizava pra isso, devido ao trabalho do IPHAN, existe trabalhos da escola em relação ao patrimônio. Mas você vê no dia a dia que ela não valoriza o patrimônio. [...] Se a gente pega os últimos 4, 5 anos, a questão da arquitetura urbana, alterou assim extremamente, exatamente por causa da possibilidade do ganho, aumento de casa pra poder alugar, aumento de comércio, então você vê portão de ferro onde não tinha, as pessoas acham feias, as mesmas pessoas hoje usam, as mesmas pessoas que criticam placas, coloca a placa do estabelecimento delas, fora do padrão que eles querem que sejam implantadas, mudou as casas, a consciência patrimonial é muito menor que a possibilidade do ganho. (moradora adventícia de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2015).

Na visão dessa moradora, esta realidade se repete, em relação à preservação do meio ambiente, tanto a Milho Verde quanto em São Gonçalo do Rio das Pedras.

A mesma coisa que aconteceu com o patrimônio cultural, aconteceu com o meio ambiente, até uns 8 anos atrás, sei lá, seis anos atrás, porque na verdade esta a comunidade sempre se mobilizou muito pra preservação do rio [das Pedras], a relação dele com rio é... o rio que alimentava esta cidade, o nome da cidade, a relação da pessoas, onde elas se divertem, lavam roupa, lava panela, etc tal, mas a mesma coisa que aconteceu com a possibilidade do ganho financeiro com relação ao patrimônio cultural, também acontece com o ambiental, a comunidade hoje faz acordos implícitos. (moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2015).

Segundo Maria Cristina¹⁰⁷, da Gerência de Projetos e obras do IEPHA, na década de 1990, a instituição elaborou um projeto de restauração para as duas igrejas tombadas pelo Estado: Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Milho Verde e Igreja Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras. Nessa ocasião, as igrejas estavam com a integridade ameaçada, devido a problemas estruturais. No início dos anos 90, elas foram restauradas e contou com um convênio com a Prefeitura do Serro e com a mobilização das comunidades locais.

¹⁰⁷ Entrevista realizada na sede do IEPHA/MG em Belo Horizonte em 2015.

Em 2013, num programa chamado Patrimônio Vivo, o IEPHA/MG contratou também um projeto de restauração para as duas igrejas, já que passados quase vinte e cinco anos da última reforma, estavam necessitando de novas obras de manutenção. Maria Cristina reforçou ainda que o IEPHA contemplou as localidades com a restauração das suas imagens sacras, dentro do Projeto de restauração de acervo, projeto do IEPHA/MG em parceria com a UFMG. Foram restauradas três imagens da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres em Milho Verde: Nossa Senhora dos Prazeres (restauração realizada pelo IEPHA), São Gonçalo e Sant'Ana e mais outras 7 imagens da Igreja Matriz de São Gonçalo: São Gonçalo (restauração pelo IEPHA/MG), Nossa Senhora dos Prazeres, São José, São Francisco de Paula, Santo Antônio de Pádua, São Sebastião e São Francisco de Assis.

Sobre a participação do órgão estadual na dinâmica de preservação do núcleo histórico das duas comunidades, coube ao IEPHA emitir pareceres acerca do tipo de calçamento que seria utilizado nas ruas dos distritos, considerando que o projeto da obra previa o asfalto dentro das localidades, o que implicaria na retirada do calçamento de pedras existente em São Gonçalo.

Segundo Andrea Sasdelli¹⁰⁸ (2015), da Gerência de ação preventiva do IEPHA/MG, para garantir um bom resultado na gestão do patrimônio cultural é necessária uma parceria e maior vigilância do município para a fiscalização dos bens e para que as demandas cheguem até o órgão estadual. Para ela, o município, além da Prefeitura como gestor do território urbano, possui o Conselho de Patrimônio para apoiar as ações de proteção do núcleo histórico das duas localidades. Andrea ainda reforça que o município deve avaliar se as ações devem incluir ou não o IEPHA/MG, já que o órgão realizou o tombamento somente dos bens isolados e não existe tombamento do núcleo histórico. “O IEPHA tem como conteúdo de tombamento a edificação em si e seu entorno”, em todos os casos tem como preocupação a visibilidade do bem, fiscalizando anúncios inadequados, veículos estacionados, e construções que vêm a surgir no entorno do bem. Cita que o município deve fiscalizar as construções próximas aos monumentos, pois fazem a gestão do espaço urbano e dentro das diretrizes que estabelece nos instrumentos urbanísticos detém as informações do que pode ou não ser realizado no entorno do bem, contribuindo para a gestão compartilhada.

¹⁰⁸ Idem.

Entretanto, algumas vezes o próprio município é o transgressor, quando realiza ou contrata serviços sem atentar para as restrições de intervenções no entorno do bem tombado. Por exemplo, no ano de 2012, houve uma demanda para iluminação do adro da Igreja Matriz de São Gonçalo tombada pelo IEPHA/MG. A CEMIG chegou a instalar postes em frente ao monumento, sem nenhum critério e sem consultar o órgão sobre as restrições dentro do perímetro de tombamento. Segundo Andrea, os moradores preocupados que a intervenção agredisse o entorno do bem, acionaram o IEPHA/MG, que negociou com a CEMIG a troca da iluminação por lâmpões.

Para Andrea, na tentativa de atender uma demanda [a iluminação] eles “pularam” o IEPHA. Ela cita outro caso que ocorreu no ano passado (2014), com a possibilidade de instalação de antenas de telecomunicação em São Gonçalo. “Queriam instalar no adro da Igreja [de São Gonçalo [...] e mesmo que a Igreja do Rosário não seja tombada por nós, ela tem valor cultural e ela é tombada”. Andrea reforça ainda que o objetivo da Gerência de ação preventiva é intervir em processos em que o bem esteja exposto à risco quanto à visibilidade e proteção, realizando pareceres e buscando alternativas para permitir o desenvolvimento sem trazer prejuízos ao ambiente e ao patrimônio.

As ações de proteção do núcleo histórico dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo, em âmbito estadual, contam ainda com a possibilidade de tombamento dos seus núcleos históricos pelo IEPHA/MG, conforme veremos no item seguinte, sobre os desafios da gestão da Paisagem Cultural.

Quanto às políticas de preservação ambiental, são motivadas pela importância da biodiversidade e da beleza excepcional da região onde os distritos estão inseridos e pelos recursos hídricos importantes, como o Rio Jequitinhonha que atravessa as unidades de conservação existentes e dialoga com as comunidades.

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras estão inseridos na Serra do Espinhaço, considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a sétima reserva da biosfera brasileira. A Serra do Espinhaço engloba os estados de Bahia e Minas Gerais e é marcada pela beleza paisagística, diversidade de fauna e flora, e pela riqueza em recursos naturais.

Figura 75: Entrada de Milho Verde com Serra do Espinhaço ao fundo



Foto: Rafael Cevidanes

Devido à importância da biodiversidade e ao processo de degradação que se tornou muito evidente nas regiões de Milho Verde e São Gonçalo, houve ações pontuais de proteção ambiental. Com a busca de novas alternativas de renda pelos moradores, voltada principalmente para a expansão agropecuária, houve um aumento significativo do desmatamento da vegetação nativa na região. Outros motivos foram “a extração de diamante, ouro e quartzo; lançamento de esgotos domésticos; ocupações irregulares de áreas ambientalmente sensíveis” (BESSA, 2011).

A degradação dos cursos d’água causada pelo garimpo mecanizado nas últimas décadas despertou a atenção da comunidade ambientalista para a necessidade também da conservação dos recursos hídricos do Alto Jequitinhonha. Com os dispositivos legais de proteção ao meio ambiente, especialmente, com a instituição da APA das Águas Vertentes em 1998, o garimpo de diamantes (tradicional ou mecanizado) tornou-se uma atividade praticamente inviável.

A Área de Proteção Ambiental, APA Estadual Águas das Vertentes, foi criada pelo Governo de Minas Gerais por meio do Decreto Estadual nº. 39.399, de 21 de janeiro de 1988. A área possui 76.310 hectares e abrange os seguintes municípios: Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro.

A fauna local, ainda é composta por importantes espécies típicas do cerrado, como onça, tatus, veados, jacarés, mocós e inúmeros tipos de aves e peixes, (conforme registro fotográfico no Apêndice C). A APA das Águas vertentes tem por objetivos específicos:

- I - proteger os solos, a fauna e a flora e promover a recuperação das áreas degradadas;
- II - proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas;
- III - promover e estimular programas de educação ambiental;
- IV - promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região;
- V - promover, desenvolver e ordenar o ecoturismo regional. ¹⁰⁹ (IEF, 2010).

O mesmo decreto que criou a APA das Águas Vertentes delegou à Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais a responsabilidade de criar os instrumentos para proteger e recuperar as áreas degradadas, disciplinar as atividades industriais de urbanização e ordenar o turismo, dentre outras providências, na referida APA (MINAS GERAIS, 1998). A partir da instituição da APA Água das Vertentes, todos os projetos de impacto implantados em Milho Verde e São Gonçalo, especialmente os de turismo, devem obedecer às diretrizes previstas no ordenamento legal daquela unidade de proteção ambiental e receber aprovação do seu comitê gestor.

Figura 76: Interior da APA das Aguas Vertentes



Fonte: Unidades de Conservação Estaduais/2014

¹⁰⁹ Para mais informações: Disponível em <<http://observatorio.wwf.org.br/unidades/cadastro/550/>>. Acesso 15 de dez. 2014.

No artigo 5º do decreto sobre as medidas adotadas para a implantação e funcionamento da APA das Águas Vertentes estão:

I - o procedimento de zoneamento da APA [...] que indicará as atividades a serem implementadas em cada zona, bem como as que deverão ser disciplinadas, restringidas ou proibidas, [...] objetivando a conservação dos recursos naturais, dentre os quais se inclui, além do ar, água, solo e biota nativa, a própria paisagem;

II - a utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da Zona de Vida Silvestre, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais e à implantação dos programas de manejo da APA das Águas Vertentes, [...] são indispensáveis, não obstante as gestões de agentes locais e do próprio Conselho Consultivo da APA das Águas Vertentes no sentido de alcançar a auto-sustentabilidade dessa unidade de conservação;

III - a aplicação, quando cabível, de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;

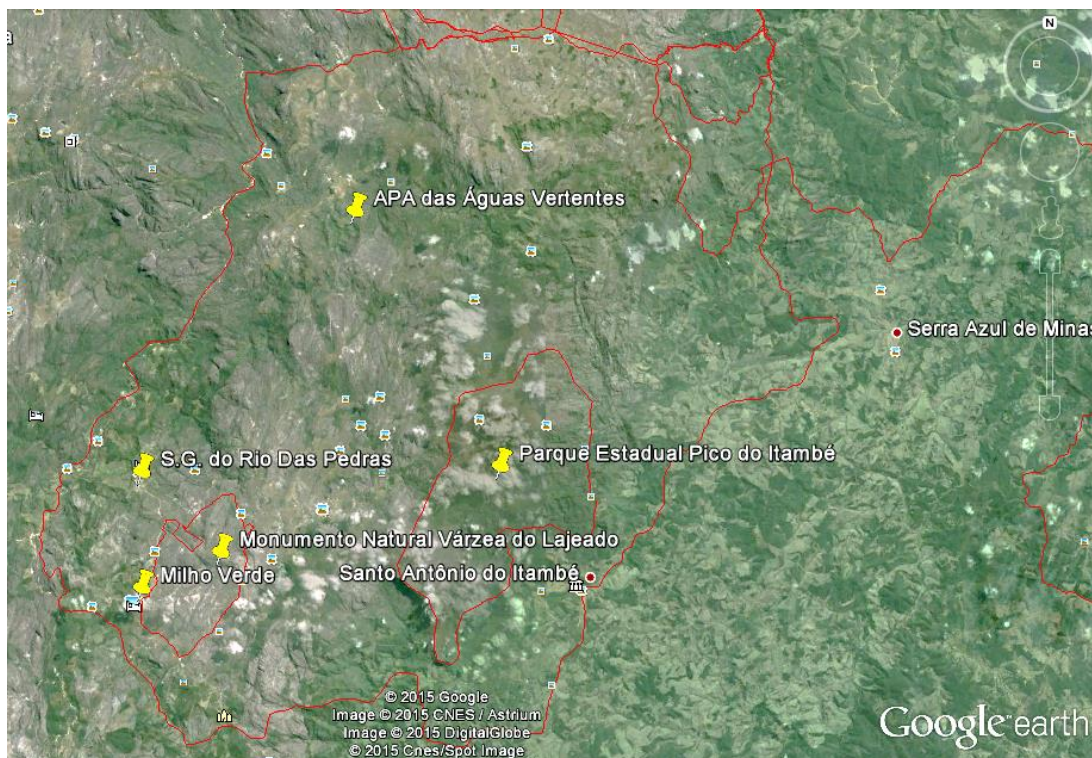
IV - a divulgação das medidas previstas neste Decreto, objetivando o esclarecimento e o envolvimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;

V - a proposição e implantação de estudos e projetos visando o desenvolvimento de atividades compatíveis com o meio ambiente regional. (IEF, 2010)

Essas medidas demonstram a importância de se estabelecer normas para a preservação da paisagem e contribuem para impedir o avanço das construções irregulares em áreas de proteção ambiental e a venda de lotes em lugares proibidos, buscando a conservação dos recursos naturais e permite também a participação de diferentes agentes locais na sua gestão.

Para apoiar a gestão da APA foi criado, no ano de 2010, o Conselho Consultivo das Águas Vertentes, que contou com a participação de representantes dos municípios componentes da área citada, das instituições ligadas direta e indiretamente ao meio ambiente e das comunidades locais. Além da APA das Águas Vertentes, os distritos de Milho Verde e São Gonçalo estão próximos do Parque Estadual do Pico do Itambé e inseridos na área do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio.

Figura 77: Mapa das unidades de conservação na região de Milho Verde e São Gonçalo, delimitadas em (vermelho).



Fonte: APA das Águas Vertentes, 2015.

Foi criado na região onde estão inseridas as comunidades o “Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio (MONAT)” em área que está diretamente ligada ao distrito de Milho Verde, e ao entorno de São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari. Com extensão de 2.199 hectares, foi instituído por Decreto Estadual nº 45.614 de 06 de junho de 2011, atendendo a grande reivindicação das comunidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Foi escolhida esta categoria devido à relevância biológica da região, ao seu potencial turístico e científico, ao grande acervo histórico e cultural, à necessidade de assegurar proteção, considerando a fragilidade dos ambientes ali presentes, como por exemplo, os campos rupestres. Entretanto, como se trata de uma área de proteção integral, esse instrumento vem criando conflitos na região, principalmente com adventícios, que compraram lotes irregulares dentro da delimitação da APA. Além disso, a comunidade teve que mudar seus hábitos. Na área reservada ao Monumento Natural, não se pode caçar, extrair lenhas e outros tipos de madeiras, colher Sempre Vivas, etc. A criação do MONAT vem estimulando a exploração consciente dos recursos naturais pelo turismo; durante feriados e fins de semana, monitores da APA e do MONAT trabalham na conscientização do turista quanto a preservação do meio natural.

4.2 Desafios da gestão da paisagem cultural

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras apresentam características originais de núcleos de apoio à atividade mineradora. Estão inseridos numa região privilegiada com belas paisagens e monumentos históricos de relevância tombados pelo IEPHA e pelo COMPAC/Serro. Entretanto, atualmente vêm sofrendo processos de adensamento e transformações físicas e sido expostos a uma nova reconfiguração do espaço, requerendo, portanto, novos cuidados, principalmente em relação aos seus núcleos históricos. Estes, por muito tempo não se apresentavam como objeto de proteção por parte dos órgãos de preservação e vêm sofrendo descaracterizações “facilitadas” pela inexistência de diretrizes e de instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor do município de Serro. Além disso, o crescimento do turismo na região em decorrência de melhorias de acesso tem favorecido a especulação imobiliária e as construções irregulares, contribuindo para a descaracterização dos seus núcleos históricos.

É outro impacto que estamos tendo muito hoje também e que vamos sentir ainda maior, é questão da especulação imobiliária. Nós estamos percebendo pessoas comprando lote, pessoas construindo desordenadamente, por isso nos estamos trabalhando hoje área de proteção cultural, pra gente delimitar essa área, pra ver onde que é área de preservação, onde pode construir, onde que é a área de expansão, onde que é a área de proteção. O impacto negativo já está acontecendo. (PEDRO FARNESI, 2015)

Segundo Osmero Júnior, arquiteto e funcionário da Secretaria de Obras de Serro, o Plano Diretor do Serro está passando por atualização; entretanto foi editado pela Prefeitura por pressão do Ministério Público (ANEXO II e III), um decreto¹¹⁰ que delimita a área de proteção patrimonial para impedir a expansão no centro histórico. Entretanto para ele, este decreto já apresentou falhas em relação ao perímetro da área de entorno, que a seu ver é muito extensa. Outro problema, segundo ele, é que o decreto foi aprovado sem que o Conselho de Patrimônio estivesse envolvido ou participasse do processo.

Foi traçado um perímetro de tombamento que não fecha, e considera uma área com um entorno levando em 100 metros além desse perímetro. O perímetro de entorno de um bem tombado, precisa ser definido. Lá nós, temos, vamos frisar em São Gonçalo, temos 2 bens tombados, eles precisam pelo menos fazer referência a isso, ai não tem nenhuma referência. [...] O decreto não foi nem discutido nem aprovado pela comissão de patrimônio. [...] Mas o Conselho não deu nenhuma opinião sobre os decretos, foi feito mesmo assim de ontem pra hoje, pra uma demanda, inclusive da Promotoria Publica, e aí fez um decreto pra cumprir tabela. (OSMERO, 2015)

¹¹⁰ Ver anexo VIII.

Osmero reforça ainda que a área de entorno é imensa (*sic*) e poderia ser utilizada para diminuir a pressão no núcleo histórico. Para ele, seria necessário criar meios para que a comunidade pudesse se desenvolver, já que o patrimônio não é estático, e está sempre em processo de mudanças.

É uma área imensa, então áreas, inclusive nesta faixa de cem metros além deste perímetro, que poderia ser usada pra uma despressurização do centro histórico está bloqueada, até porque eu vou fechar, nunca mais vai mudar aquilo, não posso. O próprio bem tombado fala, manda que eu use, então eu preciso usar, com regras, com critérios, estofa legal, e bem embasado de modo que eu possa inclusive cuidar. (OSMERO, 2015)

Uma moradora adventícia de São Gonçalo possui uma visão diferente e apesar das opiniões não terem sido confrontadas entre os entrevistados, ela parece não concordar com o limite de entorno. Segundo ela, o núcleo todo deveria ser objeto de proteção e todo o distrito deveria seguir regras urbanísticas e arquitetônicas para manter a paisagem. A solução para ela, seria manter o conjunto arquitetônico e estabelecer o restante como área rural, fazendo com que o núcleo histórico continuasse a ser um atrativo local.

Eu acho um erro você delimitar uma área de preservação de patrimônio num lugar deste. Acho que tinha ser inteiro, porque o lugar é pequeno. Eu acho que quem entende de planejamento urbano, todo o distrito teria que seguir a mesma regra da questão arquitetônica pra você manter a paisagem, a paisagem arquitetônica no estilo colonial, e definir sim no planejamento área de expansão urbana. Prá você manter essa área urbana pequena. Aí você mantinha com esse conjunto uma área urbana pequena, e o resto então seria depois a área rural. Isso diminuiria a necessidade de investimento de dinheiro público, a partir do momento que o fornecimento de água, o esgotamento sanitário e a questão de iluminação na zona rural é diferente, porque os terrenos tem ser maiores. Aí você mantinha a produção de alimentos, mantinha a produção dessa coisa: quintal, dos doces, e você não permitiria o crescimento exagerado e desordenado o município. Aí você teria assim uma localidade como atrativo turístico permanente, né? Mas o que a gente vê do poder público, é que o poder público não tem coragem pra fazer esse tipo de coisa, porque ele faz muito acordo num sistema ainda coronelista, de atendimento a quem vota nele. É o atraso do capital social da região é que leva a isso né? (moradora adventícia de São Gonçalo, 2015)

Segundo o Secretário de Turismo de Serro, Pedro Farnesi, os tombamentos em São Gonçalo e Milho são de bens isolados - somente dois monumentos religiosos existentes nos dois distritos, incluindo o rancho de tropas em São Gonçalo. Ele conta ainda que já foi discutido com os órgãos de instância federal (IPHAN) e estadual (IEPHA/MG) sobre o possível tombamento dos núcleos históricos dos vilarejos. Entretanto, segundo ele, o IPHAN alegou não fazer este tipo de tombamento e o IEPHA/MG alegou não possuir recursos financeiros para arcar com pesquisas e elaboração de dossiês de tombamento. Ressalta ainda que uma

grande dificuldade do poder público local está na legitimidade da instituição em intervir nesses espaços sem um embasamento jurídico e legal.

Não tem tombamento nem estadual nem federal, tem isolado, não tem do conjunto. Então hoje a gente não pode interferir muito nesta questão [sobre intervenções no núcleo histórico], tem que ir pro bom senso. [...] então o Conselho não pode opinar muito em relação a isso, porque quando você abre uma discussão em torno disso, baseado em que a gente tá discutindo? Não tem tombamento municipal, não tem tombamento estadual, não tem tombamento federal. No caso dessa escola¹¹¹ pelo menos, eu trouxe o presidente do IEPHA e ele falou assim: você não pode fazer nada, não tem lei não tem nada, contra a força da comunidade você não faz nada. E de fato, lá não tem tombamento. Se tentasse tombamento federal, o IPHAN já falou que não faz mais esse tipo de tombamento. A Promotoria Pública pediu o tombamento estadual, o Estado tá falando que isso é caro pra fazer, que depende de dinheiro e que não tem recurso ainda e que está em fase de estudo, tanto Milho Verde e quanto São Gonçalo. O Conselho só pode se manifestar, nos tombamentos isolados, no caso de São Gonçalo a Igreja do Rosário que nos estamos restaurando agora, e a de cima (Igreja Matriz de São Gonçalo) que é estadual a gente pode manifestar também, o rancho de tropas. (PEDRO FARNESI, 2015)

Neste processo, o órgão de proteção federal se eximiu de qualquer responsabilidade na proteção do núcleo histórico de São Gonçalo e Milho Verde. Apesar do IPHAN alegar não fazer mais o tombamento do núcleo histórico, a instituição poderia dar novas alternativas e apoio aos distritos para a proteção das paisagens, considerando que existe na cidade de Serro um escritório técnico da instituição. Acreditamos que a preservação destas paisagens seja de interesse da instituição, considerando a importância das mesmas para entendermos a história de Minas Gerais e do Brasil. Atualmente, as maiores preocupações dos moradores de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, são em relação ao patrimônio e valorização dos costumes locais.

Uma possibilidade de preservar o núcleo histórico dos dois distritos será por meio do tombamento dos núcleos históricos pelo IEPHA/MG. Em entrevista, a Gerente de Patrimônio Material, Rosana Marques¹¹², reconhece a importância da proteção dos núcleos históricos dos distritos e reitera que vem estudando a possibilidade de tombamento pelo CONEP neste ano de 2015.

¹¹¹ A comunidade discutiu em algumas reuniões sobre construir um telhado de zinco na quadra de esportes da Escola, houve alguns conflitos entre moradores da comunidade e de outros grupos que defendiam que o telhado causaria uma descaracterização no núcleo histórico. O processo ocorreu de forma tão violenta que as pessoas que defendiam a readequação do telhado tiveram recuar, já que não tinha embasamento legal para frear a intervenção.

¹¹² Entrevista realizada na sede do IEPHA/MG em Belo Horizonte em 2015.

Segundo ela, no ano de 2013 houve pedido de tombamento dos núcleos históricos dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo formalizado pelo município de Serro e pelo Ministério Público Federal, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico. Estes pedidos já se encontram em análise pelo órgão.

Sobre a ótica do tombamento, Rosana, reforçou que o IEPHA/MG já trabalha entendendo o bem como a relação entre a cultura e o meio ambiente e as relações da paisagem construída com a natureza. Diz ainda que as igrejas dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo foram tombadas na década de 1980 e a partir daí, ocorreram mudanças no conceito de patrimônio e na forma de sua gestão. “Entendia-se o objeto como monumento, depois foi compreendendo-o também como conjunto, como praça, como conjunto arquitetônico, dentro das relações ecléticas, considerando a paisagem cultural”. (ROSANA MARQUES, 2015).

Provavelmente neste ano, o processo de tombamento do núcleo histórico dos distritos estará sob análise para ser encaminhado ao CONEP. Para tanto, o IEPHA/MG produz um documento técnico, realiza pesquisa nos distritos, faz uma leitura espacial e dos elementos que compõem a paisagem, até chegar a um entendimento quanto a ser tombado ou não; e se tombado qual a área? Qual motivação para eleger os núcleos históricos que serão reconhecidos pelo Estado como patrimônio cultural? Este dossiê é apresentado ao CONEP que decide pelo tombamento ou não. Rosana alerta ainda que o tombamento, por si só, não se sustenta e que para se alcançar um bom resultado na gestão deve-se criar diretrizes, criar restrições e ter um entendimento do lugar enquanto patrimônio.

Sobre a proteção dos núcleos históricos, Castriota (2013) reforça que o conceito de paisagem cultural oferece uma rica perspectiva quando aplicado também às ideias tradicionais do campo da preservação, servindo para ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos e permitindo ainda leituras que compreendam justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas.

É importante lembrar que, ao contrário dos instrumentos de tombamento e o registro, a chancela da Paisagem Cultural não é um instrumento de proteção e não recaem sobre a porção do território chancelada, sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação. Caso aconteçam grandes transformações, a chancela deverá ser acompanhada, antecedida ou complementada pelo tombamento, pelo registro e/ou por outras formas de

proteção, incluindo os instrumentos estabelecidos em outras esferas tais como instrumentos de proteção ambiental, de planejamento urbano, de fomento e outros. (IPHAN, 2011).

Segundo o artigo *Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira*¹¹³ publicado pelo IPHAN no ano de 2011, caso os fatores preponderantes que singularizam o sítio sejam bens materiais é possível que o tombamento seja o instrumento de proteção mais adequado. O mais provável é que este seja o caso dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Entretanto, se os elementos materiais forem secundários ou acessórios, o registro será possivelmente o instrumento indicado. É importante anotar que nessa mesma publicação revela-se que nos sítios onde são constatadas as singularidades materiais, somadas à sua relação intrínseca com a natureza e ao caráter dinâmico do convívio humano, caberá a chancela da Paisagem Cultural. Portanto, ao estudar a relação das comunidades dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo com o seu meio ambiente e as diversas manifestações de aspectos imateriais de ambos é possível avaliar o estabelecimento de um pacto dessa paisagem cultural, passível de ser chancelada.

Segundo IPHAN (2011) para que possam ser estabelecidas ações de planejamento, ordenamento territorial, gestão e fomento da porção do território a ser chancelado e das práticas culturais existentes, é necessário o estabelecimento do “pacto de gestão”.

“Art. 4º. A chancela da Paisagem cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida”. (IPHAN, 2011)

É importante ressaltar que esse processo de tombamento deve contar com a mobilização destas comunidades, incluindo ainda outros órgãos de gestão do território urbano, iniciativa privada, organizações não governamentais, outras instâncias de preservação (cultural e natural). Em determinados casos, o pacto pode ser efetivado apenas no âmbito do poder público, ou deste com a sociedade civil, ou apenas com a iniciativa privada, desde que este arranjo seja capaz de garantir a preservação da paisagem cultural. (IPHAN, 2011).

A chancela da paisagem cultural, ao considerar a necessidade de trabalhar a preservação do patrimônio a partir de uma nova abordagem, atua sobre os aspectos dinâmicos que estão

¹¹³ Para mais informações ver: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>>. Acesso em 11 de jan /2015.

envolvidos na relação entre natureza e cultura, contemplando ainda as manifestações materiais e imateriais. Devemos anotar que a aplicação de instrumentos como tombamento e o registro, em alguns casos, não são suficientes para garantir a preservação, sendo necessário o estabelecimento de um pacto entre atores envolvidos. Desta forma, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira funcionaria mais como um instrumento catalisador de um processo planejado e integrado de proteção e gestão territorial, do que um novo instrumento de proteção. (IPHAN, 2011).

É importante reforçar que a chancela complementa os instrumentos de preservação existentes, o tombamento e o registro. Portanto, nos estudos dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo, caso realmente ocorra o processo de tombamento pelo IEPHA/MG, se criará a oportunidade para participação integrada e gestão compartilhada e estabelecimento de um pacto de gestão entre os diversos agentes que atuam nesses distritos.

O município de Serro, junto com o Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural tem outro desafio - em se tratando da paisagem cultural - o de preservar não só o patrimônio tangível, mas também o patrimônio intangível. Vale ressaltar que o reconhecimento da paisagem cultural pressupõe uma especial atenção ao patrimônio intangível, que é porventura aquele sobre o qual dispomos de menos informação. A “reinterpretação da paisagem cultural passa pelas recolhas etnográficas, por ver e ouvir as populações locais, descobrir os últimos representantes de um saber consuetudinário.” (MARTINS; COSTA, 2009).

Em relação à proteção do meio natural, nos distritos abordados, existem alguns instrumentos de proteção criados em outras esferas, com a criação das unidades de conservação ambiental como a APA e o MONAT que estabelecem, por meio do zoneamento, as áreas prioritárias para proteção. A região conta com um Escritório Técnico da APA e do MONAT que possuem suas sedes no distrito de Milho Verde. Este estaria numa localização estratégica, considerando que o município de Serro representa aproximadamente um terço da área de abrangência da APA. Desta forma, houve melhorias nas ações de fiscalização, monitoramento e plano de manejo da APA das Águas Vertentes e do Monumento Natural. Outro motivo importante para a presença desse escritório está na necessidade de ações mais pontuais nesta área considerando a quantidade de queimadas e degradação ambiental.

Figura 71: Queimadas na APA das Águas Vertentes



Foto: APA das Águas Vertentes, 2014.

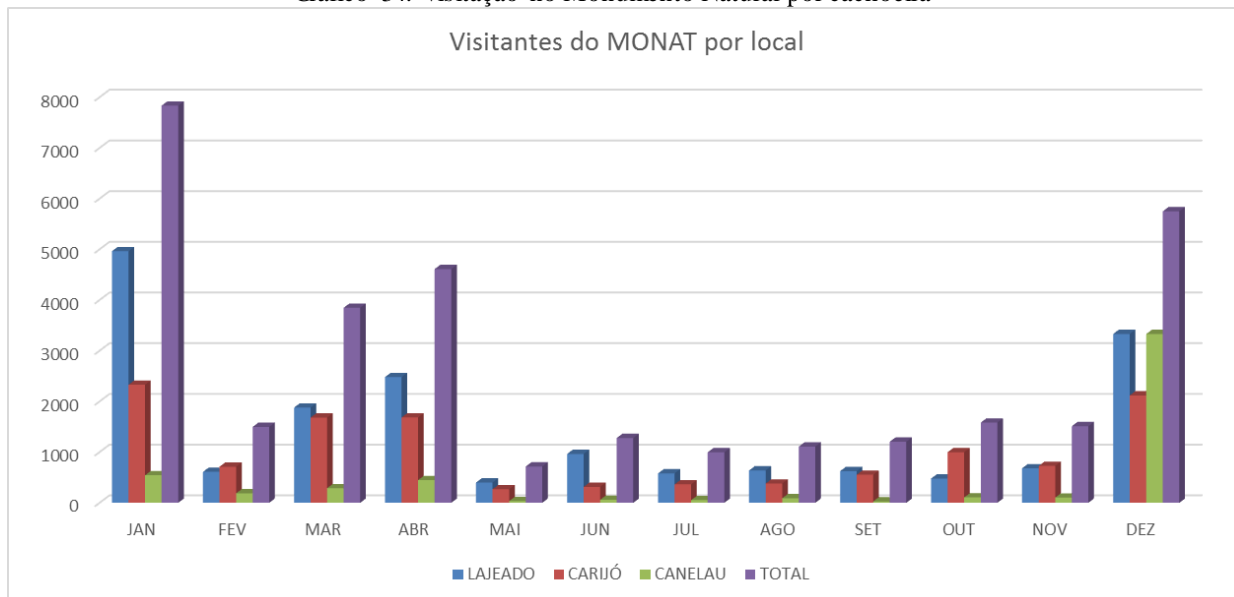
Existem vários conflitos ambientais na região, que por estar inserida em áreas de preservação ambiental sofre imposições pelos órgãos ambientais, de algumas restrições ao modo de vida da comunidade local, que sempre esteve muito ligada ao extrativismo de pedras, da flora e à caça. Deve-se ressaltar que a criação dessas unidades de conservação veio contribuir para a preservação da natureza; porém, é necessário um diálogo maior com a comunidade local para que esta possa conviver com o meio natural de forma mais sustentável. As principais ameaças ambientais para a região são a especulação imobiliária, as carvoeiras, bem como a extração da candeia e da flora natural, queimadas para a atividade agropecuária e a plantação de braquiária para pastagens.

Inicialmente a presença do Escritório da APA e do MONAT foi importante para confirmar as ações de proteção dos recursos hídricos da região e da diversidade da fauna e flora tais como: os estabelecimentos de normas para que toda a ação de infraestrutura local estivesse em acordo com a legislação vigente; o impedimento do avanço das casas irregulares para dentro da APA e do Monumento Natural e ações de conscientização do turista que visitava a região.

Segundo dados do escritório da APA das Águas Vertentes que realiza anualmente pesquisa de visitação turística, no ano de 2012, as áreas de proteção receberam de janeiro a julho, um

número de 25.262 visitantes, e em 2013 receberam cerca de 23.950 turistas. Dentro da APA das Águas Vertentes e do Monumento Natural se localizam algumas cachoeiras como Canelau, Carijó e Lajeado, as mais frequentadas pelos turistas, segundo dados de 2014, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 34: Visitação no Monumento Natural por cachoeira



Fonte: APA das Águas Vertentes

A gestão da APA teve que criar ações para limitar a capacidade de carga nas cachoeiras e resolver novos problemas como o impedimento de trânsito de veículos automotores dentro da área, a proibição do uso de churrasqueiras e de acampamentos, normas aprovadas pelo Conselho Consultivo da APA e do Monumento Natural.

Mais de 1000 usuários no feriado prolongado nas cachoeiras no Monumento Natural, Carijó, Canelau, Lajeado. Vem alguns arruaceiros, todo tipo de público. Grande parte tem consciência de lixo, mas tem problema gostam de fazer churrasco. Alguns faltam com educação com os funcionários. A presença deles [funcionários] inibe. (RENAN CEZAR, 2015)¹¹⁴.

A implantação de um escritório técnico atuante no distrito de Milho Verde, gerou, entretanto a insatisfação de algumas pessoas, nativas ou não nativas da comunidade, que de alguma forma se sentiram lesadas com a imposição de leis que poderiam influenciar em algum projeto rentável. Houve depredações no imóvel onde estava instalado o escritório técnico em Milho

¹¹⁴ Entrevista realizada com o Gerente da APA das Águas Vertentes no Escritório Técnico em Milho Verde, 2015.

Verde, o que intimidou a ação dos gerentes da APA das Águas Vertentes e do Monumento Natural, que sempre se sentiam ameaçados.

Segundo o gerente da APA das Águas Vertentes, Renan César, o cargo de gerência do Monumento Natural, está vago. Tal fato se explicaria pela falta de funcionários dentro do quadro do IEF, mas também seria motivado pelos constantes conflitos e ameaças sofridas pelos funcionários na região.

O Monumento Natural esta sem gerente desde maio de 2014. Pediu transferência. [...] Tem grande problema, principalmente com o Monumento [Natural] que é uma área de proteção integral, e tem muito conflitos com essas áreas, porque tem proprietário, tem os posseiros, tem criadores de gado, tem gente que quer lotear e nesta área aqui não pode lotear. Tem grande interesse fundiário, está crescendo bastante pra aquele lado o distrito de Milho Verde, então reflete muito o interesse financeiro também né?, Então, acaba atingindo umas pessoas que dão bastante problema. Já na APA é tranquilo mexer, área de proteção é desenvolvimento sustentável, então nada dentro da APA é proibido, é apenas proibido o que já é proibido na lei em qualquer lugar. A gente faz uma fiscalização maior. O principal problema é o incêndio florestal. (RENAN CEZAR, 2015)

Vale reforçar que depois da decadência da exploração dos diamantes, as terras de Milho Verde se concentraram nas mãos de poucas pessoas e criou-se um ambiente propício ao coronelismo, que ainda impera nos dias de hoje. A “terra sem lei”, nome dado pelas pessoas da região, passa a ter restrições de uso de terrenos depois da criação do Monumento Natural e da APA. Outro fator importante a ser ressaltado é que moradores não nativos se apresentam como os maiores infratores, comprando terrenos baratos e se apropriando da melhor localização e da paisagem e quando surge a possibilidade de se mudarem da região, vendem ou alugam as suas casas, não criando nenhum tipo de vínculo com a comunidade e nem se importando se estão criando qualquer desconforto para ela.

Além das represálias sofridas pelos gerentes do Monumento Natural e da APA, recentemente, no ano de 2014, Luiz Fernando Leite, presidente do Instituto Milho Verde, instituição que desenvolve dentre outras atividades, ações de preservação e de educação ambiental no distrito, sofreu vários atentados, incluindo tentativa de homicídio. Segundo ele, motivados por uma denúncia contra pessoas que estavam degradando o meio ambiente. Dias depois, foi a vez de Paulo Sérgio, ex-secretário de Turismo, Cultural, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Serro, que teve sua casa, localizada no distrito, incendiada. Apesar do motivo não ter sido apurado, sabe-se que o ex-secretário foi um dos responsáveis, na sua gestão, pela

demarcação da área que seria destinada ao Monumento Natural, sendo vítima dos mesmos infratores.

Quando o Monumento Natural foi criado, a comunidade se manifestou a favor e estava interessada na preservação da área citada, havendo, portanto grande mobilização dos moradores de Milho Verde a favor da criação da unidade de conservação. Entretanto, algumas pessoas, principalmente não nativos, cientes da criação do Monumento Natural cercaram áreas já demarcadas e devolutas e iniciaram a venda de lotes irregulares, invadindo a área de preservação ambiental.

Depois de vários atentados no distrito de Milho Verde, foi realizada uma Audiência Pública com a presença maciça da comunidade [a autora esteve presente] em que ficou definida uma nova demarcação da área do Monumento Natural. Aqui se pode notar que ao invés das pessoas respeitarem as legislações ambientais, ocorreu ao contrário, demonstrando-se que, dependendo do contexto em que as unidades de conservação são criadas, as leis de preservação e as soluções encontradas para resolver os conflitos podem se tornar brandas e falhas, invertendo a lógica do processo, ou seja, beneficiando o infrator.

Em se tratando da paisagem cultural, é importante ressaltar que para que esta seja preservada, é necessário proteger as culturas tradicionais, a diversidade biológica e economia sustentável através da conservação com base na comunidade. (MITCHEL; MELNICK, 2012). A comunidade é o principal ator nesse processo de valorização e conservação da paisagem.

Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras surgiram em decorrência da extração das pedras preciosas e as atividades de garimpo, mesmo que em pequena escala ocorreram durante anos. A existência de leis proibindo o garimpo com dragas e ações de preservação ambiental, fizeram com que as comunidades se adequassem às leis ambientais, ao mesmo tempo em que perderam na prática um pouco da sua ligação com a cultura garimpeira. Apesar disso, tal cultura ainda permanece na memória das pessoas que puderam tirar proveito financeiro quando os diamantes ainda eram encontrados, o que também faz parte da integração do homem na natureza e da construção da paisagem cultural.

Em sua tese, *A população tradicional garimpeira do diamante no Alto Rio Jequitinhonha (MG) e a área de proteção ambiental A.P.A. das Águas Vertentes: como conciliar tradição e*

lei?, Evandro Sathler (2008) analisa a histórica atividade garimpeira do diamante no Alto Rio Jequitinhonha, Minas Gerais, e sua “interrupção” em virtude da conservação ambiental demandada legalmente a partir da Constituição Federal de 1988. Para ele, o garimpeiro tradicional do Alto Jequitinhonha é uma vítima histórica da opressão colonial e esses garimpeiros devem ser considerados população tradicional (ou culturalmente diferenciada), em virtude de seu histórico de resistência à opressão, merecendo políticas específicas por parte das autoridades. Para ele existe “uma construção simbólica e cultural edificada por três séculos na tríade: território + atividade econômica + população garimpeira, e que sustenta a territorialidade garimpeira”.

A atividade garimpeira em tela, embora alicerçada numa atividade econômica, é rigorosamente a base cultural de uma população enraizada na região há quase três séculos. É desta forma que postulamos uma “territorialidade garimpeira”, vez que existe, efetivamente, uma população identificável que se vincula historicamente a uma determinada área geográfica (o território do diamante do Alto Jequitinhonha), por um lapso temporal (quase três séculos), em virtude de uma atividade econômica (a extração do diamante). Em síntese existe uma relação intrínseca entre a presença do mineral (diamante) numa determinada região e a existência de uma população voltada para a atividade de extração deste mineral, radicada nesta mesma região e socialmente enraizada por longo tempo. Há uma construção simbólica e cultural edificada por três séculos na tríade território + atividade econômica + população garimpeira, e que sustenta a territorialidade garimpeira proposta. (SATHLER, 2008, pág. 01).

A existência do garimpo na região onde se localizam os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, a forma como se garimpava e as condições em quem as pessoas garimpavam contribuem para a noção da paisagem cultural, que pode ser entendida pela forma como o homem se apropria e constrói uma determinada paisagem. A atividade garimpeira é um dos fatores responsáveis pelos assentamentos destas comunidades, sustentando uma relação que vai além das questões financeiras e de sobrevivência. Essa prática “envolve um conjunto de saberes, apreendido por um determinado grupo sociocultural que se especializou nesta atividade por longo tempo”. (SATHLER, 2008)

A atividade garimpeira tradicional, em comento, é territorializada, conforme Haesbaert, na medida em que a efetivação da atividade econômica depende de uma localização específica, ou seja, está fundada em recursos existentes naquele lugar e não disponíveis em quaisquer outros lugares ou que possam ser criados ou imitados em outros locais em que estes recursos não existam. [...] A atividade de extração do diamante é uma atividade econômica que objetiva o diamante, mas não se resume nisto. Esta atividade, cuja prática envolve um conjunto de saberes, apreendido por um determinado grupo sociocultural que se especializou nesta atividade por longo tempo, acaba por envolver outras atividades necessárias à sobrevivência na região. O território do diamante está associado à idéia de conservação cultural no Alto Jequitinhonha, pois este território é a base física, o meio natural de uma atividade principal (o garimpo de diamantes), mas não se pode desprezar o conjunto de outras atividades diretamente ligadas à extração do diamante; e uma grande quantidade de

outras atividades diretamente ligadas à reprodução da vida do grupo, no caso a população garimpeira. (SATHLER, 2008, pág. 01)

Sathler (2008) reforça que a busca pelo diamante sem dúvidas causa impacto sobre o meio ambiente, principalmente quando é realizada de forma mecanizada e que nesta relação de causa e efeito permite afirmar a existência de um conflito de territorialidades:

De um lado a territorialidade garimpeira representada pela histórica atividade de extração do diamante; de outro uma “territorialidade ambiental” (entendida como a necessidade de conservação de determinada área em virtude de lei ou decretação de Unidade de Conservação, sendo a expressão da sociedade numa escala mais ampla). (SATHLER, 2008 pág. 01)

Ocorre, portanto, segundo Sathler (2008) uma desterritorialização do garimpeiro, por meio da negação da atividade de extração de diamantes em virtude da conservação ambiental estabelecida por lei e/ou Unidade de Conservação, já que ocorre uma incompatibilidade do uso dos recursos naturais na região do Alto Jequitinhonha.

Veio também o meio ambiente, que entrou pelo meio, ainda bem, porque senão a gente tinha destruído com tudo. E tivemos que parar de garimpar. Ainda tenho algumas ferramentas, mas não mexo mais. (ADEMIL RIBEIRO, morador de São Gonçalo, 2014)

O garimpo sempre que existiu, porque o diamante existe até hoje, muito diamante, não o da Serra, mas o de aluvião, os de dentro do rio, as máquinas retirou quase todos, a maior parte, hoje o meio ambiente, batendo... protegendo, tem mais que proteger. Então tá muito difícil do pessoal trabalhar. Acredito que o garimpo aqui no alto do Jequitinhonha, acabou mais naturalmente, porque acabou a reserva que tinha nas margens do rio. (DEVANIL CUNHA, morador de São Gonçalo, 2014)

Ainda no entendimento da relação “territorialidade X desterritorialização”, Sathler (2008) conta que apesar de não se vislumbrar a remoção da população garimpeira do território em questão, ocorre a negação da territorialidade original, explicada pelo impedimento de determinada atividade econômica tradicional em virtude de uma demanda ambiental que é mais recente no processo de construção da paisagem.

Apesar das discussões levantadas por Sathler (2008), é importante considerar que, mesmo que as leis ambientais tenham obrigado os moradores a abandonarem o garimpo, caso estas leis não fossem criadas, se poderia colocar em risco a paisagem cultural dos distritos em questão, tendo em vista a presença de mineradoras, próximas ao Serro, como a Anglo American (sede Conceição do Mato Dentro), carvoeiras e extração de madeiras. Neste contexto, a criação de unidades de conservação ambiental rege o comportamento frente ao meio ambiente e ao uso

dos recursos naturais, limitando a ação de degradação do meio ambiente, o que se torna vital para a paisagem cultural.

A região abordada também vem recebendo obras de melhorias de acesso, o que vem despertando a atenção de ambientalistas preocupados com o impacto sobre o meio ambiente (ANEXO VI). A realização das obras de asfaltamento entre Serro e Milho Verde contou com a fiscalização do Conselho de Política Ambiental (COPAM) sediado em Diamantina e de outras entidades ligados ao meio ambiente. Devido à diversidade biológica da região e à fragilidade do ecossistema, várias ações no sentido de minimizar os impactos foram tomadas para viabilizar a obra. Além da obra de asfaltamento criar um alerta em relação à proteção do meio ambiente, houve muita preocupação por parte da comunidade em relação a um possível ao impacto sociocultural e ao tipo de turismo, que poderia acontecer em decorrência do asfaltamento. As melhorias do acesso previstas para a região, poderiam também trazer um tipo de turismo massificado, que não considerasse ou entrasse em conflito com a cultural local e até mesmo, trazer com este turismo, outros impactos negativos.

Depois de liberada a licença ambiental, o processo de asfaltamento teve início no ano de 2010 e foi concluído no ano de 2012. Apesar de ter trazido inúmeros benefícios para a comunidade, como redução do tempo gasto de Milho Verde até Serro, o aumento das linhas de ônibus e conforto, o processo de asfaltamento, trouxe à tona questionamentos sobre a dificuldade que o poder público local tem de realizar a gestão do solo. Em se tratando de uma paisagem singular como a de Milho Verde e São Gonçalo; em que existem monumentos legalmente protegidos e áreas ambientais preservadas, muitos cuidados devem ser tomados em relação à gestão do território e dos impactos causados por grandes obras de infraestrutura no ambiente. A preservação da paisagem cultural depende também de como o poder público municipal realiza a gestão do território e de como desenvolve sua política urbana.

O Plano Diretor de Serro foi aprovado pela Lei complementar 075/2007, de 06 de agosto de 2007 (Anexo VII), elaborado com o apoio da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e com o auxílio de lideranças de associações comunitárias e outras instituições do município de Serro. O processo de construção e aprovação se deu de forma participativa e as comunidades, inclusive dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, compareceram à audiência pública para aprovação.

Esse Plano Diretor incorpora aspectos importantes para adoção de medidas relacionadas à adequação do desenvolvimento urbano às condições do meio físico, como um dos seus objetivos e já regulamenta em artigos da lei, a proibição de algumas intervenções urbanísticas nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo.

Art. 26 – As intervenções urbanísticas e arquitetônicas dentro do perímetro da Zona de Proteção Cultural do distrito sede de Serro, definida no macrozoneamento deste Plano Diretor, e área de ocupação antiga dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo estão sujeitas às seguintes diretrizes:

- I. preservação da notabilidade do acervo arquitetônico-urbano-paisagístico,
- II. unidade e originalidade do patrimônio arquitetônico, qualidade do conjunto, e harmonia da paisagem na qual está inserido;
- III. compatibilização dos valores e das necessidades da vida urbana atual e do desenvolvimento sócio-econômico com a preservação do acervo arquitetônico-urbano-paisagístico;
- IV. melhoria da qualidade de vida no meio ambiente urbano;

Em relação à construção de novas moradias, o Plano Diretor também estabelece o uso de parâmetros e elementos construtivos que não interfiram na paisagem local.

- V. as intervenções urbanísticas no Distrito de Milho Verde, até a elaboração de Lei Complementar, deverão respeitar os seguintes parâmetros básicos, tomada como condicionante a leitura morfológica do espaço urbano:
 - a) construção de telhados em duas ou quatro águas;
 - b) proibição de construção de marquises em concreto;
 - c) limitar a altimetria das construções à resultante da leitura morfológica e perspectiva da região;
 - d) proibição de portões de metalon e basculantes de metal;
 - e) proibição de uso de telhas de amianto, francesas ou de coloração não tradicional;
 - f) janelas posicionadas com abertura para fora;
 - g) beirais que respeitem o aspecto tradicional;
 - h) alvenarias de edificações e muros da área antiga caiadas à maneira tradicional;
 - i) pavimentação pública permeável;
 - j) proibição de plantio de árvores em via pública, ressalvados os casos especiais analisados e recomendados pelo Grupo de Apoio Técnico;
 - k) proibição de construção de escadarias com invasão de via pública;
 - l) revitalização excepcional de trechos antigos para atendimento social de acessibilidade e mobilidade condicionada ao atendimento das diretrizes desta lei e específicas de preservação.

E como principais meios de política de proteção, preservação e conservação do patrimônio cultural, o Plano Diretor definiu que deve-se:

- XII- criar o *Grupo de Apoio Técnico* – GAT, composto por representantes da sociedade civil e por profissionais qualificados, indicados pela Prefeitura e pelo IPHAN, para realizar a assessoria para a gestão do patrimônio no município;

XIII- estabelecer mecanismos institucionais de gestão da conservação visando ao monitoramento e ao controle, das transformações territoriais, com utilização de tecnologia adequada;

XIV- criar posto de representação da Prefeitura nos distritos, para orientação montagem e encaminhamento dos processos de intervenção urbana;

Apesar das normas e diretrizes no Plano Diretor serem pontuais em relação às intervenções no espaço urbano dos distritos, no âmbito da gestão municipal percebe-se falhas quanto à fiscalização e continuidade no processo de elaboração de instrumentos urbanísticos que estavam previstos para serem instituídos após a aprovação do Plano Diretor tais como: *Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo*, que teria como umas das principais atribuições acompanhar a execução de planos, programas e projetos relativos ao desenvolvimento da política urbana e ao desenvolvimento econômico e o *Grupo de Apoio Técnico*, cuja função principal seria examinar os projetos de intervenção artística, arquitetônica, urbanística e paisagística e de novas construções na Zona de Proteção Cultural dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras.

Segundo Osmero Júnior, arquiteto da prefeitura de Serro, o Plano Diretor vigente sofreu correções, sendo instituída uma comissão para atualização deste plano. Sobre a ineficácia das ações da Prefeitura frente às intervenções urbanísticas nos distritos, ele cita alguns fatores importantes a considerar.

A falta de prática do Plano Diretor eu vejo por 02 motivos. Primeiro a falta total de regulamentação. Depois promulgou-se a lei do Plano Diretor, e daí então agora quando eu cheguei no dia 15 de fevereiro do ano retrasado [2013], então aí que nós fomos ter a primeira lei edilícia do município. Que comecei pelo Código de Postura, depois fui pro Código de Obras. [...] Então no ano da correção, 05 anos depois de promulgado, é que aconteceram as duas primeiras leis edilícias. (OSMERO, 2015)

Esses instrumentos, principalmente, o Grupo de Apoio Técnico (GAT), poderiam ser aliados importantes na preservação das paisagens culturais destes distritos. Osmero, conta que foi somente em 2014 que foi instituída a comissão de avaliação de projetos, fazendo o que seria a função do GAT.

A gente instituiu no ano passado começo, a primeira comissão de avaliação projetos. Porque até então, a prefeitura não avaliava projeto. [...] Nós estamos fazendo uma parte que o GAT deveria fazer. Na verdade o GAT nunca existiu, essa comissão de análise de projetos é um desses casos, a gente faz uma parte que o GAT deveria fazer que é avaliar, aprovar desaprovar projetos, em todo município com algumas regras de lá.” (OSMERO, 2015)

A inexistência de leis que criassem normas para construções dentro do núcleo histórico dos vilarejos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, abriu espaços para que pessoas adventícias se estabelecessem na região, vindo na atividade imobiliária uma forma de ganho fácil, muitas vezes se apossando, inclusive, de lotes devolutos e os vendendo de forma irregular.

Basicamente é a inexistência de lei, até porque se a gente tiver lei e não tiver ninguém se fazer cumprir, de pouco adiantou. [A prefeitura], consegue só se eximir de qualquer responsabilidade, que passa a ser dividida com o munícipe. Milho e São Gonçalo tem essa ocupação maluca, porque essas pessoas compram sem nenhuma garantia, elas compram o que não tem escritura. [...] Qual é o maior problema que eu enquanto vou ter é exatamente com essas pessoas? Com os atuais moradores, porque os próprios moradores eles não estão muito interessados, de construir dentro de algum critério, como não tem nenhum ele vai fazendo. (OSMERO, 2015)

Osmero Júnior (2015) reforça ainda que já é possível ver construções fora do contexto das comunidades e que se apresentam como “aberrações” (*sic*) dentro dos distritos, sendo, portanto, necessário estabelecer um perímetro de tombamento em ambos para impedir o avanço de construções que estejam em desacordo com as características das comunidades, o que, na visão do entrevistado, demanda atenção distinta.

A gente já tem em São Gonçalo duas ou três aberrações. Milho Verde a gente tem mais, porém o perímetro de tombamento de Milho Verde eu acho que ele é um pouquinho mais restrito. Milho Verde hoje cresceu muito, então acho que até não é um problema maior. E Acho até que Milho Verde precisar restringir muito isso, pega duas ou três ruas, fazer isso se mantém, o restante liberar e preservar o pouco que tem. São Gonçalo já não, São Gonçalo já é uma área maior, ela merece, o perímetro de São Gonçalo, de tombamento, eu acho que ele é inclusive mais importante, e acho merece um estudo maior, e este que estou mais preocupado que é que estou fazendo, Milho Verde eu já sinto uma coisa mais. Já poderia ser um pouco mais solto, solto do ponto de vida de despressurizar o que ainda resta de Milho Verde, que é de muito valor.” (OSMERO, 2015)

Voltando a tratar da obra de asfaltamento entre Serro a Milho Verde, é importante reforçar que os distritos apresentam marcas importantes do período colonial, inclusive, alguns monumentos históricos tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) e que estão na área de proteção cultural estabelecido no Plano Diretor do município de Serro. Mesmo com essas medidas aprovados no Plano Diretor e com a participação das comunidades de Milho Verde e São Gonçalo nas discussões acerca do projeto de asfaltamento, houve negligência por parte do órgão executor (DER) que desconsiderou as exigências das comunidades.

Uma das exigências das comunidades foi que o calçamento asfáltico não fosse realizado dentro dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, a fim de se preservar as

características culturais e ambientais típicas das vilas setecentistas. Entretanto, em muitas ocasiões, a comunidade teve que intervir no andamento do processo de calçamento do trecho entre Serro a Milho Verde para que as exigências previamente aprovadas fossem realmente obedecidas, tendo em vista que o Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais durante o processo, alterou o projeto conforme custos financeiros ignorando aspectos importantes levantados pelos moradores.

Em entrevista realizada com o gerente de financiamento do PRODETUR, Ângelo Rezende, no ano de 2012, ele conta que os moradores de Milho Verde e São Gonçalo participaram das decisões sobre qual calçamento deveria ser utilizado dentro dos distritos. Como a obra de calçamento de Milho Verde foi a primeira a ter início, durante as obras dentro do distrito parte dos moradores percebeu que o projeto de calçamento não era aquele definido em reuniões com os órgãos de execução, o que gerou muitas discussões em relação à proteção cultural.

No ano de 2011, o projeto falava que o trecho de Milho Verde era o calçamento de concreto sextavado, aí a comunidade manifestou acionou o Ministério Público que atendeu parte das reivindicações. [...] O pessoal queria pedra capistrana, só que são trecho de 2 quilômetros, e a gente tem uma série de questões a esta solicitação da comunidade, a capistrana não é uma pedra boa para calçamento, ela foi utilizada no passado, mas atualmente não é utilizada mais, que ela não é uma pedra resistente, muito cara, período de implantação dela, muito grande, colocação das pedras requer um tempo maior. Ai entre uma negociação com o Ministério Público, do DER e da comunidade, houve uma decisão que seria pedra poliédrica, então de qualquer foram será pedra nestes dois quilômetros. (ÂNGELO REZENDE, 2012)

Para conseguir realizar o calçamento mais barato que estava previsto no projeto, houve vários arranjos para convencer aos moradores, principalmente, os mais idosos de que o uso do asfalto seria mais vantajoso do que calçamento poliédrico, desconsiderando assim as exigências do Plano Diretor que definia que não seriam realizadas obras de calçamento não permeável dentro da Zona de Proteção Cultural. (Vide tabela abaixo).

Tabela 16: Principais impactos relacionados à intervenção urbana estudada

VARIAVEIS	DESCRIÇÃO
Especulação imobiliária	Houve vendas de lotes nos dois distritos abordados e com a conclusão da primeira fase do calçamento entre Serro a Milho Verde (26 km) a tendência é que a especulação imobiliária urbana aumente, ultrapassando a capacidade de infraestrutura local. Muitos lotes que estão sendo vendidos são “devolutos” e cada um com valores diversos.
Plano Diretor	Não há plano diretor ou legislações específicas para os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. A lei do Plano Diretor aprovada em 2007 estipulava que fosse feitas regulamentações para cada um dos distritos. Estes possuem características urbanísticas diferentes e portanto, necessitam de instrumentos urbanísticos distintos.
Intervenções incorretas	O DER alterou o material utilizado no calçamento que seria de pedras para a utilização do asfalto, ignorando o Plano Diretor que exigia material permeável. As comunidades já haviam manifestado que não gostaria do asfalto como pavimentação, porém o DER alterou o projeto por questões financeiras, o que interferiria na paisagem cultural local e ainda alteraria o modo de vida das comunidades que se preocuparia com o rápido trânsito dos carros e com possíveis acidentes, pressão no patrimônio edificado etc.
Construções irregulares	A falta de fiscalização nos dois distritos tem permitido que os moradores potenciais construam casas em desacordo com o Plano Diretor que estabelece (uma planta, telha colonial, duas ou quatro águas etc...)
Expansão urbana	A falta de fiscalização nos distritos e de instrumentos urbanísticos que direcionem o crescimento e Desenvolvimento urbano, permite que um crescimento acelerado que pode comprometer a oferta local. É necessário reforçar que a infra estrutura local é precária, considerando o público que vem aumentando (iluminação elétrica, saneamento básico, postos de saúde, etc...)

Fonte: Autoria própria, 2013

Em entrevista realizada pela autora no ano de 2012 com uma moradora adventícia de Milho Verde, que não quis se identificar e que acompanhou todo o processo, ela reitera que a empresa [executora da obra] além de desinformar a comunidade local, colocou nativos contra os adventícios que tentavam alertar sobre as irregularidades. Naquela ocasião fretou um transporte para reunião a ser realizada em Diamantina na sede da COPAM para fazer pressão quanto à aprovação do novo calçamento dentro do distrito de Milho Verde.

[...] você vê nitidamente a empresa manipulando a comunidade, levando ela a um pensamento errado do que realmente era, mesmo na intenção do conselho em estar preservando o patrimônio deles, se eles trabalham com o turismo tem que preservar isso.

[...] O primeiro calçamento no primeiro projeto era pedra, a empresa deu prosseguimento do projeto e nada de a gente saber se ia ser pedra ou não. Em julho de 2011 a empresa começou a abrir as ruas de Milho Verde em pleno Festival de Inverno, ficamos preocupados pois se já estava abrindo já ia colocar o calçamento, e o que ia ser o calçamento? O [...] foi procurar saber do DER como que estava porque o DER solicitou uma mudança no projeto para colocar bloquete em toda a via dentro das comunidades também, o [...] procurou o COPAM de Diamantina porque toda mudança no projeto esse conselho (o de Patrimônio) tem que dar o aval. O COPAM enviou um documento dizendo que ainda não tinha resolvido nada e o DER foi em Milho Verde fazer palestras de conscientização, meio ambiente, patrimônio, mas nós não deixamos eles prosseguirem com o curso porque começaram as perguntas, o [...] com os documentos mostrando questionando para eles se vai ser bloquete ou não vai ser, dizendo que a comunidade não quer, e ficou a comunidade, a associação, as pessoas que foram na reunião, e começou a briga se vai ser bloquete ou vai ser

pedra. A empresa prometeu para algumas pessoas da comunidade, pessoas mais velhas na comunidade, que ia dar outra rua para eles calçada se eles fossem a favor de por o bloquete, foi uma confusão, porque ficou como se as pessoas de fora que definiram o que ia ser. [...] o Conselho (de Patrimônio) tem toda autonomia para brigar por isso, principalmente porque onde eles queriam passar esse calçamento é a zona de patrimônio de Milho Verde, que já foi definida no Plano Diretor, foi definido *que aquele pedaço era zona de patrimônio histórico* e que não poderia descaracterizar. (*grifo nosso*) (moradora de Milho Verde, 2012)

A irregularidade somente foi resolvida depois de uma reunião do Conselho de Política Ambiental (COPAM), que contou com grande participação da comunidade e instituições com interesse na questão e por interveniência do Ministério Público.

[...] Quem fez a defesa na promotoria dessa proposta de bloquete foi o DER, alegou várias coisas, questão de colocação, questão de manutenção, de custo, *mas pelo meio ambiente, pela característica urbana de Milho Verde, por ser uma vila do século XVIII* o promotor defendeu a pedra. (*grifo nosso*). (moradora de Milho Verde, 2012).

Nesse depoimento, a moradora adventícia de Milho Verde reforçou a importância da existência de um órgão legal de preservação patrimonial no município de Serro, que, neste caso, serviu de respaldo para a reação dos moradores em impedir a irregularidade e por outro lado demonstrou a participação de moradores não nativos, que também se preocupam com a preservação do patrimônio em Milho Verde, buscam informações, reúnem dossiês e vão às instituições para denunciar as irregularidades. (ANEXO IV e V).

Antes da finalização da obra de asfaltamento, outras irregularidades na execução do projeto ocorreram, desconsiderando o potencial natural e cultural da região inserida no trecho da Estrada Real. Apesar do projeto de asfaltamento denominado “Projeto Turístico”, que contemplava a construção de alguns mirantes para que o turista pudesse observar e admirar a paisagem local, tivesse a intenção de valorizar o potencial cultural e ambiental dos distritos, houve o descumprimento pela empresa executora, como o alargamento excessivo da pista, inexistência de acostamento (a estrada era frequentemente utilizadas por algumas pessoas que andam de carroças, caminhantes da Estrada Real, ciclistas), falhas nas construções de drenagem para água que por diversas vezes invadia lotes particulares, etc. Houve, portanto, uma desconsideração com o contexto cultural e ambiental em que as comunidades estão inseridas.

Em entrevista realizada em 2012, Martin Kuhne, morador de São Gonçalo [já falecido], relata sobre a descaracterização sofrida pelo distrito vizinho.

[...] se pode dizer sobre esse trecho da estrada moderna, ainda não acabada e tecnicamente muito mal feita que se trata da Estrada Real. Por este traçado passava a Estrada Real. Ela está acabando, está com grandes impactos sobre a população porque em Milho Verde já se percebe, no meu entender, a destruição do caráter de aldeia, de comunidade. (MARTIN, morador de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2012).

Para Castriota (2009), uma das tarefas ao se lidar com o planejamento e gestão urbana, é integrar as políticas urbanas e as chamadas políticas de patrimônio, que deveriam ser integradas na perspectiva da conservação urbana. No estudo dos distritos abordados é evidente a dificuldade em realizar a gestão urbana.

[...] *As informações de impactos ambientais praticamente eram inexistentes*, eles levaram praticamente um projeto de estrada, mostraram simplesmente o piso. Houve muito questionamento, muita demanda da população, muita discussão, opiniões diversas [...] Durante a apresentação ficou claro que o projeto não contemplava de forma devida as questões ambientais advindas da estrada, questão de rede pluvial, drenagem. O projeto *não considerava necessidade de defesa patrimonial*, fragilidade das construções de São Gonçalo. (*grifo nosso*) (moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2012).

Outros moradores de São Gonçalo relataram sobre a necessidade do poder público enquanto gestor da política urbana, tomar as rédeas das políticas urbanas, especialmente em áreas protegidas.

[...] Houve muita especulação imobiliária, completamente desordenada, *não tem regras e preocupações com o espaço urbano*, marcada desde o início das obras, tanto quanto ao valor quanto ao parcelamento dos terrenos e *uma ausência completa da administração pública* em relação a isso. O que a gente vê são terrenos sendo parcelados, parcelamento mesmo com aberturas de ruas, loteamento irregulares, a não garantia de espaço públicos, de terrenos institucionais, que vão garantir o espaço público e o desenvolvimento da cidade de forma organizada. *Nenhuma regra com relação a construção*, enfim uma ausência completa do poder público, que no caso é o municipal. (*grifo nosso*) (moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2012)

[...] Houve especulação imobiliária com venda de terrenos dentro de áreas de preservação ambiental. (moradora de São Gonçalo do Rio das Pedras, 2012)

Segundo Figueiredo (2014), um grande desafio na preservação da paisagem cultural está relacionada à criação e adequação de políticas de preservação ao processo dinâmico de desenvolvimento das cidades, o que implicaria em não impedir as mudanças, mas em orientá-las em favor dos patrimônios e, portanto, trabalhar na perspectiva do desenvolvimento sustentável. No caso dos distritos estudados, o turismo participa como um agente transformador da paisagem na medida em que gera a oportunidade de negócios, incentivando a expansão de empreendimentos turísticos em áreas próximas a delimitações de preservação ambiental, podendo causar, a destruição de ecossistemas, devido a implantação de empreendimentos próximos a rios, destruição das matas ciliares, ou seja, decisões tomadas em

função de desenvolvimento desordenado e que muitas vezes possuem o fator econômico como prioridade.

A Recomendação R 95 (9) do Conselho da Europa, que trata da conservação integrada das paisagens culturais como integrantes da política paisagística, cita como uma das causas que promovem a degradação física e poluição visual a “a instalação de grandes construções ou de infraestrutura de transporte sem a necessária avaliação a respeito do caráter e da qualidade das áreas em que estão situadas; negligência ou inadvertência sobre o valor das paisagens culturais, devidas à falta de informação e educação.” Cruz (2003) reforça que a degradação ambiental não interessa ao turismo, porque este tem o espaço como principal objeto de consumo; portanto, a degradação desses ambientes naturais é resultante de algum erro estratégico de planejamento anterior ao processo de apropriação dos lugares pela atividade turística.

Para Figueiredo (2014) ao adotar a paisagem como patrimônio, devemos considerar as relações intrínsecas, inseparáveis, interdisciplinares e complementares entre conceitos e abordagens da história, da arqueologia, da arte, da arquitetura, do urbanismo, da sociologia, da antropologia, da cultura, da geografia, da etnografia, da ecologia, da biologia, do turismo, da política, entre outras, e suas correspondências no meio físico: na edificação ou no território (urbano, rural ou natural).

A recomendação R95 (9) considera que, além das práticas agrícolas e industrial referentes à construção de moradias, revalorização, turismo e lazer, outras mudanças sócio econômicas podem ameaçar a existência da paisagem cultural.

Qualquer política formuladas em nível regional, nacional ou internacional que se relacionen a matérias como agricultura, indústria, diversões públicas, turismo e lazer deveriam ser consonantes com as políticas de paisagem formulados nos mesmos níveis. (RECOMENDAÇÃO 95 (9), 1995)

A Recomendação ainda diz que a proteção das áreas de paisagem cultural e assistência às paisagens para a preservação da memória do povo e identidade cultural também são fatores de aperfeiçoamento do seu meio ambiente, que devem ser consideradas estratégias para a integração da “evolução orientada da paisagem e a preservação de áreas de paisagem cultural como parte de uma política que abrange a totalidade da paisagem e que estabeleça a proteção

unificando os interesses culturais, estéticos, ecológicos, e sociais do respectivo território (p.02)¹¹⁵”. Ela ainda dá uma especial atenção ao planejamento integrado do território ao incluir as políticas de uso da terra e políticas mais abrangentes contemplando diversos interesses: culturais, históricos, estéticos, arqueológicos, etnológicos, ecológicos, simbólicos, econômicos e sociais,” (FIGUEIREDO, 2014, pág 11).

É importante ressaltar que a responsabilidade pelas políticas de paisagem, diante de seu caráter interdisciplinar, não cabe somente aos órgãos de planejamento urbano e regional, meio ambiente, etc., mas cada agenciamento específico deve articular os órgãos específicos de gestão (FIGUEIREDO, 2014). A participação popular também é imprescindível neste processo, quanto maior envolvimento da comunidade maior será o êxito na proteção da paisagem cultural.

Em pesquisa realizada com cinco moradores de São Gonçalo e um funcionário da Prefeitura de Serro sobre a percepção dos moradores em relação a preservação do patrimônio, Bessa (2011) revela que para 66,67% dos entrevistados as políticas de preservação do patrimônio são adequadas e para 33,33% são inadequadas e 100% revelaram que a vigilância sobre os bens protegidos é promovida pela própria comunidade. Já no distrito de Milho Verde, 75% informaram que as políticas de preservação do patrimônio são inadequadas e 33,33% que são adequadas e 100% revelaram que não há vigilância necessária sobre os bens protegidos. Esses dados revelam que os moradores de São Gonçalo está mais envolvidos com a proteção da paisagem cultural, apoiando a vigilância e buscando recursos para restauração dos monumentos, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Em Milho Verde se mostram necessárias, mais ações de vigilância sobre os bens protegidos e mais ações de educação patrimonial, para que a comunidade se torne uma aliada para a preservação da sua paisagem.

Outro aspecto importante é em relação à conservação urbana integrada. Neste caso, deve-se considerar o dinamismo da paisagem, incluindo a interação entre cultura e natureza. Para tanto, é necessário que instituições ligadas à preservação do meio natural, cultural e da gestão do território trabalhem em conjunto para viabilizar esta conservação integrada. É importante ressaltar que com a evolução da paisagem cultural foram exigidas mudanças e novos padrões

¹¹⁵ Para mais informações: Ver Recomendação R 95 (9). Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266>>. Acesso 05 de dez. 2014.

para sua avaliação e gestão, o que influencia nas políticas estaduais e municipais, assim como nas organizações que estão envolvidas com o reconhecimento de paisagem cultural e conservação. Portanto, para alcançar a conservação integrada da paisagem cultural é necessária a participação de todos os envolvidos com a cultura e o meio natural, inclusive a própria comunidade. Nos casos apresentados nesta pesquisa, percebe-se a urgência de ações integradas entre as instituições de proteção e comunidade para que a paisagem cultural seja preservada e para que as futuras gerações possam ter a oportunidade de se sentirem também parte das histórias destas paisagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem é considerada o resultado de matrizes culturais que se conviveram no decorrer do tempo e que permitiram o assentamento de civilizações únicas. Ocorreram diversos fatores e forças que moldaram o território estudado, conforme vimos no capítulo 1 desta pesquisa. Interpretar a paisagem de um determinado lugar significa refletir sobre a relação entre o homem e a terra. Podemos dizer que toda paisagem já sofreu alguma influência do homem ao longo dos séculos e desta forma todos nós contribuímos para a sua construção.

Vimos no decorrer da pesquisa, a evolução no tratamento do conceito da paisagem cultural: a paisagem deixa de ser tratada de forma isolada, como objeto meramente decorativo, para se tornar objeto de proteção. Com a evolução do conceito, a paisagem passou a ser considerada “resultado do agenciamento do homem sobre a natureza”, portanto, é dotada de significados culturais, graças aos assentamentos de diversas civilizações que contribuíram para a construção da paisagem cultural, com suas crenças, tradições, rituais, uso do solo, técnicas de plantio etc.

Conforme vimos no capítulo 1, algumas cartas patrimoniais, como a Carta de Atenas, de Veneza, de Florença, dentre outras, tiveram importância na evolução do pensamento relacionado à proteção das paisagens culturais e sua aplicabilidade por meio de recomendações e da criação de instrumentos de gestão da paisagem alinhada ao planejamento territorial.

A evolução da noção da paisagem cultural, contudo, exigiu novos desafios para a gestão e proteção dos sítios, ao recomendar que as políticas de preservação incluíssem nas suas discussões a proteção da paisagem. No caso da proteção da paisagem cultural no Brasil, o avanço mais evidente ocorreu com a criação da Chancela da Paisagem Cultural, que se mostrou como uma alternativa para a sua gestão, permitindo ainda a participação de todos os órgãos envolvidos com o patrimônio cultural e ambiental, incluindo a participação popular no processo. A criação da chancela da paisagem cultural no Brasil só foi possível depois de vários anos de debate nas diversas esferas, nacional e internacional, sobre a paisagem como patrimônio e sobre a consciência mundial para a conservação do meio natural.

No capítulo 2, pudemos ver características dos vilarejos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, localizados em Serro/Minas Gerais que os credenciam como paisagens culturais. Ambos representam o florescimento cultural das vilas coloniais e o intercâmbio socioeconômico e político proporcionado pelas levas de gente que chegaram à região por distintos motivos. O embate entre portugueses, negros e índios, fez com que as culturas se negociassem, por meio da “*colaboração entre as culturas*”, abordado por (LÉVI-STRAUSS, 1952) e permitiram o surgimento de uma sociedade singular. De um lado, por influência portuguesa e do outro pelas tradições de matriz africana. Ambos os distritos guardam testemunhos históricos, caminhos e trilhas do caminho do ouro e diamante e outros vestígios que comprovam suas evoluções; mantiveram vivas as tradições religiosas e culturais, bem como conhecimentos das técnicas de mineração do ouro e dos diamantes e da extração de minério para fabricar o ferro (São Gonçalo do Rio das Pedras); ilustram ainda a evolução da relação entre o homem e a natureza pouco fértil e isolada de demais civilizações. Além disso, ao buscarem um meio de sobrevivência, seus moradores se relacionaram de forma harmoniosa com o seu entorno, considerando que estão localizadas em umas das paisagens mais exuberantes, (Serra do Espinhaço), com a presença de ecossistemas importantes para a preservação da biodiversidade.

No decorrer desta pesquisa vimos que nenhuma paisagem cultural é igual à outra, mesmo que existam processos semelhantes de assentamentos humanos. No caso de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras apesar de estarem distantes poucos quilômetros uma da outra e de serem consideradas “gêmeas” por alguns autores, possuem paisagens distintas. Pudemos perceber, estudando estas duas localidades, a essência do conceito da paisagem cultural ao evidenciar características peculiares de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras e compará-las. As formas de assentamentos ocorreram de maneiras similares, entretanto no decorrer dos anos, a colaboração entre diversas culturas, inclusive no século XX, com a vinda de estrangeiros em São Gonçalo e de turistas em Milho Verde, fez com que as comunidades assimilassem novos conhecimentos, contribuindo para a configuração de uma nova paisagem, moldada pela capacidade social e cultural de cada uma delas. Isso demonstra, a nosso ver, a maneira como cada uma se organiza e se articula para o desenvolvimento sustentável e para a atividade turística.

No capítulo 3, vimos a importância que o turismo tem para a valorização da paisagem dos vilarejos e como seus moradores se articulam para desenvolver a atividade que também se

apresenta como um agente transformador da paisagem. Se o turismo não for implementado de forma sustentável e com o interesse e apoio da comunidade poderá trazer impactos de ordem ambiental, social e cultural, interferindo diretamente na paisagem cultural. Sendo assim, ao analisarmos aspectos do turismo nestes dois distritos, percebemos a importância dessa atividade participar das discussões de proteção integrada da paisagem, tendo em vista que ao adotar a paisagem como patrimônio, devemos considerar as relações intrínsecas, inseparáveis, interdisciplinares e complementares entre conceitos das diversas áreas que abordam o tema.

Voltando a abordar a noção da Paisagem Cultural, o maior desafio a ser enfrentado na gestão das paisagens culturais é a criação de um entendimento comum entre os envolvidos com a proteção dessas áreas. Apesar das recomendações das cartas patrimoniais e Convenções sobre a paisagem terem contribuído para a noção da paisagem cultural ao estabelecer instrumentos de gestão integrada, existe ainda uma dificuldade dos órgãos de proteção em trabalhar a paisagem cultural de forma interdependente. No capítulo 4, pudemos perceber que as comunidades estão expostas a diversas ameaças em relação a sua paisagem e outros fatores que envolvem a articulação das forças verticais e horizontais na sua proteção. Vimos neste capítulo, a necessidade de ampliar as discussões sobre a proteção dessas paisagens nas suas diversas esferas. Durante a pesquisa percebeu-se que o município de Serro possui o interesse de uma maior proteção das paisagens culturais, apesar de ainda não ter conseguido êxitos na política urbana e na gestão da paisagem.

É notável no município de Serro que os órgãos responsáveis pela política de preservação ambiental e cultural trabalham de forma isolada e que os órgãos de proteção que participam de Conselhos Municipais Setoriais não veem os distritos como paisagem cultural, levando para as reuniões somente assuntos de interesses específicos da área que está sendo representada. Apesar de ser importante a participação de representantes do IEF no Conselho de Patrimônio, por exemplo, ainda é necessário discutir as possibilidades de uma maior integração entre as instituições para a proteção da paisagem cultural dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, considerando-se ainda as discussões sobre o turismo.

A delimitação de uma área de proteção patrimonial é essencial para a preservação das características das paisagens dos distritos, entretanto, não basta o IEF por meio do Monumento Natural e da APA das Águas Vertentes, proteger as áreas ambientais e órgãos de proteção patrimonial como o Conselho de Patrimônio de Serro e IEPHA/MG pensarem

somente nos bens isolados tombados por elas. É necessário incluir nas discussões que envolvem a proteção da paisagem cultural dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo, outras instâncias que lidam direta e indiretamente com o patrimônio cultural e natural.

Outro desafio do Serro é integrar a proteção dessas paisagens na política urbana e de ordenamento do território. Os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras apresentam características de núcleos de apoio à atividade mineradora que vêm atualmente sofrendo processos de adensamento e transformações físicas devido à atividade turística.

Os distritos estão inseridos numa região privilegiada, Serra do Espinhaço, e possuem monumentos históricos de relevância tombados pelo IEPHA e pelo COMPAC/Serro, assim, requerem novos cuidados, principalmente em relação ao seu núcleo histórico que até há pouco tempo não se apresentaram como objeto de proteção por parte dos órgãos de preservação. Os núcleos históricos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras vêm sofrendo descaracterização ocasionada pela inexistência de diretrizes e de instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor do município de Serro e pela possibilidade de transformações físicas da paisagem urbana influenciada por novos contextos históricos em que vivem essas comunidades. Exemplo disso é o aumento do turismo, que de forma indireta, vem transformando a paisagem urbana, principalmente com a possibilidade de investimentos econômicos na região com construção de novos empreendimentos turísticos; aumento da especulação imobiliária e pelas construções irregulares que tem contribuído para a descaracterização do núcleo histórico desses povoados.

Com a possibilidade do tombamento dos núcleos históricos pelo IEPHA/MG existirá uma oportunidade para a busca de uma gestão integrada e participativa, importante para a proteção da paisagem. Além disso, poderá ser uma oportunidade para os órgãos de proteção, nas suas diversas instâncias, apoiarem as ações de educação patrimonial nos distritos, buscando uma maior participação popular na proteção da paisagem, por meio do pacto de gestão.

A evolução no conceito do patrimônio cultural e a criação de novos instrumentos de gestão da paisagem como a chancela da paisagem cultural criada pelo IPHAN em 2007, buscam trabalhar a preservação do patrimônio a partir de uma nova abordagem e, apesar de se apresentarem como novos desafios à gestão do patrimônio, ao mesmo tempo, se apresentam como uma forma de gestão mais eficaz, ao atuar sobre os aspectos dinâmicos que estão

envolvidos na relação entre natureza e cultura, englobando elementos materiais e imateriais. Além disso, esta nova abordagem de proteção da paisagem por meio da Chancela permite uma participação integrada e gestão compartilhada, estabelecendo um pacto de gestão entre os diversos agentes que atuam nesses distritos, tornando-se ainda um instrumento catalisador de um processo planejado e integrado de proteção e gestão territorial. (IPHAN, 2011). Espera-se que por meio deste pacto se possível compatibilizar os interesses das instituições envolvidas alinhando-os à sustentabilidade sociocultural e ambiental, permitindo-se assim uma melhor gestão dessas paisagens e contribuindo ainda, para a manutenção de elementos naturais significativos, símbolos históricos e traços culturais historicamente construídos por diferentes grupos étnicos e pelos atuais moradores.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Mônica Chaves. **Sabores da tradição**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Ano XLII, N. 2 Jul-Dez, 2006. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Sabores_da_tradicao.PDF>. Acesso 13 de outubro de 2014.

ALMEIDA, Antonio Campar de. Paisagem: um patrimônio e um recurso, Coimbra, Ed. Campo das Letras. 2006. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13165/1/Paisagens-%20um%20patrim%C3%B3nio%20e%20um%20recurso.pdf>>. Acesso 13 de novembro de 2014.

ANDRADE, Rudá. **Vissungo com angu**: histórias e memórias da produção e consumo de fubá no Alto do Jequitinhonha. Tese de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

ANTÔNIO VERÍSSIMO CRISPIM. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/pessoa/antonio-crispim-verissimo-16491>>. Acesso em 11 de agosto de 2014.

ANTUNES, Américo. **Identidade Cultural**. Instituto Terra Azul. 2011. Disponível em: <<http://www.terrazul.org.br/Artigos/interna.php?id=10>>. Acesso em 10 de nov/2014

ANTUNES, Américo. **Estrada Real, pronta para ser paisagem cultural do Brasil e do Mundo**. Instituto Terra Azul. 2008. Disponível em: <<http://www.terrazul.org.br/Artigos/interna.php?id=8>>. Acesso 10 de nov/2014.

APA DAS AGUAS VERTENTES. Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1759-apa-aguas-vertentes-?format=pdf>>. Acesso 09 de agosto de 2014

ARNDT. Jorge Renato Lacerda. **Entre tradição e modernidade**: sustentabilidade do desenvolvimento pelo turismo em uma comunidade tradicional de Minas Gerais Estudo de caso em Milho Verde, Alto Jequitinhonha. Dissertação de mestrado em Administração. FEAD - Centro de Gestão Empreendedora. Belo Horizonte. 2007

ÁVILA. Affonso. **Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos de Minas**. Circuitos dos Diamantes. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 1981.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte. Saterb, 1971.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. **A Construção das Paisagens Turísticas**: nos descaminhos da Estrada Real. Tese de Doutorado em Paisagem e Ambiente. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 3. Ed. São Paulo: 2002. 181-192.

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Editora Aleph, 2006.

BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luís e PETER, Margarida (Org.). **África no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2008.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOTELHO, Tarcísio. **Patrimônio Cultural e gestão das cidades**: uma análise da lei do ICMS Cultural de Minas Gerais. HABITUS, vol. 4, n. 1, 2006 *apud* MARQUES, Daniel Anilton Duarte. **Estrada Real**: Patrimônio Cultural de Minas Gerais (?) – Um estudo de Diamantina e Serro. Dissertação de Mestrado em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

BRAGA, Solano de Souza. **(Eco) Turismo como Vetor de mudanças sócio espaciais**: Estudo comparativo entre os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Monografia de Graduação Instituto de Geociências. Belo Horizonte. 2006.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação** – intenções e resultados. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **Revista História do Serro**. Edição Especial dos Anais do Seminário Patrimônio Histórico e Urbanístico – Serro rumo aos 300 anos. N. 02. Serro. Tipografia Serrana. 2002.

BRUSADIN, Leandro Benediti. **Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo** – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005.

BUTLER. R. W. (1980). **The concept of Tourist Area Cycle of Evolution**: Implications for Management of Resources. The Canadian Geographer, 24, pp. 512, *apud* MOREIRA, Ângela. Turismo e arquitetura: a produção do atrativo via singularidade/notoriedade do lugar. Arqtextos. 093. 05ano 08, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.093/169>>. Acesso em 14 de dez. 2014

CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/305/228>>. Acesso em 09 de agosto de 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural** – Conceitos, Políticas, Instrumentos. 1ª Edição, São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS / 2009

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Paisagem cultural**: novas perspectivas para o patrimônio. Arqtextos. 162.02, Ano 14, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/14.162/4960>>. Acesso em 05 de set/2014.

CATUMBA ZAMBI. SEDE DO PEIXE. Documentário Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=Hu_gVBtOgoA>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA- CEDEFES. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI** – História e resistência. CEDEFES (Org.) - Belo Horizonte: Autêntica / CEDEFES, 2008.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA- CEDEFES. Comunidades Quilombolas de Ausente e Baú em Milho Verde. Disponível em <http://www.cedefes.org.br/index.php?p=projetos_detalhe&id_pro=65>. Acesso 22 de out./2014

CHUVA, Márcia R. R. **Os arquitetos da memória: A construção do Patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)**. Tese (Doutorado em História Social das Ideais). Universidade federal Fluminense, Niterói. 1998.

CORALINA, Cora. **O poema do milho**. São Paulo. Global, 2011.

CORREA, Roberto Lobato. **A dimensão cultural do espaço: Alguns temas**. *Espaço e Cultura*, v. 1, n. 1, 1995, p. 1-21 *apud* RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

COUTO, José Vieira. **Memoria Sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes**. Belo Horizonte; Fundação João Pinheiro. 1994

CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª Edição. São Paulo. Roca. 2003

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas-SP: Alínea. (2002).

DUARTE, Rodrigo. O segredo da capela do Rosário de Milho Verde. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis - PPGICH UFSC, Santa Catarina, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/.../10766>>. Acesso 21 de outubro de 2014.

ENGLISH, Paul Ward; MAYFIELD, Robert C. The Cultural Landscape. In: ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. (org.) *Man, Space, and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography*. New York, London, Toronto: Oxford University Press, 1972, p. 3-9. *apud* RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. **Brasil, novo mundo**, Vol. II. Tradução Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

EVERNDEN, Neil. The social creation of nature *apud* MITCHELL, Nora; MELNICK, Robert Z. Shifting paradigms: new directions in cultural landscape conservation for a twenty-first-century America, *In: Ken Taylor and Jane L. Lennon, eds., Managing Cultural Landscapes* (London and New York: Routledge, 2012), pp. 232-252.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayedo Bello. **Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil.** Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, USP. São Paulo. 2014.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D'el Rei.** Espaço e poder nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte/MG, Editora UFMG 2011.

FORTES, Samira Chantre. **A interpretação da paisagem cultural sob a perspectiva memorial e turística: um estudo de caso do vilarejo de Capivari-Serro.** Monografia de Graduação em Turismo. UFMG. Belo Horizonte, 2010.

FOWLER, Peter J. **World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002.** UNESCO, World Heritage Centre. 2003. Disponível em: <Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/series/6/>>. Acesso 18 de novembro de 2015.

FRIEIRO, Eduardo. **Feijão, Angu e Couve: Ensaio sobre a comida dos mineiros.** Belo Horizonte: Itatiaia. 1982.

FUNDAÇÃO PALMARES. LISTA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=MG#>. Acesso 22 de out./2014

FURTADO, Júnia. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito.** São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, J.F. **O livro da Capa Verde: o regimento diamantino e a vida no diamantino no período da Real Extração.** São Paulo: Annablume, 2008.

HALL, Stuart. **Das Diásporas: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte. Editora UFMG. 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro. Editora Lamparina, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Uma civilização do milho.** In: Caminhos e Fronteiras. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

ICMS TURISTICO. Disponível em: <www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/.../193-apresentacao-icms-turistico>. Acesso em 13 de novembro de 2014

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. **World Heritage Cultural Landscapes. UNESCO-ICOMOS Documentation Centre.** Setembro 2009. Disponível em <http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/culturallandscapes.pdf> Acesso em 10 de julho de 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA. **Monumento Natural.** Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1760-monumento-natural-estadual-varzea-do-lajeado-e-serra-do-raio>>. Acesso em 01 de agosto de 2014.

_____. **Parque Estadual Pico do Itambé.** Disponível em <www.ief.gov.br> Acesso em 01 de agosto 2014.

INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL. **Lista Tentativa de Propriedades da Estrada Real.** Belo Horizonte, 2006 *apud* MARQUES, Daniel Anilton Duarte. **Estrada Real: Patrimônio Cultural de Minas Gerais (?) – Um estudo de Diamantina e Serro.** Dissertação de Mestrado em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL. **Formato de submissão à Lista Tentativa.** Belo Horizonte, 2008 *apud* MARQUES, Daniel Anilton Duarte. **Estrada Real: Patrimônio Cultural de Minas Gerais (?) – Um estudo de Diamantina e Serro.** Dissertação de Mestrado em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E NACIONAL. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Coordenação de Paisagem Cultural, Brasília/DF. 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>>. Acesso em 22 de março de 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E NACIONAL. **Anexo I – Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009.** Brasília. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1756>>. Acesso em 14 de setembro de 2014.

LAZZAROTTI, Olivier (2003) -"Tourisme et patrimoine: ad augusta per angustia", *Annales de Géographie*, 629: 91-110 *apud* ALMEIDA, Antonio Campar de. Paisagem: um patrimônio e um recurso, Coimbra, Ed. Campo das Letras. 2006. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13165/1/Paisagens-%20um%20patrim%C3%B3nio%20e%20um%20recurso.pdf>>. Acesso em 17 de outubro

LENOBLE, Robert. **História da Ideia de Natureza.** Lisboa: Edições 70, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. Lisboa: Editorial Presença, 1952 *apud* CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural – Conceitos, Políticas, Instrumentos.** 1º Edição, São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS / 2009

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais.* 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

MARQUES, Daniel Anilton Duarte. **Estrada Real: Patrimônio Cultural de Minas Gerais (?) – Um estudo de Diamantina e Serro.** Dissertação de Mestrado em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

MARTINS, Marcos Lobato. A crise da mineração e os negócios do diamante no Nordeste Mineiro 1870-1910. 2000 Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A054.PDF>>. Acesso 10 de set/2014.

MARTINS, Nuno; COSTA, Cláudia. **Patrimônio, paisagens culturais, turismo, lazer e desenvolvimento sustentável: Parques temáticos vs parques patrimoniais.** Revista N° Temático – Turismo e Patrimônio. Turismo 2009

MARTONI, Rodrigo Meira; VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino. **Caminhos Opostos: Turismo nas Estradas Reais de Minas Gerais**. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Livre Expressão, 2009.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, Cosac e Naify. 2003

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes**. Tradução de Solena Benevides Viana, introdução e notas do Clado Ribeiro de Lessa. Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1944.

MELO, Gladstone Chaves de. A língua do Brasil. Rio de Janeiro: Padrão, 1946 *apud* BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luís e PETTER, Margarida (Org.). *África no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008.

MENESES, José Newton Coelho de. **O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas**. Diamantina, MG: Maria Fumaça. 2000.

MENESES, José Newton Coelho de. **A Terra de quem lavra e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luís Carlos (Orgs.) – *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas Volume I*. Belo Horizonte. Autentica, 2007.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 18.030/2009**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Disponível em <<http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/lei-18030-2009.pdf>>. Acesso em setembro de 2014

_____. **Decreto 39.399, de 21 de janeiro de 1998**: dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA das Águas Vertentes. 1998

_____. _____. **Estatuto do Instituto Estadual Histórico e Artístico**. Lei Estadual 5.775, de 30 de setembro de 1971. Disponível em <www.iepha.mg.gov.br/INSTITUCIONAL>. Acesso 10 de novembro de 2014.

_____. _____. **Decreto nº 3.551 de Agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Disponível em <www.iepha.mg.gov.br/images/stories/downloads/.../decreto%203551.pdf>. Acesso 10 de novembro de 2014

_____. _____. Estrada Real. Disponível em: <www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1693>. Acesso em 10 de out. 2015

MINISTÉRIO DO TURISMO: **Política Nacional do Turismo**. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/convenios_contratos/Port448.html>. Acessado em: 14 de outubro de 2014.

_____. **Lei Geral do Turismo.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/meios_hospedagem/11771_lei.html> Acessado em: 22 de outubro de 2014.

_____. **Roteiros do Brasil.** Disponível em: <<http://www.roteirosdobrasil.tur.br/>> Acessado em: 21 14 de outubro de 2014.

_____. **Relatório de Avaliação do Programa de Regionalização Roteiros do Brasil.** 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/30livro_regionalizacao.html> Acessado em 03 de outubro de 2014.

_____. **Plano Nacional do Turismo.** Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf> Acesso em 14 de outubro de 2014.

_____. **Turismo de base comunitária.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20080811.html>. Acesso 03 de janeiro de 2015

MITCHELL, Nora; MELNICK, Robert Z. Shifting paradigms: new directions in cultural landscape conservation for a twenty-first-century America, *In*: Ken Taylor and Jane L. Lennon, eds., **Managing Cultural Landscapes** (London and New York: Routledge, 2012), pp. 232-252.

MIKESELL, Marvin W. Landscape. In: ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. (org.) *Man, Space, and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography*. New York, London, Toronto: Oxford University Press, 1972, p. 9-15 *apud* RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

MRS ESTUDOS AMBIENTAIS. **Plano de gestão das Águas Vertentes** – Resumo do diagnóstico preliminar. Brasília: Mimeo, 2005 *apud* ANDRADE, Rudá. **Vissungo com angu: histórias e memórias da produção e consumo de fubá no Alto do Jequitinhonha**. Tese de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

NUNES, Maria Lúcia Clementino. **História da arte da cozinha mineira por Dona Lucinha**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

O PADRE E A MOÇA. **Documentário com atores do filme**. 2007. Disponível em <<http://duasmariola.com.br/?portfolio=273>> Acesso 04 de dez 2014.

O PADRE E A MOÇA. Filme. Direção de Joaquim Pedro de Andrade. Duração: 90 minutos. 1965

PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. **Família Cunha Pereira em Milho Verde** [1993]. 2 ed. 2006. Disponível em <<http://www.geocities.com/jorgecpcf/MVParte1.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

PEREIRA, Carlos Alberto Messenger. **O que é Contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição. 1984.

PINHO, Antônio. **À Roda da Azenha**. Revista Guimarães. Sociedade Martins Saramento. PT. Disponível em: < http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG099_08.pdf>. Acesso 11 de out/2014.

PINTO e SOUZA, Bernardo Xavier, Memórias Históricas da Província de Minas Geraes. *In*: Revista do A. P. M., ano 1908, vol. XIII, pp. 523-639, p. 581 *apud* PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. **Família Cunha Pereira em Milho Verde** [1993]. 2 ed. 2006. Disponível em <<http://www.geocities.com/jorgecpf/MVParte1.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2014

PIVA, A. *et al.* **Os cantos sagrados de Milho Verde**. Catálogo de divulgação do projeto. Tradição dos Cantos Sagrados de Milho Verde. Milho Verde: edição dos autores, 2007.

PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. Disponível em: <<http://www.turismo.mg.gov.br/programas/sistema-mineiro-de-gestao>> Acesso em 21 de mar. 2012

POLLAK, Michel Memórias e identidade social. *In*: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: < http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf> . Acesso 14 de novembro de 2014.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE. Site Oficial. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>> Acessado 27 de outubro de 2014

RECOMENDAÇÃO R 95 (9). Sobre a conservação integrada das paisagens culturais como integrantes da política paisagística Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266>>. Acesso 05 de dez. 2014.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Revisão e prefácio de Homero Pires. Notas bibliográficas de Fernando Sales. São Paulo: Nacional, 1977 *apud* BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. *In*: FIORIN, José Luís e PETTER, Margarida (Org.). **África no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2008.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene; SOLHA, Karina Toledo Solha (Org.). **Planejamento Turismo**. Barueri, São Paulo, Editora Manole. 2006.

RUSHDIE, Salman. Imaginary homelands, London: Cranta Books. [1991]. *apud* HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro. Editora Lamparina, 2014.

SABERES TRADICIONAIS DE MILHO VERDE – RAPADURA. Dir. Rudá K. Andrade, 80 minutos, Milho Verde: Instituto Milho Verde, 2013.

SANTIAGO, Luis. **Serro: política, geografia e cultura**. In: O Vale dos Boqueirões: História do Vale do Jequitinhonha, v. 3. Belo Horizonte. Morada Santiago. 2006.

SAMPAIO, Neide. **Vissungos: Cantos afro-descendentes em Minas Gerais**. 2ª ed. rev. aum. Edições Viva Voz. Belo Horizonte. 2009. Disponível em: <www.letras.ufmg.br/vivavoz/data1/arquivos/vissungos2ed-site.pdf> Acesso em 09 de agosto de 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**; tradução de Leonam de Azevedo Penna. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. [1830]**. Companhia Editora Nacional, 1938.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAUER, Carl O. The Morphology of Landscape. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. N.; ROGERS, A. (org.). Human Geography: An Essential Anthology. Oxford: Blackwell, 1996 [1925], p. 296-315 *apud* RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

SATHLER, Evandro Bastos. **A população tradicional garimpeira do diamante no alto rio Jequitinhonha (MG) e a área de proteção ambiental – A.P.A. das águas vertentes: como conciliar tradição e lei? Tese de Doutorado em Geografia**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**, São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

SCHICK, Manfred. Otto Schlüter 1872-1959. In: FREEMAN, T. W. (org.) Geographers. Bibliographical Studies, v. 6. London: Mansell, 1982, p. 115-122. *apud* RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

SERRO (MG). Prefeitura Municipal de Serro. **Lei complementar 075/2007, de 06 de agosto de 2007**. Institui o plano diretor do município de Serro. 2014

_____. _____. Prefeitura Municipal de Serro. **Decreto N° 4.772/2014 DE 11 DE Fevereiro de 2014**. Delimita área de proteção cultural dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Acesso 2014

SERRO (MG). SECRETARIA DE TURISMO, CULTURAL, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL. Prefeitura Municipal de Serro. Informações gerais do município, 2014.

SENNA, Nelson Coelho de. **Memoria Histórica e Descritiva da Cidade e Município do Serro, Estado de Minas Geraes**. Tipografia Ferreira Lopes & C., Ouro Preto, 1895.

SILVA, Dario A. F. da. **Memória Sobre o Serro Antigo**. Tipografia Serrana, Cidade do Serro, 1928.

TURISMO SOLIDÁRIO. Disponível em: <www.turismosolidario.com.br> . Acesso em 13 de dezembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURÍ. Curso de Turismo. **Inventário de Oferta Turística**. 2014

VASCONCELOS, Sylvio. **Arquitetura, Dois Estudos**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1960.

VASCONCELOS, Sylvio. **Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais**. Revistas Topos, Belo Horizonte, volume 1, n. 1. 1999.

ENTREVISTAS

BARBOSA, Márcia Silveira. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em abril de 2012

COELHO, Neuza. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em janeiro de 2015.

CUNHA, Devanil Ferreira da. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em dezembro de 2014.

FARNESI, Pedro. Secretário de Cultura, Turismo, patrimônio e desenvolvimento sustentável. Depoimento em janeiro de 2015.

FERREIRA, EVA. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em janeiro de 2014.

FERREIRA, Izaura. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em dezembro de 2014.

FRANCISCA, Geralda. Milho Verde. Depoimento em setembro de 2014.

FRANCISCA, Geralda. Milho Verde. Depoimento em setembro de 2012.

HIGINO, Jovelina Marciano. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em janeiro de 2013

JÚNIOR, Osmero Pellegrinelli. Prefeitura Municipal de Serro. Depoimento em janeiro de 2015

KUHNE, Martin Wilhelm. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em abril de 2012.

LUCIANA. Associação Clube de Mães. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em abril de 2012.

MARQUES, Rosana de Souza. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Belo Horizonte. Depoimento em fevereiro de 2015.

MARIA “DO FUBÁ”. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em dezembro de 2014.

MORAIS, Olímpia Ferreira. Milho Verde. Depoimento abril de 2012.

MORAIS, Olímpia Ferreira. Milho Verde. Depoimento em setembro de 2014.

NETO, Pedro Farnesi. Prefeitura Municipal de Serro. Depoimento em janeiro de 2015

PRAÇA, Andrea Sasdelli Leite. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Belo Horizonte. Depoimento em fevereiro de 2015.

REZENDE, Ângelo. Programa de Desenvolvimento do Turismo do Norte e Nordeste. Belo Horizonte/Minas Gerais, 2012.

RIBEIRO, Ademil Sebastião. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em dezembro de 2014

SANTOS, Albertina. Milho Verde. Depoimento abril de 2012.

SANTOS, Elídia dos Santos. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em setembro de 2013.

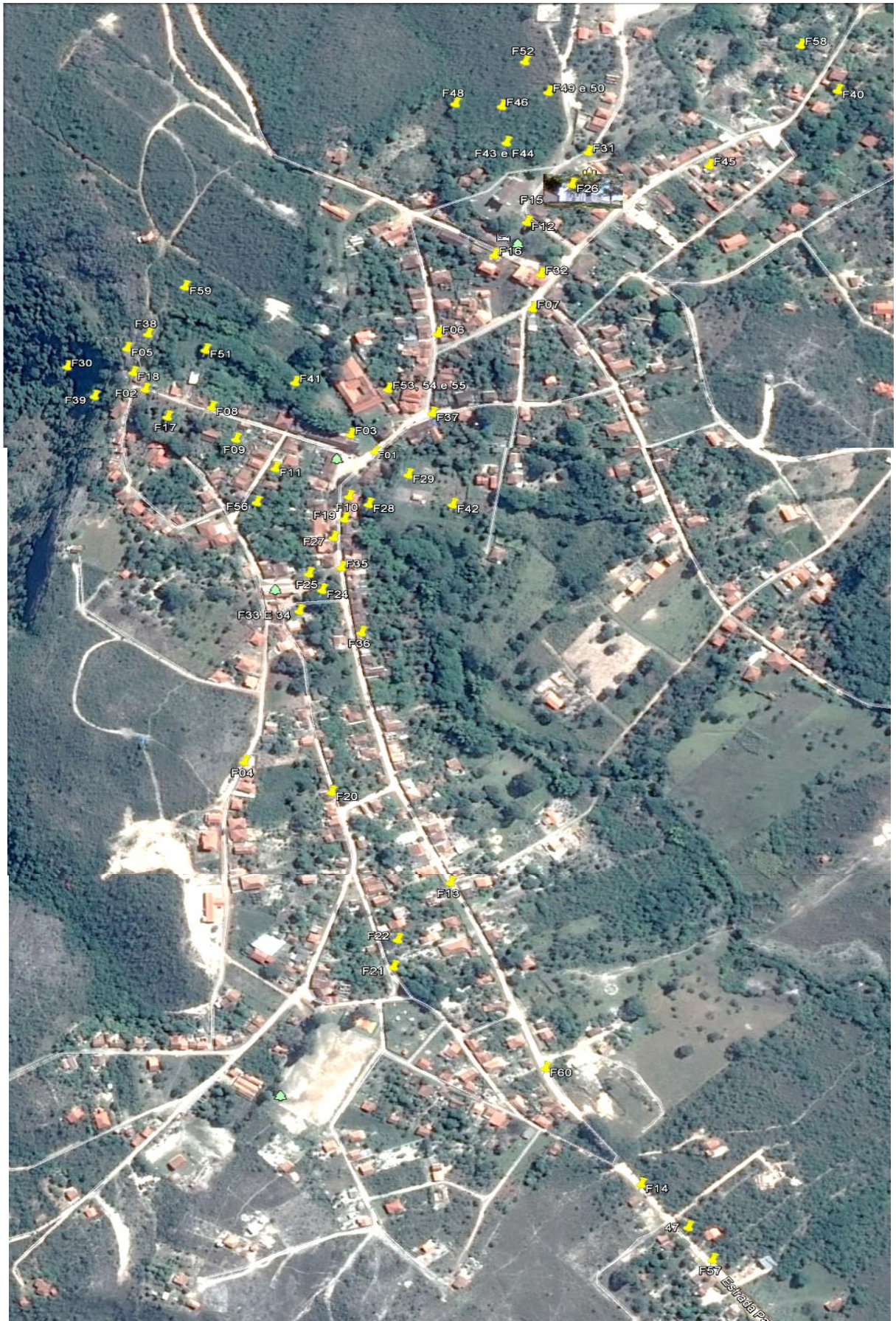
SANTOS, Elídia dos Santos. São Gonçalo do Rio das Pedras. Depoimento em dezembro de 2014.

SILVA, Renan César da. Instituto Estadual de Floresta. APA das Águas Vertentes. Milho Verde. Depoimento em janeiro de 2015.

TRIVELLATO, Maria Cristina Harmendani. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Belo Horizonte Depoimento em fevereiro de 2015.

APÊNDICE A - Registro fotográfico de São Gonçalo do Rio das Pedras

No levantamento fotográfico realizados nas comunidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras entre os anos de 2013 a 2015 foi possível identificar as características marcantes de suas paisagens, como monumentos históricos, práticas tradicionais, aspectos ambientais, traçado das ruas, manifestações culturais.



MAPEAMENTO FOTOGRÁFICO

EXECUÇÃO: Elcione Luciana da Silva
Data: Fev/2015 – Fonte: Google Earth s/Escala





F01: Conjunto arquitetônico da parte central do distrito
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: agosto/2013



F02: Vista parcial do moinho
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: setembro/2014



F03: Vista parcial do moinho central
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: setembro/2014



F04: Casa de adobe
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: setembro/2014



F05: Antigo moinho d'água (1987) localizado a poucos metros do único moinho em funcionamento.
 Fonte: SPHAN/ Pró Memória - Data: 1987.



F06: Rua central (Rancho de Tropas ao fundo)
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F07: Rua Nova
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F08: Rua do Comércio
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F09: Rua do Comércio
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F10: Rua do Comércio
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012

	
<p>F11: Rua de São Gonçalo Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012</p>	<p>F12: Casa de Dona Helena Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014</p>
	
<p>F13: Rua Direita Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014</p>	<p>F14: Rua Direita (Serra do Raio ao fundo) Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014</p>
	
<p>F15: Adro da Igreja Matriz de São Gonçalo Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014</p>	<p>F16: Rua do Fogo Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014</p>



F17: Produção de fubá do moinho
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F18: Processo de moagem
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F19: Largo do Comércio
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F20: Casa de adobe
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F21: Casa de bonecas feita com adobe
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F22: Interior da Casa de bonecas
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F23: Largo do Rosário (parte lateral)
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F24: Calçamento de pedra
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: abril/2012



F25: Festa do Rosário (caboclos do Serro)
Fonte: Alison McGowan

	
<p>F26: Rua Gramada (Igreja do fundo) Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set/2014</p>	<p>F27: Conjunto arquitetônico e calçamento Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set/2014</p>
	
<p>F28: Largo do Comércio Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set/2014</p>	<p>F29: Parte central Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set/2014</p>



F30: Paisagem Vista do moinho na cachoeira do Comércio
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set/2014









F31: Parreiras para produção de uva
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set/2014








F32: Venda de vinhos e doces (Ademil)
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014



F33 e 34: Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: jan/2015

	
<p>F35: Igreja de Nossa Senhora do Rosário Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: jan./2015</p>	<p>F36: Casario Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>
	
<p>F37: Ponte sobre o Rio das Pedras Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>	<p>F38: Cachoeira do Comércio Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>
	
<p>F39: Vista do topo da Cachoeira do Comércio Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>	<p>F40: Cachoeira da Grota Seca (Moinho) Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>

	
<p>F41: Rio das Pedras Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>	<p>F42: Rio das Pedras Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>
	
<p>F43: Largo Antônio Félix (Igreja Matriz de São Gonçalo) Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>	
	
<p>F44: Largo Antônio Félix Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>	<p>F45: Rua Direita Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014</p>



F46: Ig. de São Gonçalo (Festa de São Sebastião)
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: jan./2015



F47: Cachoeira do Reitininho
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014



F48: Paisagem vista do Cruzeiro em frente à Igreja Matriz de São Gonçalo
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: jan./2015



F49 e 50: Casas integradas ao meio natural
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014



F51: Cachoeira do Comércio (Paisagem)
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014



F52: Paisagem Vista do Largo Antônio Feix
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014



F53: Conjunto arquitetônico e ipês
Fonte: Ricardo Venício - Data: nov./2014



F54 e 55: Turismo em fins de semana (ciclistas)
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014



F56: Largo do Comércio (Fim de tarde)
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014



F57: Serra do Raio
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014



F58: Igreja de São Gonçalo e Paisagem
Fonte: Pousada do Pequi - Data: nov./2014



F59: Cachoeira do Comércio, Moinho e Paisagem
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014



F60: Serra da Água Limpa e Serra do Raio à direita
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: nov./2014

Observação: A localização das imagens no mapa contém Margem de Erro entre 5 a 09 metros, EXCETO:

F14: Margem de Erro de aproximadamente 400 metros

F40: Margem de Erro de aproximadamente 2,5km

F47: Margem de Erro de aproximadamente 3 km

F58: Ponto onde a fotografia foi realizada (Margem de erro 1km)



MAPEAMENTO FOTOGRÁFICO
EXECUÇÃO: Elcione Luciana da Silva
Data: Fev/2015 – Fonte: Google Earth s/Escala



APÊNDICE B – Registro fotográfico de Milho Verde

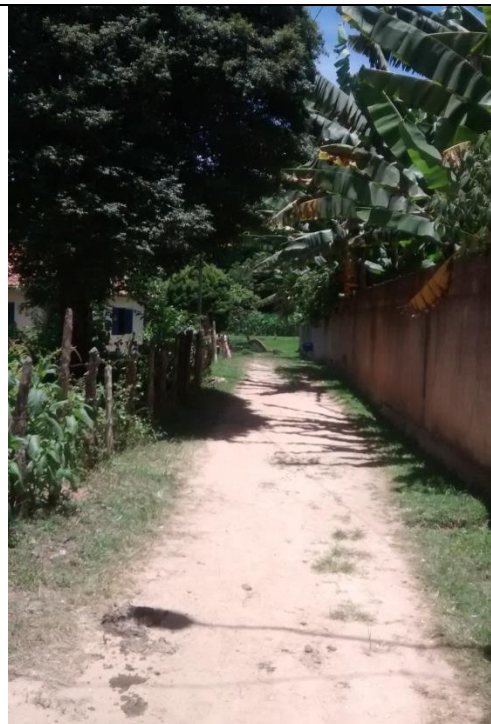
F01: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e largo do Rosário na parte central do distrito
Fonte: Henry Yu - Data: agosto/2007



Foto 02 e 03: Ruas em Milho Verde
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: dez/2014



F04: Beco ao lado da Pousada Moraes
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F05: Beco do Chafariz
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F06: Placa de sensibilização do turista
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F07: Rua dos Prazeres
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F08: Largo do Rosário
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F09: Rua dos Prazeres
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F10: Casario na Rua dos Prazeres
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F11: Casarão na Rua dos Prazeres
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F12: Caminho das Tropas - Rua dos Prazeres
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F13: Quital das casas da Rua dos Prazeres
 Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F14: Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F15: Interior da Igreja de N. Sra. dos Prazeres
Fonte: Milho Verde/Facebook - Data: set./2014



F16: Chafariz

Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F17: Casas na Rua Nova

Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F18: Casas na Rua Nova

Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F19: Casas na Rua Nova






Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F20: Paisagem de Milho Verde (Pico do Itambé ao fundo)
Fonte: Elcione Luciana da Silva - Data: set./2014



F21: Casas na Rua Direita (sentido São Gonçalo)
Fonte: Milho Verde/Facebook - Data: set./2014

	
<p>F22: Casa de adobe na Rua Direita Fonte: Elcione Luciana da Silva-Data: set./2014</p>	<p>F23: Casas na Rua Direita Fonte: Google Earth - Data: set./2014</p>
	
<p>F24: Casa na Rua Direita (sentido Serro) Fonte: Elcione Luciana da Silva-Data: set./2014</p>	<p>F25: Local da antigo Quartel de Fiscalização Fonte: Elcione Luciana da Silva-Data: set./2014</p>
	
<p>F26: Largo do Rosário e paisagem Fonte: Elcione Luciana da Silva-Data: set./2014</p>	



F27: Cemitério e Igrejinha do Rosário
Fonte: Elcione Luciana da Silva-Data: set./2014



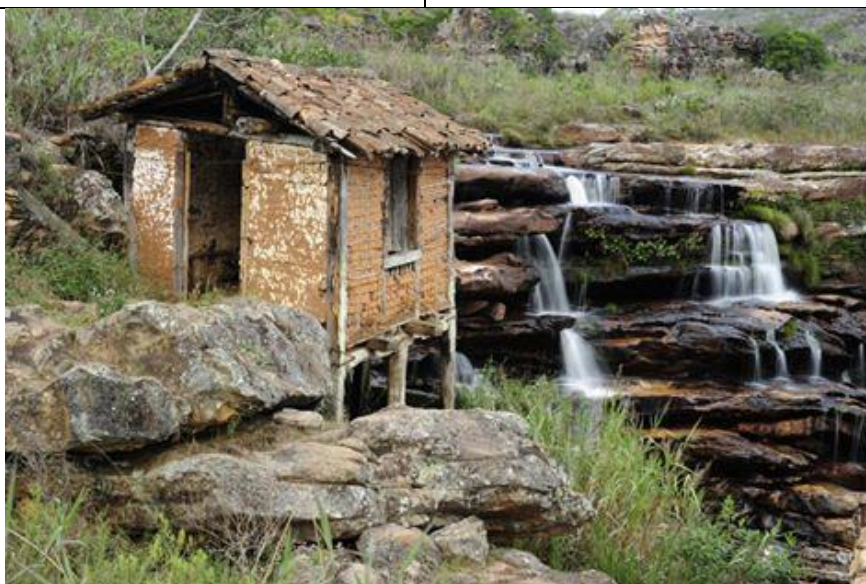
F28: Largo do Rosário e paisagem
Fonte: Franco Bouchard -Data: set./2014



F29: Lajeado
Fonte: APA das Águas Vertentes - Data: 2013



F30: Cachoeira do Piolho
Fonte: APA das Águas Vertentes - Data: 2013



F31: Cachoeira do Moinho
Fonte: APA das Águas Vertentes - Data: 2013



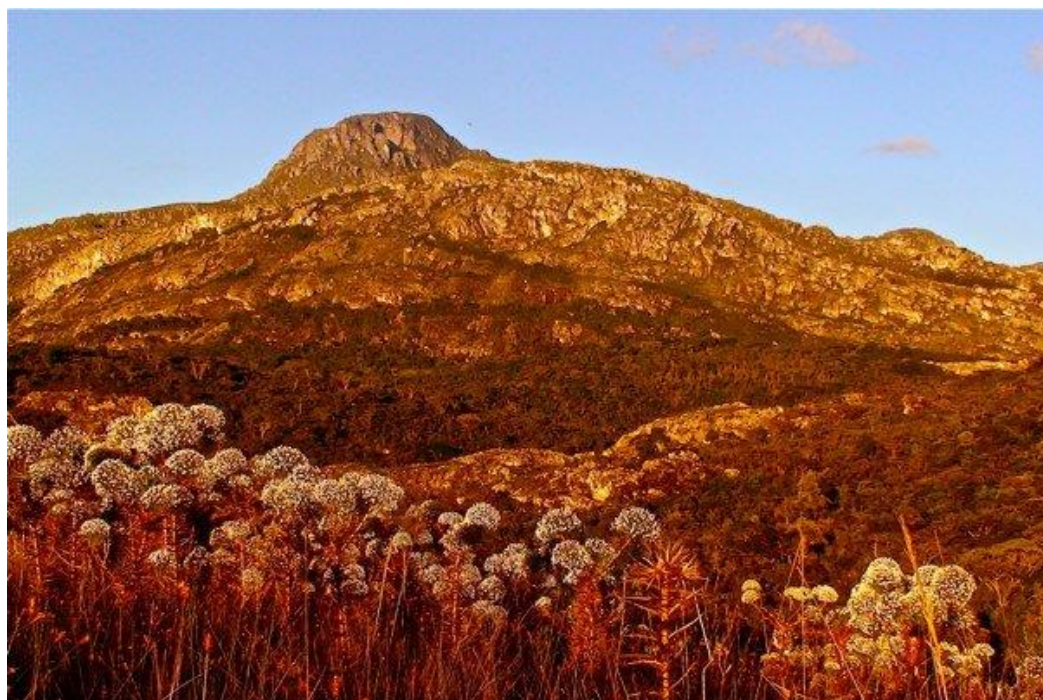
F32: Serra dos Santos
Fonte: APA das Águas Vertentes - Data: 2013









F33: Casas e Paisagem
Fonte: Elcione Luciana da Silva

APÊNDICE C – Registro fotográfico dos arredores de Milho Verde e São Gonçalo

F01: Vista panorâmica da região
Fonte: APA das Águas Vertentes - Data: 2013



F02: Sempre Vivas e Pico do Itambé
Fonte: Rudá Andrade - Data: 2013

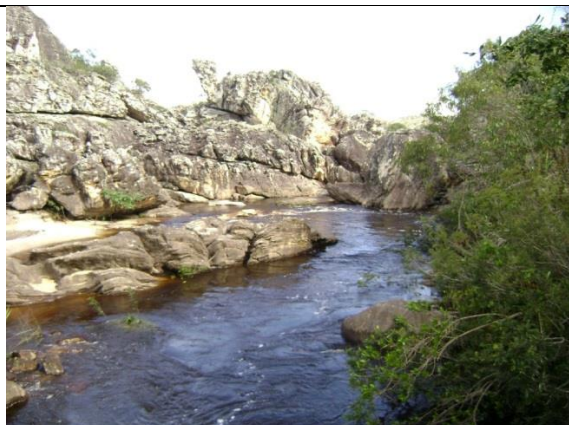
	
<p>F03: Cobra Coral Fonte: Túlio Fernandes – Data/2014</p>	<p>F04: Macaco Guigó Fonte: Geraldo Neves – Data/2014</p>
	
<p>F05: Mocó Fonte: Monumento Natural – Data/2014</p>	<p>F06: Pintura Rupestre Fonte: Monumento Natural – Data/2014</p>
	
<p>F07: Flora Fonte: Monumento Natural – Data/2014</p>	<p>F08: Cachoeira do Carijó Fonte: Monumento Natural – Data/2014</p>



F09: Formações rochosas
Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



F10: Quiabo da Lapa
Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



F11: Recursos hídricos
Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



F12: Flora
Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



F13: Sempre-Viva
Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



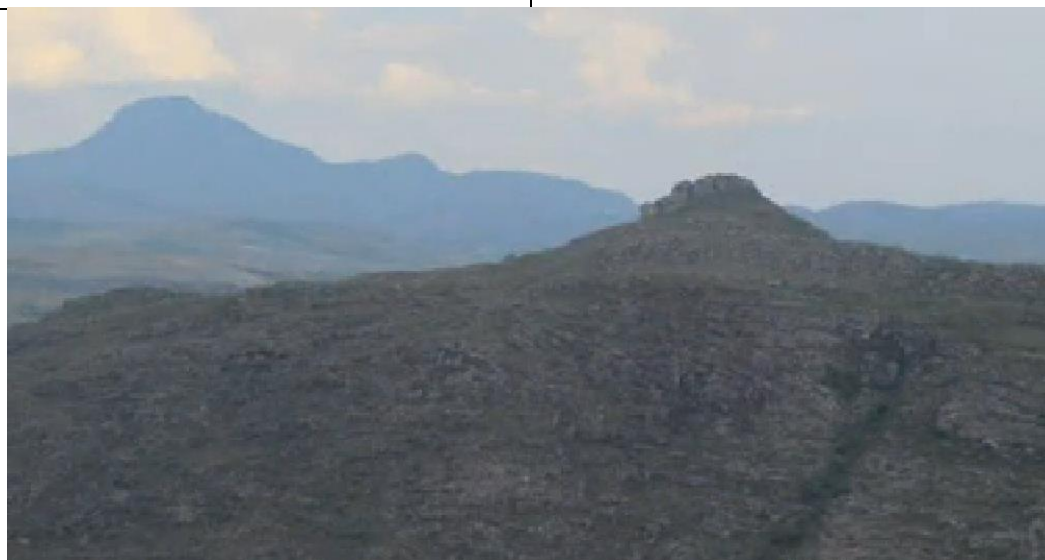
F14: Vista panorâmica da região
Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



F15: Espécie de Cacto
Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



F16: Planta Carnívora
Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



F17: Serra do Raio e ao fundo Pico do Itambé
Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



F18: Vista panorâmica da região
 Fonte: APA das Águas Vertentes – Data/2014



F19: Interior da APA (Pico do Itambé à direita)
 Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F20: Cachoeira Interior da APA
 Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F21: Cachoeira do Retiro
 Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F22: Trilha entre Capivarí e São Gonçalo
Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F23: Resquícios do Caminho Real
Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F24: Cachoeira e Serra do Raio ao fundo (Monumento Natural)
 Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F25: Espécie de Sempre Viva
 Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F26: Flora local
 Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F27: Campim Estrelinha
 Fonte: Cintia Fragoso – Data/2014



F28: Flora local
 Fonte: Cintia Fragoso – Data/2014



F29: Campo de Sempre Vivas - APA e e Monumento Natural
 Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F30: Interior da APA das águas Vertentes e
 Monumento Natural
 Fonte: Marcos Santos – Data/2010



F31: Resquícios da antiga ponte de pedras – Caminho
 Real
 Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F32: Interior da APA das águas Vertentes e Monumento Natural
 Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F33: Interior da APA das águas Vertentes e Monumento Natural – Paisagem
Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F34: Interior da APA das águas Vertentes e Monumento Natural (Milho Verde ao fundo)
Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F35: Quiabo da Lapa e Paisagem
Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010



F36: Estrada entre a comunidade quilombola de Ausente e distrito de Pedro Lessa
Fonte: Elcione Luciana da Silva – Data/2010

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Escola de Arquitetura

PESQUISA RELACIONADA À DISSERTAÇÃO DE Mestrado INTITULADA: Paisagem Cultural, turismo e gestão da paisagem: estudo dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras

AUTORA: Elcione Luciana da Silva

ENTREVISTADO:

DATA:

1 – Qual a sua procedência?

2 – Sexo: Feminino () Masculino ()

3 – Faixa etária

() De 18 a 24 anos () De 25 a 29 anos () De 30 a 39 anos () De 40 a 49 anos

() De 50 a 59 anos () Acima de 60 anos

4 – Grau de instrução

() Básico () Fundamental () Médio/técnico () Superior incompleto

() Superior Completo () Pós Graduação. Qual nível de pós graduação?

5. Faixa salarial

() Até 1 salário mínimo () De 1 a 3 salários mínimos () De 3 a 5 salários mínimos ()

De 5 a 10 salários mínimos () De 10 a 15 salários mínimos () De 15 a 20 salários mínimos

() De 20 a 25 salários mínimos () Acima de 25 salários mínimos

6 – Ocupação principal?

() Assalariado () Autônomo () Empresário () Funcionário Público () Estudante ()

() Profissional Liberal () Aposentado/Pensionista () Desempregado

7 – Qual o principal destino da viagem?

() Milho Verde () São Gonçalo do Rio das Pedras () Serro

() Diamantina () Estrada Real () outra cidade. Citar: _____

8 – Quais as principais características da região que motivou sua viagem?

9. Quantas vezes visitou a cidade?

() 1ª vez () 2 vezes () 3 vezes () 4 vezes () acima de 5 vezes

10. Você visitará outra cidade?

() Milho Verde () São Gonçalo do Rio das Pedras () Serro

() Diamantina () outra cidade. Citar: _____

11 – Com quem você viaja?

() Sozinho () Cônjugue () Amigos () Familiares () Filhos () outros

12. Principal meio de transporte utilizado para chegar a cidade?

- () ônibus de linha intermunicipal () ônibus de linha interestadual
 () ônibus fretado () carro próprio () carro alugado () avião () outros citar:

13. Principal meio de hospedagem utilizado?

- () Pousada () Camping () Casa Parentes/Amigos () casa alugada
 () Casa Própria () Não me hospedarei () Outros: Citar: _____

14. Quantos dias pretende ficar na cidade?

- () 1 dia () 2 a 3 dias () 4 a 5 dias () Mais de 6 dias

15. Quanto pretende gastar por dia na cidade? Exceto hospedagem

- () até R\$ 80,00 () entre R\$ 80,00 e R\$ 120,00 () entre R\$120,00 a R\$160,00
 () entre R\$ 161,00 a R\$ 200,00 () Acima de R\$ 201,00

16. Principais atrativos turísticos visitados. Citar:

17. Você visitará outros atrativos? Citar:

18. Qual imagem você possuía da cidade antes de realizar a visita?

19. Do que você mais gostou de visitar. Por quê?

20 - Como classifica a infraestrutura da cidade?

Infraestrutura	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não aplica
Atendimento em geral no comércio						
Sinalização						
Aparência						
Acesso à cidade						
Onibus						
Meio de Hospedagem						
Meios de alimentação						
Lojas de artesanato						
Comércio em geral						
Acesso a informações turísticas						
Segurança						
Acolhida e receptividade						
Limpeza						
Conservação dos monumentos						
Conservação do meio natural						
Vida noturna						
Iluminação pública						
Saneamento básico						

ANEXO I – PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009

Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o que prescreve a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e o inciso V do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 1º, II, 23, I e III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial;

CONSIDERANDO, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO, que o Brasil é autor de documentos e signatário de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconizam sua proteção;

CONSIDERANDO, que a conceituação da Paisagem Cultural Brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

CONSIDERANDO, que os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta;

CONSIDERANDO, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem-se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO, que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais; resolve:

Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

II - DA FINALIDADE

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes nos termos preconizados na Constituição Federal.

III - DA EFICÁCIA

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

IV - DO PACTO E DA GESTÃO

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN.

TÍTULO II DO PROCEDIMENTO V - DA LEGITIMIDADE

Art. 6º. Qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de Paisagem Cultural Brasileira.

Art 7º. O requerimento para a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, acompanhado da documentação pertinente, poderá ser dirigido:

- I - às Superintendências Regionais do IPHAN, em cuja circunscrição o bem se situar;
- II - ao Presidente do IPHAN; ou III - ao Ministro de Estado da Cultura.

VI - DA INSTAURAÇÃO

Art. 8º. Verificada a pertinência do requerimento para chancela da Paisagem Cultural Brasileira será instaurado processo administrativo.

§ 1º - O Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM/IPHAN é o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo.

§ 2º - A instauração do processo será comunicada à Presidência do IPHAN e às Superintendências Regionais em cuja circunscrição o bem se situar.

VII - DA INSTRUÇÃO

Art. 9º. Para a instrução do processo administrativo poderão ser consultados os diversos setores internos do IPHAN que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, com vistas à celebração de um pacto para a gestão da Paisagem Cultural Brasileira a ser chancelada.

Art. 10. Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo de 30 dias para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.

Art. 11. As manifestações serão analisadas e as contestações julgadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM/IPHAN, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante prévia oitiva da Procuradoria Federal, remetendo-se o processo administrativo para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 12. Aprovada a chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a súmula da decisão será publicada no Diário Oficial da União, sendo o processo administrativo remetido pelo Presidente do IPHAN para homologação final do Ministro da Cultura.

Art. 13. A aprovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será comunicada aos Estados-membros e Municípios onde a porção territorial estiver localizada, dando-se ciência ao Ministério Público Federal e Estadual, com ampla publicidade do ato por meio da divulgação nos meios de comunicação pertinentes.

VIII - DO ACOMPANHAMENTO E DA REVALIDAÇÃO

Art. 14. O acompanhamento da Paisagem Cultural Brasileira chancelada compreende a elaboração de relatórios de monitoramento das ações previstas e de avaliação periódica das qualidades atribuídas ao bem.

Art. 15. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser revalidada num prazo máximo de 10 anos.

Art. 16. O processo de revalidação será formalizado e instruído a partir dos relatórios de monitoramento e de avaliação, juntando-se manifestações das instâncias regional e local, para deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 17. A decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a propósito da perda ou manutenção da chancela da Paisagem Cultural Brasileira será publicada no Diário Oficial da União, dando-se ampla divulgação ao ato nos meios de comunicação pertinentes.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do IPHAN

ANEXO II – TAC - INQUÉRITO CIVIL MPMG-0671.12.000112-6**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL**

Inquérito Civil MPMG-0671.12.000112-6
Termo de compromisso de Ajustamento de Conduta

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por seu órgão de execução em exercício na Curadoria do Patrimônio Histórico-Cultural da Comarca de Serro e o **MUNICÍPIO DO SERRO**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores e por seu Procurador Jurídico, respectivamente, Epaminondas Pires de Miranda, portador do RG n. 3.217.247, VALNEIDE PEREIRA e Paulo Matheus Simões, OAB n. 135.477; adiante referidos como **MINISTÉRIO PÚBLICO** e **COMPROMISSÁRIO**, respectivamente, *ex vi* dos artigos 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985; e

CONSIDERANDO que a Constituição da República conferiu ao Ministério Público a função de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, *caput*); muniu a Instituição de instrumentos como o inquérito civil e a ação civil pública para efetivar a tutela dos direitos coletivos *lato sensu*, dentre os quais se inclui o patrimônio histórico-cultural (artigo 129, III); e conferiu-lhe a possibilidade de se valer de outros instrumentos legais destinados à defesa dos referidos direitos, tais como a celebração de termos de compromisso de ajustamento de conduta, a fim de promover a tutela extrajudicial do patrimônio histórico-cultural (artigo 129, IX);

CONSIDERANDO que a Constituição da República confere especial proteção ao patrimônio cultural brasileiro, este constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (artigo 216, *caput*);

CONSIDERANDO que a Constituição da República não apenas reconhece, mas impõe a efetivação do direito fundamental social ao patrimônio histórico cultural, devendo este ser preservado e, quando necessário, restaurado, a fim de ser tutelado, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa do infrator (artigos 216, § 4º, e 225, § 3º);

CONSIDERANDO a necessidade de se promover a efetiva tutela do distrito de Milho Verde, localizado no Serro/MG, com a edição de ato legislativo que reconheça e declare sua notável importância paisagística, natural, artística e cultural, merecedora de um regime jurídico protetivo especial;

CONSIDERANDO a notável importância histórica do Serro para o patrimônio histórico brasileiro: quarta comarca criada no Estado de Minas Gerais, denominada Serro Frio, com sede na Vila do Príncipe; localidade marcada por uma forte religiosidade; permeada de belíssimas igrejas, de construções do período colonial; a Vila do Príncipe foi elevada à categoria de Cidade em 1838; o tombamento de todo o acervo urbano-paisagístico do Serro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se deu em 1938; a localização de

Milho Verde no município do Serro; o povoado de Milho Verde surgiu em decorrência das atividades minerárias no século XVIII; recebeu a categoria de Distrito em 1868 e atualmente tem no turismo sua principal atividade econômica, a qual compromete o conjunto urbano e ocasiona problemas como o excesso de lixo, a especulação imobiliária e a descaracterização dos hábitos da população local (informações extraídas do Laudo Técnico n. 23/2013, realizado pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico);

CONSIDERANDO que é responsabilidade do município promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (art. 30, inciso IX, Constituição da República), além de pautar sua política urbana pela diretriz da proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (art. 2º, inciso XII da Lei 10.257/2001);

CONSIDERANDO ser fundamental que o município do Serro, através dos poderes Executivo e Legislativo, desempenhe o papel de salvaguardar seu patrimônio cultural e natural cada vez mais ameaçado de destruição, tanto pela degradação natural, quanto pelas alterações oriundas das necessidades sociais e econômicas e, conseqüentemente, com isso, permita a perpetuação da memória e das tradições ali existentes através do tempo, para que possam ser reconhecidas pelas gerações futuras;

CONSIDERANDO que o distrito de Milho Verde é região de interesse turístico e, ao mesmo tempo em que as atividades turísticas constituem importante instrumento para proteção, valorização e divulgação do patrimônio cultural, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, sua prática desordenada pode redundar em danos irreversíveis ao patrimônio cultural local e à qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 41 e 42, ambos da Lei 10.257/2001, o plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico e deve conter, no mínimo: a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei; disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei e sistema de acompanhamento e controle;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor do município do Serro possui, em seu Capítulo V, diretrizes atinentes à preservação, proteção e conservação do patrimônio cultural do distrito de Milho Verde (artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar n. 075/2007);

CONSIDERANDO que o distrito de Milho Verde possui 2,2 mil hectares de área de proteção ambiental, e nele se situa o Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio (unidade de conservação de proteção integral) criado através do Decreto n. 45.614/11, para proteção de sítios naturais de grande relevância ecológica e paisagística no distrito – vide também artigos 4º, 7º, 8º e 14; da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC);

CONSIDERANDO a notória relevância paisagística e a grande beleza cênica do distrito de Milho Verde, seu núcleo histórico singular, as ameaças de descaracterização, o reconhecimento da importância histórica desse núcleo no Plano Diretor do município do Serro e o fato de que as diretrizes protetivas não vem sendo cumpridas, bastando ver no supracitado

laudo as fotografias das recentes construções que descaracterizam o conjunto e comprometem o ambiente existente;

CONSIDERANDO que o município reconhece a proteção deficitária e que, a permanecer tal situação, o fato pode configurar ato de improbidade administrativa e ação civil pública com obrigação de fazer, além de crime de responsabilidade;

Resolvem celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, nos seguintes termos:

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O MUNICÍPIO COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar deste, após prévia audiência pública com a população do distrito, representantes da Associação Comunitária do distrito, do Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Arqueológico (IEPHA), elaborar decreto regulamentando os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar n. 75/2007 (Plano Diretor), e, dessa forma, definir parâmetros e diretrizes para intervenção no distrito de Milho Verde, dentre os quais, deverão constar, obrigatoriamente:

- 1.1) Previsão de altimetria máxima de 4,5 metros, a contar do ponto médio da testada do terreno até a cumeeira do telhado, uma vez que esta é a altimetria dominante na área histórica;
- 1.2) Preservação do traçado urbano original;
- 1.3) Definição de graus de proteção diferenciados para as edificações integrantes da área protegida, levando-se em conta os valores histórico, arquitetônico e paisagístico;
- 1.4) Não permissão de instalações de antenas de telecomunicações na área protegida. A instalação de antenas parabólicas e placas solares de aquecimento será admitida a critério do órgão ambiental de preservação competente, devendo ser locadas de forma a não serem visíveis a partir do logradouro público. Os equipamentos auxiliares, assim como as caixas d'água, deverão ser instalados somente no entreforço (desvão) das edificações, abaixo dos pontos de cobertura, e sem criar volumes próprios;
- 1.5) Novas edificações deverão respeitar o volume original e proporções dos vãos antigos no caso de demolição ou arruinamento de edificação de integrante do conjunto. Reconstruções somente serão admitidas em casos isolados, a critério do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural;
- 1.6) Em situações que envolvam restauração do imóvel (ou partes), salvaguardar os elementos formais pré-existentis mais característicos da fachada do imóvel, sempre que neste se reconheça o suficiente valor ou contribuição para a imagem geral do conjunto (remates, as paltibancas, os socos, as pilastras, os quadros dos vãos ou outros elementos figurativos de interesse histórico ou cultural);
- 1.7) Utilizar telhas tipo capa e canal com os planos paralelos à via, sendo vedada a construção de terraços superiores, com e sem cobertura;
- 1.8) Utilização de esquadria de madeiras;
- 1.9) Vedação da utilização de portões e muros divisórios em chapas metálicas;

- 1.10) Os materiais empregados nas fachadas das edificações devem ser preferencialmente os mesmos das edificações encontradas na área, com cores coerentes com o conjunto;
- 1.11) Toda intervenção nas edificações integrantes da área protegida deverá obedecer às diretrizes a ser previamente aprovada pelo conselho municipal competente, de forma a se manter as tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar;
- 1.12) Criação mecanismos que impeçam a verticalização do centro histórico, evitando-se, assim, especulação imobiliária, com substituição de imóveis antigos de poucos pavimentos por outros mais verticalizados;
- 1.13) Proceder ao tombamento de edificações isoladas de grande valor cultural como o Chafariz, a edificação Bar Pai Modesto, o Calçamento do Beco do Chafariz, entre outras, para uma proteção mais efetiva do centro histórico; (inviabilidade financeira para o tombamento municipal)
- 1.14) Inventariar as edificações de valor cultural existentes na área protegida, ainda não inventariadas;
- 1.15) Evitar a poluição visual, exigindo-se a padronização de placas, toldos e engenhos publicitários dos estabelecimentos comerciais existentes, para que estejam em harmonia com a arquitetura presente no local e não obstruam os elementos arquitetônicos característicos das edificações;
- 1.16) Retirada da fiação aérea existente no local, com padronização da iluminação pública e mobiliário urbano;
- 1.17) Correção/complementação do Dossiê de Tombamento da Capela Nossa Senhora do Rosário, conforme metodologia definida pelo IEPHA, buscando-se evitar descaracterizações;
- 1.18) Na área protegida e nos bens culturais de relevância cultural não devem ocorrer intervenções descaracterizantes, sendo necessário que as alterações e os projetos de reforma, ampliação ou construção sejam previamente apreciados e aprovados pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Os conselheiros deverão utilizar critérios técnicos para analisar as intervenções e para embasar suas decisões, a fim de evitarem danos que são irreversíveis ao patrimônio cultural;
- 1.19) Concessão de incentivos e contrapartidas aos proprietários dos imóveis protegidos e integrantes das áreas tombadas e do perímetro de entorno para a proteção e conservação desses bens. Por exemplo: isenção de IPTU como forma de desoneração do proprietário para a manutenção básica do imóvel tomado ou integrante da área protegida;
- 1.20) Deverá ocorrer constante monitoramento do estado de conservação desses imóveis pelo poder público para prevenir maiores danos;
- 1.21) Qualquer deliberação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural deve ser embasada numa análise minuciosa do projeto proposto, sendo recomendável a prévia apresentação de pareceres técnicos e jurídicos com o fim de dirimir dúvidas eventualmente existentes;
- 1.22) Elaboração de normas restritivas que regulem a visitação pública, contemplando a preservação do patrimônio natural e cultural, com o estabelecimento de critérios para interpretação/sinalização dos bens culturais, sinalização essa adequada à estrutura do local, de modo a não interferir na visibilidade ou integridade dos bens culturais;
- 1.23) Encaminhamento de ofício ao IEPHA/MG com a documentação prevista no art. 3º da Portaria IEPHA n. 29/2012, a fim de possibilitar o

tombamento de Milho Verde pelo instituto, devendo-se proceder da mesma forma em relação ao IPHAN (art. 4º e seguintes do Decreto-Lei n. 25/1937), promovendo-se assim, a efetiva tutela do distrito, da mesma forma como se deu em relação à cidade do Serro.

CLÁUSULA SEGUNDA: O MUNICÍPIO COMPROMISSÁRIO se obriga a, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), a contar do deste, designar fiscal exclusivo para atuação na proteção do patrimônio histórico e cultural de Milho Verde.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TERCEIRA: O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a execução desta avença, mediante a realização de vistorias e o encaminhamento de ofícios requisitórios e diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao procedimento administrativo eventualmente suspenso ou arquivado em decorrência deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, e 585, VII, do Código de Processo Civil, podendo, entretanto, ser homologado judicialmente a requerimento de quaisquer das partes signatárias.

CLÁUSULA QUINTA: Na eventualidade de não serem cumpridas as obrigações nos prazos acima estipulados, de forma injustificada, ao COMPROMISSÁRIO será aplicada a multa cominatória diária no valor de um salário mínimo, corrigida monetariamente, até o efetivo cumprimento das obrigações acordadas no presente termo.

CLÁUSULA SEXTA: A multa acima estipulada incidirá em caso de total ou parcial inadimplência de qualquer das cláusulas fixadas, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, estando o COMPROMISSÁRIO constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados, ressalvados eventuais atrasos ou causas de descumprimento imputáveis a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA: No caso de eventuais atrasos ou causas de descumprimento não imputáveis a terceiros, o COMPROMISSÁRIO ficará sujeito às demandas cíveis propostas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, sem prejuízo da execução das astreintes mencionadas nas cláusulas quinta e sexta.

CLÁUSULA OITAVA: Os signatários reservam-se o direito de revisão consensual das cláusulas constantes do presente termo, a qualquer tempo e desde que haja justo motivo.

CLÁUSULA NONA: O COMPROMISSÁRIO, no prazo de 5 (cinco) dias após o vencimento dos respectivos prazos, encaminhará ao MINISTÉRIO PÚBLICO informações e documentos comprobatórios (inclusive fotografias, se for o caso) do cumprimento de cada uma das obrigações assumidas, sob pena de serem consideradas formalmente inadimplidas.

As obrigações assumidas pelo COMPROMISSÁRIO são consideradas de relevante interesse ambiental e cultural para todos os fins previstos em direito.

As obrigações assumidas neste termo de compromisso de ajustamento de conduta são de natureza *propter rem*, seguem o imóvel independentemente de quem são seus proprietários e possuidores.

E, por estarem de acordo com as cláusulas acima, firmam o presente compromisso para todos os efeitos legais, em 2 (duas) vias.

Serro, 1º de julho de 2013.

Publique-se.

Cientifique o IPHAN e o IEPHA deste compromisso.

Remeta-se cópia à Associação Cultural e Comunitária do distrito de Milho Verde para ciência, acompanhamento e divulgação.

MINISTÉRIO PÚBLICO

COMPROMISSÁRIO:

Poder Executivo:

Poder Legislativo:

ASSOCIAÇÃO:

TESTEMUNHAS:

ANEXO III – TAC INQUÉRITO CIVIL MPMG-0671.12.000113-4**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL**

Inquérito Civil MPMG-0671.12.000112-6
Termo de compromisso de Ajustamento de Conduta

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu órgão de execução em exercício na Curadoria do Patrimônio Histórico-Cultural da Comarca de Serro e o **MUNICÍPIO DO SERRO**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores e por seu Procurador Jurídico, respectivamente, Epaminondas Pires de Miranda, portador do RG n. 3.217.247, VALNEIDE PEREIRA e Paulo Matheus Simões, OAB n. 135.477; adiante referidos como **MINISTÉRIO PÚBLICO** e **COMPROMISSÁRIO**, respectivamente, *ex vi* dos artigos 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985; e

CONSIDERANDO que a Constituição da República conferiu ao Ministério Público a função de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, *caput*); muniu a Instituição de instrumentos como o inquérito civil e a ação civil pública para efetivar a tutela dos direitos coletivos *lato sensu*, dentre os quais se inclui o patrimônio histórico-cultural (artigo 129, III); e conferiu-lhe a possibilidade de se valer de outros instrumentos legais destinados à defesa dos referidos direitos, tais como a celebração de termos de compromisso de ajustamento de conduta, a fim de promover a tutela extrajudicial do patrimônio histórico-cultural (artigo 129, IX);

CONSIDERANDO que a Constituição da República confere especial proteção ao patrimônio cultural brasileiro, este constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (artigo 216, *caput*);

CONSIDERANDO que a Constituição da República não apenas reconhece, mas impõe a efetivação do direito fundamental social ao patrimônio histórico cultural, devendo este ser preservado e, quando necessário, restaurado, a fim de ser tutelado, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa do infrator (artigos 216, § 4º, e 225, § 3º);

CONSIDERANDO a necessidade de se promover a efetiva tutela do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, localizado no Serro/MG, com a edição de ato legislativo que reconheça e declare sua notável importância paisagística, natural, artística e cultural, merecedora de um regime jurídico protetivo especial;

CONSIDERANDO a notável importância histórica do Serro para o patrimônio histórico brasileiro: quarta comarca criada no Estado de Minas Gerais, denominada Serro Frio, com sede na Vila do Príncipe; localidade marcada por uma forte religiosidade; permeada de belíssimas igrejas, de construções do período colonial; a Vila do Príncipe foi elevada à categoria de Cidade em 1838; o tombamento de todo o acervo urbano-paisagístico do Serro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se deu em 1938; a localização de São Gonçalo no município do Serro; o povoado de São Gonçalo surgiu em decorrência das

atividades minerárias no século XVIII; recebeu a categoria de Distrito em 1871; beneficiou-se da circulação de tropas que transportavam mercadorias oriundas de Guanhões e do Serro rumo a Diamantina; possui a agricultura e o turismo como suas principais atividades econômicas; São Gonçalo possui ímpar beleza cênica, marcada pela paisagem das montanhas e pelas lindas cachoeiras, além de conjunto arquitetônico típico do período colonial (informações extraídas do Laudo Técnico n. 27/2013, realizado pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico);

CONSIDERANDO que é responsabilidade do município promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (art. 30, inciso IX, Constituição da República), além de pautar sua política urbana pela diretriz da proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (art. 2º, inciso XII da Lei 10.257/2001);

CONSIDERANDO ser fundamental que o município do Serro, através dos poderes Executivo e Legislativo, desempenhe o papel de salvaguardar seu patrimônio cultural e natural cada vez mais ameaçado de destruição, tanto pela degradação natural, quanto pelas alterações oriundas das necessidades sociais e econômicas e, conseqüentemente, com isso, permita a perpetuação da memória e das tradições ali existentes através do tempo, para que possam ser reconhecidas pelas gerações futuras;

CONSIDERANDO que o distrito de São Gonçalo é região de interesse turístico e, ao mesmo tempo em que as atividades turísticas constituem importante instrumento para proteção, valorização e divulgação do patrimônio cultural, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, sua prática desordenada pode redundar em danos irreversíveis ao patrimônio cultural local e à qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO que as atividades turísticas devem ser planejadas sob a ótica da sustentabilidade, adotando práticas que visem, sobretudo, à preservação do patrimônio cultural e do patrimônio natural das localidades;

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 41 e 42, ambos da Lei 10.257/2001, o plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico e deve conter, no mínimo: a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei; disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei e sistema de acompanhamento e controle;

CONSIDERANDO que o Plano Diretor do município do Serro possui, em seu Capítulo V, diretrizes atinentes à preservação, proteção e conservação do patrimônio cultural do distrito de São Gonçalo (artigos 26 e 27 da Lei Complementar n. 075/2007);

CONSIDERANDO que o distrito de São Gonçalo está situado no Alto Jequitinhonha, em área de proteção ambiental denominada Água das Vertentes, criada em 21 de janeiro de 1998 (vide também artigos 7º, 8º e 14; da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC));

CONSIDERANDO que São Gonçalo possui relevância natural e paisagística, com predomínio de harmoniosas edificações coloniais, com muros de pedras, calçamento, e tem sua importância histórica reconhecida no Plano Diretor do município do Serro, sendo notório, por outro lado, que as diretrizes protetivas não vem sendo cumpridas, sobretudo devido aos interesses econômicos e atividades turísticas;

CONSIDERANDO que o município reconhece a proteção deficitária e que, a permanecer tal situação, o fato pode configurar ato de improbidade administrativa e ação civil pública com obrigação de fazer, além de crime de responsabilidade;

Resolvem celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, nos seguintes termos:

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O MUNICÍPIO COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar deste, após prévia audiência pública com a população do distrito, representantes da Associação Cultural e Comunitária de São Gonçalo do Rio das Pedras Sempre Viva, do Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Arqueológico (IEPHA), elaborar decreto regulamentando os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar n. 75/2007 (Plano Diretor), e, dessa forma, definir parâmetros e diretrizes para intervenção no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, dentre os quais, deverão constar, obrigatoriamente:

- 1.1) Estabelecer perímetros de tombamento e entorno, traçando diretrizes para essas áreas, buscando-se preservar as características originais ainda presentes no núcleo histórico. De forma coesa e centralizada, a sugestão do perímetro de proteção compreende os bens que remetem à época de formação do distrito, a maior parte desses, tombados e inventariados. Previsão de altimetria máxima de 4,5 metros, a contar do ponto médio da testada do terreno até a cumeeira do telhado, uma vez que esta é a altimetria dominante na área histórica;
- 1.2) Preservação do traçado urbano original;
- 1.3) Preservação dos calçamentos em pedras existentes;
- 1.4) Preservação dos muros de pedras existentes, principalmente na rua Sete de Setembro;
- 1.5) Definição de graus de proteção diferenciados para as edificações integrantes da área protegida, levando-se em conta os valores histórico, arquitetônico e paisagístico;
- 1.6) Não permissão de instalações de antenas de telecomunicações na área protegida. A instalação de antenas parabólicas e placas solares de aquecimento será admitida a critério do órgão ambiental de preservação competente, devendo ser locadas de forma a não serem visíveis a partir do logradouro público. Os equipamentos auxiliares, assim como as caixas d'água, deverão ser instalados somente no entreforro (desvão) das edificações, abaixo dos pontos de cobertura, e sem criar volumes próprios;
- 1.7) Novas edificações devem respeitar o volume original e proporções dos vãos antigos no caso de demolição ou arruinamento de edificação integrante do conjunto. Reconstruções somente serão admitidas em casos isolados, a critério do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural;

- 1.8) Em situações que envolvam restauração do imóvel (ou partes), salvaguardar os elementos formais pré-existentes mais característicos da fachada do imóvel, sempre que neste se reconheça o suficiente valor ou contribuição para a imagem geral do conjunto (remates, as paltibancas, os socos, as pilastras, os quadros dos vãos ou outros elementos figurativos de interesse histórico ou cultural);
- 1.9) Utilização de telhas tipo capa e canal com os planos paralelos à via, sendo vedada a construção de terraços superiores, com e sem cobertura;
- 1.10) Utilização de esquadria de madeiras;
- 1.11) Vedação da utilização de portões e muros divisórios em chapas metálicas;
- 1.12) Os materiais empregados nas fachadas das edificações devem ser preferencialmente os mesmos das edificações encontradas na área, com cores coerentes com o conjunto;
- 1.13) Toda intervenção nas edificações integrantes da área protegida deverá obedecer às diretrizes a ser previamente aprovada pelo conselho municipal competente, de forma a se manter as tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar;
- 1.14) Criação de mecanismos que impeçam a verticalização do centro histórico, evitando-se, assim, especulação imobiliária, com substituição de imóveis antigos de poucos pavimentos por outros mais verticalizados;
- 1.15) Proceder ao tombamento de edificações isoladas de grande valor cultural, como, por exemplo, a Igreja do Rosário;
- 1.16) Inventariar as edificações de valor cultural existentes na área a ser protegida (aquelas ainda não inventariadas);
- 1.17) Evitar a poluição visual, exigindo-se a padronização de placas, toldos e engenhos publicitários dos estabelecimentos comerciais existentes, para que estejam em harmonia com a arquitetura presente no local e não obstruam os elementos arquitetônicos característicos das edificações;
- 1.18) Retirada da fiação aérea existente no local, com padronização da iluminação pública e mobiliário urbano;
- 1.19) Na área protegida e nos bens culturais de relevância cultural não devem ocorrer intervenções descaracterizantes, sendo necessário que as alterações e os projetos de reforma, ampliação ou construção sejam previamente apreciados e aprovados pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Os conselheiros deverão utilizar critérios técnicos para analisar as intervenções e para embasar suas decisões, a fim de evitarem danos que são irreversíveis ao patrimônio cultural;
- 1.20) Incentivos e contrapartidas aos proprietários dos imóveis protegidos e integrantes das áreas tombadas e do perímetro de entorno para a proteção e conservação desses bens. Por exemplo: isenção de imposto (IPTU) como forma de desonerar o proprietário para a manutenção básica do imóvel tomado ou integrante da área protegida;
- 1.21) Constante e rigoroso monitoramento do estado de conservação desses imóveis pelo poder público para prevenir maiores danos;
- 1.22) Exigência de que qualquer deliberação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural seja embasada em análise minuciosa de projeto proposto, sendo recomendável a prévia apresentação de pareceres técnicos e jurídicos com o fim de dirimir dúvidas eventualmente existentes;
- 1.23) Elaboração de normas restritivas que regulem a visitação pública, contemplando a preservação do patrimônio natural e cultural, com o

estabelecimento de critérios para interpretação/sinalização dos bens culturais, sinalização essa adequada à estrutura do local, de modo a não interferir na visibilidade ou integridade dos bens culturais;

- 1.24) Encaminhamento de ofício ao IEPHA/MG com a documentação prevista no art. 3º da Portaria IEPHA n. 29/2012, a fim de possibilitar o tombamento de São Gonçalo do Rio das Pedras pelo instituto, devendo-se proceder da mesma forma em relação ao IPHAN (art. 4º e seguintes do Decreto-Lei n. 25/1937), promovendo-se assim, a efetiva tutela do distrito, da mesma forma como se deu em relação à cidade do Serro.

CLÁUSULA SEGUNDA: O MUNICÍPIO COMPROMISSÁRIO se obriga a, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), a contar deste, designar fiscal exclusivo para atuação na proteção do patrimônio histórico e cultural do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TERCEIRA: O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a execução desta avença, mediante a realização de vistorias e o encaminhamento de ofícios requisitórios e diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao procedimento administrativo eventualmente suspenso ou arquivado em decorrência deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, e 585, VII, do Código de Processo Civil, podendo, entretanto, ser homologado judicialmente a requerimento de quaisquer das partes signatárias.

CLÁUSULA QUINTA: Na eventualidade de não serem cumpridas as obrigações nos prazos acima estipulados, de forma injustificada, ao COMPROMISSÁRIO será aplicada a multa cominatória diária no valor de um salário mínimo, corrigida monetariamente, até o efetivo cumprimento das obrigações acordadas no presente termo.

CLÁUSULA SEXTA: A multa acima estipulada incidirá em caso de total ou parcial inadimplência de qualquer das cláusulas fixadas, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, estando o COMPROMISSÁRIO constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados, ressalvados eventuais atrasos ou causas de descumprimento imputáveis a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA: No caso de eventuais atrasos ou causas de descumprimento não imputáveis a terceiros, o COMPROMISSÁRIO ficará sujeito às demandas cíveis propostas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, sem prejuízo da execução das astreintes mencionadas nas cláusulas quinta e sexta.

CLÁUSULA OITAVA: Os signatários reservam-se o direito de revisão consensual das cláusulas constantes do presente termo, a qualquer tempo e desde que haja justo motivo.

CLÁUSULA NONA: O COMPROMISSÁRIO, no prazo de 5 (cinco) dias após o vencimento dos respectivos prazos, encaminhará ao MINISTÉRIO PÚBLICO informações e

documentos comprobatórios (inclusive fotografias, se for o caso) do cumprimento de cada uma das obrigações assumidas, sob pena de serem consideradas formalmente inadimplidas.

As obrigações assumidas pelo COMPROMISSÁRIO são consideradas de relevante interesse ambiental e cultural para todos os fins previstos em direito.

As obrigações assumidas neste termo de compromisso de ajustamento de conduta são de natureza *propter rem*, seguem o imóvel independentemente de quem são seus proprietários e possuidores.

E, por estarem de acordo com as cláusulas acima, firmam o presente compromisso para todos os efeitos legais, em 2 (duas) vias.

Serro, 1º de julho de 2013.

Publique-se.

Cientifique o IPHAN e o IEPHA deste compromisso.

Remeta-se cópia à Associação Cultural e Comunitária de São Gonçalo do Rio das Pedras Sempre Viva para ciência, divulgação e acompanhamento.

MINISTÉRIO PÚBLICO

COMPROMISSÁRIO:

Poder Executivo:

Poder Legislativo:

ASSOCIAÇÃO:

TESTEMUNHAS:

1)

2)

ANEXO IV – Providências solicitadas pela promotora de Serro em 2012 após denúncia da comunidade de São Gonçalo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOTA TÉCNICA Nº GAP 186/2012

Gerência de Ação Preventiva – DCR
Matriz de São Gonçalo/Serro

Solicitante: Marina Kattah / Ofício n.º 103-12/PJS.

Propriedade: Matriz de São Gonçalo.

Assunto: Eventuais irregularidades na execução de obras no adro da Matriz.

Nº protocolo / data: 1374/2200/2012-7

Data: 18/05/2012

Descrição / histórico

Denúncia do IEPHA/MG através do Dr. Renato César José de Souza Diretor de Restauração e Conservação sobre a execução de obras pela CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) de iluminação pública no adro da Matriz de São Gonçalo sem o prévio encaminhamento ao IEPHA/MG de projeto para aprovação por se tratar de local tombado através de Processo n.º 20.581 de maio de 1980. Os bens tombados não poderão ser, em nenhum caso, destruídos, demolidos ou mutilados, nem, sem prévia autorização do IEPHAMG.

Análise

Em viagem de vistoria ao distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras em 08 de maio de 2012, constatamos que a CEMIG vem fazendo serviço de colocação de vários postes de iluminação pública por todo distrito inclusive nos adros das duas Igrejas, Matriz e Capela do Rosário.

Registro fotográfico / Imagens

1/3

NOTA TÉCNICA Nº GAP 186/2012

Gerência de Ação Preventiva – DCR

Matriz de São Gonçalo/Serro



Foto 01- Adro e Rua lateral esquerda

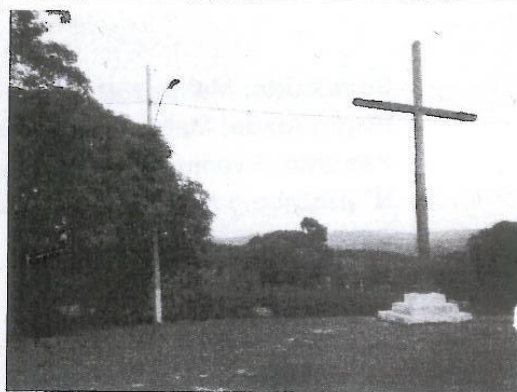


Foto 02 - Adro e cruzeiro/frontal a Matriz



Foto 03 – Rua lateral esquerda a Matriz.

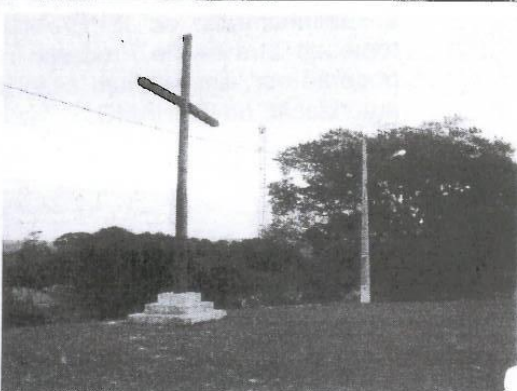


Foto 04- Cruzeiro e poste/adro

Conclusão

No adro a colocação do posteamento e fiação aérea foram encerradas, sendo que na fachada principal da Matriz existem dois postes que fazem a iluminação de toda a aérea, mas segundo a comunidade é insuficiente para o local, o ideal para eles seria que a fiação existente fosse embutidas e que houvesse no local uma iluminação cênica, valorizando todas as fachadas da Igreja.

ABAIXO ASSINADO

Nós, abaixo assinados, vimos solicitar à Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais, ao Ministério Público Estadual e, ao Ministério Público Federal, uma AUDITORIA nas obras do PROJETO DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA PARA MELHORIA E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS ECOLÓGICAS E TURÍSTICAS PERTENCENTES À ÁREA DE PLANEJAMENTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL - PJU.24.018/07 (entre Serro e Diamantina), assim como, exigimos a manutenção do projeto original nos trechos - estaca 0 - (Distrito de Milho Verde) à estaca 105, e estaca 1480 à estaca 1600 (Distrito de São Gonçalo do Rio da Pedras), onde constam o revestimento de LPC (Lajotas de Pedras Capistranas), ao passo que solicitamos uma reunião com representantes destes órgãos e também à SEMAD (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), SUPRAM - Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Estrada Real, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais), PRODETUR - Programa de Desenvolvimento Turístico (Prodetur/NE II), BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, DER (Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais), as empresas ENGENMASTER, ENECOM, JM Construtora, ERG (Supervisão Ambiental), assim como a mídia, órgãos de comunicação, emissoras de TV e jornais, pelo desrespeito sócio ambiental com relação aos habitantes do distrito de Milho Verde com referência a destruição dos encanamentos de fornecimento de água sem prévia comunicação e também, por danos causados a veículos durante as obras, acidentes com morte e capotamentos, e, modificação de revestimento poliédrico em diversos trechos. Na certeza de sermos prontamente atendidos, encaminhamos este documento, devidamente assinado abaixo:

NOME	DOCUMENTO	ASSINATURA
Adriano Soares	M.2980.936	<i>Adriano Soares</i>
JOSE RAYNOLD JEWIS LEIT	M.3109013	<i>Jose Raynold Jewis Leit</i>
Alana Brancida S. Sora	M-3.464-315	<i>Alana Brancida S. Sora</i>
Leida Paula Coimbra de Xav	M-13-330-635	<i>Leida Paula Coimbra de Xav</i>
Priscila Capetanga	M-5041037	<i>Priscila Capetanga</i>
Edemilson Leão da Silva	MG.12.138.525	<i>Edemilson Leão da Silva</i>
Maurício Pinheiro de Miranda Fernandes	M.3503178	<i>Maurício Pinheiro de Miranda Fernandes</i>
Moacyr Arturino Soares FONSECA	M.1.362174	<i>Moacyr Arturino Soares FONSECA</i>
Paula Brennda de Oliveira	MG.10.119.586	<i>Paula Brennda de Oliveira</i>
Ronaldo dos Santos Junior	MG.15354683	<i>Ronaldo dos Santos Junior</i>
Viviane Leal dos Santos		<i>Viviane Leal dos Santos</i>
Wiana da Insuação Tonia	MG.13.348.708	<i>Wiana da Insuação Tonia</i>
Wali Correia		<i>Wali Correia</i>
Daniel Pimenta de Figueiredo	M.4041030	<i>Daniel Pimenta de Figueiredo</i>
Maurício Pimenta de Figueiredo	M.6787004	<i>Maurício Pimenta de Figueiredo</i>
Breno Luiz Piment de Figueiredo	M.2363386	<i>Breno Luiz Piment de Figueiredo</i>
ARTHUR LOPES DE SOUZA NETO	M.502507	<i>ARTHUR LOPES DE SOUZA NETO</i>
Gracia Alense Beltrano Rimenta	MG.1462.996	<i>Gracia Alense Beltrano Rimenta</i>
CLAUDIO ESTEVES GUTERREZ	MG.10.091.765 RG.011438715	<i>CLAUDIO ESTEVES GUTERREZ</i>


VIRE →

ABAIXO ASSINADO

Nós, abaixo assinados, vimos solicitar à Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais, ao Ministério Público Estadual e, ao Ministério Público Federal, uma AUDITORIA nas obras do PROJETO DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA PARA MELHORIA E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS ECOLÓGICAS E TURÍSTICAS PERTENCENTES À ÁREA DE PLANEJAMENTO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL - PJU.24.018/07 (entre Serro e Diamantina), assim como, exigimos a manutenção do projeto original nos trechos - estaca 0 - (Distrito de Milho Verde) à estaca 105, e estaca 1480 à estaca 1600 (Distrito de São Gonçalo do Rio da Pedras), onde constam o revestimento de LPC (Lajotas de Pedras Capistranas), ao passo que solicitamos uma reunião com representantes destes órgãos e também à SEMAD (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), SUPRAM - Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Estrada Real, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais), PRODETUR - Programa de Desenvolvimento Turístico (Prodetur/NE II), BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, DER (Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais), as empresas ENGENMASTER, ENECOM, JM Construtora, ERG (Supervisão Ambiental), assim como a mídia, órgãos de comunicação, emissoras de TV e jornais, pelo desrespeito sócio ambiental com relação aos habitantes do distrito de Milho Verde com referência a destruição dos encanamentos de fornecimento de água sem prévia comunicação e também, por danos causados a veículos durante as obras, acidentes com morte e capotamentos, e, modificação de revestimento poliédrico em diversos trechos. Na certeza de sermos prontamente atendidos, encaminhamos este documento, devidamente assinado abaixo:

NOME	DOCUMENTO	ASSINATURA
André Ribeiro Nóbis	CE. M-408478	<i>André Ribeiro Nóbis</i>
Neop Roberto Lúcio Neto	CPF.063.233.926-71	<i>Neop Roberto Lúcio Neto</i>
MARTIN WILHELM KUHNÉ	CPF.02764322-53	<i>Martin Wilhelm Kuhné</i>
Vitor Sousa W. de	M-7368011	<i>Vitor Sousa W. de</i>
Abel Henrique Soares Cardoso	M.5076963	<i>Abel Henrique Soares Cardoso</i>
Stephania Andreoli Gallo	MG.11.685549	<i>Stephania Andreoli Gallo</i>
Breno Ramos da Silva	MG.14.167.997	<i>Breno Ramos da Silva</i>
Marcelo Fernandes	01704303	<i>Marcelo Fernandes</i>
Jonas Soares Alves Fernandes	MG.113112-89	<i>Jonas Soares Alves Fernandes</i>
Edenio Antonio Lopes	MG.15.384.643	<i>Edenio Antonio Lopes</i>
Lucas de Souza Lobo	MG.13919363	<i>Lucas de Souza Lobo</i>
Ilziane Carmen Martins	CPF.08053351 16.48053351	<i>Ilziane Carmen Martins</i>
Valdiry Assis Leite	RG.15.274.041	<i>Valdiry Assis Leite</i>
Enzo Alves de Oliveira	MG.14534862	<i>Enzo Alves de Oliveira</i>
Matheus Simões Souza	MG.16.479.776	<i>Matheus Simões Souza</i>
Arthur Saldanha dos Santos	CPF.108530806-80	<i>Arthur Saldanha dos Santos</i>
Judiane Aparecida da Silva	CPF.096.932.006-08	<i>Judiane Aparecida da Silva</i>
Elaine Faria	037.002706.07	<i>Elaine Faria</i>

ANEXO VI – Processo de licenciamento ambiental para as obras de asfaltamento do trecho entre Diamantina a Serro.

	<p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM - Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Jequitinhonha</p>
---	--

OF/SUPRAM JEQ Nº. 095/2011 Diamantina, 01 de fevereiro de 2011.

Assunto: Análise de documentação apresentada em atendimento às condicionantes de processo de licenciamento ambiental do Trecho Diamantina a Serro em sua fase de implantação.

Referência: Processo de licenciamento ambiental referente ao trecho rodoviário de Diamantina a Serro - 08469/2007/002/2009.


Sr. Gerente,

Em análise à documentação apresentada à esta Superintendência, no que tange ao cumprimento de condicionantes do processo de licenciamento Nº. **08469/2007/002/2009** (Rodovia de acesso entre Diamantina e Serro – passando pelo distrito de Milho Verde) informa-se e determina-se o abaixo descrito.

Em resposta ao ofício 101/10-DP-GMA, no que tange à manifestação da SUPRAM JEQ sobre proposta de alteração de revestimento do pavimento, informa-se que consta no Parecer Único nº 684357/2009 a fundamentação necessária para a especificação do revestimento contido nas páginas 6 e 7 daquele parecer, que baseia nas manifestações anteriormente do Processo de Licença Prévia deste empreendimento assim como, do IPHAN, IEPHA, Instituto Estrada Real, Recomendações da Comunidade Local, Relatório de Levantamento Arqueológico e descrições do RCA/PCA. Salienta-se que tais considerações deram embasamento à conclusão do Parecer Único como favorável à concessão da licença que deu base para a votação da URC COPAM Jequitinhonha. Dentre as considerações salienta-se a proposição de implantação de pavimento com revestimento em lajotas de pedras capistranas no interior e proximidades de áreas urbanas a fim de se evitar a perda do potencial histórico daquelas áreas e manter a segurança dos pedestres, considerando ainda que estão inseridas no Circuito da Estrada Real. Portanto, considerando todos os subtrechos apresentados no ofício 101/10-DP-GMA como proposta de alteração, os únicos plausíveis de serem alterados se referem ao trecho entre Milho Verde e Serro, especificamente nas estadas 880 a 890 e 910 a 920 (alteração de poliédrico para bloco de premoldado sextavado), onde não se apresenta especificidades referentes ao potencial histórico, mas sim com a necessidade de redução de velocidade, para que se possa diminuir o risco de acidentes naqueles locais. Os demais subtrechos deverão permanecer conforme especificações do Parecer Único da SUPRAM JEQ nº 684357/2009.

No que se refere aos relatórios trimestrais da equipe de gerenciamento ambiental de campo, verifica-se a ocorrência de inadequações para as quais os gestores ambientais propuseram adequações. Determina-se que as recomendações do relatório de novembro de 2010, elaborado pela empresa ERG Engenharia, sejam executadas de imediato a fim de proporcionar a recuperação dos ambientes impactados. Salienta-se que deverão ser adotadas medidas a fim de evitar a repetição de tais ocorrências. Informa-se que até o momento não foram apresentados os relatórios previstos na condicionante 25, que está relacionada às condicionantes 26 e 29 do Parecer Único (PU) 684357/2009. Salienta-se que os relatórios da equipe de gerenciamento ambiental não referem às características arqueológicas da área em intervenção. Portanto, deverão ser apresentados os relatórios no prazo de 15 (quinze) dias referentes à etapa em que se encontra a obra. **(CONTINUA)**

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DO ESTRADO DE MINAS GERAIS**

OFÍCIO DE COMUNICAÇÃO AO
EMPREENDEDOR
Processo: 08469/2007/002/2009
Documento: 510575/11

Pag.: 1791

Aos cuidados do Eng. Murilo Fonte Boa G, Moreira
(Gerência de Meio Ambiente)
Avenida dos Andradas nº 1120 - Bairro Centro
Belo Horizonte /-MG - Cep: 30.120-010
Tel. Cont.: 031.3235.1000 e 3235.1016
E-mail: der@mg.gov.br

Av. da Saudade, nº 335 – Centro – 39100-000 - Diamantina - MG – Telefax: (38) 3531.2650
E-mail: supram.jequi@meioambiente.mg.gov.br

ANEXO VII – Plano Diretor do município de Serro

Lei complementar 075/2007, de 06 de agosto de 2007

Institui o Plano Diretor do Município de Serro, nos termos do capítulo III da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

O Prefeito do **Município de Serro**, Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, encaminha à Câmara Municipal o seguinte projeto de lei:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS FUNDAMENTAIS CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º – Fica instituído o Plano Diretor Participativo do Município de Serro, abrangendo a totalidade do território municipal.

Parágrafo único – O Plano Diretor Participativo do Município de Serro é o instrumento da política de desenvolvimento sustentável do município, sob os aspectos físico, ambiental, social e econômico, destinado a promover a qualidade de vida de seus habitantes, o direito à cidade sustentável e a orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada com vistas ao atendimento das aspirações da comunidade.

Art 2º – A política de desenvolvimento sustentável do município será pautada pelos seguintes princípios:

- I. **função social da cidade**, que é o conjunto de condições básicas de vida digna e de sustentabilidade de cidadania social assegurados no espaço urbano e acessíveis aos munícipes.
- II. **função social da propriedade**, que é a conformidade desta e do exercício dos respectivos direitos às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas neste Plano e desenvolvidas em outros instrumentos legais;
- III. **gestão democrática**, que é desenvolvida mediante a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento municipal;
- IV. **sustentabilidade**, que é representada pelo desenvolvimento socialmente justo com garantia de equilíbrio ambiental, cultural e econômico;
- V. **cooperação**, que é mantida entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º – São objetivos fundamentais da política de desenvolvimento sustentável do Município de Serro:

- I. promover a qualidade de vida, de modo a assegurar a inclusão e equidade social para os munícipes;
- II. ordenar e orientar a ocupação e o uso do solo;

- III. adotar medidas voltadas para a adequação do desenvolvimento urbano às condições do meio físico, à potencialização de áreas bem providas de infra-estrutura, à prevenção ou correção de situações de risco, sobrecarga ou descentralização ;
- IV. ordenar e orientar a expansão urbana, evitando o processo de parcelamento irregular;
- V. coibir a sub-utilização ou não utilização de imóveis urbanos para assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
- VI. garantir aos municípios o acesso à infra-estrutura, aos serviços públicos e ao desenvolvimento social;
- VII. apoiar medidas destinadas à melhoria das condições de habitabilidade e ao acesso à moradia digna;
- VIII. garantir a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- IX. promover a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural do município;
- X. ampliar e preservar os espaços públicos destinados ao lazer, à contemplação e à preservação da paisagem;
- XI. fomentar políticas para desenvolvimento de atividades agropecuárias;
- XII. criar políticas para o desenvolvimento de turismo cultural e do eco-turismo;
- XIII. garantir o acesso ao sol e a preservação dos principais canais de ventilação;
- XIV. preservar o meio ambiente, fortalecer a gestão ambiental local e estimular a recuperação ambiental;
- XV. estabelecer medidas compensatórias para a implantação de atividades de impacto sócio-ambiental;
- XVI. promover parcerias entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- XVII. promover a gestão democrática das políticas públicas;
- XVIII. associar e articular o planejamento local ao regional.

TÍTULO II
DAS POLÍTICAS SETORIAIS
CAPÍTULO I
DO MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E GESTÃO DE RISCOS GEOLÓGICOS.
SEÇÃO I
DO MEIO AMBIENTE

Art. 4º – São diretrizes da política de meio ambiente:

- I. estabelecer projetos de desenvolvimento sustentável orientados para a preservação da paisagem, a partir de um modelo de gestão participativa e de estabelecimento de parcerias;
- II. utilizar, como instrumentos de controle da ocupação e uso do solo e do desenvolvimento sustentável, o macrozoneamento contido nesta Lei, o zoneamento ecológico-econômico, os estudos de avaliação de impactos ambientais, o licenciamento, o monitoramento e a educação ambiental;
- III. criar e manter os corredores ecológicos, preservando áreas de recarga de nascentes, córregos e rios;
- IV. estimular a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs;
- V. promover programas de recuperação do solo e combate aos processos erosivos, mediante parcerias com entidades de assistência técnica ao produtor rural;
- VI. avaliar e monitorar o impacto sócio-ambiental das atividades mineradoras e agropecuárias;

- VII. estabelecer medidas compensatórias para a implantação de atividades de impacto sócio-ambiental;
- VIII. garantir a permeabilidade do solo em áreas públicas e particulares;
- IX. estimular a agricultura familiar urbana nas áreas livres do conjunto histórico urbano;
- X. conservar, proteger e recuperar os mananciais de água, superficiais e subterrâneos, as nascentes, as matas ciliares e as calhas de cursos d'água;
- XI. regulamentar, restringir e fiscalizar a ocupação e as atividades desenvolvidas nas áreas próximas aos mananciais do município;
- XII. criar parques lineares nas áreas lindeiras ao Córrego Quatro Vinténs, ao Ribeirão do Lucas, ao Rio Guanhães;
- XIII. criar programa de arborização para as áreas urbanas, com sistema adequado de podas e manejo;
- XIV. regulamentar e fiscalizar as poluições sonora, visual, atmosférica, hídrica e do solo;
- XV. criar programas e campanhas municipais de educação ambiental;
- XVI. criar campanha para embelezamento e tratamento da paisagem da cidade em regime de mutirão;
- XVII. estabelecer planos específicos para os distritos, definindo perímetros de expansão e normas específicas de uso e ocupação do solo, bem como empreender ações para a implantação de sistemas de saneamento, como tratamento de água e esgoto e medidas para a coleta e disposição de resíduos sólidos;
- XVIII. criar o Fundo Municipal do Meio Ambiente, que deverá ser integrado por fontes diversas e compatíveis com sua finalidade, nos termos da lei de sua instituição.

Parágrafo único – O município estabelecerá critérios especiais de licenciamento, de sua competência, para empreendimentos de impacto no seu território.

SEÇÃO II DO SANEAMENTO

Art. 5º - Para a execução das políticas de saneamento ambiental devem ser elaborados os seguintes planos diretores e programas:

- I – Plano Diretor Municipal do Abastecimento de Água;
- II - Plano Diretor Municipal de Coleta e Tratamento dos Esgotos Sanitários;
- III - Plano Diretor Municipal de Drenagem das Águas Pluviais;
- IV - Plano Diretor Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- V - Programa Municipal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

Parágrafo Único - Os planos e programas previstos no *caput* têm caráter diretivo, abrangendo os elementos fundamentais de ordenação de cada setor.

Art. 6º – São diretrizes para a política de **abastecimento de água**:

- I. universalizar o acesso e assegurar a qualidade e a regularidade do abastecimento de água para o consumo;
- II. articular a política de abastecimento de água à política municipal de saúde;
- III. promover a proteção e a conservação dos mananciais de água, das nascentes e das margens dos cursos d'água;
- IV. incentivar a implementação de programas e normas para captação e aproveitamento das águas pluviais, inclusive nos imóveis rurais, seja para uso doméstico, comercial, industrial ou para controle e aumento da recarga.

Art. 7º – São diretrizes para a política de **coleta e tratamento dos esgotos sanitários**:

- I. universalizar o serviço municipal de esgotamento sanitário;
- II. promover a implantação dos sistemas de esgotamento sanitário dentro dos parâmetros técnicos com vistas à universalização do atendimento dos serviços nas áreas urbanas e rurais do município de Serro, e a elaboração do Plano setorial pela concessionária;
- III. promover a implantação da rede de esgoto nos distritos e a elaboração do Plano setorial pela concessionária;
- IV. coletar, interceptar e tratar os efluentes gerados pela população urbana de Serro, de forma a manter os padrões estabelecidos na legislação federal e estadual nos cursos d'água que atravessam a malha urbana;
- V. condicionar a ocupação e a expansão urbana de Serro ao planejamento e à implantação do sistema de esgotamento sanitário, desde a coleta até o tratamento final adequado;
- VI. implantar políticas de incentivo e promoção da educação sanitária e ambiental e da conscientização comunitária, a fim de reduzir os lançamentos clandestinos nos cursos d'água;
- VII. ativar a Estação de Tratamento de esgoto – **ETE** – do distrito de Pedro Lessa.

Art. 8º – São diretrizes para a política de **drenagem das águas pluviais**:

- I. ampliar o sistema de micro-drenagem urbana existente na cidade e nos distritos;
- II. ampliar a rede atualmente existente e garantir a implantação de sistemas de drenagem de acordo com parâmetros técnicos;
- III. viabilizar a separação dos sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial;
- IV. elaborar e manter atualizado o cadastro técnico da rede municipal de drenagem;
- V. especificar as cotas da soleira nas áreas sujeitas a inundações, para fins de aprovação de edificações e parcelamentos, bem como para a pavimentação das vias;
- VI. criar programas e incentivos fiscais para a criação e a manutenção de áreas verdes e permeáveis;
- VII. implantar sistema de monitoramento e controle do regime de chuvas e enchentes.

Art. 9º – São diretrizes para a **política de gerenciamento de resíduos sólidos**:

- I. implementar Programa de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos;
- II. promover o tratamento e o reaproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos, medidas de incentivo à sua segregação na fonte, implantação de processo de compostagem e geração de mercado consumidor;
- III. viabilizar a implementação de programas de coleta seletiva de materiais recicláveis na área urbana de Serro, orientados para mercados consumidores da região;
- IV. promover o treinamento de catadores para coleta de materiais recicláveis, bem como incentivar e apoiar a constituição de cooperativas ou associações de catadores;
- V. promover o aproveitamento dos resíduos da construção civil;
- VI. garantir a adoção de parâmetros técnicos na implantação do sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos.

SEÇÃO III DA GESTÃO DE RISCOS GEOLÓGICOS

Art. 10 – São diretrizes para a **gestão dos riscos geológicos**:

- I. elaborar o Plano Diretor de Gestão dos Riscos Geológicos;
- II. determinar a elaboração, manutenção e atualização de mapas de risco geológico e registros de processos e eventos que alimentem aperfeiçoamentos periódicos;
- III. elaborar e manter atualizado o inventário das modalidades de risco;

- IV. estabelecer graus diferenciados de estudos exigidos para aprovação de projetos para as áreas de risco significativo;
- V. estabelecer as tipologias urbanísticas e arquitetônicas mais compatíveis com a natureza do risco, em caráter indicativo, quando não tenham de ser obrigatórias por outras razões;
- VI. promover a introdução e a divulgação de recursos tecnológicos com os objetivos de conter a erosão;
- VII. exigir estudos geológicos para aprovação de loteamentos e parcelamentos;
- VIII. utilizar os resíduos inertes para o preenchimento de cavidades de erosão;
- IX. introduzir na cultura local a utilização de recurso técnico adequado para imobilização de massas de terra em trânsito gravitacional;
- X. introduzir a prática da coleta ou infiltração forçada, principalmente nas áreas topograficamente elevadas;
- XI. estimular o registro e a divulgação de tecnologias de intervenção corretiva.

CAPÍTULO II
DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO
SEÇÃO I
DA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- Art. 11** – São diretrizes da política de geração de emprego e renda:
- I. instalar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico;
 - II. articular o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social e à proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, para a redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida;
 - III. incentivar a agregação de valor econômico à produção agropecuária e artesanal;
 - IV. firmar parcerias para promover assistência técnica e capacitação da mão-de-obra à agricultura familiar e ao pequeno produtor rural;
 - V. implementar programa de geração de emprego e renda nas áreas rurais mediante associativismo, com o incentivo à criação de cooperativas, agroindústrias, pequenas empresas, artesanato e outras atividades afins da área rural;
 - VI. estimular a modernização de cooperativas de leite e outros produtos do setor primário com implementação de tecnologia adequada e capacitação técnica de associados e pessoal administrativo;
 - VII. ampliar e incentivar subsídios, voltados para a distribuição de insumos agrícolas, sementes, adubos, máquinas e outros nas áreas rurais, por intermédio de cooperativas, associações ou entidades técnicas;
 - VIII. criar programa para o adequado escoamento da produção rural;
 - IX. privilegiar a produção agropecuária local para a provisão das políticas sociais e educacionais;
 - X. criar programas de incentivo à agricultura familiar na zona urbana;
 - XI. implementar medidas de apoio ao trabalho familiar na confecção de peças e objetos artesanais em geral;
 - XII. estimular a produção, a divulgação e a comercialização dos produtos artesanais e agropecuários;
 - XIII. criar políticas para o desenvolvimento do turismo cultural, do ecoturismo e do turismo rural e serviços associados;
 - XIV. criar programas de capacitação e de ensino técnico-profissionalizante voltados para o turismo;

- XV. explorar a vitalidade cultural do município, diretamente, ou por meio de parcerias para valorização dos atrativos naturais e culturais da região e promoção de eventos;
- XVI. criar espaço destinado à realização de grandes eventos, exposições agropecuárias, feiras industriais e de artesanato, festivais e eventos culturais e de negócios;
- XVII. implementar políticas estruturantes de turismo regional com municípios vizinhos mediante consórcios e acordos de cooperação;
- XVIII. estimular a localização das atividades de comércio e serviços em áreas do fluxo rodoviário, em especial restaurantes, hotéis, depósitos, garagens, autopeças, postos de gasolina e oficinas mecânicas;
- XIX. estimular a atração de instituições públicas, centros de ensino técnico, centros de cultura, internato rural, entre outros;
- XX. estimular o associativismo e o empreendedorismo como alternativas para a geração de trabalho e renda;
- XXI. implantar programas de qualificação de mão-de-obra direcionados para o setor econômico do município, por meio de palestras e cursos abertos ao público sobre empreendimentos e administração de microempresas;
- XXII. desburocratizar os trâmites para a instalação de novos empreendimentos no município;
- XXIII. implementar sistemática de pesquisa e acompanhamento da viabilidade econômica das potencialidades locais de geração de renda;
- XXIV. criar banco de dados que oriente as atividades econômicas e sociais do município.

SEÇÃO II DA EDUCAÇÃO

Art. 12 – São diretrizes para as políticas da **educação**:

- I. manter o funcionamento regular do Conselho Municipal de Educação;
- II. priorizar os investimentos na área de educação, a partir de gestão participativa, orientada para melhoria da rede física e capacitação dos recursos humanos;
- III. ampliar e adequar a infraestrutura da rede municipal de ensino fundamental, infantil e de creches;
- IV. garantir o transporte escolar adequado em todo o município;
- V. ampliar a oferta de vagas para estudantes com necessidades especiais e promover acessibilidade nas escolas;
- VI. fortalecer o papel das escolas nos bairros, distritos e localidades rurais como polos de agregação da comunidade;
- VII. integrar a escola à comunidade principalmente por meio da promoção de eventos que tragam a família à escola;
- VIII. implantar programas de recreação, esportes e oficinas culturais em escolas, espaços públicos e áreas verdes;
- IX. ampliar a alfabetização e escolas para adultos, principalmente, nas áreas rurais;
- X. ampliar a oferta de séries escolares na área rural;
- XI. ampliar a rede de creches públicas e conveniadas nos bairros, nos distritos e nas localidades rurais;
- XII. criar cursos profissionalizantes relacionados à produção econômica do município por meio de parcerias entre Estado e/ou União, empresas, escolas de ensino superior e demais instituições educacionais e de capacitação;
- XIII. criar cursos profissionalizantes nas comunidades rurais relacionados à sua produção, assim como cursos de computação, reciclagem, produção de cerâmicas, corte e costura, artesanato, dentre outros;
- XIV. estimular a criação de cursos superiores no município mediante parcerias como o Estado e/ou União, empresas, escolas de ensino superior e demais instituições educacionais;

- XV. prover as escolas municipais de equipamentos de esporte e lazer;
- XVI. incluir o ensino sobre o patrimônio cultural nos currículos escolares e nos programas culturais.

SEÇÃO III DA SAÚDE

Art. 13 – São diretrizes para as políticas da **saúde**:

- I. manter, adequar e ampliar a capacidade de atendimento das unidades de saúde existentes;
- II. promover ou estimular o aproveitamento da infraestrutura da Santa Casa e da Policlínica para assegurar a melhoria do atendimento e apoiar a instalação de novas unidades regionais a partir das necessidades existentes, e sua distribuição racional e estratégica no espaço municipal;
- III. garantir os serviços de atendimento, de resgate, de emergência e de pronto atendimento;
- IV. articular as políticas e programas de saúde, educação e assistência social;
- V. melhorar o atendimento à saúde nos distritos e nas localidades rurais com aumento no número de profissionais, implantação de postos de saúde de acordo com a necessidade e melhoria dos atendimentos por ambulância;
- VI. garantir a valorização dos profissionais municipais por meio de capacitação e educação constantes e melhoria das condições de trabalho, de transporte e de remuneração;
- VII. promover a descentralização dos locais de reunião do Conselho de Saúde, para as diversas regiões do município;
- VIII. incrementar as políticas de assistência social, principalmente voltada à de terceira idade da área rural;
- IX. criar programas de atendimento para a população em situação de risco, principalmente a relacionada à prostituição infantil, com promoção de campanhas educativas, orientadas para prevenções;
- X. implementar programa de saúde bucal;
- XI. ampliar o sistema de atendimento e prevenção de doenças infectocontagiosas e criação de programas de educação e conscientização para doenças sexualmente transmissíveis;
- XII. criação e ampliação de Centros de Especialidades Médicas.

SEÇÃO IV DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 14 – São diretrizes para as políticas da **segurança pública**:

- I. criar e instalar o Conselho Municipal de Segurança Pública – CONSEP;
- II. controlar a ocupação e o adensamento das áreas cujo solo e subsolo sejam suscetíveis a graves processos erosivos;
- III. manter o Programa de Defesa Civil para atendimento da população principalmente em casos de emergência;
- IV. implantar programa de prevenção de incêndios, preferencialmente com criação da corporação de bombeiros no município;
- V. garantir a proteção dos bens públicos;
- VI. elaborar Programa de Iluminação Pública em parceria com a concessionária dos serviços de fornecimento de energia elétrica, para os centros urbanos e núcleos isolados;

- VII. fiscalizar, em conjunto com os órgãos competentes de outras esferas do Governo, o transporte e armazenamento de produtos que ofereçam riscos;
- VIII. desenvolver, em parceria com órgãos competentes de segurança pública, as seguintes ações:
 - a. identificar as demandas de policiamento, elaborar e implementar programas de atendimento em todo o município;
 - b. realizar parcerias e consórcios para ampliar os recursos materiais e humanos de segurança pública do município, a partir do levantamento de demandas;
 - c. elaborar projetos voltados para a implementação de postos policiais nas saídas do distrito sede e nos demais distritos.

SEÇÃO V DO ESPORTE E LAZER

Art. 15 – São diretrizes para as **políticas do esporte e lazer**:

- I. criar Conselho Municipal de Esporte e Lazer;
- II. incentivar a prática de esportes como meio de desenvolvimento pessoal, social e educacional;
- III. garantir o atendimento das demandas segmentadas por gênero e faixa etária;
- IV. criar equipamentos de recreação e lazer e campos de futebol nos bairros da área urbana, nos distritos e localidades rurais;
- V. potencializar o uso de instalações esportivas das escolas municipais pela comunidade, especialmente durante férias escolares;
- VI. promover melhorias dos equipamentos de lazer e recreação já existentes no município, por meio de autorização ou outras medidas compatíveis;
- VII. promover medida para viabilização de complexo esportivo no município, em local adequado dotado de ginásio poliesportivo, pista de atletismo, campo de futebol, piscina, dentre outros equipamentos;
- VIII. criar calendário de eventos.

CAPÍTULO III DA HABITAÇÃO

Art. 16 – O Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social será constituído por:

- I. Conselho Municipal de Habitação;
- II. Secretaria Municipal de Assistência Social;
- III. Secretaria Municipal de Obras Públicas;
- IV. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Parágrafo único: O Conselho Municipal de Habitação será composto de representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 17 – São diretrizes da política habitacional:

- I. promover condições para a garantia do direito à moradia digna e a democratização do acesso à terra urbanizada;
- II. criar Política Habitacional de Interesse Social, que terá como objetivo reduzir o déficit de moradias, melhorar as condições de vida e das condições de habitação da população de baixa-renda;
- III. buscar a progressiva redução do déficit habitacional do município;

IV. incentivar, junto aos proprietários, a adequada reocupação dos lotes livres devido ao arruinamento de edificações do centro antigo do Serro, respeitando-se os limites previstos no art. 28, IV, desta Lei;

V. adotar medidas para eliminação da ocupação clandestina das áreas de alta declividade.

§ 1º - Considera-se vazio urbano toda área parcelada ou não, localizada em meio à malha urbana, que não possui nenhum tipo de ocupação;

§ 2º - O município adotará medidas para conter a ocupação desordenada em área de risco e estimulará a cooperação entre órgãos públicos e instituições privadas e a participação em programas governamentais.

Art. 18 – O Município criará Plano Municipal da Habitação de Interesse Social, que atenderá às seguintes diretrizes:

- I. investir prioritariamente em áreas de risco;
- II. no caso de reassentamentos, esses deverão ser executados:
 - a) em locais já dotados de infraestrutura e equipamentos urbanos;
 - b) em áreas próximas à antiga ocupação
 - c) em Zona de Especial Interesse Social, ZEIS;
 - d) em Zona de Expansão Urbana, ZEU;
- III. criar o Programa de Regularização Fundiária para intervenção nas Zonas de Especial Interesse Social, estimulando a participação popular nos seus encaminhamentos;
- IV. criar e manter banco de dados de famílias de baixa renda que necessitam de moradias, que estão em áreas de risco ou de proteção permanente, com o objetivo de desenvolver políticas habitacionais adequadas para as mesmas;
- V. estabelecer política e programas de regularização fundiária sustentável de assentamentos informais, quando for o caso, conduzido em parceria entre o Poder Público e a população beneficiária, e abrangente das dimensões jurídica, urbanística e social, para a legalização da permanência de moradores nas áreas urbanas ocupadas, sempre que possível, e acessoriamente, promover melhorias no ambiente urbano e na qualidade de vida do assentamento, bem como incentivar o pleno exercício da cidadania pela comunidade;
- VI. assegurar assistência técnica gratuita às famílias de baixa renda, para projeto e construção de habitação de interesse social, mediante convênios entre prefeitura e entidades e associações de profissionais, organizações da sociedade civil de interesse público, Organizações não Governamentais, universidades, faculdades e governos estaduais e federais;
- VII. fornecer apoio técnico para a adequada localização de habitações rurais, de modo a evitar áreas de risco de inundações, deslizamentos e problemas de insalubridade;
- VIII. promover gestões junto ao Estado para obtenção de terrenos de sua propriedade passíveis de utilização para a implantação de moradias de interesse social;
- IX. desenvolver ações compartilhadas com a União, o Estado, a iniciativa privada e a comunidade para a execução da política habitacional de interesse social;
- X. manter programa de fiscalização e de monitoramento de áreas de riscos para evitar ocupações impróprias;
- XI. estimular a utilização de coletores solares para aquecimento de água em novas habitações de interesse social mediante a destinação de percentual financeiro para a implantação do sistema, em unidades piloto, e para treinamento de beneficiários.

§ 1º – A regularização fundiária, de terras públicas ou privadas, será feita de forma articulada com a regularização urbanística.

§ 2º – Os novos loteamentos a serem criados deverão ser providos além da infra-estrutura básica, de praças, áreas de lazer e recreação, creches, escolas, postos de saúde, transporte público, com acessibilidade, arborização, dentre outros requisitos.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA VIÁRIO E DA CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES E VEÍCULOS

Art. 19 – São diretrizes para as políticas do sistema viário e da circulação de pedestres e veículos:

- I. restringir a circulação de veículos rodoviários, carretas e caminhões de grande porte nas vias centrais da cidade;
- II. implementar sistema de carga e descarga de mercadorias que compatibilize as necessidades da cidade com as limitações do sistema viário;
- III. desenvolver estudo técnico específico que avalie a possibilidade de construção de terminal de carga municipal no entorno do núcleo central da cidade, em local apropriado;
- IV. elaborar estudo específico no campo do planejamento de transporte urbano e regional, que contemple os padrões de oferta e de demanda por transporte público;
- V. priorizar a utilização de ônibus compatíveis com a demanda de passageiros na rede pública para atendimento ao distrito-sede e às suas ligações com os demais distritos;
- VI. articular e integrar os componentes estruturadores da mobilidade – trânsito, transporte, sistema viário, educação de trânsito e integração regional – de forma a assegurar o direito de ir e vir, com sustentabilidade, economicidade e qualidade de vida;
- VII. articular as estruturas urbanas e rurais, para atendimento às necessidades cotidianas dos cidadãos;
- VIII. garantir integração viária e de transporte coletivo entre os diversos bairros e distritos do município;
- IX. garantir acessibilidade aos espaços e prédios públicos, especialmente às pessoas com dificuldades de locomoção, observadas as características e condicionantes patrimoniais;
- X. priorizar o deslocamento de pedestres em detrimento ao de veículos automotores;
- XI. estabelecer obrigatoriedade de criação ou adequação de passeios de conformidade com padrões e normas, com observância de formatos, inclinações e continuidade, de modo a oferecer acessibilidade universal, com segurança e conforto para os pedestres, observadas as condicionantes patrimoniais;
- XII. criar pistas de caminhada;
- XIII. priorizar o transporte não motorizado, mediante criação, entre outras alternativas, de pistas de ciclismo nas áreas urbanas compatíveis e nas interligações entre o distrito sede e demais distritos do município
- XIV. criar programa de pavimentação das vias municipais, preferencialmente com materiais permeáveis;
- XV. garantir a manutenção das estradas vicinais, como suporte da política de desenvolvimento econômico rural e de abastecimento, especialmente no período das chuvas;
- XVI. garantir que a expansão urbana se dê de forma integrada com o Plano de Classificação Viária e articulada com o sistema viário municipal, mediante a compatibilização dos novos traçados viários com a malha existente;
- XVII. formular e implementar programa municipal de educação de trânsito.

Art. 20 – O município criará, na estrutura organizacional, unidade gerencial responsável pela gestão dos sistemas municipais de transporte e trânsito e pela capacitação do pessoal alocado ao controle e ao monitoramento do setor.

Art. 21 – O Executivo Municipal elaborará projeto técnico com apoio de especialistas e participação popular, para a reestruturação do sistema viário e de transportes do Município, submetendo-o ao Legislativo.

Parágrafo Único – O projeto a que se refere o *caput* será orientado pelas seguintes diretrizes:

- I. planejamento de transportes, pelos padrões de oferta e de demanda por transporte público;
- II. Retirada do transporte de cargas pesadas da Zona de Proteção Cultural, da Zona de Especial Interesse Social e Zona de Ocupação Controlada, além de vias com declividade superior a 30° (trinta graus);
- III. criação de sistemas de travessias para pedestres;
- IV. identificação de pontos críticos para a segurança na circulação viária do município e proposição de ações saneadoras;
- V. adoção de medidas destinadas a minimizar riscos de acidentes e a proporcionar conforto e segurança na circulação, em especial por meio de medidas de restrição de circulação, recursos de redução de velocidade, sinalização específica para pedestres, planejamento de áreas para estacionamento de veículos, e outros similares;
- VI. criação do sistema integrado de transporte coletivo;
- VII. transformação do transporte coletivo em sistema concessionário;
- VIII. programa de carga e descarga para a malha urbana do distrito sede;
- IX. necessidade de estudos prévios de impacto ambiental e de avaliação de localização para construção de novo terminal rodoviário, caso seja esta a opção do município;
- X. elaboração de projeto específico que contemple a readequação do Terminal Rodoviário.

CAPÍTULO V

DA PRESERVAÇÃO, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Art. 22 – São diretrizes para a política de proteção, preservação e conservação do Patrimônio Cultural:

- I. elaborar Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano do Serro, que contenha os princípios, critérios e normas de preservação destinados a balizar as ações públicas e privadas no município;
- II. elaborar o mapeamento cultural das áreas históricas e de interesse de preservação da paisagem urbana e ambiental;
- III. realizar o inventário das referências culturais e o registro da dinâmica de construção da identidade e da memória das experiências locais, incluídos bens imateriais e materiais, para subsidiar a elaboração de diretrizes específicas de preservação;
- IV. realizar o inventário do acervo arquitetônico e o sítio urbano, para subsidiar a elaboração de diretrizes específicas de preservação;
- V. realizar inventário dos Sítios Arqueológicos do Município de Serro, notadamente os de Lapa do Campo da Venda, Lapa do Isidoro, Lapão (Quilombo), Mocororô I, Mocororô II, Quilombo do Ó, Serra da Manga, Serra da Parobeira, Serra das Galés, Serra do Raio I, Serra do Raio II;
- VI. mapear, identificar os bens materiais do patrimônio cultural do Município, incluídos os quadros, as esculturas, os mobiliários e os equipamentos de fotografia e de cinema, e referenciar os bens de igual natureza que se encontrarem desaparecidos;
- VII. murar o cemitério e os lotes vagos, no Bairro novo Rosário, e limitar a altimetria das construções à resultante da leitura morfológica e perspectiva da região;
- VIII. recuperar e tratar os espaços públicos urbanos, especialmente as calçadas e os passeios;

- IX. implantar um parque ecológico na área verde, em parte do terreno pertencente ao município, localizada no Bairro Santo Antônio (antigos Lazareto e Alto Bela Vista);
- X. criar equipamento cultural catalisador da memória dos aspectos da vida rural no município e na região, com ênfase na produção do Queijo do Serro;
- XI. criar o *Arquivo Público Municipal*, para organizar o acervo arquivístico do município;
- XII. criar o *Grupo de Apoio Técnico – GAT*, composto por representantes da sociedade civil e por profissionais qualificados, indicados pela Prefeitura e pelo IPHAN, para realizar a assessoria para a gestão do patrimônio no município;
- XIII. estabelecer mecanismos institucionais de gestão da conservação visando ao monitoramento e ao controle, das transformações territoriais, com utilização de tecnologia adequada;
- XIV. criar posto de representação da Prefeitura nos distritos, para orientação montagem e encaminhamento dos processos de intervenção urbana;
- XV. firmar convênios e parcerias com os órgãos estadual e federal de preservação histórico, artístico e cultural;
- XVI. promover parcerias entre agentes de desenvolvimento local e externo, com finalidade de facilitar a preparação de recursos humanos e a alocação de recursos financeiros e técnicos.
- XVII. criar programa de educação patrimonial histórico-cultural e incluir seu conteúdo no currículo escolar.

Art. 23 – A gestão da política de proteção do Patrimônio Cultural de Serro será feita pela Prefeitura Municipal, com apoio do IPHAN e do IEPHA.

Art. 24 – Caberá ao Grupo de Apoio Técnico em relação ao patrimônio cultural do município:

- I. emitir parecer prévio, para instrução dos processos de tombamentos municipais;
- II. examinar os projetos de intervenção artística, arquitetônica, urbanística e paisagística e de novas construções – na Zona de Proteção Cultural e seu entorno, nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo – emitir pareceres à luz das diretrizes estabelecidas nesta lei e nas normas específicas para instrução dos respectivos processos junto ao IPHAN e/ou à Prefeitura, para aprovação, quando for o caso;
- III. receber, instruir e emitir parecer sobre propostas de proteção a bens culturais encaminhadas por cidadãos, associações de moradores e entidades representativas da sociedade civil do Município;
- IV. analisar o Estudo prévio de Impacto de Vizinhança, de acordo com a Lei Federal n.º 10.257 de 10 de julho de 2001, em relação aos aspectos de proteção da paisagem urbana e do patrimônio cultural, nos casos mencionados na referida lei;
- V. permitir o acesso a qualquer interessado aos documentos relativos aos processos de tombamento e dos Estudos prévios de Impacto de Vizinhança, enquanto sujeitos a sua competência.

Art. 25 – A área de Preservação Cultural do Distrito de Milho Verde, de ocupação tradicional, possui o perímetro definido pelas seguintes vias: Rua dos Prazeres, Rua Direita até a altura da casa do Adelfo, Rua do Rosário, Largo do Rosário, Beco do Sossego, Beco de Conceição de Fio, Beco da Pousada Morais, Travessa do Rosário e Rua do Cruzeirinho, Beco dos Catopés, Beco do Chafariz, Largo da Matriz e Beco do Quartel.

Art. 26 – As intervenções urbanísticas e arquitetônicas dentro do perímetro da Zona de Proteção Cultural do distrito sede de Serro, definida no macrozoneamento deste Plano

Diretor, e área de ocupação antiga dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo estão sujeitas às seguintes diretrizes:

- VI. preservação da notabilidade do acervo arquitetônico-urbano-paisagístico, determinada por meio da manutenção das seguintes características:
 - a) a unidade do conjunto urbano;
 - b) o quadro natural e a paisagem circundante;
 - c) a relação de áreas edificadas e não edificadas;
 - d) a morfologia urbana e o traçado dos logradouros;
 - e) os espaços públicos de reunião e encontro;
 - f) as tipologias arquitetônicas;
 - g) a diversidade e a multiplicidade de usos;
 - h) as manifestações culturais.
- VII. unidade e originalidade do patrimônio arquitetônico, qualidade do conjunto, e harmonia da paisagem na qual está inserido;
- VIII. compatibilização dos valores e das necessidades da vida urbana atual e do desenvolvimento socioeconômico com a preservação do acervo arquitetônico-urbano-paisagístico;
- IX. melhoria da qualidade de vida no meio ambiente urbano;
- X. as intervenções urbanísticas no Distrito de Milho Verde, até a elaboração de Lei Complementar, deverão respeitar os seguintes parâmetros básicos, tomada como condicionante a leitura morfológica do espaço urbano:
- XI.
 - m) construção de telhados em duas ou quatro águas;
 - n) proibição de construção de marquises em concreto;
 - o) limitar a altimetria das construções à resultante da leitura morfológica e perspectiva da região;
 - p) proibição de portões de metalon e basculantes de metal;
 - q) proibição de uso de telhas de amianto, francesas ou de coloração não tradicional;
 - r) janelas posicionadas com abertura para fora;
 - s) beirais que respeitem o aspecto tradicional;
 - t) alvenarias de edificações e muros da área antiga caiadas à maneira tradicional;
 - u) pavimentação pública permeável;
 - v) proibição de plantio de árvores em via pública, ressalvados os casos especiais analisados e recomendados pelo Grupo de Apoio Técnico;
 - w) proibição de construção de escadarias com invasão de via pública;
 - x) revitalização excepcional de trechos antigos para atendimento social de acessibilidade e mobilidade condicionada ao atendimento das diretrizes desta lei e específicas de preservação..

Art. 27 – Os projetos de intervenções arquitetônicas, urbanísticas ou paisagísticas ou projetos para novas edificações localizadas na Zona de Proteção Cultural na área de ocupação antiga dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo, e as intervenções em obras de arte, esculturas, pinturas, painéis, dentre outras obras artísticas só poderão ser feitas por profissional reconhecidamente competente para tais intervenções, que se sujeitarão às diretrizes de preservação.

CAPÍTULO VI DO CONFORTO AMBIENTAL E DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Art. 28 – São diretrizes para a política municipal de conforto ambiental, dentre outras:

- I. Identificar, monitorar e preservar os principais canais de ventilação da cidade, tais como a região sudeste, constituída pelos bairros Rosário e Novo Rosário; e a região a noroeste composta pelos bairros Cidade Nova, Cidade Nova II, Morro de Areia e Morro dos Ventos;
- II. assegurar o acesso aos recursos ambientais de insolação, ventilação e iluminação naturais em todo o município;
- III. proibir o adensamento e verticalização na região central;
- IV. evitar a excessiva ocupação dos vazios urbanos, especialmente na região de ocupação tradicional – núcleo histórico, com garantia da criação de áreas de desafogo no centro adensado nos termos de lei complementar;
- V. proibir o excessivo adensamento e verticalização nas áreas de canais de ventilação, por meio da fixação de parâmetros urbanísticos em lei complementar;
- VI. promover a preservação e a recuperação das áreas verdes nas margens do Córrego do Lucas, do Ribeirão Quatro Vinténs, Córrego Crispino e Rio do Peixe;
- VII. desenvolver e implementar programa de acústica ambiental urbana sustentável.

CAPÍTULO VII DAS PRIORIDADES

Art. 29 – São ações prioritárias para implementação das diretrizes de desenvolvimento sustentável do município:

- I. elaborar diretrizes específicas de intervenção nas áreas de patrimônio cultural do Município, em especial na sede, e nos distritos de Vila Deputado Augusto Clementino, Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Três Barras da Estrada Real, Serra do Caroula e comunidades adjacentes;
- II. implementar políticas de geração de emprego e renda;
- III. implementar políticas habitacionais direcionadas à população de baixa-renda na sede do município e nos demais distritos;
- IV. reassentar adequadamente as famílias residentes em áreas ambientalmente sensíveis, principalmente em beira de córregos, riachos e rios, e em áreas de risco geológico e/ou de alta declividade;
- V. formular e implementar o programa municipal de regularização fundiária de assentamentos informais urbanos e de habitação de interesse social;
- VI. criar cursos técnicos e profissionalizantes;
- VII. melhorar as condições do tráfego de veículos e pedestres na área urbana do distrito sede, com construção de meio-fio e passeios, e instalação de redutores de velocidade e construção passarelas sobre vias de trânsito intenso, priorizando as Avenidas Pasto Padilha e Minas Gerais;
- VIII. realizar estudo de viabilidade de novos eixos viários para trânsito de veículos pesados.
- IX. realizar despoluição sonora, atmosférica e visual do ambiente urbano, rios, riachos, córregos e lagoas;
- X. proteger as nascentes, os cursos d'água, fontes e bicas, recuperando seus acessos, e tratar o esgoto gerado no Município;
- XI. implementar políticas adequadas para coleta, destinação final e tratamento do lixo do município;

- XII. realizar pavimentação e arborização de ruas, implantar serviços de coleta de lixo, de esgoto e águas pluviais, nos bairros carentes de infraestrutura;
- XIII. implementar políticas voltadas para a melhoria e o fortalecimento da educação nos distritos e nas áreas rurais, para o atendimento à saúde, da segurança e para o incentivo ao esporte e lazer;
- XIV. implementar políticas para a manutenção e/ou instalação de creches, priorizando a ampliação do seu horário de atendimento;
- XV. viabilizar, em conjunto com concessionária de energia elétrica, políticas para o atendimento universal em todo o território do município, com prioridade para as localidades rurais nas quais o fornecimento é deficitário.
- XVI. adequar a pavimentação de vias íngremes com materiais aderentes;
- XVII. cadastrar fazendas históricas e promover a conservação e manutenção de casarios e sedes antigas;
- XVIII. recuperação e manutenção de muros e muralhas histórico, notadamente das Ruas Nelson de Senna e Luis Advíncula Reis;
- XIX. Promover a criação de cursos técnicos profissionalizantes;
- XX. promover a retirada da subestação de energia elétrica do bairro Novo Rosário;
- XXI. promover junto às concessionárias a ampliação do serviço de telefonia pública na sede, distritos e povoados; e
- XXII. calcular e estabelecer limites de núcleos urbanos e distritos.

TÍTULO III DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

CAPÍTULO I DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

Art. 30 – A estruturação territorial compreende a distribuição das atividades e da população no território constituído por áreas urbanas e rurais e o sistema de relações entre essas áreas.

Art. 31 – O macrozoneamento delimita e institui as zonas e regras gerais para o ordenamento do território municipal.

Art. 32 – O ordenamento territorial do município de Serro fica definido pela sua divisão em:

- I. Zona Urbana;
- II. Zona Rural;
- III. Zonas Urbanas Especiais.

§ 1º – O perímetro urbano, bem como o zoneamento dos distritos e povoados serão definidos em Legislação específica.

§ 2º – A delimitação do perímetro urbano do Distrito Sede e das Zonas Urbanas Especiais e respectivas descrições serão feitas com base no Macrozoneamento constante neste plano, no prazo de 90 (noventa) dias contados da aprovação desta lei.

§ 3º – Lei específica deverá ser elaborada para delimitação dos bairros do distrito sede e para organização dos nomes de ruas e logradouros, bem como da numeração das edificações, conforme estudo técnico, morfológico, histórico e cultural da cidade.

CAPÍTULO II DO MACROZONEAMENTO RURAL

Art. 33 – A Zona Rural corresponde às áreas existentes entre o perímetro urbano e o limite municipal.

Art. 34 – O território rural é dividido nas seguintes zonas:

- I. Zona de Preservação Ambiental, ZPA;
- II. Zona de Uso Sustentável, ZUS;
- III. Zona de Conservação e Ocupação Controlada, ZCO;
- IV. Zona Especial de Exploração Mineral, ZEM;
- V. Zona de Sobreposição de Interesses, ZIS;
- VI. Zona de Atividades Rurais, ZR;
- VII. Área de Interesse Ambiental, AIA. **(Ver os mapas)**

§ 1º – Na Zona Rural serão permitidas atividades agropecuárias, extrativas, de turismo, de lazer, conservação e agroindustriais.

§ 2º – As atividades extrativas, de lazer, de turismo e agroindustriais somente serão permitidas após licenciamento ambiental.

Art. 35 – A *Zona de Preservação*, ZPA, compreende a área ocupada pelo Parque Estadual do Pico do Itambé e tem por objetivo preservar a natureza, vedadas a ocupação e a exploração direta dos recursos naturais, conforme o disposto na Lei Federal nº. 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Art. 36 – A *Zona de Uso Sustentável*, ZUS, compreende a Área de Proteção Ambiental (APA) Água das Vertentes e tem o objetivo de compatibilizar o uso dos recursos naturais com a exigência de conservação da natureza para garantia de desenvolvimento sustentável.

Parágrafo Único - Para o monitoramento da ZUS e cumprimento de seus objetivos serão adotadas as seguintes medidas:

- I. implantação e funcionamento do conselho gestor da APA em parceria com o Instituto Estadual de Floresta – IEF;
- II. elaboração do zoneamento econômico-ecológico da ZUS.

Art. 37 – A *Zona de Conservação e Ocupação Controlada*, ZCO, compreende as áreas cobertas por significativos fragmentos florestais, as de alta declividade, bem como os trechos marginais dos principais córregos que cortam o município.

Parágrafo Único – Para o controle da ocupação do solo, extensão de cobertura para ligação dos fragmentos florestais e formação de corredores ecológicos nas áreas compreendidas na ZCO ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

- I. desenvolver instrumentos para incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs;
- II. desenvolver instrumentos para a compensação de proprietários que promovam a recuperação de áreas desmatadas, principalmente ao longo dos mananciais;
- III. executar o zoneamento econômico-ecológico com orientação e controle do manejo do solo, especialmente para a locação das respectivas reservas legais e extensão de cobertura.

Art. 38 – A *Zona Especial de Exploração Mineral*, ZEM, compreende as áreas nas quais existam concessões para extração de lavra.

Parágrafo Único - Legislação específica definirá critérios para a exploração, fiscalização, monitoramento, compensações ambientais e recuperação de áreas degradadas durante o processo de exploração e após o encerramento das atividades minerárias, observado o licenciamento ambiental.

Art. 39 – A *Zona de Sobreposição de Interesses*, ZIS, compreende as áreas onde existam concessões para extração mineral, nas proximidades do Rio do Peixe, local considerado pela Fundação Biodiversitas como “área de importância biológica especial” por conter peixes endêmicos.

§ 1º - São diretrizes para a ZIS:

- I. executar o zoneamento econômico-ecológico da ZIS com vistas à definição de áreas a serem preservadas e de áreas preferenciais para investimento dos recursos oriundos das compensações ambientais;
- II. implementar a avaliação sistemática das atividades de extração mineral por meio do monitoramento, da fiscalização e da definição de critérios para as compensações ambientais e recuperação de áreas degradadas, de forma a minimizar os impactos negativos das atividades de mineração.

§ 2º - A avaliação ambiental de que trata o Inciso II do parágrafo anterior, de responsabilidade do poder público municipal, tem caráter complementar aos licenciamentos federal e estadual que disciplinam as atividades minerárias.

Art. 40 – A *Zona de Atividades Rurais*, ZR, compreende as áreas inseridas na Zona Rural e não referidas nesta Lei, nas quais são permitidas as atividades de extrativismo vegetal, lazer, turismo, agropecuárias e agroindustriais.

Parágrafo único - O Mapa do Macrozoneamento rural é o constante do Anexo II desta Lei.

Art. 41 – A *Área de Interesse Ambiental*, AIA, compreende a Zona de Amortecimento estabelecida pelo Plano de Manejo do Parque Estadual do Pico do Itambé.

§ 1º - O município viabilizará cooperação técnica com o IEF para a definição de critérios para ordenação do uso e de ocupação do solo na Área de Interesse Ambiental, bem como para a promoção da educação ambiental.

§ 2º – Em áreas onde há sobreposição de zonas e área de interesse ambiental aplicam-se as diretrizes mais restritivas.

CAPÍTULO III DO MACROZONEAMENTO URBANO

Art. 42 – Na Zona Urbana, que corresponde ao espaço delimitado pelos perímetros urbanos conforme indicação no mapa constante do Anexo III desta Lei serão observados os seguintes usos:

I – residencial;

II - diversificados compatíveis com o residencial, que não causem efeitos negativos, urbanísticos ou ambientais, nem riscos à segurança da população ou que tenham seus impactos potenciais pouco significativos sobre a estrutura urbana ou sobre o meio ambiente e sejam controláveis por meio de medidas mitigadoras de fácil aplicação.

Parágrafo Único – Os usos referidos no artigo serão assegurados nos locais onde já existam, ou onde venham a ser permitidos, observados os parâmetros legais.

Art. 43 – A Zona Urbana do Distrito Sede é dividida em:

- I. Zona de Preservação Cultural, ZPC;
- II. Zona Verde e de Entorno para a Preservação Cultural, ZVE;
- III. Zona de Ocupação Controlada, ZOC;
- IV. Zona de Domínio da Estrada Real, ZER;
- V. Zona de Expansão Urbana, ZEU;
- VI. Zona de Especial Interesse Social, ZEIS.

Art. 44 – A *Zona de Preservação Cultural, ZPC*, compreende as áreas do conjunto urbano resultantes da presença de traçado urbanístico tradicional e de tipologias urbanísticas, arquitetônica e paisagística que configuram a imagem tradicional do lugar, cuja manutenção é necessária à preservação do patrimônio cultural do município.

Parágrafo único – As intervenções na zona de que trata o *caput* só serão permitidas mediante a observância das condições necessárias para a preservação de suas características.

Art. 45 – As intervenções urbanísticas e arquitetônicas dentro do perímetro da *Zona de Proteção Cultural*, definida no macrozoneamento deste Plano Diretor, estão sujeitas:

- I. à *morfologia urbana* como parâmetro de avaliação das intervenções urbano-paisagístico-arquitetônico;
- II. ao tratamento individual das edificações consideradas de valor excepcional, aplicando-se nesses casos parâmetros que vão além da *morfologia urbana*;
- III. à necessidade de projeto específico para cada intervenção no espaço urbano tradicional, o qual será analisado e encaminhado pelo Grupo de Apoio Técnico;
- IV. à consideração de dados morfológicos do conjunto urbano, na análise dos projetos, para avaliação do volume a ser inserido ou modificado.

Parágrafo único – As análises técnicas terão como parâmetros os critérios da *morfologia urbana* e a relação de adequação ao conjunto em que está inserida a intervenção, observadas ainda outras especificidades existentes.

Art. 46 – As intervenções urbanísticas e arquitetônicas dentro do perímetro da *Zona de Proteção Cultural*, definida no macrozoneamento deste Plano Diretor, estão sujeitas aos seguintes critérios:

- I. do parcelamento do solo:
 - a) para parâmetros de cálculo de índices urbanísticos, será considerada a área do lote indicada na escritura, que deverá representar o tamanho do lote apurado em levantamento topográfico assinado por profissional competente, procedendo-se, se for o caso, a re-ratificação escriturária, a qual deverá ser realizada em Cartório de Registro de Imóveis;
 - b) os remembramentos poderão ser aprovados, desde que impliquem a retomada de valores urbanísticos, arquitetônicos e ambientais tradicionais das áreas existentes e das suas regiões de entorno condicionadas ao objetivo de preservação do *espaço urbano global*;
 - c) será permitido desmembramento do solo, desde que respeitados os requisitos previstos em Lei e que se preserve os seus valores culturais, morfológicos, urbanísticos e ambientais, submetidos a prévia avaliação do Grupo de Apoio Técnico;
 - d) será observado o equilíbrio entre áreas verdes remanescentes e construídas para a garantia da qualidade de vida urbana;

- II. serão mantidos o sistema construtivo e a permeabilidade do revestimento do sistema viário;
- III. até que se definam em legislação específica do município os critérios para caracterização e uso de letreiros e placas publicitárias, esses devem ser submetidos à análise do Grupo de Apoio Técnico;
- IV. até que se definam em legislação específica do município os critérios de intervenção urbanística, os projetos de novas construções deverão ser submetidos à análise do Grupo de Apoio Técnico, com apoio do IPHAN, e terão de obedecer às seguintes características:
 - a) altimetria máxima resultante da leitura morfológica e perspectiva da região na qual se insira o projeto, proibidas novas construções com altimetria superior às edificações da via em questão, e respeitada a fachada frontal como parâmetro e o nível da soleira ao início do beiral;
 - b) a profundidade da edificação deverá respeitar a das edificações mais antigas da via, assim como a altura da fachada posterior e altura da cumeeada quando for o caso, em consonância com *análise morfológica do espaço urbano global*;
- V. serão aceitos novos acréscimos construtivos apenas em lotes cuja área livre seja superior à área construída;
- VI. acréscimos às edificações antigas, quando necessários e possíveis, deverão representar volumes independentes, isolados do principal, construção sempre térrea, em um único andar em todas as fachadas, sem aproveitamento de desnível, e área de projeção com no máximo um terço daquela da edificação principal, desconsiderados acréscimos existentes, para cálculo;
- VII. no máximo 75% (setenta e cinco por cento) da área externa dos imóveis poderá ser pavimentada, condicionada esta à garantia de permeabilidade;
- VIII. as edificações pertencentes à ZPC de caráter tradicional deverão manter a inclinação original das águas de telhado, ponto de cumeeira, assim como plasticidade da cobertura – galgo, quando for o caso, tipo de telhas, com a utilização preferencial das antigas como capas;
- IX. os muros antigos deverão manter suas alturas originais;
- X. No máximo 60% (sessenta por cento) da área do lote poderá ser edificada.

Art. 47 – A *Zona Verde e de Entorno para a Preservação Cultural*, ZVE, é composta por áreas verdes em geral e aquelas delimitadas pela linha de cumeeada das encostas que emolduram a *Zona de Preservação Cultural*, e compreende:

- I. as áreas destinadas à recuperação ambiental, em função da presença de processos de erosão, ocupação de vales de rios e córregos ou de outras formas de degradação resultantes da ação antrópica;
- II. as áreas verdes a serem preservadas ou recuperadas em função de suas características topográficas, geológicas e ambientais de flora, fauna e recursos hídricos, e/ou pela necessidade de preservação do patrimônio arqueológico ou paisagístico;
- III. as áreas verdes localizadas nas centralidades de bairros e comunidades destinadas ao lazer da comunidade local, tais como praças, quadras esportivas, parques e jardins públicos, caracterizados por apresentarem vegetação;
- IV. as áreas de canais de vento que devem receber arborização especial, de modo a não impedir a ventilação.

§ 1º – A ZVE ao longo do Córrego do Lucas e Ribeirão Quatro Vinténs é definida por faixas de pelo menos 30 (trinta) metros de cada lado do rio contadas a partir de cada margem.

§ 2º – A ZVE referente aos Bairros da Páscoa, da Praia, do Vigário e do Bicentenário é definida por área de controle imediato de ocupação, vedada a implantação de construções nos parâmetros das existentes, incompatíveis, com indicação de remoção de ocupação irregular.

§ 3º – A ZVE, referente às áreas localizadas à esquerda do Córrego do Lucas e no fundo de vale acima de sua nascente, no Bairro Cidade Nova, é recomendada como *non aedificandi*, salvo para construção de natureza rural, com amplas áreas livres, que deverão ter suas dimensões calculadas tendo como referência o padrão de chácaras e sítios da região, e sujeitas à aprovação do projeto a parecer do Grupo de Apoio Técnico e do IPHAN.

§ 4º – A Prefeitura Municipal deverá desenvolver mecanismos e incentivos para adequação daquelas edificações que não atendam às normas e diretrizes desta Lei, observando-se a zona à qual pertença e às demais legislações ambientais e urbanísticas municipais, estaduais e federais.

§ 5º - A Prefeitura estimulará os proprietários a adaptarem edificações que não se enquadrem nos novos critérios do macrozoneamento.

Art. 48 – A *Zona de Ocupação Controlada, ZOC*, compreende as áreas destinadas à habitação unifamiliar com a preservação de áreas verdes significativas, tanto nos espaços comuns de parcelamentos urbanos quanto nas áreas internas dos lotes.

§ 1º – Na ZOC, a taxa de permeabilidade mínima será de 50% (cinquenta por cento) da área do terreno, e a altimetria máxima das edificações, de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) na fachada principal, contados a partir da soleira da cota de implantação da edificação.

§ 2º – Na ZOC, os afastamentos terão dimensão suficiente para a garantia de acesso ao sol e à ventilação em todas as unidades.

Art. 49 – A *Zona de domínio da Estrada Real, ZER*, compreende as áreas vinculadas aos trechos da Estrada Real que corta o distrito sede de Serro, e que apresentam especial interesse de preservação.

Parágrafo único – O adensamento e a ocupação das margens do trecho do caminho da Estrada Real serão submetidos à análise do Grupo de Apoio Técnico, observando-se parâmetros específicos definidos em Lei Complementar, tendo em vista os interesses culturais envolvidos.

Art. 50 – A Zona de Expansão Urbana, ZEU, compreende as áreas ainda vazias dentro do perímetro urbano e propícias à ocupação, pelas condições do sítio natural e possibilidade de instalação de infraestrutura, respeitadas as restrições ambientais e urbanísticas da legislação vigente.

§ 1º – Na ZEU, a taxa de permeabilidade mínima será de 20% (vinte por cento) da área do terreno e a altimetria máxima das edificações deverá guardar consonância com a análise morfológica do *espaço urbano global*.

§ 2º - Além das áreas indicadas no Anexo II, são consideradas Zona de Expansão Urbana faixas de 60 (sessenta) metros, de cada lado, dos seguintes logradouros:

I - Avenida Pasto Padilha

- II - Rua Bom Jardim
- III - Rua Lazareto
- IV - Rua Vigário Mesquita
- V - Rua José Gonçalves

Art. 51 – A *Zona de Especial Interesse Social*, ZEIS, compreende as áreas em relação às quais há interesse público na implantação e ordenação da ocupação, por meio de urbanização e regularização fundiária ou urbanística, ou na implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social, segundo normas especiais.

Parágrafo único – A ZEIS poderá se sobrepor à ZEU e à ZOC.

Art. 52 – No cálculo de altimetria das edificações citadas nesta lei consideram-se os terraços cobertos e desconsideram-se os telhados ou equivalentes.

CAPÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO URBANA

Art. 53 - – Para a implementação do Plano Diretor serão utilizados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

- I. Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios;
- II. Imposto Progressivo sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- III. Desapropriação por meio de Títulos da Dívida Pública;
- IV. Direito de Preempção;
- V. Estudo Prévio de Impacto Ambiental;
- VI. Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança.

Parágrafo único – Os instrumentos mencionados nesse artigo são regidos pela legislação federal que lhes é própria, observado o disposto nesta Lei e demais normas aplicáveis.

Art. 54 – Para o cumprimento da função social da propriedade, o Poder Público poderá obrigar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, prioritariamente nas seguintes áreas:

- I. Zonas de Expansão Urbana, ZEU;
- II. Zona Especial de Interesse Social, ZEIS.

§ 1º – Lei municipal específica fixará as condições e os prazos para implementação da obrigação, observada a legislação federal aplicável.

§ 2º – Lei municipal específica fixará as condições de aplicação do imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo e da desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública em razão do descumprimento da obrigação referida no *caput*, observada a legislação federal aplicável.

Art. 55 – O Direito de Preempção confere ao Poder Público municipal a preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, prioritariamente nas seguintes áreas:

- I. Zona de Preservação Cultural, ZPC;
- II. Zona de Especial Interesse Social, ZEIS;
- III. Zona para Instalação de Áreas Verdes, ZVE, e;
- IV. Zona de Ocupação Controlada, ZOC.

§ 1º – O Direito de Preempção poderá ser exercido, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- I. regularização fundiária;
- II. execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

- III. constituição de reserva fundiária;
- IV. ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V. implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI. criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII. criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII. proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

§ 2º – O Direito de Preempção deverá ser regulamentado em Lei municipal específica, a qual conterà, no mínimo:

- I. delimitação da área específica onde incidirá o direito de preempção;
- II. finalidade de destinação da área;
- III. prazo de vigência.

Art. 56 – O imposto predial e territorial urbano, sem prejuízo da progressividade no tempo definida no art. 182, § 4º, II, da Constituição Federal, poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

TÍTULO IV
DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
CAPÍTULO I
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Art. 57 – O processo de gestão do Plano Diretor será conduzido pelo Poder Executivo Municipal com a participação da Câmara de Vereadores e dos munícipes.

Art. 58 – Para a implementação do Plano Diretor, o Poder Executivo criará o Sistema de Planejamento e Gestão, com as seguintes atribuições:

- I. adequar a administração municipal, os conselhos municipais e integrar as ações do município com a atuação dos órgãos e entidades federais e estaduais, para desenvolvimento das políticas públicas e aplicação das diretrizes previstas nesta lei;
- II. avaliar planos, programas e projetos que terão repercussão no município;
- III. implantar Sistema de Informações por meio de banco de dados municipais associado ao Cadastro Técnico Municipal, nas áreas urbanas e nas áreas rurais e a outros procedimentos disponíveis;
- IV. capacitar o corpo técnico necessário ao Sistema de Planejamento e Informações Municipais.

Parágrafo único – O Sistema de Planejamento e Gestão será organizado em base informatizada que possibilite a integração interna entre os organismos da administração municipal e os conselhos municipais, e externa, entre a Administração Municipal e os munícipes, no fornecimento de informações sobre serviços públicos.

Art. 59 – São diretrizes para o desenvolvimento institucional do Sistema Municipal de Desenvolvimento Territorial:

- I. capacitar tecnicamente os servidores;
- II. integrar as ações político-administrativas entre os setores municipais;
- III. incentivar ações coordenadas e consorciadas com os municípios vizinhos, o Estado e a União;
- IV. garantir a transparência e o acesso dos cidadãos aos dados, às informações do sistema e aos documentos produzidos relativas à elaboração e à implementação do Plano Diretor;

- V. criar canais institucionais para a participação da população no planejamento, na execução, na fiscalização e na avaliação das políticas públicas;
- VI. utilizar novas tecnologias no serviço interno e na prestação de serviços públicos;
- VII. atualizar a legislação que compõe o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 60 – O Sistema de Planejamento e Gestão será composto por:

- I. Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo;
- II. Conferência Municipal de Política Territorial;
- III. Órgão de Planejamento Territorial;
- IV. Sistema de Informações Municipais.

Art. 61 – A participação da sociedade civil nos diversos segmentos, no processo de implementação e gestão do Plano Diretor, fica garantida pela representação no Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo, com as seguintes atribuições:

- I. Subsidiar a elaboração de propostas para a legislação complementar a esta lei e acompanhar a tramitação;
- II. avaliar a implementação do Plano Diretor, nos seus aspectos territorial, econômico e social, assim como coordenar, juntamente com o Poder Executivo, o seu processo de revisão;
- III. manifestar-se sobre propostas de adequação da legislação complementar urbanística em vigor;
- IV. manifestar-se sobre instalação de empreendimentos de impacto econômico, urbanístico e/ou ambiental;
- V. acompanhar a execução de planos, programas e projetos relativos ao desenvolvimento da política urbana e ao desenvolvimento econômico;
- VI. manifestar-se sobre a compatibilidade do Plano Plurianual e dos Orçamentos Anuais com as diretrizes do Plano Diretor;
- VII. promover a participação da população no processo de planejamento e o seu acesso ao Sistema de Informações Municipais;
- VIII. elaborar o seu regimento interno;
- IX. eleger seu presidente.

Art. 62 – O Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo será composto por 08 (oito) membros efetivos e seus respectivos suplentes, com representantes dos seguintes segmentos:

- I. 3 (três) membros do Executivo Municipal;
- II. 1 (um) membro da Câmara de Vereadores;
- III. 2 (dois) membros da sociedade civil organizada;
- IV. 1 (um) representante de institutos técnicos ou instituições de ensino;
- V. 1 (um) representante do segmento do setor privado.

§º 1 – Os membros do Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo não têm direito a remuneração *pro-labore*.

§º 2 – O Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo se reunirá pelo menos uma vez a cada trimestre.

§º 3 – O Executivo Municipal terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta lei, para solicitar aos segmentos a serem representados no Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo a formalização da representação.

Parágrafo Único – Qualquer secretaria municipal, por seu titular, poderá solicitar a participação nas reuniões do Conselho quando nele estiver em pauta assunto afeto às políticas setoriais de sua responsabilidade.

Art. 63 – Será criado órgão de Planejamento Territorial, composto por técnicos da Prefeitura, na estrutura da administração municipal, com formação profissional nas áreas técnicas afins, com o objetivo de:

- I. assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo;
- II. coordenar técnica e operacionalmente as ações necessárias à implantação e ao monitoramento do Plano Diretor;
- III. analisar processos relativos à instalação de empreendimentos de impacto;
- IV. subsidiar tecnicamente as propostas de revisão e atualização do Plano Diretor e as proposições de leis urbanísticas complementares.
- V. exercer atividades correlatas, sem prejuízo do exercício de outras competências.

Art. 64 – O Sistema de Informações Municipais conterà e manterá atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, ambientais, administrativos, físico-territoriais, cartográficos, imobiliários e outros de relevante interesse para o município.

§ 1º – O Sistema de Informações Municipais tem como princípios:

- I. destinação ao planejamento, ao monitoramento, à implementação e à avaliação da política urbana;
- II. simplificação, economicidade, eficácia, clareza e precisão das informações;
- III. democratização de informações, em especial as relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor.

§ 2º – O Sistema de Informações Municipais é coordenado pelo órgão de Planejamento Territorial e alimentado de acordo com as competências técnicas das áreas de gestão envolvidas.

§ 3º – O Sistema de Informações Municipais tem por base o cadastro territorial urbano.

§ 4º – Os anexos que compõem esta Lei integram o Sistema de Informações Municipais.

Art. 65 – Consideram-se instrumentos fundamentais para o monitoramento da estruturação territorial as diversas formas de cartografia básica e temática.

Parágrafo Único – Novas modalidades de imageamento serão gradativamente incorporadas ao Sistema de Informações Municipais.

Art. 66 – A Conferência Municipal de Política Territorial é o processo de ampla discussão pública no qual os munícipes têm participação com o objetivo de compartilhar o acompanhamento da implementação da política de desenvolvimento urbano e territorial, de fazer sugestões, proposições e avaliar políticas públicas.

§ 1º - Compete ao Poder Executivo, em articulação com a Câmara Municipal e o Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo, realizar a Conferência Municipal de política territorial, no terceiro ano de gestão do Executivo municipal.

§ 2º - A Conferência poderá ser realizada em outro período, em especial para coincidir com a convocação da intitulada Conferência da Cidade em atendimento às diretrizes da Política Nacional, observadas as regras aplicáveis, hipótese em que adotará denominação e metodologia recomendadas para as demais do gênero, sem prejuízo dos temas específicos.

§ 3º - A falta de convocação pelo Município será suprida pelo Conselho, ressalvada a hipótese de força maior notória e formalizada, de inviabilidade de suporte para a realização do evento no período.

CAPÍTULO II DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 67 – As propostas de Lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual serão precedidas de debates, audiências e consultas públicas como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único – Os projetos de Lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual serão instruídos com parecer do Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 68 – Os Poderes Executivo e Legislativo terão o prazo de 1 (um) ano após a publicação desta lei para elaboração, revisão, retificação ou ratificação, de acordo com as diretrizes aqui preconizadas, das seguintes legislações complementares:

- I. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
- II. Código de Obras;
- III. Código de Posturas.

Art. 69 – O Plano Diretor Participativo do Município de Serro será revisto no prazo de 5 (cinco) anos a partir de sua aprovação.

Parágrafo Único – O projeto de revisão do Plano Diretor será coordenado pelo Conselho Municipal do Plano Diretor Participativo, juntamente com o Poder Executivo, e será precedido de conferência municipal.

Art. 70 – O Poder Executivo municipal, no prazo de 90 (noventa) dias contados da aprovação desta lei, proporá à Câmara Municipal a adequação da organização administrativa à exigência deste Plano Diretor, por meio da criação do órgão de planejamento territorial e, se for o caso, recomposição da equipe básica para o cumprimento das atribuições, observadas a disponibilidade orçamentária e a legislação aplicável.

Art. 71 – As intervenções decorrentes de programas federais, como MONUMENTA, já aprovados pela Câmara Municipal, serão executados nos termos dos projetos, neles incluídos, e observadas as diretrizes e legislação vigentes quando da proposição, salvo hipótese de repactuação de substitutivos, segundo a nova legislação, referendados pelos órgãos de controle patrimonial.

Art. 72 – Processos de caráter urbanístico pendente, em tramitação ou iniciados antes desta lei, serão avaliados pelo Conselho Competente com vistas à compatibilização com as novas diretrizes por meio de critérios e medidas mitigadoras ou compensatórias específicas.

Art. 73 - São partes integrantes desta Lei:

- I. Glossário;
- II. Anexo II: Mapa de Macrozoneamento Municipal;
- III. Anexo III: Mapa de Macrozoneamento Urbano.

Art. 74 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Serro, 06 de agosto de 2007.

Guilherme Simões Neves

Prefeito Municipal

ANEXO VIII – DECRETO N° 4.772/2014 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

Regulamenta os artigos 25, 26 E 27 DA LEI COMPLEMENTAR 075/2007.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRO, no uso de suas atribuições, nos termos do item “VII” do artigo 82 da Lei Orgânica do Município de Serro.

O Prefeito Municipal de Serro, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei Orgânica, e CONSIDERANDO, que os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar nº 075/2007 tratam de áreas de preservação, proteção e conservação do Patrimônio Cultural e carecem de regulamentação para definição de parâmetros de intervenção nos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, DECRETA:

Art. 1º. Este decreto regulamenta os artigos 25, 26 e 27 da lei 075/2007, plano diretor.

Art. 2º. Fica definida a Zona de Preservação Cultural do distrito de Milho Verde com perímetro estabelecido pelas seguintes vias: começa pela Rua Manoel Experidião, seguindo pela Rua Direita até a Travessa do Campo; segue pela Travessa do Campo até a Rua do Campo e, daí, pela Rua do Campo até a Rua Amargura; segue pela Rua da Amargura até a Praça da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, contornando pela Praça e descendo pela Rua dos Prazeres até o Beco do Chafariz; desce pelo Beco do Chafariz até o Largo do Quartel, segue pela Rua do Quartel até o Beco do Sacapó, segue pelo Beco do Sacapó até a Rua do Cruzeirinho e pela Rua do Cruzeirinho até o entorno com a Rua Manoel Experidião, conforme mapa em anexo.

Parágrafo Único. A região de entorno da Zona de Preservação Cultural do Distrito de Milho Verde será composta pela faixa de 100 (cem) metros da Zona de Proteção Cultural.

Art. 3º. Fica definida a Zona de Preservação Cultural do Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras com perímetro estabelecido pelas seguintes vias: começa pela Rua do Rosário, seguindo pela Praça e largo do Comércio; segue pela Ladeira do Comércio incluindo a Rua da Chácara até alcançar a Rua do Fogo; deste ponto, segue em direção a Rua Nova, subindo em direção ao Largo Felix Antônio; desce pela Rua Ilídio Ribeiro, até alcançar a Rua dos Cristais, sobe a Rua dos Cristais contornando o Adro da Igreja de São Gonçalo incluindo a Rua Padre Geraldo anadir; desce a Rua sete de setembro, passando pela Rua Cachoeira e Rua Alto da Cachoeira até o início da Rua do Ipê; segue a Rua do Ipê até o seu final; deste ponto, segue a Rua José Felipe passando pela Rua do Cedro até a Rua Flor do Campo, Alcançando o ponto inicial da Rua do Rosário, conforme mapa em anexo.

Parágrafo Único. A região de entorno da Zona de Preservação Cultural do São Gonçalo do Rio das Pedras será composta pela faixa de 100 (cem) metros da Zona de Proteção Cultural.

Art. 4º Os artigos 26 e 27 da lei complementar 075/2007 serão regulamentados pelos seguintes parâmetros e diretrizes para intervenção de obras nas áreas de Proteção Cultural dos distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras:

- a) altimetria máxima de 4,5 metros, a contar do ponto médio da testada do terreno até a comunheira do telhado; b) para realização de intervenções de reforma, ampliação, ou construção deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Serro

- requerimento com pedido de autorização de obra, que será apreciado por seu setor técnico e pelo Conselho Municipal Deliberativo do Patrimônio Cultural de Serro;
- c) o requerimento para autorização de ampliação, construção, reconstrução ou reforma que implique na descaracterização do imóvel deve ser instruído com o respectivo projeto;
 - d) em situações que envolvam restauração do imóvel (ou partes), sempre que possível devem ser salvaguardados os elementos formais pré-existentes mais característicos da fachada do imóvel, sempre que neste se reconheça o suficiente valor ou contribuição para a imagem geral do conjunto (remates, as platibancas, os socos, os quadros dos vãos ou outros elementos figurativos de interesse histórico ou cultural);
 - e) utilização de telhas tipo capa e canal com planos paralelos à via, sendo vedado a construção de terraços superiores, com e sem cobertura;
 - f) utilização de esquadrias de madeira;
 - g) vedação de utilização de portões e muros divisórios em chapas metálicas;
 - h) os materiais empregados nas fachadas das edificações devem ser preferencialmente os mesmos das edificações na área, com cores coerentes com o conjunto;
 - i) não permissão de instalações de antenas de telecomunicações na área protegida. A instalação de antenas parabólicas e placas solares de aquecimento será admitida a critério do órgão ambiental competente, devendo ser locadas de forma a não serem visíveis a partir do logradouro público. Os aquecimentos auxiliares, assim como as caixas d'água, deverão ser instalados somente no entreferro (desvão) das edificações, abaixo dos pontos de cobertura, e sem criar volumes próprios; incluído pelo decreto nº 4.982 de 03 de setembro de 2014;
 - j) Regulamentação e padronização de placas, toldos e engenhos publicitários dos estabelecimentos comerciais existentes, para que estejam em harmonia com a arquitetura presente no local e não obstruam os elementos arquitetônicos característicos das edificações; incluído pelo decreto nº 4.982 de 03 de setembro de 2014;

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Serro, 11 de fevereiro de 2014.

Epaminondas Pires de Miranda

Prefeito Municipal.